

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MATHEUS GIACOMO DE LUCA

**DESPROPRIADOS PELO EXÉRCITO: AGRICULTORES DE PAPANDUVA E SUAS
LUTAS (1956-1987)**

FLORIANÓPOLIS – SC

2019

MATHEUS GIACOMO DE LUCA

**DESAPROPRIADOS PELO EXÉRCITO: AGRICULTORES DE PAPANDUVA E
SUAS LUTAS (1956-1987)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em História do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado

FLORIANÓPOLIS – SC

2019



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Graduação em História

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos dezanove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove , às 19 horas e 00 minutos, na sala 10 do Departamento de História, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof. Dr: Paulo Pinheiro Machado (Orientador(a) e Presidente); Gabriel Barboza (Titular); Prof. Dr: Henrique Espada Lima Filho (Suplente), designados pela Portaria Tcc nº 57/HST/CFH/2019, a fim de arguirem sobre o Trabalho de Conclusão de Curso do Acadêmico Matheus Giacomo de Luca, intitulado: "**DESAPROPRIADOS PELO EXÉRCITO: AGRICULTORES DE PAPANDUVA E SUAS LUTAS (1956-1987)**". Aberta a Sessão pelo(a) Senhor(a) Presidente, o Acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas, Prof. Dr: Paulo Pinheiro Machado, nota 10,0, Gabriel Barboza, nota 10,0, Prof. Dr: Henrique Espada Lima Filho, nota 10,0, sendo o acadêmico aprovado com a nota final 10,0. O acadêmico deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 10 de julho de 2019. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 19 de junho de 2019

Prof. Dr: Paulo Pinheiro Machado (Orientador(a))

Gabriel Barboza (Titular)

Prof. Dr: Henrique Espada Lima Filho (Suplente)

MATHEUS GIACOMO DE LUCA

Matheus Giacomo de Luca (Acadêmico)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) MATHEUS GILCOMO DE LUCA, matrícula n.º 13201981, entregou a versão final de seu TCC cujo título é DESAPROPRIADOS PELO EXÉRCITO: AGRICULTORES DE PAPANOVVA E SUAS LUTAS (1956-1988) com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 02 de JULHO de 2019.

Orientador(a)

De Luca, Matheus Giacomo
DESAPROPRIADOS PELO EXÉRCITO : AGRICULTORES DE PAPANDUVA
E SUAS LUTAS (1956-1987) / Matheus Giacomo De Luca ;
orientador, Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado, 2019.
192 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,
Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. História. 2. Questão agrária . 3. Memória. 4. História
oral. 5. Movimentos sociais. I. Pinheiro Machado, Prof.
Dr. Paulo . II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em História. III. Título.

DEDICATÓRIA

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) aos desapropriados e desapropriadas de Papanduva-SC e seus respectivos herdeiros e herdeiras, que tiveram o seu cotidiano cerceado com a desapropriação no ano de 1963.

Também dedico aos colaboradores Sezinando Jungles (Nando), Verônica Thiesen Jungles (Donka), Helena Werka e, principalmente, Ebrahim Gonçalves de Oliveira, que abriram as portas das suas casas para que eu ouvisse as suas memórias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais: a minha mãe, Marli Meireles Prestes de Luca, pelo apoio durante toda a minha graduação, principalmente nos momentos de dificuldade e por seus ensinamentos de vida, em especial a prática do amor ao próximo; e ao meu pai, que sempre me deu todo o suporte material necessário para que eu pudesse estudar e me manter em Florianópolis/SC. Ao meu irmão Cesare Giacomo de Luca e as minhas irmãs Heloisa de Luca Povaluck e Maria Luiza de Luca, que cada um a sua maneira foram essenciais para a minha formação como pessoa.

Quero deixar um agradecimento mais do que especial para a minha companheira Ingrid Bento Medeiros pelo seu amor e carinho. Nossas conversas sobre política, educação, história, cultura, entre outros assuntos, foram extremamente enriquecedoras.

Aos amigos de longa data e aos que vim a fazer durante o curso de História, em especial: Matheus e Jéssica.

Aos membros do PET – História, espaço que fui muito bem recebido e tive momentos de aprendizado único durante a graduação. As leituras, viagens e eventos do Programa tiveram um papel central para a minha formação. Nesse espaço tive a honra de conviver com o professor João Klug, uma das melhores pessoas que já conheci. Sua simplicidade e serenidade são características admiráveis.

Agradeço ao senhor Ebrahim Gonçalves de Oliveira pelas entrevistas concedidas e pelos documentos fornecidos, sem a sua colaboração esse trabalho não seria possível. Também aos outros herdeiros e herdeiras entrevistados: Sezinando Jungles, Verônica Thiesen Jungles e Helena Werka, seus depoimentos foram de extrema importância para a conclusão desta pesquisa.

Por fim, agradeço ao meu orientador Paulo Pinheiro Machado, que contribuiu com a minha formação, primeiro como professor de Introdução aos Estudos Históricos, agora como meu orientador. Obrigado pela confiança!

O vento apaga as pegadas das gaivotas.

As chuvas apagam as pegadas dos passos humanos.

O sol apaga as pegadas do tempo.

*Os contadores de história procuram as pegadas da memória perdida, do amor e da dor, que
não são vistas, mas que não se apagam.*

Eduardo Galeano. O contador de histórias.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar o processo de desapropriação para instalação do Campo de Instrução Marechal Hermes (CIMH) e seus desdobramentos (1956-1987), a partir das memórias de Ebrahim Gonçalves de Oliveira, herdeiro de uma porção considerável de terras e reconhecido pelos seus pares como a pessoa credenciada a falar sobre os eventos aqui estudados.

O CIMH foi instalado no ano de 1952, após a passagem das terras pertencentes a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* para o Ministério da Guerra. Porém, a área foi considerada insuficiente para a ervergadura das manobras que o Exército pretendia fazer na região. Para atender as demandas dos militares é assinado em 1956, pelo então presidente Juscelino Kubitschek, o Decreto nº 40.570 de 1956, que desapropriava 89 propriedades contíguas a área que pertencia a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Porém, a retirada das famílias ocorreu somente no ano de 1963, após imissão de posse concedida pela justiça em favor do Exército, a qual determinava que a desocupação deveria ser efetivada em 48 horas. As famílias foram retiradas de suas casas com seus pertences pessoais e alguns poucos animais em caminhões do Exército e foram despejadas em casas de parentes e em praça pública na cidade de Canoinhas/SC, haja visto que não haviam recebido prévia e justa indenização. Os processos indenizatórios se arrastaram até o ano de 1975, o que levou a uma alta desvalorização das indenizações devido a inflação e a valorização das terras. Por conta dos valores propostos terem ficado muito abaixo do esperado as famílias atingidas começaram a se organizar ainda na década de 1970, primeiramente por meio de uma sociedade de caráter jurídico denominada Sociedade Núcleo Rural Papuã (SNRP) e posteriormente, na década de 1980, por meio de ocupações e acampamentos.

Para explicar o processo histórico acima mencionado, primeiramente, farei um panorama histórico sobre a questão agrária no Brasil nas décadas de 1950 e 1960. Em seguida, uma breve descrição da atuação da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* na região do Planalto Norte, seu processo de estatização e sua posterior passagem para o Ministério da Guerra.

Na segunda parte, dividida em dois capítulos, tratarei especificamente das memórias de Ebrahim Gonçalves de Oliveira, como o narrador significa a partir do trabalho da memória o seu cotidiano nas décadas de 1940 e 1950, o processo de desapropriação, os arrendamentos e busca por uma solução, seja pela justiça, seja por meio da organização social. Também vou me valer de entrevistas realizadas com outros herdeiros e herdeiras, além de alguns documentos

escritos e da bibliografia já produzida sobre o tema, principalmente do estudo realizado pelo sociólogo Valmor Schiocher, intitulado “Esta terra é minha terra”.

PALAVRAS CHAVES: Desapropriação; Questão agrária; Memória; História Oral.

ABSTRACT

The purpose of this piece of research is to analyze the process of land expropriation for the installation of the *Campo de Instrução Marechal Hermes (CIMH)* military training camp and its outcomes (1956-1987), through the memories of Ebrahim Gonçalves de Oliveira, who is the heir of a considerable portion of land and who is acknowledged by his peers as the most qualified person to talk about the events investigated in the present study.

The CIMH was installed in 1952, after the land previously owned by the *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* was transferred to the Brazilian Ministry of War. Nevertheless, the area was considered insufficient for the operations the Army had planned for that region. In 1956, in order to meet the militaries' needs, the then president of Brazil, Juscelino Kubitschek, signed a decree (*Decreto nº 40.570 de 1956*) which expropriated 89 properties adjacent to the area owned by the *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. The removal of the families, however, took place only in 1963, after a legal process granted the Army the right to land possession, and determined that the expropriation should be completed within 48 hours. The families were evicted from their homes with their personal belongings and a few animals, in Army trucks, and were taken to relatives' homes and to a public square in the city of Canoinhas-SC, since they had not received a fair compensation. The indemnification procedures dragged on until 1975, what led to a strong devaluation of the indemnity due to inflation rate and to land valuation. Considering the proposed values were much lower than expected, the affected families started organizing themselves in the 1970s, first through a legal society called *Sociedade Núcleo Rural Papuã (SNRP)*, and later, in the 1980s, through occupations and camps.

In order to explain the aforementioned historical process, I will first give a historical overview of the agrarian question in Brazil in the 1950s and 1960s. Then, I will provide a brief description of the *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* operation in the North Plateau region of Santa Catarina state, its nationalization process and its subsequent transfer to the Ministry of War.

In the second part, I will specifically address the memories of Ebrahim Gonçalves de Oliveira, the way the narrator signifies, through memory work, his daily life in the 1940s and 1950, the process of land expropriation, and the search for a solution, either through legal means or through social organization. I will also draw upon interviews with other heirs, as well as some written documents and the existing bibliography on the subject, especially the study carried out by sociologist Valmor Schiocher, entitled "This land is my land" (*"Esta terra é minha terra"*).

KEY WORDS: Expropriation; Agrarian question; Memory; Oral History.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A Área da sede do Campo de Instrução Marechal Hermes está indicada pelo ponto verde. O ponto azul indica a área de treinamento do Campo de Instrução Marechal Hermes...	33
Figura 2 - Ebrahim Gonçalves de Oliveira.	38
Figura 3 - Cerca que protegia as plantações dos animais que viviam soltos (faxinal)	40
Figura 4 - Acampamento em Papanduva-SC	86
Figura 5 - Nome do acampamento fazia referência ao monge São João Maria e as suas profecias.	88
Figura 6 - Acampamento em Florianópolis/SC	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

5ª RM – 5ª Região Militar

AST – Aliança Social Trabalhista

AP – Ação Popular

CIMH – Campo de Instrução Marechal Hermes

CPE – Comissão Parlamentar Externa

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COPEL – Companhia Paranaense de Energia

DECOM – Departamento de Defesa Comercial

DF – Distrito Federal

ETR – Estatuto do Trabalhador Rural

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITR – Imposto Territorial Rural

MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

MEx – Ministério do Exército

MTPS – Ministério do Trabalho e Previdência Social

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MSTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais

PR – Paraná

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PDS – Partido Democrático Social

PFL – Partido da Frente Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PT – Partido dos Trabalhadores

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PGR – Procuradoria Geral da República

RS – Rio Grande do Sul

SP – São Paulo

SNRP – Sociedade Núcle Rural Papuã

STR – Superior Tribunal de Recursos

UDN – União Democrática Nacional

ULTAB – União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. DA SOUTHERN BRAZIL LUMBER AND COLONIZATION COMPANY AO CAMPO DE INSTRUÇÃO MARECHAL HERMES (CIMH)	21
2.1. Questão agrária no Brasil nos anos 1950 – 1960.....	21
2.2. A instalação da <i>Southern Brazil Lumber and Colonization Company</i> em Três Barras/SC e seu impacto no Planalto Norte Contestado	23
2.3. O processo de estatização da <i>Lumber</i> e sua passagem para o Ministério da Guerra .	25
2.4. O processo de desapropriação de terras para instalação de um campo de instrução do Exército no Planalto Norte Catarinense	29
2.5. Decreto nº. 40.570, de 18 de dezembro de 1956, Decreto-Lei nº. 3.365 de 21 de junho de 1941 e indenizações	33
3. COTIDIANO, DESAPROPRIAÇÃO E ARRENDAMENTOS	38
3.1. O cotidiano: modo de produção e costumes	38
3.2. A desapropriação: cotidiano cerceado, treinamentos e expulsão.....	46
3.3. Os arrendamentos e suas irregularidades	57
4. ORGANIZAÇÃO, OCUPAÇÃO E ACAMPAMENTOS (1975-1987)	65
4.1 A busca por uma solução: organização na segunda metade da década de 1970 e a ocupação em 1980	65
4.2 O Movimento dos Desapropriados de Papanduva	81
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
6. FONTES	106
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107
8. APÊNDICE	110

1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pretende analisar as memórias de Ebrahim Gonçalves de Oliveira sobre o seu cotidiano na região do Planalto Norte Contestado, o processo de desapropriação para instalação do Campo de Instrução Marechal Hermes (CIMH)¹ e seus desdobramentos, como a vida após a saída das terras e as formas de reivindicação, principalmente na segunda metade da década de 1970 e durante a de 1980.

A desapropriação para instalação do CIMH se deu em dois momentos. Primeiramente, a área que pertencia *Southern Lumber and Colonization Company*, em Canoinhas-SC, passou para o Ministério da Guerra no ano de 1952, porém ela foi considerada insuficiente para a ervergadura das manobras que o Exército pretendia fazer na região. Assim, no ano de 1956 é dado o segundo passo para o processo de desapropriação com a assinatura do Decreto nº 40.570 de 1956, o qual desapropriava 89 propriedades contíguas a área da antiga *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Porém, a retirada das famílias ocorreu somente no ano de 1963, após imissão de posse concedida pela justiça em favor do Exército, a qual determinava que a desocupação deveria ser efetivada em 48 horas. As famílias foram retiradas de suas casas com seus pertences pessoais e alguns poucos animais em caminhões do Exército e foram despejadas em casas de parentes e em praça pública na cidade de Canoinhas –SC, haja visto que não haviam recebido prévia e justa indenização. Os processos indenizatórios se arrastaram até o ano de 1975, o que levou a uma alta desvalorização das indenizações devido a inflação e a valorização das terras. Por conta dos valores propostos terem ficado muito abaixo do esperado as famílias atingidas começaram a se organizar ainda na década de 1970, primeiramente por meio de uma sociedade de caráter jurídico denominada Sociedade Núcleo Rural Papuã (SNRP) e posteriormente, na década de 1980, por meio de ocupações e acampamentos.

Para entender como se deu esse processo histórico utilizei a metodologia da história oral. Segundo Portelli, as fontes orais são narrativas individuais, informais, dialógicas, criadas no encontro entre o historiador e o narrador.² Portanto, foi necessário fazer visitas para Ebrahim,

¹ O Campo de Instrução Marechal Hermes (CIMH) foi fundado em 1954 na cidade de Canoinhas/SC. Em 1961, Três Barras/SC, que pertencia a Canoinhas, teve sua emancipação política e como isso o CIMH passou a fazer parte do município. O CIMH está dividido em duas partes: uma delas é a área da sede, localizada na cidade de Três Barras/SC, e a outra é o local de treinamento, que fica a certa de 20km da primeira. A segunda está dividida entre os municípios de Três Barras/SC e Papanduva/SC.

² PORTELLI, Alessandro. **História oral: Uma relação dialógica**. In: PORTELLI, Alessandro. História oral como arte da escuta. São Paulo: Letra e Voz, 2016. Cap. 1, p. 9.

na cidade de Curitiba-PR, para construir em conjunto com o narrador a principal fonte utilizada neste trabalho. Foram feitas duas entrevistas, a primeira com duração de 23min 08seg e a segunda com duração de 3hs 44seg. A diferença substancial de tempo entre as duas entrevistas deveu-se pela minha necessidade de conhecer o narrador e saber um pouco mais quem ele era e qual foi a sua participação no processo histórico pesquisado. Além disso, ele também queria saber quem eu era e quais as minhas intenções com a pesquisa. Também nesse primeiro encontro Ebrahim trouxe vários documentos e os colocou em cima da mesa da sala, lendo quase todos em voz alta. Por conta disso, a entrevista começou mais tarde do que o previsto, vindo a ser interrompida por uma ligação da advogada Ivete Caribé da Rocha avisando-nos que estava disponível para uma conversa.³ Já a segunda entrevista foi muito mais fluida, visto que tinha maior domínio sobre o tema e por já ter tido o primeiro contato com o entrevistado. Mas o cenário era o mesmo, com a mesa da sala tomada pelos documentos.

Após as conversas, transcrevi as entrevistas e então selecionei passagens para serem analisadas na presente pesquisa.

Outras memórias de herdeiros⁴ também foram utilizadas para complementar o trabalho, principalmente sobre a segunda metade da década de 1970 e na ocupação de 1980, período do qual Ebrahim não tem muitas lembranças. Também analisei documentos escritos, entre eles: trechos do jornal O Barriga Verde, periódico da cidade de Canoinhas nas décadas de 1950 e 1960; o Decreto-Lei de 1941 que trata sobre a lei básica de desapropriação; a Constituição de 1946; um contrato de arrendamento entre José da Silva Lima – sogro de Ebrahim – e o diretor do CIMH; trecho do processo nº 1.771/71; abaixo assinado redigido em Canoinhas no ano de 1975; documento de registro da Sociedade Núcleo Rural Papuã (SNRP), além da bibliografia produzida sobre o tema, com destaque para o trabalho do sociólogo Valmor Schiochet, de título “Esta terra é minha Terra”, que trata sobre a luta dos desapropriados/herdeiros de Papanduva pela devolução das suas terras.

Schiochet, acompanhou de perto a luta das famílias durante o período que permaneceram acampadas em Papanduva/SC e Florianópolis/SC entre os anos de 1985-1987. Esse convívio lhe rendeu uma dissertação de mestrado, a qual posteriormente virou livro. Sua pesquisa é sempre citada pelos herdeiros e herdeiras como referência bibliográfica para compreender a questão da desapropriação e as suas lutas. Particularmente, eu a considero a

³ Ivete Caribé da Rocha é uma das advogadas responsáveis pela elaboração da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban. Nela foi tratada as violações de direitos humanos aos quais foram submetidos os desapropriados/herdeiros do CIMH. Porém, sua entrevista não foi utilizada no presente trabalho.

⁴ Os outros herdeiros/herdeiras entrevistados foram: Verônica Thiesen Jungles, Sezinando Jungles e Helena Werka.

pesquisa a mais completa sobre o assunto. Por conta da sua importância para os herdeiros e por ser a pesquisa mais completa a qual tive contato, em vários momentos vou usa-la para dialogar com as memórias dos herdeiros e herdeiras.

Importante ressaltar que o eixo central do trabalho é a narrativa de Ebrahim Gonçalves de Oliveira, portanto, os documentos escritos e as memórias de outros herdeiros tem como função complementar a pesquisa. Além disso, não me importa se o narrador está dizendo a verdade sobre os fatos, mas sim como significa os eventos que presenciou ou que foram transmitidos a ele pela memória de familiares ou outros desapropriados/herdeiros, isto é, o importante é compreender como Ebrahim Gonçalves de Oliveira significa o processo de desapropriação e seus desdobramentos a partir do trabalho da memória.

A escolha de Ebrahim Gonçalves de Oliveira para ser a minha principal fonte deveu-se a três fatores: os outros herdeiros e herdeiras que entrevistei indicavam Ebrahim como a principal referência sobre o assunto, ele era a pessoa autorizada a falar pelo grupo, pois conhecia a história da desapropriação e seus desdobramentos, além de ter guardado grande volume de documentos sobre o processo. Por conta dessa representatividade para o grupo, Ebrahim seria um guardião da memória.⁵ O segundo fator está ligado a ele ter nascido e crescido na região onde hoje é Campo de Instrução Marechal Hermes (CIMH). Por fim, participou ativamente do Movimento que aconteceu entre os anos de 1985 e 1987, vindo a ser tornar uma das principais lideranças do mesmo.

Aqui reside a principal diferença entre a presente pesquisa e a bibliografia já elaborada sobre o tema, visto que a memória será a fonte principal do trabalho, não servindo apenas como suporte para confirmar informações, mas sendo entendida como um fonte produzida na relação entre entrevistador e entrevistado, a qual é passível de significações e ressignificações a partir da preferência política, da classe social e do contexto político que o narrador está inserido.

O trabalho será estruturado em três capítulos. Primeiramente tratarei sobre a questão agrária no Brasil nas décadas de 1950 e 1960, destacando rapidamente o papel de organizações como a União do Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e as Ligas Camponesas, além do debate sobre a terra no Congresso Nacional. Em seguida farei um breve histórico do papel da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* em Canoinhas/SC e seu impacto no Planalto Norte Contestado, como a eclosão da Guerra do Contestado (1912-1916). Também vou discorrer sobre o processo de estatização da *Lumber* e sua passagem para o Ministério da Guerra, para então chegarmos ao processo de desapropriação das terras para a instalação do

⁵ POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

CIMH, demonstrando os interesses privados que permearam a negociação. Por fim, farei uma breve análise do Decreto Lei nº 40.570, de 18 de dezembro de 1956 e do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941. O primeiro refere-se às terras a serem desapropriadas e suas respectivas indenizações e o segundo é a lei básica para desapropriação. Nesse subtítulo também será debatida a questão das indenizações. Portanto, no primeiro capítulo, buscarei dar uma noção geral sobre a questão agrária no Brasil nas décadas de 1950 e 1960 e historicizar a instalação do Campo de Instrução Marechal Hermes (CIMH).

Na segunda parte, dividida em dois capítulos, tratarei especificamente das memórias de Ebrahim Gonçalves de Oliveira, passando pelo seu cotidiano antes da desapropriação, as lembranças da expulsão e os desdobramentos da mesma, como a busca por uma solução na segunda metade da década de 1970 e 1980.

2. DA SOUTHERN BRAZIL LUMBER AND COLONIZATION COMPANY AO CAMPO DE INSTRUÇÃO MARECHAL HERMES (CIMH)

2.1. Questão agrária no Brasil nos anos 1950 – 1960

O processo de desapropriação para instalação do Campo de Instrução Marechal Hermes (CIMH) na cidade de Três Barras/SC, está inserido em um contexto mais amplo que envolve a questão agrária no Brasil dos anos 1950-1960. Nesse momento a reforma agrária estava na ordem do dia no Congresso Nacional e grupos de esquerda e de direita disputavam a representação dos camponeses. Além disso, muitas famílias eram expulsas das terras que ocuparam durante anos pela imposição da força do poder público ou privado. Portanto, para entender o processo de desapropriação que ocorreu no planalto norte catarinense é essencial um breve histórico sobre a questão agrária no Brasil nos anos 1950 – 1960 e quais os projetos e grupos políticos que estavam em disputa.

O Brasil da década de 1950 e parte da primeira metade da de 1960 teve uma expansão da chamada experiência democrática que se iniciou em 1945, após o fim do Estado Novo, comandado por Getúlio Vargas. Nesse espaço de tempo, segundo Marly Motta, se referindo à interpretação de Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, houve eleições com regularidade – porém, não sem ameaças golpistas nos anos de 1954, 1955 e 1961 – e livre atuação de partidos políticos. Além disso, mesmo com a cassação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), vários de seus membros tinham presença importante em agremiações partidárias e na vida sindical, seja ela urbana ou rural. Mas o mais importante foi o reconhecimento do povo como ator político a ser conquistado e incorporado no regime democrático representativo, que levou até os políticos conservadores a criarem estratégias de aproximação com os trabalhadores.⁶

É nesse contexto de experiência democrática e reconhecimento do povo como ator político que a questão agrária no Brasil ganha centralidade no debate público, com grupos de esquerda e de direita debatendo-a no Congresso Nacional. Também no campo, posseiros, desapropriados, foreiros, arrendatários, parceiros e pequenos proprietários lutavam pela reforma agrária frente ao latifúndio, se aglomerando em torno de organizações que disputavam a representação desses grupos e suas lutas, falando em seu nome, expressando seus interesses

⁶ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. 1964: **O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 8

e reivindicações.⁷ Havia três organizações principais que disputavam a representatividade do trabalhador do campo: a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), liderada pelos militantes do PCB; as Ligas Camponesas, comandada pelo Deputado Francisco Julião⁸; e a Igreja Católica.

Tais debates só foram possíveis porque na década de 1950 e início da de 1960 o setor agrário brasileiro passava por grandes transformações e um novo olhar sobre as pessoas que viviam no campo se tornou dominante. O morador do campo não era mais visto como atrasado, preguiçoso ou culpado pela sua própria miséria. O que passou a marcar essa população, a partir, principalmente dos anos 1950, era a sua luta contra o latifúndio, por uma vida digna, justa e sem miséria. São essas novas imagens do morador do campo que vão tomar os noticiários, o meio acadêmico, cultural e o Congresso Nacional. A reforma agrária passa a ser apoiada com mais ênfase pelas esquerdas, principalmente pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)

Esse novo olhar sobre o campo se dá em conjunto com as crescentes transformações no meio rural. Segundo Grynszpan e Dezemone, essas transformações tiveram formas e ritmos distintos no país, produzindo impactos sobre as relações tradicionais de dominação, criando condições para sua ilegitimação, além de ocasionarem uma intensa e generalizada expulsão de camponeses das terras onde viviam, sobretudo no interior das grandes cidades.⁹ Nesse contexto surge as Ligas Camponesas, liderada por Francisco Julião, no Nordeste. As Ligas lutavam pela reforma agrária máxima, na lei ou na marra, isto é, distribuição de terras produtivas e improdutivas sem indenização para o proprietário, sendo feita com ou sem a aprovação do Congresso Nacional.¹⁰

Ao mesmo tempo outros grupos passaram a disputar a representação e organização dos camponeses, entre eles a Igreja Católica e o PCB, o segundo atuava por meio da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). O PCB também lutava pela reforma agrária, porém, principalmente a partir da década de 1960, acreditava em uma reforma agrária feita de maneira pacífica, sendo aprovada no Congresso Nacional.¹¹ Já a Igreja Católica, por

⁷ GRYSZPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. **As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964)**. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Cap. 8, p. 217.

⁸ Francisco Julião era advogado e foi eleito deputado estadual (1955-1963) e federal (1963-1964).

⁹ *Ibidem*, p. 215.

¹⁰ MONTENEGRO, Antônio Torres. **Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano III*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. Cap. 8, p. 244 - 253.

¹¹ GRYSZPAN; DEZEMONE, Op. Cit, 2007, p. 221.

meio do seu setor mais conservador, tentava frear o avanço das esquerdas no campo, pregando melhorias de vida à população rural, como direitos trabalhistas, a saúde e a educação.

Com o reconhecimento dos sindicatos rurais pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), no ano de 1962 e principalmente com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), em 1963, que estendia os direitos trabalhistas à população do campo, o PCB e a Igreja Católica passaram a disputar a representação dos camponeses por meio dos sindicatos rurais, enquanto as Ligas se radicalizavam, o que contribuiu para que elas caíssem no isolamento.¹²

Em meio a tantas transformações, lutas e disputas de organizações políticas para representar os camponeses, se deu o Golpe Civil Militar de 1964. Os anos seguintes ao golpe foram de perseguição aos líderes de esquerda e ao movimento camponês de modo geral, tendo o setor mais conservador tomado a frente da representação camponesa e freando importantes experiências de luta pela reforma agrária, embora o Estatuto da Terra, aprovado em 30 de novembro de 1964, pudesse vir a viabilizar a reforma agrária durante o período militar.

2.2. A instalação da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* em Três Barras/SC e seu impacto no Planalto Norte Contestado

Após contextualizar a questão agrária no Brasil nos anos 1950 – 1960 será necessário entender a implementação da serraria *Lumber* em Três Barras/SC, uma vez que a sede do Campo de Instrução Marechal Hermes (CIMH) se situa no mesmo lugar onde ficava a madeireira,

No início do século XX, por meio de concessão do Governo Federal, começou a ser construída a estrada de ferro São Paulo/SP – Rio Grande do Sul/RS, pela companhia Norte Americana *Brazil Railway Company*, de propriedade do magnata Percival Farquar. Era previsto em contrato que a companhia tinha direito de explorar 15km de terras para cada lado da ferrovia entre os estados de SP e RS.¹³ Essa exploração se daria por meio da retirada de madeiras de alto

¹² MONTENEGRO, Op. Cit, 2007, p. 268.

¹³ A *Lumber Company*, além de explorar terras recebidas sob concessão também adquiriu outras. Para saber mais: LIMA, Soeli Regina; TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **O fim de uma Company Town: do processo de estatização às manifestações dos trabalhadores da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company***. In: LIMA, Soeli Regina; TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **Ecos do contestado: Da serraria *Lumber* ao Campo de Instrução Marechal Hermes - CIMH**. Palmas: Kayguangue, 2017. Cap. 4, p. 89-124.

valor comercial e pela promoção de colonização das terras devolutas.¹⁴ Para isso, foi constituída a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, que no ano de 1910 instalou uma moderna madeireira na cidade de Três Barras, então território paranaense contestado por Santa Catarina.

A subsidiária tinha como objetivo explorar as terras adjacentes à ferrovia para retirada de madeiras de alto valor, o que envolvia grupos de trabalhadores que se embrenhavam nas matas, selecionavam e serravam as árvores. Em seguida, as toras eram presas em cabos de aço com centenas de metros de comprimento e içadas por guinchos movidos a vapor comprimido. Então, as toras eram arrastadas até a margem dos ramais ferroviários construídos pela própria empresa e eram levadas para a serraria, onde eram serradas e selecionadas mecanicamente para serem mandadas para os portos de São Francisco do Sul/SC e Paranaguá/PR, sendo dali enviadas ao exterior.¹⁵

Com o processo de retirada, as enormes toras destruíam toda a vegetação que estivesse no caminho, como árvores menores, que eram economicamente menos interessantes e também grandes quantidades de erva mate, cuja extração consistia em elemento de subsistência para a população pobre que habitava a região.¹⁶

Além do impacto ambiental causado pela empresa no planalto contestado, a *Lumber* também afetou o modo de vida do sertanejo, em especial o trabalho. Lidar na roça cabocla, cuidar da criação, fazer erva mate, derrubar madeira, caçar ou pescar eram atividades que permitiam a sobrevivência da população local. Com a chegada da ferrovia e conseqüentemente da serraria, as terras dos sertanejos foram expropriadas e uma nova disciplina de trabalho foi introduzida.¹⁷ Antes, a solidariedade fazia parte do universo de trabalho, o que se materializava em práticas como pixirum e o faxinal.¹⁸ Agora, com a chegada da empresa e conseqüente expulsão das terras, o sertanejo teve suas práticas e costumes cerceados. Porém, não sem

¹⁴ FLENIK, Ana Claudia. **Disputas fundiárias no pós-contestado: a luta pelas terras do Campo de Instrução Marechal Hermes e seus reflexos sobre o desenvolvimento regional**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Curso de Direito, Universidade do Contestado, Canoinhas 2017, p. 41

¹⁵ TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **A atuação da Lumber Company no território contestado: algumas considerações**. In: LIMA, Soeli Regina; TOMPOROSKI, Alexandre Assis. *Ecos do contestado: Da serraria Lumber ao Campo de Instrução Marechal Hermes - CIMH*. Palmas: Kayguangue, 2017. Cap. 3, p. 65.

¹⁶ Idem

¹⁷ TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **O polvo e seus tentáculos: A Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940**. 2013. 282 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Cap. 1, p. 56.

¹⁸ O pixirum era uma prática costumeira entre a população sertaneja. Ela consistia na ajuda entre os vizinhos para realizar colheitas, roçadas e limpezas de terrenos. Já o faxinal era o nome dado ao mútuo auxílio entre os vizinhos na criação dos animais. Essa criação, especialmente de suínos, caprinos e bovinos, era feita de maneira comunal, ou seja, com o aproveitamento das terras em conjunto.

resistir, visto que a expulsão das suas terras e o ataque aos seus costumes fizeram com que se desencadeasse a Guerra do Contestado (1912-1916).

Portanto, a introdução do capital estrangeiro na região do contestado trouxe mudanças significativas na vida do sertanejo que vivia no Planalto Norte Catarinense, afetando os seus costumes, retirando as suas terras e gerando um impacto ambiental que até os dias de hoje é visível.

2.3. O processo de estatização da *Lumber* e sua passagem para o Ministério da Guerra

Após atuar por quase trinta anos sob o controle do capital estrangeiro, a *Brazil Railway Company* foi estatizada por Getúlio Vargas, através da publicação do Decreto-Lei nº 2.346, de 22 de julho de 1940.¹⁹

A estatização, segundo decreto presidencial citado anteriormente, se deu em favor dos interesses nacionais, visto que a *Brazil Railway Company* e suas filiais controlavam setores de fundamental importância para o Brasil, como o ferroviário, portuário, energético e de colonização. Além disso, os problemas decorrentes da má gestão nas companhias do grupo Farquhar influenciavam muito a economia nacional. Havia atrasos no cumprimento de obrigações com credores de capitais – alavancados em bolsas europeias – o que gerou descontentamento e abalou a confiança dos investidores estrangeiros na economia do país. Com base nisso, o primeiro artigo do decreto incorporou ao patrimônio da União os bens e direitos tanto da *Brazil Railway Company* – existentes em território nacional – quanto de suas dependentes, como a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, além de outras onze companhias.²⁰

Dessa maneira, por conta da empresa estar em crise, principalmente por problemas decorrentes de má gestão interna, e por controlar setores estratégicos para a economia nacional, ela passou para o domínio do Estado em 1940.

Após ser incorporada ao patrimônio da União, a companhia *Lumber* teve como primeiro diretor o major da Reserva José Domingues Neto. Segundo Alexandre Tomporoski e Soeli Regina Lima, a estatização da serraria foi divulgada na imprensa local como fator de

¹⁹ TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **Cicatrizes do Contestado: a estatização da Southern Brazil Lumber and Colonization Company e o advento do Campo de Instrução Marechal Hermes**. Desenvolvimento Regional em Debate, Canoninhas, v. 6, n. 3, p. 182.

²⁰ Idem.

desenvolvimento econômico.²¹ Segundo a notícia do Jornal Barriga Verde, a estatização do empreendimento não representava perigo de abalo na economia regional. A Lumber continuava investindo em novas atividades.

Fazendo referência a nota inserida em nº 247 de 1/11/42 deve ficar esclarecido que, a iluminação pública, há longos anos aspirada pela população Tresbarrense, vem se tornando uma realidade, graças ao dinamismo do ilustre sr.cel. Pedro Reginaldo Teixeira, diretor da Cia. Lumber Incorporadora, a quem Três Barras deve esse fator de desenvolvimento e progresso motivado pelo profícuo e encansável esforço, *contratando a força que movimentará [grifo meu] a nova indústria que se acha em adiantado estado de construção, o que poderia ter sido feito com os próprios recursos de que dispõem a referida Companhia*²²

O trecho do jornal Barriga Verde, que circulava na cidade de Três Barras nos anos 1940, passa um otimismo quanto a estatização da empresa e os investimentos que vinham sendo feitos. Além disso, é interessante notar a ênfase do jornal na argumentação de que a empresa continuaria a gerar empregos e progresso para a população local.

Já no ano de 1946 foi autorizada a venda, por meio de concorrência pública, das terras situadas nos Estados do Paraná e Santa Catarina; os bens e propriedades da “*Brazil Land Castle and Packing Company*”; as propriedades, bens e direitos adquiridos pela Superintendência das Empresas Incorporadoras ao Patrimônio da União, durante o período da incorporação, por meio de investimento de capitais.²³

Porém, parte do patrimônio da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company Incorporadora* foi desmembrado e administrado separadamente. Essa fração do patrimônio compreendia a fazenda “Morungava”, com área aproximada de 87.120 hectares²⁴, com instalações industriais, reservas florestais, etc. Essa área foi vendida em 1948 ao preço de Cr\$ 21.000.000.00, incluídas as reservas florestais.²⁵ Já no ano seguinte, em 1949, abre-se outro edital de concorrência pública, cujo objetivo consistia na venda do restante dos bens da *Lumber Incorporadora*. Tal acervo era constituído por um extenso rol de bens, dentre os quais: uma propriedade em Calmon, 36.000 hectares de terras e trezentos e cinquenta mil pinheiros adultos; na Serra do Espigão, então município de Canoinhas/SC, outros duzentos mil pinheiros adultos; remanescentes de “propriedades loteadas”, entre os quais muitos lotes que haviam sido

²¹ LIMA; TOMPOROSKI, Op. Cit, 2017, p. 93.

²² Jornal O Barriga Verde, 08/11/1942.

²³ LIMA; TOMPOROSKI, Op. Cit, 2017, p. 99.

²⁴ A conversão de alqueires para hectares teve como base o alqueire paulista. 1 alqueire paulista = 24.200 m² = 2,42 ha.

²⁵ Ibidem, p. 100.

vendidos entre as estações ferroviárias de Canivete e Valões (atual Iriniópolis/SC); um terreno com 1 hectare, em São Francisco do Sul/SC; na região da Barra Funda, em São Paulo, um “palacete”, quatro casas menores e um terreno com 1 hectare; uma propriedade com 1.573 hectares no então distrito canoinhense de Papanduva (atual município de Papanduva); um terreno – com cerca de 21 hectares – onde estava instalada a serraria, fábrica de caixas, laminadora, oficinas, casas, armazéns, e hospital; aproximadamente quarenta e três quilômetros de linha férrea assentada, além de maquinário da indústria de madeira, locomotivas, cerca de quarenta vagões e plataformas para transporte de madeira pela ferrovia.²⁶

Depois da abertura do edital, em dezembro de 1950, três firmas adquiriram o acervo: as empresas Cia. Terra e Pinho Ltda., Groppe S.A. e Cia. Madeiras Del Alto Paraná, controladas pelo mesmo indivíduo: Alberto Dalcanale.²⁷

Segundo Alexandre Tomporonski, houve irregularidades no edital de concorrência pública e na posterior partilha dos bens da *Lumber*. A proposta vencedora foi a única que fez uma oferta superior ao mínimo estipulado no edital, correspondente a Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), embora o excedente tenha sido apenas de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros). O edital ainda não admitia a divisão dos bens da *Lumber*, porém, após a negociação, uma parcela foi rapidamente escriturada em nomes de terceiros.²⁸

Em março de 1951, um representante da 5ª Região Militar, que tinha a sede do comando localizada na cidade de Curitiba/PR, procurou o governo do estado de Santa Catarina com o intuito de obter apoio para identificar uma área de terras entre três e quatro mil alqueires. A área deveria estar localizada nas proximidades da *Lumber*, em Três Barras, entre os rios Canoinhas, São João e Rio das Antas. Em resposta, por meio de correspondência ao comandante da 5ª Região Militar, à época o General Tristão de Alencar Pires, o governador catarinense Irineu Bornhausen (UDN) demonstrou interesse pela ideia, já que segundo o governador, a instalação de uma Unidade do Exército Nacional na cidade de Três Barras traria desenvolvimento e progresso para a cidade.²⁹ Assim, o governador enviou instruções ao prefeito municipal de Canoinhas/SC, orientando-o para que, juntamente com o representante da Companhia de Madeiras Del Alto Paraná, empresa compradora do acervo da *Lumber*, compusesse uma comissão com o objetivo de localizar uma área de terras que atendesse aos interesses dos militares.³⁰

²⁶ TOMPOROSKI, Op. Cit, 2016, p. 183-184.

²⁷ Ibidem, p. 183.

²⁸ Ibidem, p. 184.

²⁹ LIMA; TOMPOROSKI, Op. Cit, 2017, p. 104.

³⁰ Idem.

No mês de maio de 1951, Irineu Bornhausen delegou a responsabilidade pela escolha de uma área de terras a uma comissão constituída por representantes do Ministério da Guerra e pelo controlador das empresas que haviam adquirido os bens que integravam o acervo da antiga *Lumber*. Para o historiador Alexandre Tomporoski, é estranho a comissão contar com representantes de empresas privadas para escolher e desapropriar as terras.³¹ Isso vai ficar ainda mais “estranho” com o desenrolar dos fatos.

Em 29 de maio de 1951, foi realizada uma reunião da Comissão Regional de Escolha de Imóveis para o Ministério da Guerra, na sede da *Lumber Incorporadora* em Três Barras, município de Canoinhas/SC. Estavam presentes os militares que compunham a Comissão³², os delegados da Superintendência das Empresas Incorporadoras ao Patrimônio Nacional³³ e os representantes da Companhia de Madeiras Del Alto Paraná³⁴.

Na reunião, o empresário Alberto Dalcanale declarou abrir mão, em benefício do Ministério da Guerra, da área sob o controle da Cia. de Madeiras do Alto Paraná, localizada na região compreendida entre os rios Canoinhas, Jangada e Papanduva, e de glebas situadas nas regiões de Valões, São João da Barra e Toldo de Cima, com exceção da área de reflorestamento da gleba de Valões. O empresário também concordou com a transferência integral das instalações existentes na sede da *Lumber Incorporadora*, em Três Barras, ao Ministério da Guerra.³⁵

Para Alexandre Tomporoski as cessões dos bens não foram motivadas por um patriotismo exacerbado por parte de Dalcanale. Segundo o historiador, a transferência das áreas (com exceção aquelas ocupadas por pinheiros) foi uma estratégia que objetivou desatar os bens de menor valor e transferir os trabalhadores da antiga *Lumber* para uma instância pública – no caso – o Ministério da Guerra – deixando as empresas de Dalcanale sem obrigações referentes aos salários, encargos trabalhistas e de contingências resultantes de indenizações aos operários da companhia incorporadora.³⁶

Além disso, os bens que tinham potencial para gerar lucros – entre eles uma propriedade em Calmon, a fazenda São Roque, com duas serrarias, desvios ferroviários, trezentos e cinquenta mil pinheiros, imbuías, etc., edifícios em São Paulo e Paraná e vastos pinheirais na Serra do Espigão, em Santa Catarina – permaneceram sob o controle das empresas controladas

³¹ TOMPOROSKI, Op. Cit, 2016, p. 185.

³² General Sady Martins Vianna, Tenentes Coronéis Calos Queiros Falcão e Murat Guimarães, Capitães Basílio Marques dos Santos Sobrinho e Dr. José Alvarenga Moreira, sob a presidência do primeiro.

³³ Hortencio Alcantara Filho e Ary d’ Leary Paes Leme.

³⁴ Alberto Dalcanale e Wilen B. Martins.

³⁵ LIMA; TOMPOROSKI, Op. Cit, 2017, p. 105-106.

³⁶ TOMPOROSKI, Op. Cit, 2016, p. 186.

por Alberto Dalcanale, e sua exploração gerou lucros acentuados. Em contrapartida, a serraria de Três Barras – que foi transferida por Dalcanale ao Ministério da Guerra – permanecia praticamente imobilizada junto ao grupo de trabalhadores da *Lumber Incorporadora*, que ficara sob responsabilidade do exército. Os custos estimados para amortização dos encargos, decorrentes de eventuais demissões dos trabalhadores, poderia atingir a cifra de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros).³⁷

Portanto, de um lado, Dalcanale ficou com as melhores áreas que pertenciam a *Lumber Incorporadora* e se livrou dos encargos trabalhistas. Do outro, o Ministério da Guerra assumiu as questões trabalhistas e uma serraria praticamente imobilizada, o que gerou atrasos nos pagamentos dos funcionários fazendo surgir o que passou a ser chamado de “os flagelados de Três Barras”.³⁸

Também é interessante pontuar que no dia 04 de fevereiro de 1954, a filha de Alberto Dalcanale, Ivete Terezinha, e o filho do governador Irineu Bornhausen, Paulo Konder Bornhausen se casaram.³⁹ Isso demonstra que o governador e sua família também foram beneficiados com a partilha dos bens da *Lumber Incorporadora*.

Por fim, a partir do dia 11 de setembro de 1952, a área que pertencia a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* foi transferida ao controle do Exército brasileiro, dando origem ao CIMH – Campo de Instrução Marechal Hermes, sob o comando da 5ª Região Militar de Curitiba/PR.

2.4. O processo de desapropriação de terras para instalação de um campo de instrução do Exército no Planalto Norte Catarinense

Após a passagem de parte dos bens da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* para o Ministério da Guerra no ano de 1952, foi instalado parcialmente o Campo de Instrução Marechal Hermes da 5ª Região Militar – área composta por 2.000 ha. Parcialmente porque o Exército naquele momento possuía apenas o local de administração e uma área pequena para a realização de exercícios militares. Tal área foi considerada insuficiente diante das pretensões dos militares de ter um campo que permitisse o exercício militar de todas as

³⁷ LIMA; TOMPOROSKI, Op. Cit, 2016, p. 107.

³⁸ Os “flagelados de Três Barras” eram ex trabalhadores da Lumber que tiveram seus salários e indenizações atrasados após o Ministério da Guerra assumir os bens da Lumber Incorporadora.

³⁹ LIMA; TOMPOROSKI, Op. Cit, 2016, p. 109.

corporações dos estados do Paraná e Santa Catarina.⁴⁰ Por conta disso, segundo os militares, era necessário a ampliação da área através da desapropriação das terras circunvizinhas.

A preocupação quanto a desapropriação para instalação de um campo de manobras na região estava presente na imprensa de Canoinhas/SC. O jornal Barriga Verde publicou uma carta aberta do senhor Manoel Ramos Ribeiro, de Papanduva, no ano de 1952.

Só facilidades, o Exmo Sr. Irineu Bornhausen, ilustre e preclaro governador de todos os Catarinenses, encontrará para solucionar esse grande problema que é sem dúvida alguma, a aquisição dos duzentos e nove milhões de metros quadrados de terras destinados ao futuro Campo de Manobras, que serão doados pelo Governo de Santa Catarina ao Ministério da Guerra.

A primeira parte, é a mais importante, prende-se ao valor, que o Governo der as terras que ficaram recolhidas nessa avultada área de Terras essas que só mesmo cada proprietário sabe do imenso sacrifício, para mantê-las até o presente momento, concorrendo com pesados impostos.

[...] É muito lógico que cabe ao proprietário o direito de fazer o preço no que é seu.

Porque descolocado, indo procurar novo ninho, ele forçosamente tem que perguntar a seu Fulano o quanto ele pede por sua morada, e não dizer ou propor eu lhe pago tantos cruzeiros, e ele vai ter que aceitar.

Outro ponto de capital importância é a atual alta que estamos sofrendo, aqui neste caso cabe a da madeira.

É mister levar em consideração; que, quem construiu um rancho por cinco contos de reis, hoje não o faz por quinze. Isso falando em moeda antiga.

[...] Neste momento o Brasil espera que cada um cumpra o que se dever.

Nós olhamos este caso por um prisma mui diferente.

O bem estar de nossas famílias, o labor, de uma vida toda dedicada, em adquirir um naco de terra, para dele tirar o necessário para o honesto sustento de cada dia.

Olhamos também para os nossos ranchinhos esfumaçados, que nos serviram tanto.

A amizade, a boa vizinhança, o campadresco.

Não é com pouca gaita que o Governo indeniza tudo isso.

Hoje o povo vive confiante na justiça.⁴¹

Em sua carta aberta, Manoel Ramos Ribeiro⁴² pontua algumas questões que devem ser resolvidas antes das desapropriações. A primeira é o pagamento justo das indenizações, cujo valor deveria ser decidido pelo proprietário, para que os futuros desapropriados pudessem adquirir um novo lote de terra. Outro problema levantado na carta, está ligado a alta do preço da madeira, que na ocasião precisaria de quinze, e não mais cinco contos de réis como antes,

⁴⁰ SCHIOCHET, Valmor. **Esta terra é minha terra: Movimento dos desapropriados de Papanduva**. Blumenau: Editora da Furb, 1993. Cap 2, p. 72.

⁴¹ Jornal O Barriga Verde, 26/09/1952.

⁴² Manoel Ramos Ribeiro foi uma figura importante na região. Era curandeiro, vizinho dos desapropriados e muito respeitado por eles. Sempre que uma autoridade política ou religiosa comparecia a Cidade de Canoinhas/SC era ele quem as recebia. Informações fornecidas por Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

para construir uma morada. Além disso, Manoel traz a importância do bem estar das famílias, o trabalho de toda uma vida dedicada em adquirir um canto de terra para tirar o seu sustento. Também cita a amizade, a boa vizinhança e o compadrio, afirmando que não é com pouco dinheiro que o Governo indeniza tudo isso. Dessa maneira, o autor da carta cobra do Governo Estadual uma solução justa, visto que aquelas famílias seriam retiradas de suas terras que usavam para a subsistência e para o comércio na região, tendo assim que adquirir outro espaço para se estabelecer. Manoel afirma que não é com pouco dinheiro que todo um modo de vida e relações de solidariedade construídos ao longo dos anos serão pagos. Por fim, afirma que o povo confia na justiça, demonstrando que existia uma esperança nela para que as indenizações fossem pagas o quanto antes e atendendo as necessidades citadas.

Outra publicação do mesmo jornal, agora do ano de 1954, trazia a seguinte preocupação sobre a instalação de um campo de manobras na região

[...] O campo de Manobras, embora traga para o município contingentes das forças armadas, talvez não compense, - quando se analisa os fatos sob o prisma do fator tempo, - a inutilização de vastíssima zona produtora de mate, em a qual existe apreciável parcela aproveitada em extensas lavouras, além de vastas áreas de pastagens, talvez as melhores para criação de gado, neste município e no de Papanduva. [...] ⁴³

No trecho retirado do jornal O Barriga Verde fica evidente a dúvida que pairava sobre a população da região e principalmente entre os proprietário e proprietárias de terras que seriam desapropriados. Para o jornal, levando em consideração o fator tempo, talvez não compensaria instalar um campo de treinamento do Exército, em terras que produziam erva mate e que continham extensas lavouras, além de áreas de pastagens.

Também na primeira metade dos anos 1950 começou a surgir entre os agricultores os primeiros boatos, notícias e comentários de uma possível desapropriação das áreas. Segundo Valmor Schiochet, a existência dos boatos levou os militares à ofensiva, procurando mostrar aos agricultores a superioridade das instituições diante das quais caberia apenas a obediência. ⁴⁴ Mas, por outro lado, buscavam tranquilizar os agricultores prometendo o pagamento de um justo valor pela terra desapropriada. ⁴⁵

Entre os anos de 1952 e 1954, começaram os trabalhos preliminares à desapropriação, que consistiam basicamente no levantamento da área. Dois levantamentos foram feitos, um pelo

⁴³ Jornal O Barriga Verde, 1954.

⁴⁴ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 72.

⁴⁵ Idem.

estado de Santa Catarina e um pelo Ministério da Guerra. Neles, mediram-se as terras, casas, paióis, cercas e benfeitorias existentes na propriedade junto com uma avaliação em valor monetário dos mesmos. Na avaliação não foram levadas em consideração a produção agropecuária nem a riqueza extrativa (erva-mate e madeira), pois sua desapropriação não interessava aos militares. Caberia aos proprietários a retirada, uso ou venda desses bens. Durante o levantamento, os proprietários colaboraram mostrando os limites de suas propriedades e fornecendo informações, visto que tinham esperança de receber as indenizações.⁴⁶ Para Schiochet, os militares conseguiram tal colaboração dos agricultores devido as promessas de pagamento justo pelas terras e o sentimento de inferioridade que tomava conta daqueles indivíduos diante das instituições (a militar em particular)⁴⁷. Segundo o mesmo autor, quando os proprietários e proprietárias buscavam conselhos junto às autoridades locais, eram desacreditados de qualquer possibilidade de resistência contra o Exército. Os agricultores deveriam obedecer às ordens militares, evitar o conflito. Além disso, o Exército tinha aliados locais, uma vez que as autoridades da região se colocavam a favor da instalação do Campo, argumentando que ele traria progresso material. Outro aspecto importante era a visão que os desapropriados possuíam em relação à instituição militar. O exército era visto como um supra poder institucional, defensor da lei e da ordem, inquestionável em suas ações.⁴⁸ Tudo isso fez com que os proprietários e proprietárias não resistissem fortemente à desapropriação.

Dois anos após o levantamento ser concluído foi editado o Decreto nº 40.570, de 18 de dezembro de 1956, que declarava a área utilidade pública e autorizava a desapropriação de 89 propriedades. Porém, só em 1962 os proprietários e proprietárias começaram a ser citados para que oferecessem a sua contestação.⁴⁹ Além disso, os valores que lhes foram oferecidos eram os que constavam no Decreto de 1956, cujo levantamento foi feito durante os anos de 1952 e 1954. Portanto, os valores já estavam defasados.

A partir de 1957 os militares deixaram de agir concretamente para a efetivação da desapropriação. Alguns proprietários demonstravam insegurança por conta da falta de informações, o que os fez venderem suas terras.⁵⁰ A maioria, porém, permaneceu nas propriedades, visto que o Exército não avançava concretamente rumo a desapropriação.

⁴⁶ Ibidem, p. 72-73.

⁴⁷ Ibidem, p. 73.

⁴⁸ Ibidem, p. 76.

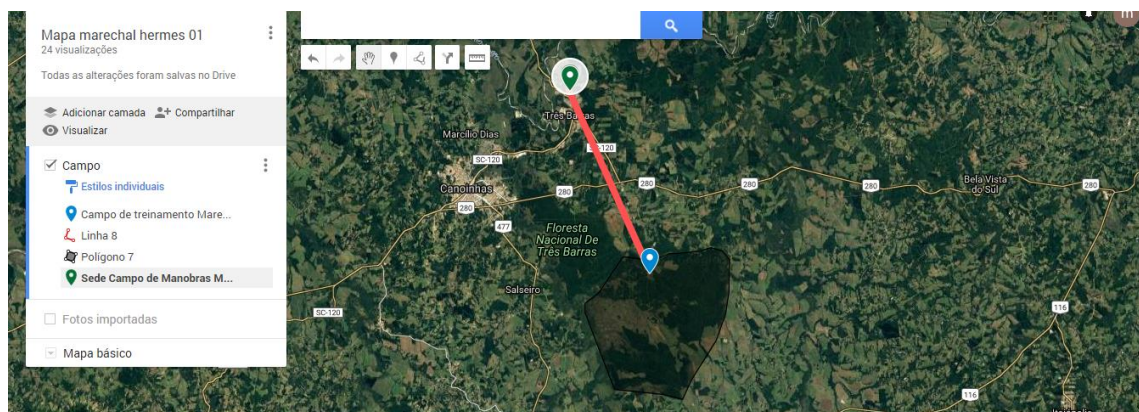
⁴⁹ LIMA, Soeli Regina. **O processo de desapropriação de terra para a instalação de um campo de manobras militares no Planalto Norte Catarinense**. In: LIMA, Soeli Regina; TOMPOROSKI, Alexandre Assis. *Ecos do contestado: Da serraria Lumber ao Campo de Instrução Marechal Hermes - CIMH*. Palmas: Kayguangue, 2017. Cap. 6, p. 151

⁵⁰ Ibidem, 74.

Ao mesmo tempo, os militares passaram a fazer manobras nas áreas que já pertenciam ao Ministério da Guerra. Enquanto durava os treinamentos, os proprietários e as proprietárias deveriam sair de suas casas por tempo indeterminado.⁵¹ Por conta disso, não podiam cultivar a terra, extrair a madeira, a erva mate e nem criar gados como antes. Seu trabalho e sustento era prejudicado diretamente pelas manobras militares. Com a crescente insegurança e o aumento das manobras, algumas famílias deixaram os seus lares, indo morar na casa de familiares, compadres e de conhecidos.⁵² Até que no ano de 1963 o poder judiciário concede emissão de posse provisória das terras desapropriadas ao Exército. Assim, os militares tomariam posse das terras e ao mesmo tempo continuaria o processo de revisão dos valores indenizatórios para que a desapropriação pudesse ter término. O juiz solicitava que os proprietários e proprietárias deixassem as suas propriedades num prazo de 48 horas.⁵³

A partir de 1963, a área onde existiam 70 propriedades rurais passaram para o controle do Ministério da Guerra, dando forma a atual área de treinamento do Campo de Instrução Marechal Hermes.⁵⁴

Figura 1 - A Área da sede do Campo de Instrução Marechal Hermes está indicada pelo ponto verde. O ponto azul indica a área de treinamento do Campo de Instrução Marechal Hermes.



Fonte: Acervo do autor. (2018)

2.5. Decreto nº. 40.570, de 18 de dezembro de 1956, Decreto-Lei nº. 3.365 de 21 de junho de 1941 e indenizações

⁵¹ LIMA, Op. Cit, 2017, p. 146.

⁵² Ibidem, p. 151.

⁵³ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 77.

⁵⁴ A área desapropriada foi de 7.614 ha.

Como já mencionado anteriormente, com o término do levantamento das áreas a serem desapropriadas, é assinado o Decreto nº 40.570, de 18 de dezembro de 1956. Em sua ementa consta que a área passa a ser de utilidade pública e autoriza a desapropriação dos imóveis, necessários ao serviço do Exército Nacional. Nele também consta o nome dos proprietários e proprietárias que teriam as suas terras desapropriadas, o tamanho da área em hectare e o valor a ser pago de indenização. Ainda segundo o decreto, “o ministério da Guerra ficava autorizado a promover a desapropriação em causa, correndo as respectivas despesas à conta dos recursos orçamentários para o exercício de 1956”⁵⁵, isto é, o Ministério da Guerra ficava responsável por promover a desapropriação e indenização dos proprietários.

Mas o decreto apresenta algumas falhas que devem ser levadas em consideração. Segundo os desapropriados ele não apresenta a localização da área desapropriada, apenas se refere a terrenos situados no estado de Santa Catarina; não mostra de forma clara os limites de cada propriedade, conforme o que consta nas respectivas escrituras; não permite a verificação do critério para cálculo do valor indenizatório. Além disso, os valores colocados no decreto não estavam atualizados, visto que se referiam aos obtidos na avaliação feita pelos militares anteriormente⁵⁶.

No ano de 1957, o Cel. Francisco José Ludolf, em nome do Ministério do Exército distribuiu ofícios aos desapropriados. Neles solicitava o envio dos documentos dos terrenos juntamente com uma lista discriminatória dos bens que existiam na propriedade. Além disso, solicitava uma declaração de concordância com a desapropriação.⁵⁷

Segundo o estudo de Schiochet, provavelmente estes ofícios tenham sido distribuídos somente para alguns agricultores, porque, durante a sua pesquisa, ao perguntar aos desapropriados sobre tais ofícios, estes não tinham lembrança.⁵⁸ Isso demonstra que muitos proprietários estavam alheios dos rumos do processo de desapropriação.

Após os ofícios, os militares deixaram de agir concretamente para realizar a desapropriação. Essa passividade acaba em 1960, quando o poder judiciário começa a interrogar os desapropriados sobre a indenização, ou seja, se concordavam ou contestavam o valor indenizatório proposto no Decreto de 1956. Porém, muitos desapropriados deixaram de ser regularmente citados, ficando alheios a tudo que se passava.⁵⁹ Novamente muitos proprietários

⁵⁵ BRASIL. Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóvel, necessário ao serviço do Exército Nacional. DECRETO nº 40.570, de 18 de dezembro de 1956.

⁵⁶ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 73

⁵⁷ Ibidem, p. 73-74.

⁵⁸ Valmor Schiochet acompanhou os desapropriados/herdeiros nos acampamentos em Papanduva/SC e Florianópolis/SC, entre os anos de 1985 a 1987. Durante esse período entrevistou desapropriados e herdeiros.

⁵⁹ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p.74

ficaram a margem do processo, não podendo questionar formalmente as decisões que estavam sendo tomadas e, principalmente, no que se refere ao valor das indenizações

No ano de 1963 o poder judiciário concede a imissão de posse provisória das terras desapropriadas ao exército. Nela o juiz solicitava que os agricultores deixassem as terras em até 48 horas. O Exército tomaria posse das terras e continuaria a revisão dos valores indenizatórios para que o processo pudesse ter término. Porém, a imissão feria o direito dos proprietários e proprietárias, visto que a Constituição vigente assegurava que fosse paga uma indenização justa em caso de desapropriação por utilidade pública.

Para entender melhor porque o direito dos agricultores e agricultoras foi violado é necessário explicar os artigos que fundamentaram o Decreto nº. 40.570, de 18 de dezembro de 1956. Tal decreto utilizou-se da Constituição de 1946 e do Decreto-Lei nº. 3.365 de 21 de junho de 1941.

O Decreto-Lei nº. 3.365 de 21 de junho de 1941, que continua sendo a lei básica ao se tratar de desapropriação, regulamentou o instituto da desapropriação. Nele fundiu-se a necessidade pública e utilidade pública em só utilidade pública.⁶⁰ No caso da desapropriação para instalação do Campo de Instrução Marechal Hermes, foram utilizadas as letras a e b do art. 5º para fundamentar o Decreto nº. 40.570, de 18 de dezembro de 1956,

- a) a segurança nacional;
- b) a defesa do Estado;⁶¹

Portanto, a desapropriação deveria ocorrer por motivos de segurança nacional e defesa do Estado. Além disso, o decreto também se utilizou da § 16 do art. 141 da Constituição Federal, o qual consta que é garantido

*[...] o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. [grifo meu]. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito a indenização ulterior”.*⁶²

Portanto, segundo a Constituição vigente em 1946, quando houvesse a necessidade de desapropriação por utilidade pública, ou por interesse social, a mesma deveria contar com uma

⁶⁰ FLENIK, Op. Cit, 2017, p. 32

⁶¹ BRASIL. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

⁶² BRASIL. Constituição Federal de 1946.

prévia e justa indenização. Isso não aconteceu, visto que as famílias foram retiradas de suas terras no ano de 1963 sem ter recebido a prévia e justa indenização que tinham direito.

Ainda no tocante as indenizações, após a saída em 1963, os proprietários receberam a promessa de que dentro de 30 a 60 dias as receberiam. Esse prazo estava respaldado numa reavaliação da área que deveria ser realizada após a saída. Mas segundo Schiochet, o processo de pagamento iria demorar, pois após a reavaliação haveria processo judicial.⁶³

Tal reavaliação dos valores de indenização só foi realizada após a saída dos agricultores da área, sob a responsabilidade do Juiz da Comarca de Canoinhas. Em 1965, todos os processos de reavaliação foram julgados pela 4ª Vara Civil de Florianópolis/SC. A decisão foi favorável para que se indenizasse os desapropriados de acordo com os valores estabelecidos pelos peritos que a realizaram em 1963. A União, através de seu procurador geral, apelou e transferiu a decisão para o Supremo Tribunal de Recursos (STR) em Brasília.⁶⁴

Segundo Schiochet, enquanto era realizado o processo de reavaliação, alguns desapropriados conseguiram receber uma parcela da indenização, na seguinte condição: sobre o valor oferecido, os advogados, enquanto procuradores, retiraram 80%, sendo que 20% eram descontados como pagamento pelos serviços prestados. Dessa maneira, os desapropriados receberam 60% do valor estipulado. O restante seria incorporado ao valor determinado pela nova avaliação. Para o autor, segundo os desapropriados, isso representava um percentual de 2 a 3% se comparado com o valor de mercado das terras na época.⁶⁵

A decisão final sobre o valor indenizatório a ser pago a partir da reavaliação só ocorreu na década de 1970, quando o STR se pronunciou sobre o caso. Em alguns casos a decisão final ocorreu no ano de 1971, em outros se estendeu até 1975. Sendo assim, a distância temporal entre a reavaliação e a decisão final, em alguns casos, foi de uma década. Passados 10 anos, o valor das indenizações sofreu uma alta desvalorização devido a inflação e a valorização das terras.⁶⁶ Ainda segundo Valmor Schiochet, o ponto mais grave da decisão do STR foi a redução dos valores em 40 a 50% e em muitos casos retirou a correção monetária e os juros cabíveis, os quais assegurariam a atualização das indenizações.⁶⁷

Portanto, o processo de reavaliação foi muito lento e a decisão final foi desfavorável aos desapropriados. Além disso, apresentou outros problemas: não deixou claro aos desapropriados os critérios que foram adotados para a atribuição dos valores, nem os critérios que levaram a

⁶³ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 81.

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Ibidem. Pág. 81-82

retirar a correção monetária de alguns e de outros não; algumas indenizações foram retiradas por outras pessoas sem procuração e até mesmo por desconhecidos.⁶⁸

O pagamento das indenizações tornou-se ainda mais complexo pela atuação dos advogados, procuradores dos desapropriados. Segundo Valmor Schiochet, somente dez desapropriados receberam formalmente as indenizações, seja pessoalmente ou através de procuradores. O grande problema, segundo o autor, é que os advogados que receberam como procuradores não repassaram a indenização aos desapropriados. Em alguns casos, o advogado recebeu a indenização com um documento de procuração sem validade legal, visto que o proprietário já havia falecido.⁶⁹

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Idem.

3. COTIDIANO, DESAPROPRIAÇÃO E ARRENDAMENTOS

3.1. O cotidiano: modo de produção e costumes

Ebrahim Gonçalves de Oliveira nasceu no dia 16 de junho de 1931, na localidade denominada Campina Jungles⁷⁰, no então distrito de Papanduva – SC, que pertencia a Canoinhas -SC.⁷¹ Seu cotidiano confunde-se com o de muitos agricultores que viviam na região entre a década de 1950 e 1960. Porém, parto das interpretações que o personagem dá ao cotidiano daquele período, a partir do trabalho da memória, que está sempre em “processo contínuo de elaboração e reconstrução de significado”, isto é, “os eventos são reconhecidos como tais, e tornam-se lugares de significado, primordialmente através do trabalho da memória pessoal e pública que seleciona certos eventos a partir do conjunto disforme de acontecimentos cotidianos e os investe em significado.”⁷² Portanto, o cotidiano será reconstruído a partir das interpretações do senhor Ebrahim e do significado que constrói e reconstrói sobre os fatos do passado através da memória.

Figura 2 - Ebrahim Gonçalves de Oliveira.



Fonte: acervo particular do autor.

⁷⁰ A localidade Campina Jungles faz divisa com Campo de Instrução Marechal Hermes.

⁷¹ Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

⁷² PORTELLI, Op. Cit, 2016, p. 18-19 Alessandro.

O modo de vida da grande maioria das pessoas que viviam onde hoje está localizado o Campo de Instrução Marechal Hermes (CIMH) dependia da agricultura e da criação de animais, além da erva mate, que era nativa da região. Como na época não existia o plantio de erva mate, ela era colhida dos ervais nativos mais próximos, em determinadas épocas do ano.⁷³ No restante do ano os agricultores trabalhavam na roça e na criação de porcos, galinhas e gados.

No que se refere a agricultura, eram produzidas culturas como: arroz, feijão, milho, trigo e centeio. Toda essa produção, segundo Ebrahim, era para a subsistência, raramente tendo excedente para a venda.⁷⁴ Também era usada para engordar os porcos, tratar os cavalos e as vacas de leite. As plantações eram feitas na “base da enxada, no serviço braçal, na roçada, na carpida.”⁷⁵

Seu pai vendia apenas um ou outro gado e a erva mate. O primeiro para açougues da região e a segunda na cidade de Canoinhas, que ficava a 35km de distância.

A erva mate era vendida, o meu pai colhia a erva mate pra vende, uma carroça de erva mate. Tinha que fazê 35km de distância, ele levava o dia inteiro pra leva uma carrada, uma carroça de erva mate até a cidade de Canoinhas ou Três Barras, era onde podia vendê a erva mate, que era despachada. Na época acho que era vendida aqui pro Porto de Antonina, pro Matarazzo né. Que a erva descia pra Antonina pra ser vendida, ser exportada.⁷⁶

Portanto, seu pai viajava até Canoinhas ou Três Barras para vender a erva mate, uma viagem que não era fácil, por conta das condições da estrada, o que poderia levar alguns dias para concluir o trajeto de ida e de volta. Esse dinheiro poderia ser usado para comprar ferramentas para lidar na lavoura e produtos essenciais, como: sal, pólvora, querosene, açúcar, café e cachaça.

Porém, seu sogro, José da Silva Lima, que tinha uma extensa área de terras - comparada a de outros agricultores - onde viria a ser o CIMH, conseguia viabilizar a produção de um excedente maior, diferentemente da realidade dos outros proprietários que viviam na região. Segundo a narrativa, seu sogro colhia seiscentos quilos de mel por ano, o qual era vendido. Também negociava anualmente cerca de 30 a 40 bois. Além disso, foi o único agricultor da região com possibilidade de ter uma agricultura mecanizada.⁷⁷

⁷³ Ebrahim Gonçalves de Oliveira. Alguns estudos apontam que a partir dos anos 1930 já havia o plantio da erva mate na região.

⁷⁴ Ebrahim Gonçalves de Oliveira. Porém, alguns proprietários mais abastados já tinham agricultura mecanizada, produzindo excedentes para a venda, caso do sogro do senhor Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

⁷⁵ Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

⁷⁶ Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

⁷⁷ Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

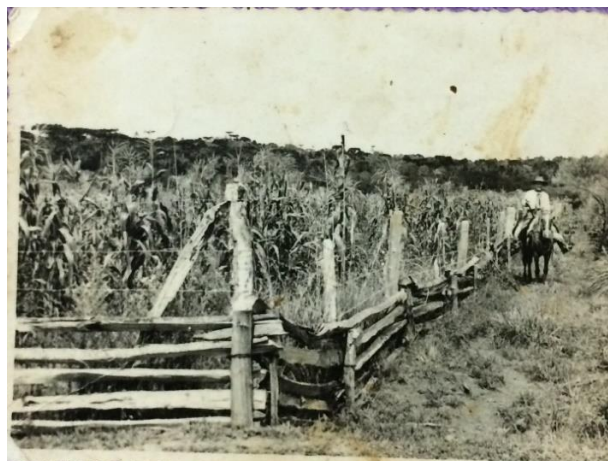
Do tempo que ele saiu do campo lá, ele já tinha colheitadeira de trigo, já tinha trator, já tinha batadeira de feijão, já tinha... Ele era um dos agricultor mais bem preparado para fazê o serviço de lavora, era um dos mais preparado da região, era o meu sogro⁷⁸

As lembranças sugerem que o seu sogro passou a mecanizar a agricultura numa época mais próxima a saída do campo, o que possibilitou que aumentasse a produção e gerasse um excedente maior para a venda. Entretanto, antes da mecanização Ebrahim já o considerava um dos maiores produtores daquele espaço, destacando-se dos demais.

Essa memória que exalta a produção, a extensão de terras e a vida “folgada” financeiramente de seu sogro vai ser recorrente na narrativa. Ela ressalta um passado de prosperidade que foi cerceado com a desapropriação em 1963, quando são obrigados a se retirar de suas terras. A memória que o senhor Ebrahim tem daquela época é significada a partir do presente, dessa maneira, ele justifica a luta pela terra e pela indenização justa que o acompanha até os dias atuais contrapondo a prosperidade do “antes” frente as dificuldades do “depois”.

Ebrahim, em sua narrativa, também discorre sobre como era a criação de animais. Eles eram criados soltos, podiam passar de um terreno para o outro, o gado do seu pai podia pastar no terreno do vizinho e vice-versa. Portanto, havia uma criação comunal. As cercas haviam apenas para os animais não acessarem as áreas de plantio, o que poderia causar atrito entre os agricultores.

Figura 3 - Cerca que protegia as plantações dos animais que viviam soltos (faxinal)



Fonte: Acervo particular de Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

⁷⁸ Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

Cada um tinha o seu terreno, mas ninguém cercava o terreno, os terrenos eram tudo aberto, então o nosso gado podia pastar no terreno do vizinho, o do vizinho pastar no terreno do meu pai também, então era tudo uma colônia, viviam em comum. Criação de porco era solto, criação de gado era solto e as roças eram cercadas pra evitar a... criação comia a plantação⁷⁹

Na memória de Ebrahim sobre a criação de animais podemos identificar um marco temporal. Ela tem como referência os anos de 1930 e 1940, visto que a partir dos anos 1950, o sistema de criação em conjunto de animais começa a desaparecer com a chegada de empresas que começam a explorar as matas da região e realizar o plantio de pinus e eucalipto.⁸⁰ Porém, nos anos 1950 esse sistema ainda poderia ser utilizado, mas já estava em decadência frente a chegada das empresas.

A livre criação dos animais, mais conhecida como faxinal, demonstra o auxílio que existia entre os moradores da região, seus laços de solidariedade no que se refere ao trabalho de criação dos gados, porcos e carneiros. Contudo, tais relações não estavam imunes a desavenças. Se os gados, porcos ou carneiros invadissem a plantação de algum vizinho e a comessem, poderia haver briga, necessitando a interferência do inspetor de quarteirão para resolver a situação. Ebrahim narra alguns motivos que levavam a eclosão dos conflitos.

Acontecia conflito porque na época lá era tudo em comum, então tinha gente que criava gado, que criava porco, que criava carnero, criava boi, criava isso, então as lavouras eram pra ser fechadas né, mas tinha gente que fechava com cerca muito mal feita, vinha um porco, passava lá, comia a lavoura do vizinho, daí ele ia lá e prendia às vezes o porco e daí o cara queria o porco de volta, então cria aquele conflito. Então ele entregava o porco, mas queria um ressarcimento do dano que o porco criou lá na propriedade dele né.

Portanto, quando certas regras de convívio entre a população local eram quebradas poderia haver o conflito. Isso acontecia quando algum porco, carneiro ou boi entrava na plantação de um vizinho, causando prejuízo. Segundo Alexandre Tomporoski, em seu estudo sobre a *Lumber*, as práticas conflituosas da população local compunham um costume, que era regido por uma série de “[...] regras pré-determinadas e que seguiam uma racionalidade própria e definidora do arcabouço cultural, perpassando os diferentes momentos do cotidiano, como, por exemplo, as situações de trabalho.”⁸¹ Dessa maneira, a divergência fazia parte do dia a dia da população, podendo emergir em práticas rotineiras, como o trabalho, quando regras pré-estabelecidas fossem quebradas. Porém isso não quer dizer que as pessoas da região eram

⁷⁹ Entrevista Ebrahim Gonçalves de Oliveira

⁸⁰ TOMPOROSKI, Op. Cit, 2013, p. 77

⁸¹ TOMPOROSKI, Op. Cit, 2013, p. 86.

violentas. Para Tomporonski, “tudo era permitido, desde que transcorresse dentro de um conjunto de referências morais, que eram definidas tendo como base os costumes daquele grupo, isto é, a racionalidade intrínseca a ele. O conflito ocorria somente quando esses limites eram infringidos, todavia todos sabiam quais eram tais limites.”⁸²

Quando tais limites eram infringidos, em alguns casos, era necessária a presença da figura do inspetor de quartirão⁸³ para buscar uma solução junto as partes envolvidas. O sogro de Ebrahim, José da Silva Lima, era o inspetor antes da desapropriação.

Qualquer conflito que houvesse entre, entre os moradores da região, ele era um representante da justiça né, inspetor de quartirão naquele tempo era uma pessoa qualificada, mais estudada da região, pra interferi nos conflito lá de briga, de porco entro na lavora do fulano e comeu e o cara queria cobra o dano que o porco fez lá na lavora, então ele era autoridade pra atua, pra ser tipo de um delegado né, pra resolve a situação.⁸⁴

Sendo assim, o inspetor deveria ser chamado para resolver o conflito na localidade, quando alguma regra pré-definida racionalmente pela comunidade era quebrada, encerrando as intrigas que poderiam gerar confusões maiores.

Ebrahim lista os motivos para o seu sogro ter sido escolhido: por ser uma pessoa qualificada e “mais estudada da região”. Tal memória sobre os motivos da escolha para o cargo pode estar “contaminada” pela relação afetiva que tinha com ele. Saber ler e escrever era uma exigência, porém o futuro inspetor também deveria gozar de boa reputação frente a comunidade, o que era essencial para resolver as desavenças que surgissem, como a invasão de animais nas plantações. Além disso, era necessário que o inspetor fosse escolhido pelo delegado responsável pela região e aprovado pela Câmara Municipal.⁸⁵ Dessa maneira, seu sogro pode ter sido escolhido para o cargo muito mais pelas suas relações políticas e pessoais, visto que tinha grandes porções de terras comparado aos outros agricultores, do que simplesmente por sua capacidade de saber ler e escrever.

Outro aspecto do cotidiano das pessoas que viviam na região onde viria a ser implantado o CIMH, rememorados a partir da narrativa de Ibrahim, refere-se ao pixirum. O pixirum era uma prática costumeira há décadas na região. Ele era marcado pela cooperação entre os vizinhos no tempo “de carpi” e “de limpeza” da plantação. A convocação era feita com a passagem do

⁸² TOMPOROSKI, Op. Cit, 2013, p. 90.

⁸³ Os inspetores de quartirão no interior dos municípios tinham diversas funções: dar conselhos, realizar casamentos e prisões, resumindo, eram a primeira instância do policiamento.

⁸⁴ Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

⁸⁵ INOCENTI, Aline Aparecida Faé. A atuação dos inspetores de quartirão no município de Piratuba durante o período militar. Revista Semina, Passo Fundo, v. 12, n. 1, p. 10

beneficiário nas casas dos vizinhos. Tal cooperação só é possível em sociedades que convivem com regras de reciprocidade. Para Tomporonski, “no caso do pixirum, convocar e ser convocado significava ter legitimidade perante aquela comunidade. Aquele vizinho que fora beneficiado pelo trabalho de outras pessoas deveria retribuir o chamado quando fosse convocado. Retribuir imediatamente o chamado era uma obrigação moral”⁸⁶. Portanto, o auxílio mútuo entre as pessoas da região pode ser identificado mais uma vez relacionado ao trabalho, sempre de maneira igualitária, na prática do pixirum, que contava com regras de reciprocidade que deveriam ser seguidas pelos membros da comunidade. Ebrahim, em sua narrativa, rememora o pixirum da seguinte maneira:

Quase tudo era agricultor que plantava bastante na região, chegava na época de roçada ele fazia o pixirum lá pra roça um alqueire de chão. Chegava no tempo de carpi, de limpeza da plantação ele fazia um pixirum, juntava lá 30, 40, 50 pessoa e carpiam toda a roça dele no dia né. Daí depois ele dava um almoço, dava uma janta pro pessoal, alguns davam até um baile que o pessoal se divertia de noite, depois do pixirum que acontecia né.⁸⁷

Segundo Ebrahim, o pixirum era feito na época da roçada, no tempo da limpeza para uma futura plantação, e era promovido pelos agricultores que plantavam mais⁸⁸. Era composto por até 50 pessoas que faziam todo o trabalho em apenas um dia. Esse auxílio permitia que os trabalhos na lavoura, praticamente impossíveis para um só homem, se tornassem viáveis. O narrador ainda traz dois elementos muito importantes do pixirum: o almoço ou janta e o baile. O primeiro era fundamental para a realização do pixirum, sendo uma obrigação do beneficiário fornecer a alimentação para a continuidade dos trabalhos – no caso do almoço – e para uma fraternização ao final do dia – no caso da janta. Já o segundo, era o momento de confraternização entre os envolvidos no trabalho, as mulheres - que durante o dia preparavam o almoço ou a janta - e também aqueles que não puderam comparecer por algum motivo à empreitada. Porém, segundo o narrador, somente alguns beneficiários davam o baile. Isso pode ser explicado pelos custos que ele representava, já que em outra passagem, ao ser perguntado sobre quem bancava o almoço e a festa, Ebrahim afirma que tudo deveria ser arcado pelo proprietário. Para aqueles que o realizavam, a festa significava mais um gesto de amizade, um momento para celebrar a cooperação, transcendendo a simples imediata suplementação de mão

⁸⁶ TOMPOROSKI, Op. Cit, 2013, p. 70

⁸⁷ Entrevista Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

⁸⁸ Entretanto, em outro trecho da entrevista afirma que seu sogro e seu pai nunca foram beneficiados porque contratavam peões, o que dá a entender que tinham um poder aquisitivo maior. Dessa maneira, me parece que o pixirum era uma prática mais difundida entre as pessoas pobres.

de obra. Ela “construía e fortalecia uma rede ampla de coletividade, que proporcionava aos participantes uma experiência social integradora.”⁸⁹

Ebrahim também afirma que o pixirum era feito na base da amizade⁹⁰, isto é, não havia relações monetárias na prática, todos ajudavam e quando necessitavam também poderiam vir a ser ajudados. Contudo, seu sogro e seu pai nunca foram os beneficiados

Muitos faziam, meu pai nunca fez isso e nem meu sogro também nunca fez, sempre pegavam, pegavam um, é...peão lá pra carpi, pra roça, pra planta, eles nunca, nunca, meu pai nunca lembro que ele tivesse feito pixirum e nem meu sogro.⁹¹

O narrador usa como justificava para nunca terem sido beneficiados o pagamento de peões para o serviço de limpeza da lavoura. Tal justificativa aponta que seu sogro e seu pai tinham um poder aquisitivo maior, o que os proporcionava tais acordos baseados em relação monetária. Essa afirmação entra em contradição com uma fala anterior, na qual relaciona a prática do pixirum aos agricultores que detinham as maiores plantações, pois agora afirma que o seu sogro e o seu pai nunca precisaram da ajuda de outras pessoas para algum tipo de trabalho, seja na lavoura ou na construção de casas e galpões. Por ambos possuírem porções de terra relativamente grandes frente a maioria dos proprietários da região, penso que os beneficiados eram normalmente pessoas mais pobres que continham áreas de terra menores. Além disso, Ebrahim também alega que a prática estava em decadência, sendo poucos agricultores da região que ainda o faziam.⁹² Porém, o seu sogro, seu pai e o próprio narrador participavam no pixirum.⁹³ Isso demonstra que apesar de não serem beneficiados, auxiliavam no trabalho quando os vizinhos os convocavam, dessa maneira compartilhando em partes da dinâmica de solidariedade.

As festas religiosas também faziam parte da vida dos agricultores que viviam na região onde viria a ser implantado o CIMH. Ebrahim lembra de uma festa em especial, que acontecia todos os anos no dia de natal, na localidade denominada Campo da Cruz.

[...] festa religiosa tinha dentro do Campo de Instrução, tinha era o Pedro Livardo, era o nome dele, ele fazia todo dia de natal ele dava uma festa

⁸⁹ TOMPOROSKI, Op. Cit, 2013, p. 74.

⁹⁰ Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

⁹¹ Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

⁹² Por conta de Ebrahim afirmar ter participado do pixirum, imagino que a prática acontecia ainda nos anos 1940-1950, mas estava perdendo força.

⁹³ Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

religiosa pra... e dava almoço pra todos que compareciam na festa, dava almoço de graça.⁹⁴

A memória traz o elemento do almoço presente na festa que todos compareciam. Isso demonstra que as relações de solidariedade não existiam apenas durante o trabalho, mas também em festas religiosas, sendo o almoço um momento de confraternização entre os moradores. A comemoração no dia do natal, que acontecia na propriedade de Pedro Livardo, é mais bem detalhada na seguinte passagem da entrevista:

E daí todo dia de natal ele dava uma festa lá, matava boi, cozinhava lá naqueles panelão de carne moída com arroz e dava almoço pra tudo que comparecesse na festa. E a despesa da festa ele... Cada um que ia na festa levava um frango, uma leitozinha, uma garrafa de vinho, uma garrafa de licor, uma garrafa de pinga, e daí ele fazia um leilão né, daquelas prenda que ele recebia, aquela doação que ele recebia, ele fazia um leilão né, leilão da leitoa, leilão de um bezerrinho, leilão de um frango, leilão de um, de uma... Desde que eu era criança eu já sabia e fico até a época do que foi desapropriado, daí paro as festa dele lá.⁹⁵

Esse trecho novamente traz elementos de reciprocidade e solidariedade que marcavam as relações entre os moradores da região. O anfitrião ficava encarregado em fornecer o almoço para os presentes. Para que o preparo fosse viabilizado era necessário a presença de outras pessoas da comunidade, visto que a festa poderia contar com até 100 indivíduos, vindos de localidades mais distantes.⁹⁶ Outro elemento presente na memória refere-se as prendas, que eram levadas pelos participantes para serem leiloadas e assim pagar os custos da confraternização. Isso demonstra mais uma vez as relações de ajuda mutua existentes: o anfitrião dava o almoço e a comunidade o ajudava a cobrir os custos. Segundo Alexandre Tomporonski, “participar ou não da festa em uma determinada localidade era um dos critérios que definia o pertencimento de cada morador e sua legitimidade perante aquela comunidade”.⁹⁷ Portanto, fazer parte da celebração era importante para ser reconhecido como membro da comunidade a qual estava inserido. Além disso, ser o organizador trazia distinção social, portanto era muito importante que a festa fosse um sucesso, o que amplificaria sua fama e prestígio.⁹⁸

⁹⁴ Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

⁹⁵ Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

⁹⁶ Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

⁹⁷ TOMPOROSKI, Op. Cit, 2013, p. 82.

⁹⁸ Ibidem, p. 83.

Ebrahim também demarca o fim da prática da festa como consequência da desapropriação forçada no ano de 1963. Mesmo em outro trecho da entrevista afirmando que participou da festa pela última vez em 1949, pois teve que mudar-se para Curitiba/PR para servir o Exército, a festa continuou até a desapropriação. Dessa maneira, ele não relaciona o fim da festa com a sua última participação, mas sim com a retirada das famílias, que tem um significado muito importante em sua narrativa, sendo uma demarcação temporal importante.

A celebração religiosa não era feita por um padre, posto que não era uma celebração oficial da Igreja Católica, mas sim por um capelão da região, já que haviam capelas espalhadas por todo o interior de Santa Catarina, e no Campo da Cruz não era diferente. Isso demonstra que a própria população local organizava as suas festas. O público da missa poderia aumentar significativamente nas ocasiões que haveria festa após a celebração, caso da festa lembrada pelo narrador. Resumindo, nas festas de caráter religioso a vida coletiva e o conagração social eram fomentados.⁹⁹ Isso, com certeza, não era diferente na festa narrada por Ebrahim.

Portanto, o pixirum, o faxinal e as festas religiosas faziam parte da vida dos agricultores que viviam na região onde viria a ser implantado o CIMH. Relações de solidariedade e reciprocidade eram comuns, mesmo estando em decadência a partir da década de 1950. Tais costumes seriam duramente afetados com a retirada das famílias no ano de 1963.

3.2. A desapropriação: cotidiano cerceado, treinamentos e expulsão

Para compreender como Ebrahim Gonçalves de Oliveira significa as lembranças a partir do trabalho da memória sobre o processo de desapropriação para instalação do Campo de Instrução Marechal Hermes - CIMH, será necessário trazer alguns marcos temporais importantes. Tal exercício torna-se essencial para localizar qual era o lugar que o narrador se encontrava nos anos 1950 e 1960, se participou diretamente dos eventos mencionados ou se são memórias familiares e da leitura posterior de textos e documentos.

Ebrahim saiu da região denominada Campina Jungles no ano de 1950 para servir o exército da 5ª Região Militar, de Curitiba/PR. Em 1951 deu baixa como terceiro sargento, voltando a morar na localidade onde nasceu. No ano de 1953 retornou para Curitiba/PR para trabalhar na rede ferroviária. Em 1959 casou-se com Judith na fazenda do seu sogro, José da Silva Lima. Sua esposa junta-se a ele em Curitiba/PR. Em 1973, Ebrahim pede demissão da rede após 20 anos de trabalho. Trabalha por mais 5 anos em uma empresa particular e por mais

⁹⁹ Idem.

5 na Companhia Paranaense de Energia (COPEL), vindo a aposentar-se no ano de 1984. Tais marcos temporais demonstram que o narrador passou grande parte dos anos 1950 e 1960 longe da região do CIMH, porém nas férias do trabalho, em feriados e alguns finais de semana ia com sua esposa visitar seu sogro. Por conta dessas visitas, pôde acompanhar o cerceamento do cotidiano que o seu sogro sofreu, presenciar treinamentos e os impactos da expulsão.

Quando indagado sobre como chegou a notícia da desapropriação, Ebrahim limita-se a falar que haviam comentários que um campo de manobras seria implantado na região e que as famílias afetadas seriam indenizadas. Mesmo com a minha insistência, o narrador fala muito pouco sobre o clima na região na década de 1950. Em um dos poucos trechos que comenta sobre a desapropriação, o narrador traça um pequeno histórico desde o decreto de 1956 até a retirada das famílias em 1963, mas sem muitos detalhes, ficando preso a relatos de terceiros e aos marcos temporais que identifica como importantes.

O decreto de desapropriação foi em 1956 que saiu o decreto de desapropriação, em 1959 quando eu casei, eu casei na fazenda do meu sogro ainda, o casamento foi feito na fazenda dele em 1959, portanto então, o pessoal... Saiu o decreto de desapropriação em 1956 e o pessoal, muita gente ouvia fala que ia ser desapropriado, que a União ia pagar e depois só em 1963 é que o juiz deu a posse provisória pra União do decreto de desapropriação aonde o pessoal tiveram que se retirar em 48 horas. Quem não tinha condição de se retirar imediatamente, o Exército passava uma patrulha militar, avisava a família pra aprontar a mudança e no outro dia passava um viatura militar com soldados e carregava a mudança do proprietário e levava pra onde ele ia morar novamente. Muitos foram até despejados. Tem a história de uma senhora que despejaram ela na praça de Canoinhas. Ela ainda contava que despejaram ela na praça da Cuia lá em Canoinhas. Daí o prefeito de Canoinhas que arrumou lá um ranchinho pra ela morar, mas os outros, o meu sogro foi o último a sair do campo, que ele foi lá, conversou com o coronel e o coronel alugou a terra pra ele continuar morando mais dois anos lá, daí tornou-se...¹⁰⁰

Isso revela que Ebrahim não tem muitas lembranças sobre esse período, visto que já morava em Curitiba e não vivenciou boa parte dos acontecimentos entre 1956 e 1963. Também deve ser levado em consideração que entre 1957 e 1962 não houve avanços concretos no sentido da desapropriação, foi um momento que o exército não tomou nenhuma medida para dar continuidade ao processo, o que só viria a acontecer no início da década de 1960. Portanto, isso explica porque o narrador pula diretamente da década de 1950 para o ano de 1963.

Mesmo não estando presente no dia-a-dia, Ebrahim narra um episódio que presenciou quando passava as férias na casa do seu sogro.

¹⁰⁰ Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

Daí que eles largavam bomba de avião, daí começaram, daí vieram fazê umas manobra de tiro de canhão, inclusive quando eles vinham fazê a manobra eles iam avisa os proprietário que moravam nas casa pra se retira da área né, pra eles fazê a manobra que é... eles, que corria o risco de vida né, pro pessoal. Até um dia eles vieram na casa do meu sogro e eu tava lá. Eu servi na artilharia, e daí eu até comentei com o tenente que tava comandando a patrulha, que tavam avisando, eu disse “ó tenente, nois moramo a quatro quilometro de distância da área de impacto aonde vocês, onde vocês vão atira o alvo” – onde eles iam atira ficava quatro quilômetros da casa do meu sogro – “ o senhor vão atira lá no alvo, nois moramo a quatro quilometro de distância, que necessidade tem de nois se retira de casa pra vocês fazê a manobra. Vocês atiram lá, vocês tem a direção, vocês tem o... tudo”. Eu conheço a artilharia, fui sargento comandante de peça no tempo que eu servia o Exército, então eu conhecia. Não podia vê, assim, um desvio de um tiro a quatro quilometro de distância né do alvo que eles queriam atingi né. Que quando você faz, você tem uma turma de topografia que analisa o terreno, tem a turma de observação avançada que fica... o canhão atira daqui, lá onde ele cai ele explode, então fica uma turma observando, atira daqui, a turma observa onde é que caiu a granada né, se caiu quinhentos metro, até mil metro distante do alvo, a turma de observação é... entra em contato com a linha de tiro lá pra corrigi, que caiu a direita, caiu a esquerda ou caiu pra frente ou caiu pra trás, daí o pessoal da linha de tiro lá corrige a pontaria do canhão pra melhora o tiro né. Porque a função é atingi um alvo lá né, então eles faziam um alvo lá de tambor, de... cortavam o tambor no meio, pintavam o tambor, faziam um círculo lá no Campo do Cruz e ali era o alvo de tiro, era a área de impacto que eles chamam, só podia caí naquelas imediações. Então nesse dia que eu reclamei pro tenente que nois tava bem fora da área do campo, por que nois ia se retira? “Não, não, mas tem que se retira”. Nois já saímo, fomo posa uns 12km de distância numas terra que meu sogro tinha, numa otra área do campo lá tinha um paió da roça e nois dormimo lá. Daí eu falei pro tenente: “amanhã nois temo que vim trata, trata a criação, trata as vaca de leite, que os terneiro tão separado, trata os porco, trata os cavalo, trata os cachorro”, ele disse “Não! Amanhã nois vamo começa a atira as 7 hora da manhã, então das 6 hora até 7 hora vocês pode vim trata a criação e daí vocês se retiram!”. E daí nois tava trabalhando, viemo co meu sogro dessa distância lá, viemo a cavalo nois dois e viemo trata a criação, quando foi 6:30 da manhã, nois escutemo o som do tiro que saiu lá, eu falei pro meu sogro: “vamo vê onde é que vai caí”, aí por surpresa nossa a granada passo acho que a 50 metros na nossa frente e explodiu a uns 100 metro na nossa frente, dentro do potrero do meu sogro lá.¹⁰¹

¹⁰¹ Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

Ebrahim narra que o tenente responsável pela manobra passava nas casas avisando que as famílias deveriam se retirar durante os treinamentos com o argumento de que corriam risco de vida caso ficassem ali. Porém, o narrador questionou a ordem, visto que já havia servido o Exército anos antes e conhecia os procedimentos necessários para um treinamento seguro. Não era preciso sair da residência do seu sogro pois moravam a cerca de 4 quilômetros da área de impacto de tiro, que ficava localizada no Campo da Cruz. Mas o seu pedido para permanecerem foi negado. Dessa maneira, tiveram que se retirar para outras terras que pertenciam ao seu sogro, a 12 quilômetros de distância. Por fim, avisa o tenente que no dia seguinte será necessário tratar os animais, e este estipula um horário demarcado entre as 6:00 e as 7:00, antes do início das manobras. As 6:30 da manhã, antes do horário marcado, começou os tiros de canhão, e para surpresa de Ebrahim e José da Silva Lima os tiros caíram muito próximos a eles, dentro do potreiro que pertencia a família.

Portanto, os tiros de canhão não estavam indo em direção ao alvo estabelecido, mas sim no sentido contrário, caindo direto nas terras pertencentes a família Lima. Segundo Schiochet, esses treinamentos começaram a acontecer a partir de 1962 na área da antiga *Lumber* e foram preparativos importantes para a posterior tomada da área, pois intimidavam os proprietários ao demonstrar a força bélica do Exército, contribuindo para atenuar a resistência.¹⁰² Levando em consideração a narração e a interpretação do autor, não parece que os tiros na direção oposta aconteceram por um mero descuido, mas por uma decisão deliberada pelo tenente responsável pelo treinamento, com o intuito de afugentar e mostrar a força do exército para aqueles que continuavam em suas casas ou que vinham tratar os animais.

Em outra passagem, Ebrahim detalha ainda mais a situação desesperadora que passou junto ao seu sogro.

Daí, e não foi uma só, começo a vim granada e granada e granada e correm co meu sogro pelo fundo de um campo lá e eu como tinha servido na artilharia e tinha instrução sobre qual a defesa né, eu pulei de cima do cavalo e deitei numa valeta né, e daí o meu sogro ia na frente olho pra trás e viu meu cavalo solto no campo, volto correndo, penso que eu tinha sido atingido né. [...] Aí eu gritei: “pule do cavalo e deite na valeta aí” Caia granada a cem metro, duzentos metro de distância nossa, nois via até a terra pula pra cima né, dos tiro né, onde explodia granada [...].¹⁰³

O trecho exemplifica o momento crítico pelo qual passaram ao se deparar com bombas que caíam sistematicamente a poucos metros de distância deles, correndo o risco real de serem

¹⁰² SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 75

¹⁰³ Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

atingidos. O narrador afirma que a justificativa para que isso não tenha acontecido foi por ter se jogado do cavalo e deitado dentro de uma valeta, uma instrução de defesa que adquiriu quando serviu o exército em Curitiba/PR.

Quando os tiros cessaram, os dois se dirigiram até a área de tiro para tirar satisfação.

Daí quando paro de saí os tiro eu fui co meu sogro pra uma área bem conhecida né, ele conhecia toda a área, nois fomo lá na linha de tiro reclama. Daí eu cheguei e fui conversa co tenente e co comandante ali de tiro, falei pra ele: “onde é que vocês tão atirando”? “Ah, tamo atirando no Campo da Cruz lá no alvo”. Eu disse: “mas as granada tão caindo lá na propriedade do meu sogro. Como é que vocês tão errando com 4 quilometro de distância, que meu sogro mora da linha de tiro, ele mora a 4 quilometro de distância, como é que as granada tão caindo lá? “Não, não pode, não pode”. Eu disse: “pode, nois fugimo de lá agora”. Daí o tenente pego um rádio e converso lá pra frente, daí começaram a atira de novo, daí começaram as granada, as granada começaram lá na, no Campo da Cruz.¹⁰⁴

Em um primeiro momento o tenente negou que os tiros estavam caindo na propriedade do seu sogro. Ebrahim, então afirma que haviam fugido do local há pouco tempo, o que coloca em cheque o argumento do representante do Exército. Nesse momento o “tenente pego um rádio e converso *lá pra frente*”. “Lá pra frente”, quer dizer que o responsável pela manobra se afastou de Ebrahim e seu sogro para dar novas ordens, no caso mudar o rumo dos tiros para a direção correta. A negação do erro e o posterior afastamento do tenente para comunicar o problema aos seus comandados é muito estranha. Tal treinamento não parece ser de pequenas proporções, por isso deve exigir planejamento e cuidados, os tiros não desviariam tanto do alvo demarcado se não fosse por uma ordem superior. Portanto, volto a afirmar em concordância com Schiochet (1993), que os treinamentos visavam demonstrar a força bélica do Exército e enfraquecer qualquer tipo de resistência mais organizada à desapropriação.

As manobras também afetavam diretamente o cotidiano das famílias, que tinham que se retirar para a casa de parentes e amigos ou, no caso da família de Ebrahim, para outra propriedade mais distante.

Quanta a gente que tinha que saí pra casa de parente, não tinha otra propriedade... meu sogro tinha um paió de roça a 12 quilometro de distância e nois aquela semana nois fomo poza lá né e toda a família. Tinha, eram dez filhos, a maioria tava em casa ainda, dormia tudo num paió de roça lá, tudo (inaudível) e ficamo uma semana morando fora de casa por culpa da manobra que fazia.¹⁰⁵

¹⁰⁴ Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

¹⁰⁵ Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

Durante as manobras era necessário ficar uma semana fora de casa, tendo a possibilidade apenas de vir tratar os animais. Essa privação quebrava com o dia-a-dia de lida na plantação, no trato com os animais e outras atividades importantes para a subsistência das pessoas que viviam ali. Segundo Schiochet, os treinamentos causavam tensões psicológicas nos moradores, pois as suas propriedades poderiam ser atingidas e danificadas, além disso, os animais se tornavam arredios. Para os moradores, não era possível viver no mesmo espaço que os militares.¹⁰⁶ Portanto, se antes as famílias podiam cultivar a terra e criar os animais livremente, agora tinham um tempo máximo delimitado para conseguir o essencial, como tratar os animais. Isso causava prejuízos econômicos, além de psicológicos.

É interessante retomar um trecho da entrevista para demonstrar o impacto nos costumes daquelas famílias. Em um trecho da entrevista citado anteriormente, Ebrahim afirma que a área de tiro ficava localizada numa localidade denominada Campo da Cruz. Esse mesmo lugar era onde acontecia a festa no dia de natal, promovida pelo proprietário Pedro Pelivardo. Na memória do narrador, em um primeiro momento, o local foi significado como um lugar de festa, confraternização entre os moradores, de esperança para o próximo ano que viria a se iniciar em breve. Posteriormente, o Campo da Cruz é lembrado como um local que pertence ao Exército para as suas finalidades bélicas, não mais um lugar de celebração.

Além do perigo, das dificuldades e da alteração no cotidiano já mencionados, os treinamentos eram ilegais. Para Ana Claudia Flenik, as manobras aconteciam sem qualquer autorização judicial, visto que os proprietários poderiam usufruir completamente o seu direito à terra enquanto nenhuma decisão legal fosse tomada.¹⁰⁷ Dessa maneira, a retirada das famílias durante as manobras foi autoritária e ilegal.

Portanto, como demonstrado, os treinamentos periódicos que passaram a acontecer a partir da década de 1960 afetavam diretamente a vida das famílias e foram preparativos importantes para a posterior tomada das terras pelo Exército.

Outra medida tomada por parte dos militares para avançar no processo de desapropriação e que teve impacto no cotidiano dos proprietários e proprietárias foi a proibição de retirada de todos os bens ditados no Decreto de 1956, portanto, legalmente desapropriados. Além destes bens, também proibiu a retirada da madeira e da erva mate. Schiochet observa que tanto a madeira quanto a erva mate não foram legalmente desapropriados.¹⁰⁸ Para assegurar o

¹⁰⁶ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 75

¹⁰⁷ FLENIK, Op. Cit, 2017, p. 58.

¹⁰⁸ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 74.

cumprimento da ordem, o autor afirma que a direção do CIMH formou um grupo de encarregados para fiscalizar, controlar e denunciar qualquer infração, isto é, inspetores de quartirão. O grupo era formado por funcionários do CIMH e por proprietários. Para Schiochet, a presença de desapropriados no grupo foi uma tática utilizada pelo Exército para a divisão dos agricultores.¹⁰⁹ José da Silva Lima, sogro de Ebrahim, foi um dos escolhidos para o cargo.

Há um problema na afirmação de Schiochet, que não cita da onde tira a informação de que alguns desapropriados fizeram parte do grupo formado pelo diretor do CIMH para denunciar qualquer irregularidade e se necessário prender. A autorização que tive acesso nos leva a crer que a ordem para fiscalizar, controlar e denunciar infrações cometidas aconteceu. Porém, o único desapropriado autorizado para servir como inspetor de quartirão foi José da Silva Lima, sogro de Ebrahim. Entretanto, endosso a tese do autor de que a proibição da retirada dos bens, da madeira e da erva mate foram preparativos importantes para a desapropriação.

A autorização de 04 de outubro de 1962 afirmava:

Face a recente desapropriação de terras, já consumada em Boletim Regional nº 168, de 6 de setembro de 1962, fica o Sr. José da Silva Lima, conhecido por “Maurício”, Inspetor de Quartirão, autorizado por esta Direção a impedir a retirada de toda e qualquer madeira, erva-mate, ou qualquer espécie de bens imóveis, assim como, encarregado da retirada de animais cavalares que causarem danos aos pinheiros. Não tem valor qualquer documento anterior que apresentem ao Sr. Maurício, por que só o atual Diretor, tenente – Coronel Ovídio Souto da Silva, é responsável pelas terras desapropriadas. Os antigos Diretores se por acaso deram alguma autorização, serviram apenas para o tempo em que os mesmos tinham responsabilidades no Campo de Instrução Marechal Hermes, ficando em consequência tais autorizações sem valor. Fica o Sr. Maurício autorizado a prender e trazer a minha presença todo e qualquer indivíduo que tentar retirar qualquer dos bens acima mencionados. Este Diretor só deu autorização ao Sr. Maurício, não existindo outro cidadão com nenhuma autorização.¹¹⁰

No documento, José da Silva Lima, mais conhecido como “Maurício” fica responsável de impedir a retirada de qualquer tipo de madeira, erva-mate e imóveis. Se alguém descumprisse a autorização, poderia prender e levar até a presença do diretor do CIMH, o coronel Ovídio Souto da Silva. Qualquer autorização expedida anteriormente não tinha mais validade.

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ Autorização inspetor de quartirão. Arquivo pessoal de Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

Portanto, diferentemente do que afirma Schiochet, apenas o desapropriado José da Silva Lima estava autorizado a denunciar e prender outros desapropriados caso verificasse alguma irregularidade.

A escolha não foi por mera casualidade. José da Silva Lima, como mencionado anteriormente, já era inspetor de quartelão antes da nomeação por parte do coronel Ovídio Souto da Silva. Portanto, era um sujeito respeitado pelo seus pares, visto que representava a lei e em momentos de conflito ouvia as partes e tinha a última palavra. Levando em consideração tais apontamentos, a nomeação deveu-se exatamente por conta da influência e do respeito que José da Silva Lima mantinha com os outros proprietários. A nomeação garantiria que bens, erva-mate e madeiras não fossem retirados e ainda causaria conflito entre uma figura influente e os demais proprietários, visto que agora ele estaria ao lado do Exército e não mais resolvendo conflitos internos da própria comunidade.

Ebrahim em alguns trechos da entrevista menciona o papel de inspetor de quartelão que o seu sogro passou a exercer, agora nomeado pelo coronel responsável pelo CIMH.

Como ele fico cuidando na área, então o coronel... Havia algum agricultor, algum arrendatário que puseram cavalo, que comia pinheirinho né, que cavalo destrói o pinheirinho novo né, então daí ele viu o dano dos pinheiro lá, o cavalo comendo o pinheirinho e tal não sei o que, ele fez uma carta pro meu sogro dizendo que meu sogro como inspetor de quartelão e que vivia ainda na área, pra cuida da área, pra não deixa tira pinheiro, não tira imbuia, não tira... também retira qualquer bem em espécie de imóveis e encarregado da retirada de animais cavalar que causassem danos aos pinhero né. Então ele falo... e daí os antigo diretor deram uma autorização pro meu sogro, isso só tinha valor passado né, que só fica o senhor Maurício autorizado a prender e trazer a minha presença todo e qualquer indivíduo que tentar retirar alguns dos bens acima mencionados né, deu essa autorização.¹¹¹

O narrador, em consonância com a autorização, reitera que o seu sogro foi nomeado para a função, contudo a memória nos leva a crer que ela foi expedida após a desapropriação de 1963, pois afirma que José da Silva Lima ainda continuou vivendo na região do campo após a retirada das famílias. Porém, Ebrahim, na verdade, está se referindo a autorização do ano de 1962, já que no momento em que dava a entrevista usou ela para apoiar o seu o discurso. O que ocorreu foi uma divergência temporal entre a data que constava no documento e o período mencionado pelo narrador. Isso pode ser explicado por dois motivos: primeiro, pela quantidade de fatos dispersos que são rememorados durante a entrevista, fatos que são ordenados ao gosto do entrevistado para dar coerência ao que quer transmitir; segundo, porque José da Silva Lima

¹¹¹ Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

continuou podendo frequentar e criar gado na região mesmo após 1963, e isso nos leva a crer que ele continuou sendo inspetor de quartirão.

Mas, segundo Ebrahim, seu sogro não prendeu nenhum proprietário.

Meu sogro nem levo em consideração isso aí, porque ele prejudicado, qué dizê ele era um dos piores prejudicados, ele ainda ir trabalhar a favor do Exército.¹¹²

A explicação encontrada por Ebrahim para seu sogro não levar ninguém a presença do coronel é a de que ele era um dos mais prejudicados, pois havia perdido uma grande porção de terras. Não faz sentido para o narrador alguém que foi tão prejudicado entregar os seus conhecidos para o para o coronel. Não tenho evidências ou fontes de que algum proprietário foi denunciado, mas apenas o ato de nomear uma figura influente para o cargo e assim dar continuidade com o processo já mostram que o Exército estava tomando medidas concretas.

Com os treinamentos sistemáticos e a nomeação de um inspetor de quartirão por parte do coronel, o Exército com apoio da União avançava no processo de desapropriação. Muitas famílias, mesmo com a ameaça crescente, continuavam em suas terras, outras começaram a adquirir novas terras ou investir em outro tipo de atividade. Estas produziam excedente, o que permitia que tivessem algumas reservas.¹¹³

No ano de 1963, pegando de surpresa as famílias, o poder judiciário concede a emissão de posse provisória das terras. Segundo Schiochet, o Exército tomaria posse da terras, mas continuaria o processo de revisão dos valores indenizatórios para que a desapropriação pudesse ter um término. Para isso, o juiz emitiu um ofício solicitando que os proprietários deixassem as suas propriedades em até 48 horas.¹¹⁴

Schiochet afirma que a decisão foi sentida de maneira distinta entre os proprietários. Alguns já haviam deixado a área, independentemente do processo de desapropriação. Isso aconteceu porque a maioria das propriedades eram minifúndios e mesmo as áreas maiores passariam por um processo de pulverização. Dessa maneira, a terra existente começava a se tornar insuficiente para a reprodução familiar de mais de uma geração.¹¹⁵

¹¹² Ebrahim Gonçalves de Olivera.

¹¹³ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 78

¹¹⁴ Ibidem, p. 77.

¹¹⁵ Idem.

Uma segunda situação, refere-se aos agricultores que deixaram as suas terras por motivo de insegurança, ainda nos anos 1950, vindo a comprar novos lotes em outras regiões ou investir em outra atividade.¹¹⁶

O terceiro caso refere-se aos proprietários que moravam fora da área onde viria a ser o Campo. Para essas pessoas a propriedade desapropriada servia para a produção agropecuária e/ou exploração de erva mate, sendo ela indispensável para a sobrevivência familiar. Essas famílias também possuíam a área de morada onde produziam alguns poucos alimentos, mas dependiam muito da área que foi desapropriada. Com a desapropriação perderam quase que totalmente a possibilidade de produzir excedentes, o que gerou dificuldades para a subsistência. Porém, ainda tinham um teto e um pouco de terra.¹¹⁷

Por fim, a situação mais dramática foi vivida pelos agricultores que moravam e produziam unicamente na área desapropriada. Para estes, a decisão judicial abriu espaço para uma ação caracterizada como expulsão ou despejo.¹¹⁸

José da Silva Lima estava inserido no terceiro grupo de proprietários, ou seja, aqueles que tinham um terra de morada e uma para produção. Ebrahim, rememora o processo da seguinte maneira

Tiveram que se retira, era 48 hora o prazo de desocupação né, então quem não se retiro o Exército foi lá com a viatura e tiro, retiraram né, quem... meu sogro até foi ameaçado pelo juiz, e meu sogro foi lá e converso com o juiz "como é que eu vô sai com duzentas cabeça de gado, é roça pra colhe, eu tenho a minha propriedade inteira lá, como é que eu vô saí em 48 hora, vô leva meu gado pra onde, minhas abelha, meus porco, meus, meus"... Tinha criação de carneiro, de cavalo, de porco, galinha, "como é que eu vô saí em 48 horas?" Daí o juiz ameaço ele: "se tá desobedecendo uma ordem judicial, eu mando te pôr na cadeia!"¹¹⁹

O narrador não presenciou o processo de desapropriação. Portanto, o trecho transcrito acima é uma memória familiar. A memória das famílias sendo retiradas a força e do seu sogro discutindo com o juiz foram transmitidas pelos familiares a Ebrahim nas visitas que fazia durante as férias. Mas isso não diminui a sua importância e nem deixa de demonstrar o sofrimento e desespero que aquelas famílias enfrentaram. Aqueles que não se retiraram a tempo foram expulsos a força pelo Exército. Seu sogro tentou algum tipo de negociação com o juiz, tentando ganhar pelo menos mais tempo para a mudança, mas acabou sendo ameaçado de prisão

¹¹⁶ Ibidem, p. 78.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

se continuasse a insistir. Segundo Schiochet, os agricultores não encontraram nenhum tipo de apoio nas autoridades locais (políticas e judiciárias), acabando por ficar numa situação de desespero legal e moral, sem possibilidades de resistência diante do poderio militar.¹²⁰

Após a conversa com o juiz, José da Silva Lima tenta uma solução com o coronel

Daí ele foi falar com o coronel né, explica a situação pro coronel. “Como é que eu vô saí em 48 horas se eu tenho roça pra colhe, eu tenho o gado lá do... duzentas cabeça de gado dentro do campo, não tenho um palmo de terra lá fora pra mim leva meu gado, como que eu vô vende meu gado em 48 hora? De que jeito?” Aí que o coronel propôs para ele: “não, fica dois ano e me paga arrendamento”.

Portanto, após apelar ao coronel, foi permitido que arrendasse as suas próprias terras por dois anos. Segundo Ebrahim, isso autorizava a continuidade da criação de gado e a colheita da roça. Não viveria mais nas mesmas terras, mas ainda poderia produzir nelas.

O acordo entre o coronel e José da Silva Lima só se tornou possível por conta da proximidade que as partes tinham, visto que o segundo foi nomeado inspetor de quartirão pelo primeiro, e era um dos agricultores mais influentes e bem sucedidos da região. Mas tal acordo não ameniza em nada a injustiça a qual foi submetido, visto que teriam que pagar para produzir em sua própria terra. Além disso, foi preciso vender parte do gado para comprar novas terras na divisa com o CIMH.

A retirada da família aconteceu após o acordo, e é lembrada da seguinte maneira

No dia que o meu sogro tava se mudando, o meu cunhado, filho do meu sogro lá, o José da Silva Lima, tava servindo lá no batalhão dentro de Três Barras, lá na sede do Campo, aí o coronel pego e mando meu cunhado pega o caminhão do Exército, uma viatura. “Pegue a viatura e vai lá ajuda o teu pai a fazê a mudança dele né”. Daí o meu cunhado veio lá e “ó, o coronel mando o caminhão aí”. Meu sogro falo: “tira essa coisa daqui que eu ponho fogo nesse caminhão, eu tenho condição de me muda sozinho”. Que ele tinha caminhão também na época né, meu sogro. “Fala lá pro coronel que eu tenho condição de me muda sozinho, eu não quero ajuda dele, já que tô saindo, eu saio por minha conta.” Mas o coronel chego a manda uma viatura lá na casa do meu sogro pra ajuda o meu sogro a se muda.

O coronel mandou o próprio filho de José da Silva Lima, que estava servindo no batalhão em Três Barras, ir com uma “viatura” do exército para auxiliar o seu pai na mudança. A ajuda foi recusada, José tinha seu próprio caminhão e não queria colaboração da instituição que o estava expulsando das suas terras.

¹²⁰ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 79

É interessante notar que Ebrahim usa a palavra “ajudar”, dando o sentido de que a instituição militar estava disposta a auxiliar para que a desapropriação ocorresse da melhor maneira possível. Porém, tais “viaturas” foram enviadas para retirar todas as famílias que não saíram no prazo delimitado pela decisão judicial, isto é, em até 48 horas.¹²¹ Portanto, a finalidade das “viaturas” era apressar a desapropriação, além de demonstrar a força do Exército, atenuando qualquer tipo de resistência mais organizada.

Se para José da Silva Lima, que tinha melhores condições e conseguiu fazer um acordo com o coronel, a desapropriação foi traumática e deixou a sua família em um situação precária, para os pequenos proprietários ela foi ainda pior, principalmente para aqueles que não possuíam excedente de produção acumulado para situações de emergência. O sentimento dessas pessoas era de impotência. Elas não puderam retirar as suas casas, paióis, madeira e erva-mate. Como não tinham outras propriedades para levar os seus bens, só restou vendê-los a preços muito baixos, na tentativa de adquirir outro lugar para viver.¹²² Alguns tiveram que ir para a casa de parentes, outros rumaram para Curitiba/PR para trabalhar como operários.

Portanto, a ordem judicial para saírem em até 48 horas pegou as famílias de surpresa. Não imaginavam que teriam que sair antes de receber as indenizações que tinham direito. Tal processo foi sentido de maneiras distintas pelos proprietários, alguns tiveram que vender parte dos seus bens para comprar outras terras e outros buscaram emprego nas cidades do interior ou em Curitiba/PR. O caso de José da Silva Lima tem uma particularidade. Ele não foi em busca de outra vida na cidade, mas foi obrigado a vender cerca de 150 cabeças de gado para comprar outras terras¹²³. Porém, diferentemente de outros proprietários, conseguiu firmar um acordo de arrendamento de dois anos com o coronel responsável pelo CIMH.

3.3. Os arrendamentos e suas irregularidades

Após a desapropriação, José da Silva Lima assinou um contrato de arrendamento junto ao coronel Ary Falcão Macedo para continuar criando gado dentro da área do CIMH. Um dos contratos trazia as seguintes obrigações:

Contrato entre o Campo de Instrução Marechal Hermes e o Sr. José da Silva Lima, vulgo Maurício, criador de gado, residente no local denominado Poço Grande – município de Papanduva, o qual se obriga ao seguinte:

¹²¹ O proprietário José da Silva Lima foi um dos últimos a se retirar da área.

¹²² SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 79

¹²³ O novo terreno adquirido ficava na divisa com o CIMH, na localidade denominada Poço Grande.

- 1 – Ficará criando gado na área do CIMH.
 - 2 – Pelo arrendamento da área de criação, o Sr. José da Silva Lima pagará, mensalmente, a quantia de 10 (dez centavos) para cada rês invernada.
 - 3 – Tôdas as vezes em que houver manobras, o Sr. José da Silva Lima será avisado com antecedência para providenciar a retirada do gado da referida área, não cabendo ao CIMH qualquer responsabilidade quanto a sorte de alguma rês causada por tiro ou estilhaço de granada.
 - 4 – O prazo de duração do presente contrato fica a critério do Diretor do CIMH.
 - 5 – O funcionário civil deste CIMH, João Rodrigues da Silva, ficará encarregado de controlar a quantidade de gado invernado bem como de cobrança das mensalidades.
- Quartel de Três Barras (SC), 27 de junho de 1969¹²⁴

O primeiro ponto que chama a atenção no “acordo” firmado refere-se ao pagamento de dez centavos para cada rês invernada. Isso representava um valor muito baixo se levarmos em consideração o salário mínimo no ano de 1969, que era de NCr\$ 156,00¹²⁵. Portanto, se José da Silva Lima tivesse cerca de 100 cabeças de gado pastando na área, o valor a ser pago pelo arrendamento seria de NCr\$ 10, ou seja, um preço irrisório. Dessa maneira, a partir da leitura do contrato, podemos afirmar que ele tinha um caráter simbólico, apenas para legalizar o arrendamento. Esse acordo pode ser explicado por três motivos: pela relação estreita que José da Silva Lima já tinha com os coronéis anteriores, entre eles Ovídio Souto da Silva que o havia nomeado inspetor de quarteirão; o segundo motivo seria uma estratégia por parte dos miliares, no sentido de passar a imagem de que estavam prestando um favor a Lima, deixando-o continuar trabalhando na terra para evitar algum tipo de organização e reivindicação mais agressiva; por fim o arrendamento assegurava o interesse dos coronéis no gado e na mão de obra de José da Silva Lima, que se encontrava em situação de vulnerabilidade após a desapropriação. Segundo Ebrahim, seu sogro tinha que roçar 10 quilômetros de estrada dentro do Campo, quatro metros de cada lado e ainda dar a preferência de compra dos bois criados dentro da área ao coronel, que tinha um cruzeiro descontado por cabeça.¹²⁶ Portanto, o acordo não era tão simbólico quanto pode parecer em um primeiro momento, visto que aconteciam práticas exploratórias que não estavam previstas nele. Porém, segundo Ebrahim eram feitos contratos específicos para utilizar a mão de obra dos desapropriados.¹²⁷ Além disso, José da Silva Lima, mesmo sendo um dos proprietários “mais bem equipados” da região, encontrava-se em situação precária após a desapropriação, ficando a mercê de negociações assimétricas.

¹²⁴ Contrato de arrendamento. Acervo particular de Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

¹²⁵ Tabela do salário mínimo, ano a ano: <http://audtecgestao.com.br/capa.asp?infoid=1336>

¹²⁶ Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

¹²⁷ Ebrahim Gonçalves de Oliveira. O narrador afirma que perdeu a documentação referente aos contratos de trabalho.

Segundo Schiochet, a exploração da mão de obra dos desapropriados por parte dos militares era comum. O exército isolou a área com cercas após a expulsão e teve que adequá-la para fins militares, o que exigiu a ida de um contingente maior de soldados para o CIMH. Para dar conta da demanda de alimentos e outros serviços, as famílias que permaneceram na região passaram a ser exploradas em serviços como: lavagem de roupas, produção agrícola, limpeza de estradas e medição das propriedades.¹²⁸

O contrato também exigia a retirada dos animais quando houvesse manobras, não cabendo ao CIMH qualquer responsabilidade se alguma rês fosse atingida por tiros ou estilhaços de granadas. Portanto, se algum animal fosse atingido durante os treinamentos, quem arcaria com os prejuízos seria somente o arrendatário.

Por fim, o último ponto que chama a atenção é a duração do contrato de arrendamento, que era definido pelo diretor do CIMH. O acordo transcrito acima foi assinado no ano de 1969, mas Ebrahim afirma que eram renovados a cada dois anos, dessa maneira imagino que o primeiro foi firmado ainda em 1963 e que suas obrigações não diferem do de 1969.

Dessa maneira, José da Silva Lima assinava um contrato de arrendamento a cada dois anos com o coronel do CIMH nos termos listados acima, mas tinha que trabalhar limpando a área e ainda vender parte do gado para o coronel. Além disso, corria o risco de ter prejuízos caso algum estilhaço de granada atingisse um dos animais. Isso demonstra que os diretores se aproveitavam da vulnerabilidade na qual se encontravam as famílias desapropriadas, até mesmo dos mais abastados, como era o caso do sogro de Ebrahim.

Durante o período que arrendou as terras, José da Silva Lima, segundo a memória de Ebrahim, recebia visitas do coronel Falcão

Como eu falei, o coronel vinha todo mês ali, vinha na casa do meu sogro é... comê uma galinha caipira, chegava lá no domingo, almoçava lá no meu sogro, conversava com meu sogro “oia, o processo de vocês lá tá bem adiantado, daqui três meses vem o dinheiro de vocês”. Então vinha sempre dando esperança do meu sogro recebe né. Inclusive a casa do meu sogro num... as outras casa o Exército retiro, de imediato foi desmontando todas as casas que tinha nas propriedade, desmontaram e sei lá o que que fizeram das casa. O comentário é que o tenente levava a madeira pra fazer casa na praia, pra não sei o que. E a casa do meu sogro fico, esse coronel Falcão dizia ... Meu sogro tinha trator e roçadera, então teve umas casa que pego fogo no campo e queimo a casa né, sujo em volta da casa, ninguém fazia a manutenção, queimaram, pego fogo no campo, queimo a casa lá do Miguel Dobrochinski, queimo a casa dele lá dentro do campo. Era uma casa muito bem construída de tudo, madeira de primeira, queimo a casa dele. Daí meu sogro... coronel sempre avisava, falava pro meu sogro: “Maurício, continue roçando em volta da tua casa lá,

¹²⁸ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 86.

limpe, zele pela tua casa, que essa desapropriação não vai acontecer, vocês vão, nois vamo devolve isso para vocês, então continue roçando a tua casa, aí em volta da tua casa pra evita do fogo queima né”. E daí meu sogro sempre ia lá com o trator e roçava em volta da casa dele, uma área bem... a área da casa do meu sogro era sempre limpa...¹²⁹

Nas visitas era sempre mantida a esperança de receber a indenização. Para Shiochet tal estratégia dos militares visava protelar ações mais ofensivas que viessem a questionar o processo de desapropriação, fazendo com que as famílias acreditassem numa solução vinda de cima.¹³⁰ O almoço que era servido para o coronel era uma forma de “retribuir” a “boa vontade” dos militares em arrendar as terras para a criação de gado. Ebrahim cita que a casa do seu sogro não foi desmanchada de imediato como a de outros desapropriados e afirma que o coronel pedia para seu sogro tomar conta do terreno, sempre manter ele limpo para que não pegasse fogo.

Ebrahim, a partir da memória familiar construída sobre os encontros entre o coronel e o seu sogro, se alinha com o argumento do diretor de que o motivo pelo qual as casas pegavam fogo seria por conta da falta de limpeza do entorno delas. Não há como afirmar que elas foram queimadas deliberadamente, mas soa muito estranho o fato de várias moradias pegaram fogo em curto espaço de tempo. Mas o cerne da questão da narrativa acima está na esperança que era dada nas visitas do coronel a José da Silva Lima, sempre afirmando que tudo seria resolvido e que era para ele continuar cuidando da sua casa e da sua terra, pois a desapropriação poderia não ser definitiva.

Com o passar do tempo, os militares passaram a tirar erva mate, vender pinheiro e arrendar terras para particulares dentro do CIMH

[...] muita gente alugo terra lá pra cria gado, então viro numa verdadeira negociata de arrendamento.¹³¹

Para Ana Claudia Flenik, os arrendamentos eram irregulares, pois configuravam desvio de finalidade.¹³² Isto é, a área deveria servir estritamente para treinamentos militares e não como negociata para arrendamentos. Além disso, o coronel Ari Falcão de Macedo, o mesmo que começou a arrendar as terras para José da Silva Lima, cercou uma área para exploração particular dentro do CIMH, na qual criava gado e cultivava plantações. Segundo Ebrahim, Macedo

¹²⁹ Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

¹³⁰ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 93.

¹³¹ Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

¹³² FLENIK, Op. Cit, 2017, p. 60.

[...] tinha uma fazendinha dentro do Campo lá, inclusive tinha até capataiz que cuidava, que era o... eles chamavam de... ele tinha um apelido de Tiófilo do Veneno, era que cuidava do gado do coronel lá dentro e o coronel exigia do meu sogro pra todo final de ano ele vinha lá meu sogro reunia o gado, ponha na mangueira e ele escolhia uma novilha do gado do meu sogro pra pôr na fazenda dele.¹³³

No trecho rememorado, o coronel auferia lucro com a exploração de parte da área que havia sido desapropriada e ainda exigia de José da Silva Lima que, ao final de ano, tivesse o direito de escolher uma novilha do gado para colocar em sua “fazendinha”. Isso demonstra o uso particular de uma terra pública feito por um membro do alto escalão do Exército, desvirtuando totalmente a função da área, que deveria ser usada, volto a repetir, estritamente para treinamentos militares.

O tempo foi passando, os arrendamentos entre Ebrahim e o coronel foram sendo renovados a cada dois anos e o trabalho para o exército continuava na forma de limpeza das encostas das estradas. Em contrapartida o coronel fazia visitas a família e garantia que receberiam em breve a indenização devida, chegando a afirmar que a desapropriação não seria consumada por completo, que logo eles poderiam voltar para a sua antiga propriedade.

No ano de 1970 a esperança que ainda restava para a família de um retorno a área desapropriada desmoronou por completo.

[...] em 1970, dia 21, dia 20 de dezembro, dia 19 de dezembro, era num sábado que ele passo, que ele foi pra Canoinhas, que ele viu a casa demolida ele veio em casa e falo pra minha sogra: “óia, acabo-se as nossas esperança de volta pra dentro de nossa propriedade, porque eu passei lá e a casa tava demolida, tinha soldado lá demolindo a casa”. Daí ele falo, “segunda-feira eu vô lá fala com o coronel, eu vô mata o coronel!”

[...] “eu vô lá mata esse coronel porque ele sempre me garantiu que não iam tira a minha casa de lá, eu tava zelando pela casa tudo e agora eu passei lá e a casa demolida, *então acabo as nossas esperança de volta na terra!*” [grifo meu]. Isso foi numa sexta-feira, daí ele passo, minha sogra passo disque sábado o dia intero nervoso, nervoso, passo domingo nervoso, daí no otro dia cedo ele, segunda-feira cedo ele pego o trator, pego um fordinho que ele tinha e falo: “eu vô lá num...”, um jipe e ele “eu vo lá fala com o coronel, eu vô mata esse coronel hoje”, meu sogro falo. Daí a minha sogra “não, não, larga disso, onde é que se viu”. Aí disse que ele pego “eu não aguento o nervosismo que eu tô”, aí ele pego o trator e disse “então eu vô limpa um pedaço de lavora que tem lá”, pego o trator e foi limpa. Daí ele foi cedo pra lavora, passo meio dia e não vinha pra almoço, não vinha pra almoço, dali a poco passo uma pessoa conhecida e chego na casa da minha sogra e falo: “dona Jaira, quem que está com o trator do seu Maurício? Daí ela falo: “é ele mesmo”, “o trator

¹³³ Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

tá tombado lá na roça e tem um homem morto em baixo, eu não vi quem é”. Na segunda-feira ele morreu acidentado com o trator.¹³⁴

O trecho transcrito acima é mais uma memória familiar de Ebrahim, que tenta reproduzir, a partir do que ouviu dos familiares, a desesperança tomando conta do seu sogro e a raiva que sentiu do coronel, identificando como uma traição o desmanche da casa e dando a entender que tudo isso levou seu sogro a um acidente que tirou a sua vida. Ebrahim, não sabe ao certo o dia que José da Silva Lima viu a casa demolida, mas afirma que foi entre os dias 19 e 21 de dezembro, porém, garante que seu sogro viu a casa sendo demolida em um sábado e que ele veio a falecer na segunda feita. Portanto, dia 19 (sábado) presenciou a demolição e dia 21 (segunda-feira) veio a falecer.

A casa era um símbolo material para a família, que alimentava alguma esperança de um desfecho favorável, na melhor das hipóteses o retorno a ela. Ao longo dos últimos 7 anos (1963-1970), seu sogro passou zelando pela sua propriedade, mantendo o entorno dela limpo para que um dia pudessem voltar a morar nela. Sua demolição representou o fim da esperança e de qualquer tipo de negociação, mesmo que muito assimétrica. O sentimento de José da Silva Lima agora era de raiva e desprezo pelo coronel que o havia traído.

Segundo Ebrahim, José passou todo o final de semana nervoso, até que na segunda-feira saiu cedo para ir até o quartel falar com o coronel. Nas conversas reproduzidas pelo narrador entre José da Silva Lima e sua esposa Jaira, o discurso do primeiro era de que o objetivo seria matar o coronel, enquanto Jaira tentava acalmá-lo, o que aconteceu, visto que José mudou de ideia e decidiu ir com o trator limpar a lavoura. Porém, seu sogro não voltou para almoçar em casa como era de costume, e a preocupação passou a tomar conta de sua esposa. Então um conhecido passa pela casa que estavam morando e avisa sua sogra que o trator estava tombado na lavoura e que havia um homem morto embaixo dele. O homem era seu marido, o sogro de Ebrahim. O narrador dá a entender que a morte foi decorrente do estresse causado após a demolição de sua casa, partindo da linha de raciocínio de que foi trabalhar com tal desgosto e acabou por sofrer um acidente, fazendo com que o trator de alguma maneira virasse sobre o seu corpo. Essa narrativa é compartilhada pela família de José da Silva Lima, visto que Ebrahim narra tal episódio a partir dos discursos construídos por seus familiares, principalmente do de sua sogra, que estava junto ao seu sogro durante o final de semana de 1970. Em nenhum momento o narrador relaciona a morte com os militares.

¹³⁴ Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

A morte de José da Silva Lima representa um marco de ruptura nas relações entre a sua família e os militares.

Meu sogro fico desde 1963 até 1970 ano que ele morreu ele pago arrendamento né. Aí depois que ele morreu que nois tiremo o gado de lá que o coronel... nois dexamo de vende o gado pro Exército e o coronel fico brabo e mando nois retira o gado. Aí de 1970 em diante nois paramo de usa o Campo lá como área de criação.¹³⁵

Com a morte, a família decidiu não vender mais parte do gado para o coronel, talvez como uma resposta ao desmanche da casa. O coronel, irritado, desfez o contrato de arrendamento, deixando-os ainda mais vulneráveis. Mesmo com as exigências do coronel – limpar as beiras das estradas e vender parte da criação com desconto – o arrendamento era a garantia da manutenção de boa parte da renda da família, que agora deveriam procurar outras terras para o gado.

Os arrendamentos feitos entre os anos de 1963 e 1970 eram vistos por ambos os lados como um gesto de favor prestado pelo Exército diante das necessidades dos desapropriados/herdeiros.¹³⁶ Para José da Silva Lima, a garantia de ter uma relação próxima com o coronel lhe dava a sensação de que tudo seria resolvido e que o Exército estava empenhado para que as indenizações fossem pagas ou que as terras fossem devolvidas. Além disso, a manutenção da sua antiga casa e as visitas do diretor do CIMH passavam um ar de esperança, de que logo poderiam retornar para a área e retomar a vida que tinham antes da desapropriação. Porém, com o desmanche da casa e a morte de José, a desesperança tomou conta da família Lima, sentimento que já fazia parte de forma mais profunda da vida de vários outros desapropriados. Além do mais, o desvio de finalidade da área estava cada vez mais visível: arrendamentos para terceiros, exploração de erva mate¹³⁷ e madeira e uso particular das terras pelo coronel são exemplos de atitudes que deixaram vários desapropriados/herdeiros descontentes. Sem contar os casos de exploração da mão de obra por parte do Exército daqueles que se encontravam em condições precárias após a expulsão. Junta-se a isso a demora no julgamento de reavaliação das indenizações pelo poder judiciário, que só terminou no ano de 1975 e não foi justa aos desapropriados. Tudo isso fez com que as famílias saíssem da passividade na qual se encontravam – existente não só pela esperança de que receberiam a

¹³⁵ Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

¹³⁶ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 92.

¹³⁷ Segundo Valmor Schiochet, como era feita a exploração da erva-mate indignou os desapropriados/herdeiros. A colheita exige uma técnica especial, que permite a brotação e possibilidade de uma produção na mesma árvore. Tal cuidado não estava sendo tomado, o que tornaria as árvores improdutivas. (Schiochet, 1993, p. 100).

indenização ou voltariam para a sua antiga propriedade, mas também pelo contexto político autoritário da época, em que qualquer luta mais aberta pela terra poderia ser violentamente reprimida -, isto é, estavam na espera de uma solução vinda de cima, passando então a se organizar por conta própria, o que vai acontecer principalmente a partir do ano de 1975.¹³⁸

¹³⁸ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 93-94.

4. ORGANIZAÇÃO, OCUPAÇÃO E ACAMPAMENTOS (1975-1987)

4.1 A busca por uma solução: organização na segunda metade da década de 1970 e a ocupação em 1980

Para compreender como Ebrahim Gonçalves de Oliveira constrói sua memória sobre os acontecimentos na segunda metade da década de 1970 e na década de 1980 é necessário pontuar algumas questões importantes: onde ele se encontrava nesse período e qual o seu papel no Movimento. Para isso, é importante historicizar a organização dos desapropriados/herdeiros, desde a convocação de reuniões até organização do Movimento dos Desapropriados de Papanduva.

Ebrahim não vai ter papel importante na década de 1970, tanto que não participou das reuniões nesse período, nem fez parte da Sociedade Núcleo Rural Papuã (SNRP), fundada em 1978. Não participou porque ainda estava trabalhando na COPEL, em Curitiba/PR, dessa maneira não conseguia acompanhar de perto as reuniões e o trabalho da Sociedade. Já na década de 1980, mais especificamente no Movimento (1985-1987), Ebrahim, participará ativamente, vindo a ser reconhecido pelo seus pares como uma grande liderança.

No seguinte subtítulo buscarei historicizar a organização dos desapropriados/herdeiros relacionando-a a memória de Ebrahim sobre os eventos. Além disso, irei utilizar a memória de outros herdeiros, principalmente para trabalhar a década de 1970 e início da de 1980, a qual Ebrahim não estava presente.

Como vimos no capítulo anterior, após a desapropriação a família de Ebrahim e de outros desapropriados vão arrendar terras do CIMH para continuar cultivando a terra e criando gado. Outras em situação mais difícil vão vender a sua força de trabalho para o Exército. Para Schiochet, os arrendamentos e o emprego ofertado para os desapropriados/herdeiros era uma maneira de estabelecer relações amistosas com eles. O objetivo era fazer com que o uso e a exploração da terra por parte dos desapropriados/herdeiros fosse visto como favor por parte do Exército. Além disso, os militares tentavam demonstrar interesse em resolver a questão para evitar que ela fosse mediada por outros canais. Para isso, convocavam os desapropriados/herdeiros para reuniões com autoridades militares, representantes do Governo Federal e outras autoridades constituídas. Sempre havia o comprometimento verbal do exército de resolver a questão. Tais promessas faziam com que os desapropriados/herdeiros

acreditassem numa solução vinda de cima.¹³⁹ Também nesse momento estava em curso o processo de reavaliação dos valores das indenizações a serem pagas pela União aos desapropriados. Isso trazia esperança de que uma solução estava em andamento.¹⁴⁰ Portanto, os arrendamentos, a confiança na instituição militar e, principalmente, a perspectiva de receber uma indenização justa após a conclusão do processo judicial fez com os desapropriados/herdeiros esperassem uma solução, sem se opor abertamente contra o poder público. Havia também a conjuntura autoritária que não permitia qualquer questionamento mais agressivo ao governo e a instituição militar. Tal situação é bem exemplificada na fala do herdeiro Sezinando Jungles, mais conhecido como Nando

É... na verdade não foi bem deixado de lado, porque sempre foi lutado né. Mas claro, com certo receio né, não podia falar, já mandavam calar a boca, mandavam prender, ameaçavam.¹⁴¹

O trecho da entrevista ajuda a compreender o momento pós 1963, no qual o desapropriados/herdeiros tentavam alguma solução por meio judicial, a partir dos advogados, para conseguir o pagamento das indenizações. Mas em nenhum momento questionavam a legitimidade que o exército tinha sobre as terras do CIMH. Compartilhavam de uma mescla de medo e esperança.

No ano de 1975 saiu a decisão final do valor indenizatório a ser pago a partir da reavaliação.¹⁴² Um valor muito abaixo do esperado pelos desapropriados/herdeiros,

Em 1975 saiu a decisão em Brasília com um corte lá de juro e de correção monetária e de tudo, e daí a indenização caiu numa irrisória tão irrisória que não pagava nem a pena da gente e recebe. Eu tenho o documento do juiz que ele diz que as ações sofreram queda dos valores e que o pessoal deixou de receber porque não cobria nem as despesas de deslocamento pra receber. As indenizações só poderiam ser feitas em Brasília né. Esse documento eu tenho assinado pelo juiz.¹⁴³

Segundo a narração de Ebrahim, não valia a pena ir até Brasília para retirar a indenização, visto que ela era tão irrisória que não pagava nem a viagem de deslocamento. Isso

¹³⁹ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 92.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 91.

¹⁴¹ Sezinando Jungles.

¹⁴² A explicação sobre o processo de reavaliação encontra-se no subtítulo: 1.5 Decreto 40.570, de 18 de dezembro de 1956, Decreto-Lei n. 3.365 de 21 de junho de 1941 e indenizações.

¹⁴³ Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

explica o motivo de muitos desapropriados/herdeiros não terem aparecido para tirar o valor ou contesta-lo.

Ebrahim forma a sua memória, novamente, a partir de relatos familiares, visto que sua esposa e cunhados tinham direito a receber a indenização, portanto acompanhavam o desenrolar do processo de reavaliação. Também constrói o seu argumento a partir de documentos, como o do juiz, o qual fez referência acima. O documento citado no trecho da entrevista é de 1982 e trazia a seguinte decisão

A presente expropriatória chegou ao final, expedindo-se Precatória para Egrégio Tribunal Federal de Recursos, a fim de que fosse pago o devido. Ocorre que, seja porque a importância foi reduzida a pouco, em razão da inflação, seja porque, outrora, o recebimento só poderia ser feito em Brasília, a parte não a recebeu.

Isto não pode fazer com que o processo permaneça parado na Secretaria. Há que dar-se uma providência para que chegue ao final.

Assim sendo, sem prejuízo de receber o Expropriado correção monetária ou algo mais que entender devido, determino que se expeça Carta Precatória para Juízo da situação do Imóvel, afim de que seja – transcrita a área expropriada em nome da União Federal.

Isto feito, arquivem-se os autos, independente da devolução da Precatória. Esta, quando retornar, será juntada simplesmente. A medida é imperiosa para que se esvazie a Secretaria, já sem espaço para tantas ações em andamento.

Intimem-se os Drs. Procuradores pela imprensa oficial.

Florianópolis, 8 de junho de 1982

Vladimir Passos de Freitas

Juiz Federal do Paraná designado para auxiliar em Sta. Catarina.¹⁴⁴

O documento reafirma que a inflação corroeu o valor das indenizações e que os desapropriados/herdeiros não se deslocaram até Brasília para recebe-la. Ele é de 1982, isto é, sete anos após a decisão final. Seu conteúdo principal é o arquivamento do processo, pois estava parado na secretaria e alguma providência deveria ser tomada para que chegasse ao fim. Também é solicitado que o imóvel passe para o nome da União.

É interessante notar que Ebrahim busca justificar o seu argumento junto ao documento assinado pelo juiz, visto que o mesmo afirma que as indenizações foram reduzidas a pouco, em razão da inflação, o que estaria em consonância com o argumento do narrador, mesmo ele sendo um documento que pedia o arquivamento do processo. O que importa para o narrador é mostrar que o juiz compartilhava do seu argumento sobre o valor das indenizações.

Por conta da decisão desfavorável do processo de reavaliação, os desapropriados/herdeiros passaram a ver com descrédito o trabalho do poder judiciário. A

¹⁴⁴ Processo nº 1.771/71. Acervo particular de Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

percepção da injustiça os moveu da passividade para uma ampliação das formas de atuação. Reuniões foram convocadas pelos próprios desapropriados/herdeiros, não mais pelos militares. Além disso, as ações não se limitavam mais a justiça, foram ampliadas para instituições políticas, como políticos ligados ao poder executivo e o legislativo, além de encontro com candidatos nas campanhas político-eleitorais.¹⁴⁵

Ainda em 1975, na cidade de Canoinhas/SC, foi feita uma reunião que contou com a presença de alguns proprietários e herdeiros, nela foi redigido um abaixo assinado. O objetivo do documento era fazer com que as autoridades tomassem conhecimento do processo sofrido pelos desapropriados/herdeiros a partir da ótica destes.¹⁴⁶ Portanto, agora eram as famílias que organizavam reuniões e buscavam a abertura de canais de comunicação com representantes do poder judiciário, legislativo e executivo.

O abaixo assinado começava da seguinte maneira:

Os desapropriados abaixo assinados, com a intenção de cientificar os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do País, e afim de pedir justiça, resolvem relatar o seguinte:¹⁴⁷

O trecho demonstra que o objetivo principal do documento era deixar ciente o poder Executivo, Legislativo e Judiciário sobre o caso da desapropriação e assim conseguir justiça. Em seguida começa a ser descrito todo o processo de medição das propriedades, passando pelo Decreto nº 50.570 de 18 de dezembro de 1956, a expulsão em 1963, as promessas de pagamento e o não recebimento de um valor justo de indenizações, chegando até o momento que se encontravam, isto é, o ano de 1975.

Todo o discurso presente no relatório foi montado de forma amena e respeitosa, seja para com o Governo Federal, seja para com o Exército.

Os desapropriados em geral, ou herdeiros dos diversos que já estão de pleno acordo e levantam as mãos em agradecimento ao Governo Federal se revogasse o decreto nº 40.570 de 18 de dezembro de 1956 e restituísse a posse das terras aos legítimos proprietários, ou então não negando ao mérito de que o glorioso Exército da pátria, no sentido de precisar ocupar esta área permanentemente, que seja alterado o referido decreto para uma reavaliação atualizando os valores da época, fazendo com que seja concluído e pagos com a mesma velocidade que estão sendo feito as indenizações dos decretos de desapropriação, após a revolução de 1964. Caso não for resolvido desta forma

¹⁴⁵ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 94

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ Relatório discriminativo das ocorrências com a desapropriação de imóveis para o Campo de Instrução Marechal Hermes, localizado nos municípios de Três barras e Papanduva, estado de Santa Catarina. Acervo particular de Valmor Schiochet.

ou por outras cabíveis de acordo com estudo do próprio governo, os processos não serão encerrados, talvez nem daqui a mais de 10 anos, tornando assim cada vez maior o prejuízo dos proprietários.¹⁴⁸

Na seguinte passagem, fica evidente como os desapropriados/herdeiros se referiam as instituições de maneira respeitosa e elogiosa, mesmo ao reivindicar uma solução, no caso a revogação do Decreto nº 40.570 de 18 de dezembro de 1956 e a posterior restituição das terras aos antigos proprietários. Se a devolução não fosse possível, por conta da necessidade do “glorioso exército da pátria” usa-la permanentemente, pediam que fosse alterado o decreto para que os valores fossem atualizados e pagos com a mesma velocidade que estão sendo feitas as indenizações dos decretos de desapropriação, após a Revolução de 1964.

O elogio feito ao Exército e o governo militar demonstram claramente o caráter elogioso do relatório, evitando qualquer termo ofensivo as instituições e ao poder vigente. Segundo Schiochet, as reivindicações eram feitas sob a forma de sugestões ou pretensões. Os desapropriados/herdeiros não exigiam direitos, mas pediam de forma submissa ao Estado a outorga de uma solução.¹⁴⁹ Porém, o documento não deixou de denunciar a conduta dos militares nos últimos 12 anos.

Após os proprietários desocuparem os seus lares, houve safras de erva mate fora de época o que causou seca das árvores, houve vendas de grande número de pinheiros, diversas casas e instalações foram consumidas do local, outras foram queimadas por fogo dos [...] que gerou no terreno por falta de limpeza, os mesmos fogos de cada ano que já destruíram cercas, casas, pomares e partes das matas. Partes das áreas estão sendo exploradas por terceiros, agricultores e pecuaristas, pessoas que nunca empregaram sacrifícios alguma nas aquisições das terras e instalações de benfeitorias, não se sabe se a título de arrendamentos, porcentagens ou gracioso.

Mesmo assim os desapropriados pretendem e anseiam em receber de volta as terras, sem indenização da parte do governo por aquilo que já desapareceu e depreciou durante os doze anos, para assim poderem trabalhar, produzir e reconstruir um lar em sua própria terra, e os valores recebidos referente o depósito serão reembolsados para o governo.¹⁵⁰

O teor das denúncias demonstra descontentamento pelo descuido que a área vinha sofrendo, visto que bens de valor material e sentimental estavam se perdendo, como as casas e instalações que haviam sido consumidas pelo fogo. Também demonstra a insatisfação dos

¹⁴⁸ Relatório discriminativo das ocorrências com a desapropriação de imóveis para o Campo de Instrução Marechal Hermes, localizado nos municípios de Três Barras e Papanduva, estado de Santa Catarina. Acervo particular de Valmor Schiochet.

¹⁴⁹ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 95.

¹⁵⁰ Relatório discriminativo das ocorrências com a desapropriação de imóveis para o Campo de Instrução Marechal Hermes, localizado nos municípios de Três Barras e Papanduva, estado de Santa Catarina. Acervo particular de Valmor Schiochet.

desapropriados por parte da área estar sendo explorada por terceiros, por pessoas que “nunca empregaram sacrifícios algum nas aquisições das terras e instalações de benfeitoria”. Buscavam uma solução junto ao poder público. Sua principal reivindicação era a devolução das terras sem indenização por parte do governo ao que já havia sido destruído e do lucro cessante, aceitavam voltar a trabalhar nela da maneira que se encontrava.

Portanto, o abaixo assinado estabeleceu consenso por parte dos desapropriados/herdeiros em torno de algumas reivindicações¹⁵¹, mesmo que elas fossem feitas de maneira submissa a uma outorga por parte do Estado. A primeira seria a revogação do decreto nº 40.570/56 e devolução das terras para os antigos proprietários sem pagamento de nenhum tipo de indenização, e a segunda seria a alteração do Decreto, para que fosse paga uma justa indenização as famílias.

Essas ações por meio de documentos, relatórios e audiências para tentar uma resolução junto as instituições políticas, militares ou jurídicas vão se estender de 1975 ao final de década de 1970.¹⁵²

No ano de 1978 foi formada a Sociedade Núcleo Rural Papuã, a partir da ideia de um advogado¹⁵³ de São Paulo, não dos desapropriados/herdeiros. Segundo Schiochet, os desapropriados/herdeiros perceberam algumas características interessantes no advogado: era um militar reformado, tinha amizade com o Presidente da República, era amigo do Chefe da Casa Civil.¹⁵⁴ Para o autor, os desapropriados/herdeiros levarem em consideração tais atributos demonstra a característica de uma cultura política autoritária. A relação entre desapropriados/herdeiros com o Estado não era mediada pela cidadania, mas por elementos paternalísticos.¹⁵⁵ Os desapropriados viam no advogado, por conta da sua proximidade com as autoridades, a possibilidade de resolução dos conflitos.¹⁵⁶

A ideia dos desapropriados/herdeiros era criar um entidade com reconhecimento jurídico, que comportasse uma diretoria e um departamento jurídico. Todos os interessados em participar deveriam passar uma procuração para a entidade, através de seu departamento jurídico, e encaminharia as reivindicações dos mesmos pelos canais legais. Portanto, seu

¹⁵¹ Tais reivindicações ainda não estavam bem definidas, visto que em um trecho do documento aceitavam receber o valor da indenização corrigido e em outro sugeriam a revogação do Decreto e devolução das terras.

¹⁵² SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 95.

¹⁵³ Schiochet não informa em seu livro o nome do advogado. Perguntei para Ebrahim e para Schiochet o nome do mesmo, mas os dois não conseguiram lembrar.

¹⁵⁴ Ibidem, p. 96.

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ Em uma das ligações feitas para o senhor Ebrahim para tirar algumas dúvidas, fui indagado se não tinha relação com algum político influente, que pudesse resolver a questão. Portanto, para Ebrahim, persiste a percepção de que uma solução possa acontecer a partir da proximidade com figuras do executivo ou do legislativo.

objetivo era de unificar os processos judiciais. Todos os desapropriados/herdeiros interessados teria um único procurador, o advogado da Sociedade. Para participar dela, os desapropriados/herdeiros interessados se comprometiam em pagar 20% do valor da propriedade: 10% para o pagamento de honorários ao advogado e 10% à Sociedade para despesas gerais.¹⁵⁷

Agora as reivindicações ficaram mais bem definidas, não se reivindicava mais as indenizações – como no abaixo assinado de 1975 – mas a devolução da área desapropriada. Quem os convenceu de tal estratégia foi o advogado da Sociedade, sob a justificativa de que ele tinha acompanhado outros processos de desapropriação ocorridos no país, nos quais o processo indenizatório foi muito conturbado e sempre desfavorável aos desapropriados.¹⁵⁸

No documento de registro da Sociedade é feito um breve histórico da questão do CIMH até o ano de 1978 e deixa explícito o seu objetivo

Com a finalidade de pedir isto aos governantes deste país, vários grupos de pessoas tentaram toda a sorte de canais sempre trazendo de volta respostas promissoras, já que, se por um lado as autoridades pouco fizeram por estas pessoas por outro lado tiveram o bom-senso para notar que as reivindicações dos desapropriados eram plenas de razão.

Nos últimos anos, o comportamento do comando do Campo de Instrução Marechal Hermes – CIMH – sediado na cidade de Três Barras melhorou. Não obstante isto, pela dimensão da área, que é muito diminuta para um campo de instrução militar mas enorme em seu potencial de exploração agroindustrial e pela situação desta mesma área, que para exercícios militares é imprópria, pela existência de cinco cidades, vários reflorestamentos de grande porte e valor; incontáveis lavouras mecanizadas existentes junto ao seu perímetro, mas que é, para exploração agro-industrial, extremamente bem situada, entre duas rodovias asfaltadas e duas ferrovias, foi cada vez mais se voltando o interesse e as ações dos desapropriados para a devolução das terras.

Foi também se tornando maior o apoio das autoridades da região a tão justa causa. *Em decorrência disto e com objetivo de canalizar e orientar os esforços visando conseguir a extinção do Campo de Instrução Marechal Hermes – CIMH – a volta da posse das terras aos seus legítimos donos, foi fundada em 09/09/1978 a Sociedade Núcleo Rural Papuã.* [grifo meu].¹⁵⁹

No documento de fundação, os desapropriados/herdeiros usam novamente uma linguagem amena contra as instituições, afirmam que muitos tentaram a solução, mas nenhuma providência concreta foi tomada. Porém, as instituições (militares, jurídica, legislativo e

¹⁵⁷ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 96-97.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 97.

¹⁵⁹ Documento de Registro da Sociedade Núcleo Rural Papuã. Arquivo particular de Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

executivo) sempre tiveram bom senso para notar que as reivindicações do desapropriados eram plenas de razão.

Legitimavam a fundação da Sociedade e as suas reivindicações com o argumento de que as terras não eram apropriadas para um campo de treinamento do Exército, mas sim para a produção agrícola, por conta da sua localização entre duas ferrovias e rodovias. Portanto, o objetivo principal da Sociedade era unir o processos judiciais para conseguir a devolução das terras a partir da justiça, para então poderem voltar a trabalhar nelas.

O advogado apresentava o andamento do processo quando vinha para Papanduva. Os desapropriados/herdeiros não tinham muito controle sobre a atuação dele fora da região. Por conta de nenhum avanço concreto no sentido de devolução das terras, os associados começaram a perder a esperança na atuação do advogado. Segundo ele, as mudanças ministeriais travavam o avanço de uma solução.¹⁶⁰

Com a saída do advogado, os desapropriados/herdeiros que dirigiam a Sociedade tomaram a linha de frente e começaram a manter contato diretamente com as autoridades federais. Para Schiochet, a atuação da Sociedade foi encampada pela direção dela, adquirindo um caráter fortemente personalizado.¹⁶¹

Ebrahim não participou da Sociedade, mas quando indagado se tem conhecimento sobre ela, compartilha do caráter personalizado que ela adquiriu “isso aí foi o João Schadeck, que era um proprietário grande de terra lá né, que era o presidente da Sociedade Núcleo Rural Papuã.”¹⁶²

Outra herdeira, Helena Werka, também afirma que “o João era o líder de tudo isso aí”.

¹⁶³

Para Schiochet, João Schadeck era considerado o proprietário mais forte, mais instruído, com mais condições, que tinha dinheiro, os demais não se reconheciam aptos para assumir a direção.¹⁶⁴ O argumento vai ao encontro com a memória de Ebrahim sobre João Schadeck e o seu papel na Sociedade. Tal memória pode ter sido construída porque os associados, em conversas com Ebrahim, se referiam a Schadeck como o líder da Sociedade, e exaltavam a característica econômica como importante para isso, o que também era essencial para o narrador. Dessa maneira, Ebrahim significa a Sociedade como sendo sinônimo de João Schadeck, o que está presente também na fala da herdeira Helena Werka.

¹⁶⁰ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 97.

¹⁶¹ Ibidem, p. 98.

¹⁶² Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

¹⁶³ Helena Werka.

¹⁶⁴ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 98.

As ações mais importantes da Sociedade foram: contatos diretos com militares, membros do executivo e legislativo. Portanto, sempre esperando uma decisão vinda de cima, a partir dos contatos diretos com autoridades.¹⁶⁵ Porém, diferentemente da segunda metade dos anos 1960 e primeira metade da década de 1970, as reuniões eram feitas a partir da organização dos desapropriados/herdeiros. Novamente elas não tiveram nenhum resultado concreto, isso começou a gerar descrédito na Sociedade e no trabalho da direção.¹⁶⁶

Em setembro de 1980 foi convocada uma nova assembleia ordinária para escolher a nova diretoria. A direção encaminhou a votação e a assembleia aprovou a permanência da mesma direção.¹⁶⁷ Porém Segundo Valmor Schiochet, ao fim da assembleia, o descontentamento com as formas de atuação – sempre buscar uma solução vinda de cima – aliados a questões conjunturais levam a assembleia a modificar a estratégia de atuação, contrariando a posição da direção. A proposta dos associados era ocupação da área desapropriada.¹⁶⁸

Para entender melhor a decisão pela ocupação, é importante situar o momento conjuntural que os desapropriados/herdeiros estavam inseridos em setembro de 1980.

O fim da década de 1970 e início da de 1980, acompanhou um crescimento de entidades que lutavam pela terra no Brasil. Em 1975 foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT) – que vai ter um papel muito importante na organização do Movimento dos Desapropriados de Papanduva (1985- 1987). A CPT ganhou evidência na década de 1970 ao organizar posseiros, orientando-os em suas lutas e denunciando violências na área da Amazônia Legal.¹⁶⁹ Passou a ganhar força em outros estados, terminando a década de 1970 com 15 regionais.

Esse crescimento vinha sendo influenciado também pela atuação da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que vinha dando grande importância à ação entre trabalhadores rurais na luta pela terra. Essa visão foi formalizada no documento Igreja e problemas da terra, resultado da XVIII Assembleia, em 1980. No documento, os bispos manifestavam seu apoio aos trabalhadores rurais e à luta pela reforma agrária, denunciando o modelo econômico brasileiro, base da concentração fundiária, da exploração e da violência no campo. Ele também dava apoio do episcopado às entidades de trabalhadores, ressaltando a

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ Ibidem, p. 99.

¹⁶⁸ Idem.

¹⁶⁹ GRYSZPAN, Mario. **A questão Agrária no Brasil pós 1964 e o MST**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: regime limitar e movimentos sociais em fins do século XX*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 333. (Volume 4).

centralidade da atuação pastoral ao estímulo à participação em sindicatos, mas também em associações e outras formas de organização, construindo uma organização livre e autônoma.¹⁷⁰

Também no III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) em 1979, houve debates mais intensos sobre a reforma agrária e a organização na luta pela terra. No Congresso, grupos próximos a CPT questionaram a estrutura, a prática e o monopólio que detinham os sindicatos, e por extensão a própria Contag.¹⁷¹

A posição da CPT foi a grande vencedora e repercutiu nas resoluções finais do Congresso. A reforma agrária deveria ser ampla, maciça, imediata e ter a participação direta dos trabalhadores em todos os níveis e etapas. Os instrumentos para as reivindicações deveriam ser a pressão coletiva e a mobilização.¹⁷²

Para que as resoluções da Igreja e dos grupos próximos a ela terem sido acatadas é porque havia uma conjunção de fatores favoráveis a isso. O país passava por um processo de abertura, os militares enfrentavam um evidente desgaste e apresentavam divisões internas, a oposição ganhava força e se legitimava de forma crescente, os trabalhadores urbanos se organizavam e realizavam grandes greves.¹⁷³

Junto a isso, abria-se um momento de forte luta no campo, envolvendo um número crescente de pessoas, fazendo surgir um novo ciclo de grandes mobilizações, de fortes repercussões. Parte dessas lutas tinham suas raízes nas políticas de desenvolvimento implementadas pelo governo. Esse modelo de desenvolvimento autoritário dos anos 1970 e 1980 desconsiderava as populações do campo que seriam atingidas.¹⁷⁴

Para Grynszpan, um exemplo desse desenvolvimento autoritário pode ser observado nas pessoas atingidas por barragens. Elas passaram a reivindicar indenizações, manutenção das antigas comunidades e a concessão de novas terras à beira dos lagos.¹⁷⁵

Também nos anos 1970 foi colocada em marcha a política de colonização feita pelos militares, que foi responsável pelo deslocamento de milhares de famílias do Sul do Brasil para áreas isoladas e de fronteira. Tal projeto acabou sendo abandonado e muitas famílias retornaram ao seu lugar de origem.

¹⁷⁰ Ibidem, p. 334.

¹⁷¹ Idem.

¹⁷² Ibidem, p. 335.

¹⁷³ Idem.

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ Ibidem, p. 336.

Com o fracasso do projeto de colonização, as famílias atingidas para a construção de barragens, pela mecanização, pela concentração fundiária e pela fragmentação familiar passaram a reivindicar terras onde tradicionalmente ocupavam, por meio da reforma agrária. Para isso, foi essencial o apoio da pastoral da Igreja Católica e Luterana.¹⁷⁶

Por conta, das novas resoluções aprovadas no Congresso de 1979, o fracasso da política de colonização e de desenvolvimento autoritário e uma conjuntura favorável várias ocupações começaram a ocorrer no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina nos anos de 1979 e 1980. Tais ocupações tinham como objetivo a reforma agrária.

É nesse contexto de ocupações no estado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul que os desapropriados/herdeiros de Papanduva-SC decidem ocupar a área desapropriada. Porém, não foi apenas a conjuntura nacional que fez com que tomassem essa iniciativa, havia, como dito anteriormente, descontentamento com as formas de luta empreendidas até agora. Muitos ofícios foram enviados e muitas reuniões foram feitas sem apresentar nenhum resultado concreto. Além disso, a insatisfação que vinha desde meados da década de 1970, por conta do arrendamento de terras para terceiros, a venda de madeira e a exploração da erva mate de maneira incorreta crescia ainda mais.

Para Schiochet, o estopim para a ocupação se deu quando os desapropriados/herdeiros tomaram consciência de que as terras, legalmente, ainda lhes pertenciam. Visto que o processo comportava falhas jurídicas significativas que tornavam impossível a transferência das terras em definitivo para União.¹⁷⁷

Os desapropriados/herdeiros descobriram que as terras ainda lhes pertenciam da seguinte maneira: uma desapropriada resolveu realizar o inventário de suas propriedades para uma posterior distribuição dos seus bens aos respectivos filhos e herdeiros. No cartório tomou conhecimento de que as terras desapropriadas ainda estavam legalmente registradas em seu nome. Isso permitiu a transferência para seus descendentes sem nenhum empecilho. A apresentação dessa documentação na assembleia fez com que os desapropriados/herdeiros percebessem que ainda possuíam a posse escritural das terras.¹⁷⁸

Portanto, os desapropriados/herdeiros se sentiram no direito de ocupar uma terra que ainda lhes pertencia, pois ela não havia sido passada em definitivo para a União. Tinham fundamentos legais para ocupa-las. Um trecho da entrevista de Nando exemplifica bem o

¹⁷⁶ Idem.

¹⁷⁷ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 100.

¹⁷⁸ Ibidem, p. 101.

sentimento de que as terras ainda lhes pertenciam “resolveram de invadir as áreas lá, invadiram o que era seu mesmo, as terra... quer dizer, nem foi invasão, entraram, retomaram as terra”.¹⁷⁹

Após a reunião, os desapropriados/herdeiros providenciaram mantimentos necessários para o período que permaneceriam na ocupação (alimentos, roupas e proteção). Também convidaram conhecidos para participarem. Ela teve início no domingo pela manhã, dia 15 de setembro de 1980 com um grupo pequeno de pessoas, entre 25 a 40 participantes.¹⁸⁰

Paralelo a ocupação, a direção da Sociedade formou uma comissão externa, que tinha como objetivo atuar junto as autoridades no sentido de buscar apoio para a questão. Ela era formada por três membros da Sociedade. Segundo Schiochet, a comissão seguiu para Florianópolis/SC, onde conseguiram audiência com o Governador do estado e com o Secretário do Trabalho e Integração Política. O primeiro fez contato telefônico com Golbery do Couto e Silva e o segundo encaminhou uma audiência da comissão com o Comandante da 5ª Região Militar, de Curitiba /PR.¹⁸¹ Sezinando Jungles, o Nando, que era vereador pela ARENA na cidade de Papanduva/SC, fez parte dessa comissão e rememora a ida para Florianópolis da seguinte maneira

Nois fizemo uma comissão de vereador e prefeito e fomo pra Florianópolis, né, falar com o Governador. Chegamos lá, o Governador tinha marcado audiência pra nois, quando chegamo, o Governador tinha viajado, deixo o chefe da Casa Civil pra receber nois lá. Daí nois conversamo com Chefe da Casa Civil e ele não deu esperança nenhuma pra nois. Única coisa que ele disse: “olha eu posso marcar uma audiência de vocês na 5ª Região Militar com o coronel, General Jofre Sampaio, que é o chefe da 5ª Região Militar. Vocês vão se entender com ele lá.” “Ah, tudo bem, então marque pra amanhã já, se puderem.” De lá de Florianópolis, nois seguimo pra Curitiba.¹⁸²

Segundo Nando, o Governador do Estado não os recebeu como afirma Schiochet, mas sim o Chefe da Casa Civil. Também não cita nenhuma conversa com o Secretário do Trabalho e da Integração Política. Porém, lembra que uma reunião foi marcada com o general Jofre Sampaio, da 5ª Região Militar. Isso não quer dizer que Schiochet se equivocou ao afirmar que houve encontros com o Governador do Estado e com o Secretário do Trabalho e da Integração Política, mas sim que para Nando é mais significativa a memória do encontro com o coronel, não lembrando dos detalhes da conversa em Florianópolis/SC. Além disso, Nando pode estar confundindo as reuniões, visto que no ano de 1985 uma nova comissão vai ser enviada para

¹⁷⁹ Sezinando Jungles.

¹⁸⁰ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 102.

¹⁸¹ Idem.

¹⁸² Sezinando Jungles.

Florianópolis – SC para marcar uma audiência com o governo, porém o mesmo não vai recebê-los.

A reunião em Curitiba-PR aconteceu no dia 17 de setembro, um dia após o encontro em Florianópolis. Nando traz alguns detalhes interessantes ao lembrar o episódio

E nois fomos para Curitiba, de lá fui eu, o João Schadeck e mais uns dois. Chegamos lá... dez horas marcadas a audiência, dez horas nois tava lá. Aí tava chegando, se apresentando, mandaram nois entrar. A primeira sala tava um coronel, coronel Dirceu Ribas. Aí ele disse “espera, aguarde um momentinho aí”, falando bem maciozinho, “aguarde um momentinho, já tamo preparando a cela”. Eu entendi bem, né. “Já tão preparando a cela pra vocês lá”. Digo “ai, ai, ai”. O Ribas só me olhou, eu também, o João Schadeck não entendeu né. Só que ele disse a sala né. E na verdade era sala né, mas ele já pra bota na nossa cabeça já, intimida né, falo que era cela né. Entramos lá, veja bem, tava o coronel...general lá sentado na ponta da mesa, tinha mais ou menos uns dez segurança deles de polícia, praça né em volta da mesa assim, nois sentamos eles arrodiamos tudo nois assim.¹⁸³

O narrador cita que foi para Curitiba/PR com o João Schadeck, isto é, o diretor da Sociedade Núcleo Rural Papuã, e mais duas pessoas das quais não lembra o nome. A partir de outra entrevista que concedeu, imagino que um terceiro representante era Nataniel Ribas (MDB-PMDB)¹⁸⁴, prefeito em Papanduva/SC no ano de 1980. Nando (ARENA-PMDB) também fazia parte da vida política local, era vereador em Papanduva-SC nessa época¹⁸⁵. Portanto, os representantes da comissão externa tinham a característica de serem pessoas influentes na política local, no caso de Nando e Nataniel e por possuir capital econômico, no caso de João Schadeck. Atributos, como mencionado anteriormente, bem vistos pelos outros membros da Sociedade, e que poderiam, por conta da influência política e econômica, trazer resultados positivos para os desapropriados/herdeiros.

Ao chegarem para a reunião, foram recebidos em uma sala, na qual se encontrava o coronel Dirceu Ribas. O mesmo, segundo Nando, pediu para que esperassem, pois a “cela” estava sendo preparada. Esse diálogo parece ser muito significativo e presente na memória do narrador. Ele apareceu em outra entrevista que havia feito tempos antes, mesmo sem eu mencionar tal encontro. Para Nando, a troca proposital que o coronel fez entre as palavras “sala” e “cela” tinha como objetivo intimidá-los. Além disso, a composição da mesa de reunião, com

¹⁸³ Sezinando Jungles.

¹⁸⁴ Nataniel Rezende Ribas foi prefeito em Papanduva-SC por duas vezes. A primeira entre os anos de 1977 a 1983, pelo MDB e a segunda de 1986 a 1992, pelo PMDB. Lista completa dos prefeitos de Papanduva-SC disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_prefeitos_de_Papanduva.

¹⁸⁵ Sezinando Jungles Gonçalves foi vereador em Papanduva-SC por duas vezes. A primeira entre os anos de 1977 a 1983, pelo ARENA e a segunda de 1989 a 1992, pelo PMDB. Lista completa dos vereadores de Papanduva-SC disponível em: <https://www.camarapapanduva.sc.gov.br/camara/membros/legislaturas>.

os soldados em torno dela e o general na ponta, também visava inibir os representantes do desapropriados/herdeiros de Papanduva/SC. A mensagem era clara: dependendo do desenrolar das conversas poderiam sair dali presos.

A conversa não foi dos melhores

Aí o Schadeck era faladô que Deus o livre, começou a falar né, fala, fala... Aí cada um falo um pouco, só que daí quando o Schadeck tava falando meio bastante ele mando o Schadeck para e pergunto pro prefeito, daí pergunto pra mim, né, aí eu disse “olha, nois tamo reivindicando uma coisa justa. E os senhores usaram a terra... pegaram a terra e tão usando né, e não pagaram o povo”. Aí ele disse “um momento, se tá muito errado aí nessa palavra que você disse aí, o Exército não deve nada para vocês, nois samo apenas guardião daquela terra lá, quem deve é a União”. “Pois é, mas a União, o Exército, não pagaram né, tá ilegal”. “Que que o senhor é lá?” Eu disse “eu sô pro proprietário da terra lá, meu pai é proprietário de terra e sou vereador e presidente da câmara do município”. “Ah, o senhor é presidente da câmara, é representante daquele povo que tá lá?” “Na verdade sou”.¹⁸⁶

Nesse trecho da entrevista, Nando transpassa que o general coordenava os rumos da reunião, autorizando ou não que os participantes falassem. Portanto, prosseguiram com o tática de intimidação.

Interessante perceber a argumentação feita pelo narrador para legitimar a reivindicação: o Exército estaria utilizando as terras sem terem pago o povo. Para Nando, as indenizações foram tão irrisórias, que mesmo tendo sido depositadas na década de 1970, representava a mesma coisa que nada. Já o general argumentava que o exército era apenas o guardião das terras e que a reivindicação deveria ser feita junto à União.

De fato, quem deveria pagar um valor justo para os desapropriados/herdeiros, revogar o Decreto nº 40.570/56 e permutar a área do CIMH, deveria ser a União. Porém, tal argumento vai ser usado exaustivamente por parte do Exército ao longo da década de 1980 para evitar qualquer negociação junto à União e os desapropriados/herdeiros para uma mudança do Campo.

Enquanto as reuniões aconteciam em Florianópolis/SC (16/09/1980) e Curitiba-PR (17/09/1980), o número de pessoas na ocupação, que havia começado com um grupo pequeno de pessoas (25 a 40) no dia 15/09/1980, aumentava, mesmo com o fechamento da área pelos militares. Para conseguir chegar até a ocupação, os desapropriados/herdeiros foram obrigados a utilizar rotas alternativas. No terceiro dia já havia um grupo significativo no local, em torno de 150 pessoas para os jornais e 500 para os desapropriados/herdeiros.¹⁸⁷ Para Nando, o número

¹⁸⁶ Sezinando Jungles.

¹⁸⁷ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 103.

de pessoas era superior: “nesse primeiro nois fomo, tinha umas 300 pessoa, daí quando fazia uns 3 dias que nois tava lá tinha quase 1000.”¹⁸⁸

Os ocupantes levaram foices, enxadas e tratores. Para Schiochet, a possibilidade de trabalhar a terra com foices, enxadas e tratores tinha um forte significado para aquelas pessoas. Queriam demonstrar que a terra legalmente lhes pertencia.¹⁸⁹ Começaram então a trabalhar no local, a roçar o terreno e a plantar.

Também buscavam enfatizar o caráter pacífico da ocupação, portando apenas os instrumentos de trabalho e a escritura das propriedades. A segunda era o símbolo que legitimava a ocupação.¹⁹⁰

No dia 16/09/1980, isto é, no segundo dia de ocupação, o Exército começou as investidas contra os desapropriados/herdeiros para que deixassem a área. De um lado, o Exército declarava que o processo indenizatório já havia sido encerrado, afirmando que a maioria dos desapropriados tinha recebido a indenização devida, e portanto, as terras já pertenciam à União. De outro lado, os ocupantes mostravam os documentos legais de que as terras ainda lhes pertenciam, o lhes dava o direito de permanecer na área até a solução para o conflito.¹⁹¹

No terceiro dia, 17/09/1980, o clima entre o exército e desapropriados/herdeiros esquentou ainda mais. A reunião em Curitiba/PR terminou da pior maneira possível para os desapropriados/herdeiros, como lembra Nando

“Ah, o senhor é representante daquele povo, então o senhor tem força sobre aquele povo. Então o senhor volte agora mesmo, chegue lá e diga para aquele povo que saia imediatamente de lá! Duas hora após a sua chegada lá que eles saiam, que se não eu vô manda os caminhão i lá e joga nos camburão igual porco!”. Daí eu quis abri a boca pra fala e ele disse: “pode fica quieto, não quero escuta mais nada!” Daí o prefeito também quis fala e ele disse: “dispensa ele!”. Aí viemo embora né. Chegamo aqui, quando eu pensei de i lá conversa com o pessoal, que ia indo já encontrei o pessoal vindo tudo embora. Eles viero lá em Três Barras tocaro todo mundo. Já tinham... não deu nem tempo de nois chega lá e dizê pra eles sai.”¹⁹²

O General Jofre Sampaio não aceitou a argumentação dos representantes dos desapropriados/herdeiros de que as terras ainda estavam escrituradas em seus nomes. A reunião que já começou de maneira intimidadora terminou com a ameaça por parte do general. Nando

¹⁸⁸ Sezinando Jungles.

¹⁸⁹ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 103.

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² Sezinando Jungles.

deveria usar da sua influência como vereador para convencer que os desapropriados/herdeiros desocupassem o CIMH, do contrário, o Exército usaria a força. Não deu tempo, quando estava a caminho da ocupação, Nando encontrou os acampados retornando para suas casas.

Para acabar com a ocupação, o Exército usou a força física. A 5ª Região Militar encarregou o Regimento dos Carros de Combate de Rio Negro/PR para junto ao batalhão de choque, que era composto de 100 homens, fazer cumprir a ordem de despejo.¹⁹³ Segundo Schiochet, com a resistência dos ocupantes os militares passaram a agredi-los, e prenderam uma pessoa sob alegação de ser uma liderança. O desapropriado foi encaminhado para o quartel de Três Barras/SC, onde foi interrogado e posteriormente liberado. No interrogatório os dois lados legitimavam seus argumentos em bases legais. De um lado o coronel afirmava que a posse legal pertencia à União, pois o Decreto de 1956 se sobreporia aos documentos individuais e também a qualquer decisão judicial sobre o caso baseado nestes documentos. Para os desapropriados eram os documentos, existentes no cartório de registro de imóveis, e o pagamento de encargos fiscais¹⁹⁴ que serviam de prova superior ao decreto de desapropriação.¹⁹⁵

Por conta do confronto, os desapropriados/herdeiros, enquanto grupo, passaram a perceber os militares enquanto inimigos primeiros. Para os desapropriados/herdeiros, os militares não respeitavam a legalidade e nem a propriedade.¹⁹⁶

Segundo Schiochet, a ocupação representou uma ruptura na perspectiva de espera característica na década de 1970. Foi uma ação que partiu dos associados fora do controle e em oposição à direção da Sociedade. Além disso, ela foi influenciada pela abertura política que o país passava e o surgimento dos movimentos sociais do campo.¹⁹⁷

Após a expulsão do CIMH, os desapropriados acabaram se desarticulando no sentido de planejar ações coletivas para intervenções diretas. Porém, a Sociedade Núcleo Rural Papuã continuava em funcionamento, atuando em nome dos desapropriados/herdeiros, mas sem avanços concretos no sentido de devolução da área.

Em 1983, a União através da portaria da secretaria Geral do Ministério da Fazenda nº 475 de 17 de dezembro de 1983, procurou transferir por mecanismo legal as propriedades que estavam em litígio para si.¹⁹⁸ A Sociedade reagiu contratando um advogado para tentar barrar a transferência. Ele junto com o Oficial do Registro de Imóveis de Canoinhas – SC, conseguiu

¹⁹³ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 104.

¹⁹⁴ Nos encontros com Ebrahim, era comum ele mostrar os documentos referentes a cobrança de dívidas por parte da União, pela falta de pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR).

¹⁹⁵ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 104.

¹⁹⁶ Ibidem, p. 105.

¹⁹⁷ Ibidem, p. 109.

¹⁹⁸ Ibidem, p. 107.

obstaculizar os efeitos possíveis da portaria. Para Schiochet, esta foi a principal atividade realizada pela Sociedade, visto que manteve a propriedade escritural da terra, a sustentação básica da argumentação dos desapropriados/herdeiros.¹⁹⁹

A Sociedade deixou de atuar no ano de 1984, embora ainda existisse formalmente. Sua atuação é percebida pelos desapropriados de maneira ambígua. De um lado ela não trouxe avanços para a solução da questão, por outro, teve uma grande importância para a unificação dos processos judiciais. O levantamento da documentação, (escrituras, talões de cobrança do INCRA) permitiu dar substrato material para as reivindicações por meio de audiências, relatórios e ofícios as autoridades, que passaram a conhecer a questão a partir da ótica dos desapropriados/herdeiros. Talvez o maior feito da Sociedade foi impedir a transferência das propriedades para a União.²⁰⁰

Ainda segundo Schiochet, a Sociedade era identificada interna e externamente como uma organização pertencente a um grupo ou mesmo a uma autoridade.²⁰¹ Essa percepção ainda é compartilhada, pois nas conversas com Nando, Helena e Ebrahim, todos se referem à ela como “coisa do Schadeck”, personalizando a atuação da Sociedade a um indivíduo. Isso fez com que algumas pessoas - desapropriados/herdeiros ou não - passassem a perceber o processo da desapropriação/indenização como um problema individual ou relacionada a latifundiários, agropecuaristas e políticos da região. Tal visão não deixava perceber que o processo era uma afronta legal aos direitos de propriedade e uma questão social que envolvia muitas famílias de pequenos proprietários.²⁰²

4.2 O Movimento dos Desapropriados de Papanduva

Como já mencionado anteriormente, a década de 1980 ficou marcada pelo processo de abertura política e posterior redemocratização. Nesse contexto, vários congressos por todo o país foram organizados por entidades representativas dos trabalhadores do campo. Além disso, no ano de 1984 é criado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Cascavel-PR.

O primeiro congresso do MST aconteceu em 1985 e tinha como pauta a extinção do Estatuto da Terra e a criação de novas leis que levassem em conta a luta dos trabalhadores, a

¹⁹⁹ Idem.

²⁰⁰ Ibidem, p. 109.

²⁰¹ Idem.

²⁰² Idem.

reivindicação e expropriação de terras em mãos de multinacionais e a desapropriação de áreas superiores a 500 hectares e também a proposta de ocupação de terras improdutivas ou públicas.²⁰³

Agora, com a criação do MST – mas não só por causa dele – os conflitos se nacionalizaram, os trabalhadores rurais saíram da defensiva para serem mais ativos. Porém, tal mudança não pode apenas ser atribuída ao MST. Em 1985, a Contag realizou o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, o qual foi tomado por discussões sobre a luta pela reforma agrária. Entre as proposições estava não só uma nova lei de reforma agrária, mas também a de que as ocupações de terra deveriam ser apoiadas. Tais proposições ganharam repercussão com a instalação da Nova República.²⁰⁴

Entre os trabalhadores rurais e suas respectivas organizações, havia a esperança de realização de uma ampla reforma agrária com a participação efetiva dos trabalhadores, o que era alimentado pelo empenho inicial do governo José Sarney na elaboração e implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). O PNRA gerou intensas discussões entre as lideranças dos trabalhadores rurais, técnicos e intelectuais. Porém, os setores políticos mais conservadores e os proprietários de terras reagiram, levando a sucessivos adiamentos da data de apresentação definitiva do Plano, o que ocorreu apenas em outubro de 1985 e muito modificado.²⁰⁵

É nesse contexto de redemocratização, de discussão de um projeto de reforma agrária e de nacionalização das lutas dos trabalhadores rurais, que vai se constituir o Movimento dos Desapropriados de Papanduva.

Mas não foi só por conta do contexto de retomada dos movimentos sociais no campo que se organizou o movimento em Papanduva/SC. Nenhuma providência havia sido tomada seja para o pagamento de um valor justo das indenizações, seja para devolução da área aos desapropriados/herdeiros. Por conta disso, a alternativa judicial já não se apresentava mais como melhor caminho, as negociações com o poder executivo, legislativo e até com o Exército não trouxeram grandes avanços. Havia uma desesperança por parte dos desapropriados sobre as instituições e portanto novas formas de luta deveriam ser empreendidas.

Para que a discussão sobre a questão do CIMH fosse retomada pelos desapropriados/herdeiros, contribuíram alguns incidentes que aconteceram no final de 1984.

²⁰³ GRYSZPAN, Op. Cit, 2014, p. 337.

²⁰⁴ Ibidem, p. 338.

²⁰⁵ Idem.

Devido à falta de clareza quanto aos limites do CIMH, houve permanente desacordo entre os militares e os desapropriados quanto a área do Campo. Por conta disso, no final de 1984, o Exército prendeu dois empregados de um proprietário, sob a alegação de estarem lavrando as terras do CIMH. Para os desapropriados/herdeiros, tal prisão representava o esforço do Exército em aumentar as áreas do CIMH.²⁰⁶

Diante de tal arbitrariedade, os desapropriados/herdeiros passaram a discutir os fatos e as posições que poderiam ser tomadas. Para isso convidaram a Comissão Pastoral da Terra (CPT) para participar das reuniões, que aconteceram a partir de julho de 1985. Delas surgiu a proposta da organização de um acampamento.²⁰⁷ A decisão de acampar foi fortemente influenciada pela CPT, visto que essa estratégia vinha sendo utilizada pela Pastoral em outras regiões do país. O Objetivo do acampamento era de pressionar a abertura de negociações entre Governo/Exército e desapropriados/herdeiros.

Ebrahim Gonçalves de Oliveira vai ter papel fundamental na organização e na condução do Movimento, portanto este é o período que ele guarda mais lembranças. Por conta da sua liderança no movimento se formou entre os herdeiros a imagem de um homem conhecedor do processo, que sabia a história “certa” sobre o CIMH. Em conversas com Nando, Donka e Helena Werka, sempre surgia a figura de Ebrahim como a pessoa a ser entrevistada, aquela autorizada a falar sobre o assunto. O narrador adquiriu tal reconhecimento entre os seus pares por dois motivos: o primeiro, por conhecer muito bem o processo de desapropriação, o que lhe dava legitimidade para representar os desapropriados/herdeiros junto ao poder público; o segundo motivo está ligado ao fato do acampamento ter sido montado na propriedade de Ebrahim, isto lhe dava certo poder de decisão sobre os rumos do mesmo.

Ebrahim rememora da seguinte maneira a articulação para a constituição do Movimento

Então depois que eu me aposentei que eu resolvi de i lá pro mato e tenta uma solução pro caso, daí eu peguei e fui fala com o padre Itamar, que era da Igreja de Papanduva, falei pra ele que nois queria, assim como os Sem Terra que não tinham direito a nada né, invadi uma propriedade. Não respeitava o direito de propriedade de otro, invadi uma propriedade e exigiam que o INCRA desapropriasse aquela propriedade pra eles se instala ali o Movimento dos Sem Terra. Daí eu falei pro padre porque nois como proprietário da terra desapropriada, sem recebe indenização não temo direito de fazê um movimento pra tenta uma solução pro caso né, daí foi quando nois fizemos esse acampamento em 1953 né... não, em 1985, é 1985 nois resolvemo de faze um acampamento, mas daí eu falei para o pessoal: “não vamo entra dentro da área do Campo pra faze o movimento, que se nois entra hoje, amanhã nois tamo fora já, então vamo faze numa propriedade particular e um movimento

²⁰⁶ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 116

²⁰⁷ Ibidem, p. 117

que seja pra reivindicar os direitos da desapropriação né”. Daí que eu tenho esse terreno onde meu sogro morava na divisa com o Campo e eu cedi o terreno lá pra fazê o acampamento do pessoal né.²⁰⁸

O narrador afirma que ao se aposentar, no ano de 1984, resolveu tentar uma solução para o caso. Para isso, conversou com o padre Itamar, da cidade de Papanduva/SC. Itamar era membro da CPT, portanto ligado a luta pela terra.

Chama a atenção nesse trecho da entrevista três questões. A primeira é a diferenciação que Ebrahim faz entre o movimento dos sem-terra²⁰⁹ e a causa dos desapropriados de Papanduva. Para ele, a luta dos sem-terra não era legítima, pois não tinham título de propriedade. A luta justa, para Ebrahim, era a dos desapropriados/herdeiros, visto que estes ainda tinham ainda as propriedades em seus nomes. Essa visão sobre os sem-terra, que permeia a memória do narrador, é a mesma construída junto ao senso comum, de que os movimentos de luta pela reforma agrária seriam radicais e que não respeitam a propriedade privada. Além disso, a percepção de que o desrespeito a propriedade privada seria uma das características dos sem-terra entra em confronto com a justificativa básica dos desapropriados/herdeiros para legitimar as suas reivindicações: a escritura das terras. Portanto, a grande diferença entre os dois movimentos estava na posse legal das terras, para os desapropriados/herdeiros a luta era justa, por terem sido expulsos das suas terras, as quais legalmente ainda lhes pertenciam, já a luta dos sem-terra não era legítima visto que não continham títulos de propriedade, dessa maneira seriam usurpadores da propriedade privada. Para Ebrahim, os desapropriados/herdeiros estavam “lutando pelo que era nosso”, para reaver as propriedades. Os sem-terra queriam o que era dos outros, por meio da reforma agrária.

O segundo ponto interessante refere-se a estratégia de acampar fora do CIMH. Ebrahim afirma que a ideia foi sua, pois se ocupassem a área do Exército seriam expulsos rapidamente. Dessa maneira, narrador tenta puxar para si o protagonismo pela organização do acampamento, porém a estratégia de acampar em áreas limítrofes as requeridas, vinha sendo uma estratégia marcante de luta pela terra empreendida pela CPT. Portanto, as reuniões em conjunto com a CPT foram essenciais para que a estratégia de acampar fosse aceita como uma forma de pressão viável pelos desapropriados/herdeiros. Além disso, os desapropriados/herdeiros já haviam ocupado o CIMH em 1980, porém, acabaram sendo expulsos no terceiro dia. Portanto, havia a

²⁰⁸ Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

²⁰⁹ Imagino que Ebrahim, ao usar o termo sem-terra não está se referindo necessariamente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pois o mesmo ainda era muito incipiente, mas sim a outros movimentos e organizações que lutavam pela reforma agrária, como: a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR).

experiência negativa de uma ocupação direta da área. Dito isto, a decisão pelo acampamento em uma área próxima ao CIMH deveu-se muito mais a uma negociação entre a CPT e os desapropriados/herdeiros, do que por uma ideia individual de Ebrahim.

O terceiro ponto, que engloba os outros dois analisados acima, refere-se a personalização que Ebrahim dá a si mesmo para a organização do acampamento. Algo que vai ser recorrente quando perguntado sobre o Movimento, quase sempre se colocando no centro das negociações. Isso se explica por ele de fato ter tido um papel importante, participando de muitas reuniões com autoridades do poder público, legislativo e judiciário, mas também por ser uma maneira de se afirmar frente ao entrevistador, como alguém que conhece o processo e que participou ativamente das tratativas na segunda metade da década de 1980.

O acampamento foi formado na noite dos dias 14 e 15 de setembro de 1985, no terreno de Ebrahim, que fazia divisa com o CIMH. Ele era composto por um contingente expressivo de sujeitos que não participaram da desapropriação, isto é, eram na sua maioria herdeiros.²¹⁰ Segundo os dados levantados por Schiochet, as principais atividades econômicas desenvolvidas pelos desapropriados/herdeiros eram: atividades rurais 26,4%; atividades urbanas 58%, atividades integradas 7,1%; não informaram 8,3%.²¹¹

Dentro das posições existem diferenciações significativas quanto às ocupações sócio econômicas: Atividade rural: pequenos proprietários (até 25ha), agregados e boias frias 88%; médios proprietários (até 100ha) 12%. Já atividades urbanas trazem os seguintes números: assalariados 55,6%; Autônomos 44,4%.²¹²

Portanto, segundo os dados obtidos pelo sociólogo Valmor Schiochet, a base social dos desapropriados/herdeiros é predominantemente pertencente à classe popular formada por pequenos proprietários, agregados, assalariados rurais e urbanos, além dos autônomos.²¹³ Já sobre o acampamento, o autor afirma que não foi possível coletar dados que permitissem uma caracterização mais exata da sua base social. Segundo a CPT, a base social dos desapropriados/herdeiros que participaram do acampamento foi formada por pequenos proprietários, arrendatários e assalariados.²¹⁴

²¹⁰ Schiochet, ao fazer uma projeção do número de pessoas envolvidas, afirma que em 1985 existiam aproximadamente 266 desapropriados/herdeiros diretos (descendentes de primeiro grau) que formavam um conjunto de 1.756 pessoas (contando cônjuges e filhos) que sofreram direta ou indiretamente com o processo de desapropriação.

²¹¹ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 132.

²¹² Ibidem, p. 133.

²¹³ Idem.

²¹⁴ Idem.

Já no segundo dia, uma comissão foi a Florianópolis para marcar audiência com o governador. O mesmo não recebeu a comissão, que acabou conversando com o Secretário da Casa Civil, mas nenhum encaminhamento foi feito.²¹⁵

Enquanto isso, os desapropriados/herdeiros organizavam o acampamento. A infraestrutura não era das melhores, faltavam lonas para construir barracas e havia problemas de superlotação. A comida era escassa, visto que o alimento trazido por cada família acabou rapidamente e a ajuda de setores da Igreja e do Governo nesse sentido não aconteceu de imediato. O acesso à água potável também era difícil. A solução encontrada foi transportar água de uma fonte existente no CIMH através de mangueira. Ao descobrir tal mecanismo, os militares a cortaram, fazendo com que os desapropriados/herdeiros se deslocassem para locais mais distantes em busca de água.²¹⁶

Figura 4 - Acampamento em Papanduva-SC



Fonte: Acervo particular de Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

Para piorar o Exército ameaçava os acampados

Ah, eles vinham com tanque de guerra do outro lado do rio e vinha com tropa grande de soldado, paravam e os soldados pulavam das viatura e vinham tudo com metralhadora, se postavam do outro lado do rio e daí atiravam, atiravam pro lado do acampamento né, pá, pá, pá, pá, aquela metralhadora atirando, era só grito de criança. Eu nunca me assustei porque eu sabia que atiravam tudo de festim né, mas vinham, fizeram. Inclusive daí um dia eles vieram com uma tropa, uns cinco caminhão do Exército desembarcaram lá, acho que uns quarenta soldado tudo armado com metralhadora e correram no barranco do rio e se escondiam e começavam a pipoca aquelas metralhadora né. Eu tinha certeza que... Não adianta, não corram, não façam nada, isso aí é de festim, não vão, não pode mata ninguém.²¹⁷

²¹⁵ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 117

²¹⁶ Idem.

²¹⁷ Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

Nesse trecho da entrevista, Ebrahim rememora uma verdadeira operação de guerra por parte do Exército contra os desapropriados/herdeiros. Tiros eram disparados em direção ao acampamento com o intuito de afugentar as famílias, para que desistissem da luta. Para o narrador, por conta da sua experiência militar, visto que serviu o exército em Curitiba/PR, as balas eram de festim e, portanto, não tinham o objetivo de machuca-los, apenas desestabilizar o acampamento. Ebrahim, usava do seu papel de liderança para tentar acalmar as famílias.

Após uma semana de acampamento, a comissão viajou novamente para Florianópolis /SC, dessa vez foi recebida pelo então Governador do estado de Santa Catarina, Esperidião Amin, do Partido Democrático Social (PDS). Porém, o mesmo não aceitou mediar a negociação entre o Movimento e o Governo Federal/Exército, nem apoiou a reivindicação do Movimento de permuta do CIMH e devolução das terras. Para o governo, o movimento era formado por latifundiários que não necessitavam de terras.²¹⁸ O que não se sustenta, como já foi demonstrado.

Mas os desapropriados/herdeiros não saíram sem nenhum encaminhamento. O governo sugeriu a formação de uma Comissão Parlamentar Externa da Assembleia Legislativa de SC (CPE). Ela teria como objetivo intermediar as conversações entre os acampados e o Governo Federal.

No dia 29 de setembro foi realizada a primeira assembleia geral. Nela esteve presente o diretor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de Santa Catarina (INCRA/SC). Os acampados reivindicavam ao INCRA a suspensão da emissão de guias de recolhimento do Imposto Territorial Rural (ITR). Também foi realizada uma avaliação das conquistas e impasses dos primeiros 15 dias de acampamento.²¹⁹

A avaliação foi positiva, passos significativos foram dados, entre eles a formação da CPE e a apresentação de uma nova percepção sobre os acampados, desmitificando a imagem de que o Movimento era formado por gente abastada.²²⁰

No dia 1 de outubro compareceram ao acampamento 3 deputados pertencentes à CPE: Francisco Kuster, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Cláudio Ávila da Silva, do Partido da Frente Liberal (PFL) e Dionísio Badim, do Partido Democrático Social (PDS). Em conversa com os acampados, os mesmos reivindicaram à CPE sua intermediação para ocorrer audiências entre os acampados e o Ministério do Exército, e também o Presidente.

²¹⁸ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 117-118.

²¹⁹ Ibidem, p. 118.

²²⁰ Ibidem, p. 119.

Também buscavam auxílio para a infraestrutura do acampamento: lonas, alimentos, roupas, cobertores, assistência médica, análise química da água. Após a visita, o governo do estado enviou alimentos e auxílio financeiro de 12 milhões para aquisição de lonas.²²¹

Duas semana após a visita dos deputados, os acampados foram novamente à Florianópolis/SC cobrar alguma resposta por parte da CPE. Pressionaram para ocorrer um encontro entre os acampados, o Ministro do Exército e o Presidente da República.²²² Reivindicavam a devolução das terras, pois não acreditavam mais em uma solução judicial.

No dia 20 de outubro aconteceu a primeira concentração popular no acampamento. Nela estavam presentes os acampados e demais desapropriados/herdeiros, pessoas e entidades²²³ que apoiavam as reivindicações. Segundo Schiochet, as concentrações tinham um caráter religioso-político. Era realizada uma celebração religiosa seguida de manifestações como tribuna livre, palavras de ordem, cânticos e hasteamento de bandeiras.²²⁴

Figura 5 - Nome do acampamento fazia referência ao monge São João Maria e as suas profecias.



Fonte: Acerto particular de Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

Ao fim da concentração foi decidido abrir o acampamento para as famílias consideradas sem-terra. A decisão foi tomada junto a CPT para aumentar o número de acampados e sua dimensão política.²²⁵

²²¹ Idem. O salário mínimo em outubro de 1985 era de Cr\$ 333.120,00. Ou seja, a ajuda financeira da CPE representava em torno de 36 salários mínimos.

²²² Idem.

²²³ Participaram da celebração: Comissões de Defesa dos Direitos Humanos, Sindicatos, Igreja Católica, Igreja Luterana, Movimento Sem Terra.

²²⁴ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 119.

²²⁵ Ibidem, p. 120.

Ao ser perguntado como era a relação com os sem-terra, Ebrahim tem a seguinte memória

Não, era bastante amigável, só que eu não sei, o MST nunca concordei assim com o apoio deles por causa do direito de propriedade né, que dizê, que eles incentivavam, o MST incentivava a ocupação de propriedade particular, que dizê que um direito de propriedade né, eles iam lá a terra não tá atendendo a função social, então tem que ser invadida e dividida pros sem-terra. Então eu acho que isso era um... eu não acho justo né. No nosso caso a gente tava lutando pelo que era nosso, daí quando nois fosse recebe se nois não fosse produzi na terra que nossa terra ficasse lá sem função nois teria que entrega pro MST pra eles assenta os sem-terra lá né. Nois tava lutando por um direito nosso, a propriedade era nossa, então tinha direito de recebe de volta né, não dividi com o MST.²²⁶

O narrador novamente usa o argumento do direito de propriedade para discordar das ações dos sem-terra. Também se refere a eles usando a sigla do MST, isso aconteceu porque o entrevistador ao perguntar usou tal nomenclatura. É importante ressaltar que o MST não estava presente, enquanto organização, no acampamento.

Outra questão interessante da lembrança acima, refere-se a opinião de Ebrahim sobre a proposta da CPT feita aos desapropriados/herdeiros quanto aos sem-terra. Para a Comissão, após a devolução das terras aos desapropriados/herdeiros, as propriedades maiores deveriam passar por um processo de reforma agrária, onde seriam assentadas as famílias sem-terra. A área deveria ser ocupada com a perspectiva de justiça social e não da legalidade apresentada nos documentos.²²⁷ Ebrahim, por ser herdeiro de uma grande porção de terras, era contra essa proposta. Para legitimar sua posição sempre utilizava o argumento de direito de propriedade. Porém, aceitava a presença dos sem-terra como estratégia política.

Donka, herdeira das terras, também se opunha a reforma agrária proposta pela CPT

Teve. Agora até me esqueci do MST. Eles também participaram junto com a gente, que daí eles iam dá aquela área que é da *Lumber* pros sem-terra. Nois não ia dá nossa terra pra eles, era a parte da *Lumber* que ia fica pra eles.²²⁸

Mas também lembra do papel importante que os sem-terra tiveram na organização do acampamento

²²⁶ Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

²²⁷ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 155.

²²⁸ Verônica Thiesen Jungles.

Dava, ossa meu Deus como eles eram gente boa. Eles já eram acostumado a fica em baixo de lona. A gente não era (risos). Deus o livre que sofrimento que era fica em baixo daquelas lona.

Após a celebração, no dia 22 de outubro de 1985, ocorreu uma audiência em Brasília, com o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves. Para o encontro foi organizada uma comissão que contava com quatro acampados e um grupo de parlamentares que pertenciam à CPE e à Câmara Federal.²²⁹ Um dos acampados presentes era Ebrahim, que lembra do episódio da seguinte maneira

Daí através do acampamento nois tivemo audiência primero com o Ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves, eu participei dessa audiência que ele... eu fui junto no dia da audiência, eu fui junto com os deputado, foi nove deputado, cinco deputado estadual e quatro deputado federal em audiência, foi um representante do Ministério da Agricultura, um representante do IBDF né, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento... e foi um representante do governo do Estado de Santa Catarina e o diretor da CUT, lá de Florianópolis, nois tava em 15 pessoa, numa audiência com o ministro Leônidas Pires Gonçalves, mas o ministro só autorizo a entrada dos deputado e dos representante do governo e do IBDF e não aceito a minha entrada lá dentro né, participa da audiência. Daí depois termino a audiência, o deputado Francisco Küster, que era o presidente da comissão, pediu pra que o Ministro viesse lá pra dá uma satisfação pra quem representava os proprietário. Daí o Ministro veio numa sala de espera e pergunto pra mim: “quem que é você?” Daí eu falei: “so um interessado, so genro de um desapropriado”. Ele falo “não quero te ouvi!” Foi a primeira coisa que o Ministro me falo. “Eu não quero te ouvi, você veio aqui pra me dizê bobage, se você dizê bobage eu digo cem bobage pra você, se você me aponta um erro do Exército, eu aponto cem erro de vocês, porque eu tenho a informação que vocês já receberam a indenização e tão reclamando uma coisa que vocês não tem direito de reclama!” Daí eu peguei e respondi pro Ministro: “Ministro, se o senhor tive um documento assinado por alguém da minha família de recebimento das indenizações, o senhor me dê a punição que quisé. Se o senhor me apresenta um recibo assinado por alguém da minha família que recebeu a indenização, o senhor pode me dá a punição que quisé.” Aí ele me respondeu: “cale a boca que eu já te falei, não quero te ouvi! Se você me fala mais uma palavra eu do sinal vermelho pros deputado que eu dei sinal verde pra eles i negocia na 5ª Região Militar, eu do sinal vermelho pra tudo vocês!”²³⁰

Ebrahim lembra que só participaram da reunião com o Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, os deputados e os representantes do governo. Os desapropriados/herdeiros tiveram que ficar do lado de fora, esperando algum encaminhamento. Isso demonstra que mesmo com o país passando, naquele momento, por um processo de redemocratização e maior

²²⁹ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 120.

²³⁰ Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

participação popular, os desapropriados/herdeiros não puderam negociar diretamente com o Ministro, o que ficou a cargo dos deputados e representantes do governo.

Ainda ao final da reunião, O Ministro do Exército, não deu nenhuma satisfação aos desapropriados/herdeiros. Repetiu o comportamento autoritário de outros coronéis e generais de reuniões anteriores. Leônidas Pires Gonçalves, não estava disposto a ouvir os argumentos dos representantes das famílias que se encontravam acampadas. Além disso, argumentava que os desapropriados/herdeiros já haviam recebido a indenização e que eles não tinham direito a reclamar mais nada. Por outro lado, Ebrahim desafiou o Ministro a apresentar um documento assinado por algum familiar de recebimento das indenizações. Portanto, os argumentos continuavam girando em torno da questão legal. O Exército afirmava que as indenizações foram pagas, os desapropriados/herdeiros diziam que não haviam recebido um valor justo e que muitos não receberam um só centavo.

Mas mesmo excluindo os desapropriados/herdeiros, a comissão conseguiu sinal verde para negociar com 5ª Região Militar. Contudo, a CPE não foi recebida pelo general em Curitiba/PR.

As pressões continuaram, até que a CPE conseguiu uma audiência com o Presidente da República, José Sarney, no dia 18 de dezembro de 1985. O presidente recebeu dois representantes do Movimento - um deles era Ebrahim - e uma comissão de deputados. Segundo Schiochet, o processo de desapropriação e a situação dos acampados foi explicitada pelos deputados, sendo que os acampados tiveram dois minutos para falar.²³¹ Mais uma vez os desapropriados/herdeiros não puderam expor os seus argumentos eles mesmos, sendo representados junto as autoridades pelos deputados.

Nenhuma providência foi tomada novamente, como lembra Ebrahim

Daí eles pediram audiência com o presidente da república, com o presidente Sarney, aonde o presidente ouviu os deputado e também expus a situação pro presidente, aí ele deu um despacho, mas um despacho assim muito mal feito.²³²

Após essa reunião, o ano de 1985 chegava ao fim. Por conta da pressão do acampados foi formada uma Comissão Parlamentar Externa (CPE) e aberta uma via de negociação com as autoridades, entre elas o Governador do estado de Santa Catarina, Espiridião Amin, o Ministro

²³¹ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 120.

²³² Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

da Guerra, Leônidas Pires, e o Presidente José Sarney, mas nenhuma solução concreta havia sido tomada.

Por conta da demora, alguns desapropriados/herdeiros começaram a abandonar a resistência. Schiochet afirma que o acampamento diminuiu de 250 para 40 pessoas, entre o fim de 1985 e o início de 1986. Alguns fatores contribuíram para a queda drástica no número de pessoas: a não solução rápida; pressão por parte dos militares; condições precárias de infraestrutura; necessidade de retorno dos acampados para a colheita, preparo e plantio das lavouras; necessidade de retorno aos seus empregos; discordância entre a CPT e os acampados; desentendimento dos próprios acampados com o conseqüente desestímulo à vida comunitária.²³³

Para continuar com o acampamento, as famílias interessadas deveriam manter um membro sempre acampado, fossem desapropriados/herdeiros ou sem-terra. Essa foi a solução encontrada para compatibilizar a vida cotidiana com as atividades normais.²³⁴

Após a audiência com o Presidente Sarney, este encaminhou um “despacho muito mal feito” para o Ministério de Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD), o qual reencaminhou para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Então, no início de 1986, o INCRA entrou como intermediário entre os acampados e o Exército. Agora, o INCRA era o responsável por apresentar uma área para o Exército realizar a permuta.²³⁵

Para ser possível a permuta da área do CIMH seria necessário uma transação de terras entre o INCRA, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e o Exército. Porém, a permuta não aconteceu por falta de vontade do exército, do IBDF e Governo Federal, o último deveria alterar o decreto de desapropriação da Fazenda Parolim, em Itaiópolis/SC.²³⁶

Mesmo com a nova derrota, as famílias continuaram acampadas. No dia 30 de março de 1986 foi realizada uma nova concentração no acampamento. Ela tinha como objetivo denunciar a demora para a resolução, dar maior motivação a luta dos acampados e denunciar a ação dos militares. Durante a concentração, a CPT, que havia se afastado do acampamento entre janeiro e fevereiro, retorna como principal mediadora do Movimento. No mesmo dia foi decidido pela ocupação do INCRA em Florianópolis/SC.²³⁷

²³³ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 121.

²³⁴ Idem.

²³⁵ Idem.

²³⁶ Ibidem, p. 122

²³⁷ Idem.

A justificativa utilizada para ocupar o órgão foi a de que ele havia sido colocado como responsável para propor ao exército uma área para permuta. Essa proposta foi inviabilizada e os desapropriados/herdeiros ficaram sem perspectivas.²³⁸

Essa estratégia de grandes manifestações com elementos religiosos e ocupação de espaços públicos faziam parte da estratégia da CPT na sua luta pela reforma agrária. Pressão, mobilização e luta eram elementos constituintes da sua identidade.²³⁹ Portanto, a CPT, como mediadora da situação, influenciou os desapropriados/herdeiros pela ocupação do INCRA.

No dia 01 de abril de 1986, os acampados ocuparam a sede regional do INCRA/SC para cobrar uma posição do órgão. O INCRA/SC tentou argumentar que a solução só seria possível com a revogação do Decreto ou de um processo de indenização extrajudicial. Sendo assim, seria infrutífero pressionar o órgão, visto que já havia cumprido com a sua parte em apresentar a área para permuta. Segundo Schiochet, os acampados aceitaram a posição do INCRA/SC, porém a CPT tomou a frente e alertou que a responsabilidade do órgão não havia se encerrado, pois o Exército não tinha nenhuma área a disposição para efetuar a permuta. Os acampados assumiram a posição da CPT e decidiram permanecer no órgão.²⁴⁰

Ebrahim, também estava presente na ocupação do INCRA/SC em Florianópolis/SC

Daí nois fomo cobra do INCRA, daí entramo no auditório do INCRA de manhã cedo e discutimo com o diretor do INCRA o dia intero, a noite ele pego e falo: “você não vão desocupa o auditório, eu vô liga pro Ministro da Reforma Agrária”. Daí eu falei: “não, o senhor tem um despacho do Presidente da República pro senhor toma uma decisão, então nois desocupamo aqui o auditório desde que o senhor faça uma carta e apresente pra nois devolvendo pro Presidente da República que foge da sua competência de resolve o assunto, então o senhor faça uma carta ao presidente, que daí nois vamo cobra do presidente que o INCRA não tem condições de fazê.”²⁴¹

Ao rememorar a episódio da ocupação, o narrador afirma que o diretor do INCRA/SC não queria conversa. Também assume a posição da CPT, que segundo Schiochet era a de permanecer no órgão. Porém, não cita que essa ideia foi proposta pela Comissão, novamente puxando para si a responsabilidade das negociações. Ebrahim, como porta voz dos desapropriados/herdeiros, aceitaria deixar a sede do INCRA/SC se o diretor enviasse uma carta ao Presidente da República afirmando que foge das suas competências a resolução do problema.

²³⁸ Idem.

²³⁹ GRYSZPAN, Op. Cit, 2014, p. 318.

²⁴⁰ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 122-123.

²⁴¹ Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

Penso que essa memória sobre a negociação com o diretor está “contaminada” pela relação entre os desapropriados/herdeiros e a CPT naquele momento. Ebrahim, tenta puxar para si o protagonismo, “esquecendo” do papel da CPT naquela ocasião. Porém, ao lembrar acaba por defender a posição da Comissão frente ao entrevistador, mas resignificando-a, como se fosse uma proposta sua.

Ebrahim continua a sua narração sobre a ocupação do INCRA/SC e a pressão para saírem do prédio

Aí eu não sei se ele fez uma armação, o que ele fez, ele ligo pro Ministro Reforma Agrária e me chamo no telefone, daí eu não sei com que eu falei no telefone, qualquer um podia me atende né, de lá me responderam assim: “o senhor é reponsável aí pela turma que invadiram o INCRA?” Eu disse “não, eu não so responsável, somos todos nois que estamos aqui dentro somos responsável”. Ele falo assim “vocês se retirem imediatamente das instalações do INCRA porque não negocio pressionado!”, a pessoa que me ligo pelo telefone.

Eu não sei com quem eu falei, ele se intitulo Ministro da Reforma Agrária. Pra nois saí das instalações do INCRA imediatamente. Eu disse “tudo bem, ministro, nois moramo a 360 quilômetro de Florianópolis, tamo em 17 pessoa, nois vamo desocupa as instações do INCRA e vamo se instala na rua, na frente do INCRA e vamo dormi no relento aqui, vamo passa a noite na rua aqui e vamo chama a imprensa e vamo documenta isso que o senhor disse que não negocia pressionado. Ou o senhor autoriza nois desocupa aqui e entra nas nossa terra que a União ocupa a 30 anos e não pagaram ou nois vamo dormi na rua e vamo documenta tudo que o Ministro da Reforma Agrária mando nois dormi na rua”. Daí ele falo “não, não, não, eu não quero que chegue a esse extremo! Eu não quero que chegue a esse extremo! Passe o telefone aí pro, pro Simo – que era o diretor do INCRA né – eu vô conversa com ele.” Daí o Simo pego o telefone e converso: “não, tudo bem, tudo bem, tudo bem, olha ele autorizo vocês a dormi aí dentro do auditório.”

Daí chego o síndico do prédio dizendo que ali era propriedade particular, que o INCRA tinha alugado e que era pra nois se retira que ele ia por a Polícia Federal em cima de nois. Eu falei: “então põem! Põem a Polícia Federal em cima de nois, nois não vamo saí daqui, nois temo autorização do diretor do INCRA pra posa aqui dentro e não vamo saí”. Daí o síndico converso lá com o diretor não sei o que né. “Você tem que retira esse pessoal daqui”. Daí o diretor falo pra nois: “por que vocês não invade o refeitório do INCRA ali do outro lado da rua, ali é propriedade do INCRA”. Eu falei pra ele: “como é que nois vamo invadi a propriedade do INCRA lá se tá fechado, vamo arrebenta a porta lá e daí vocês vão responsabiliza nois por ter arrebentado a propriedade”. “Não, eu abro, eu levo a chave e abro e autorizo vocês” Daí nois entramo dentro do auditório do INCRA, dormimo lá dentro, dezessete pessoa, tinha mulher, tinha homem, tinha criança, dormimo dentro do refeitório do INCRA, onde o pessoal do INCRA tomava café, almoçava. Aí no outro dia o pessoal começo a chegar pra toma café, nois tudo dormindo dentro do salão do pessoal. Aí o pessoal “o que que é isso?” Aí o Simo veio lá, o diretor, “não, fui eu que autorizei, tá”. Mais nois ficamo dezessete dia dentro do auditório do INCRA. Aí um dia o Simo me chamo lá e disse: seu Ebrahim, o Ministro tá pedindo que você desocupe as instalações.” Eu disse “eu sei, mas e daí onde é que nois vamo fica, vamo fica onde?” Ele foi fala com o prefeito, que era o

Edson Andrino, e daí ele autorizo nois a acampa na praça em frente ao Ceisa.²⁴²

Após ocuparem o prédio, o diretor do INCRA faz uma ligação supostamente para o Ministro da Reforma Agrária, que na época tinha a frente o ex deputado federal Dante de Oliveira, o qual manda os desapropriados/herdeiros deixarem o prédio imediatamente, pois o mesmo não negociava pressionado. Ebrahim então afirma que deixariam o estabelecimento, mas que chamariam a imprensa para documentar que o Ministro da Reforma Agrária mandou homens, mulheres e crianças dormirem no relento. Segundo a narrativa, a ameaça surtiu efeito, fazendo o Ministro recuar, solicitando ao diretor do INCRA para que deixasse as famílias permanecerem no prédio.

Talvez a vitória na negociação para a permanência no Ceisa se deveu mais a pressão coletiva da CPT e dos desapropriados/herdeiros do que por uma negociação individual de Ebrahim. Porém, o papel individual do narrador ao ameaçar chamar a imprensa poderia colocar o então Ministro em situação delicada, visto que o Movimento ganhava apoio da opinião pública, por se tratar de proprietários de terras que haviam sido expulsos de suas propriedades pela força do Exército em oposição aos movimentos pela reforma agrária do período, que eram noticiados como usurpadores da propriedade privada e radicais.

Mas a autorização para permanecerem no Ceisa durou pouco tempo, o síndico não os queria ali argumentando que o local era propriedade privada e não do INCRA. Então o diretor dá a ideia de ocupar o refeitório da instituição, que ficava do outro lado da rua. Ebrahim, não aceita, visto que a mesma se encontrava fechada e que se fosse arrombada colocariam a culpa nos ocupantes. Interessante perceber na fala do narrador, as estratégias que eram utilizadas para tentar sempre manter a opinião pública ao lado do Movimento. Primeiro ameaçando o Ministro caso fossem expulsos do prédio, depois não aceitando adentrar o refeitório que se encontrava fechado, para não ser noticiado que haviam invadido um prédio público.

Segundo Ebrahim, conseguiram com que o diretor do INCRA abrisse o refeitório e então se mantiveram acampados ali por 17 dias a espera de uma solução por parte do órgão.

Mas tiveram que sair após nova pressão do Ministro da Reforma Agrária, vindo a instalar o acampamento na praça que ficava em frente ao Ceisa Center. A partir desse momento passou a ter um acampamento em Papanduva/SC e um em Florianópolis/SC simultaneamente.

²⁴² Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

Figura 6 - Acampamento em Florianópolis/SC



Fonte: Acervo Particular de Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

Os desapropriados/herdeiros se revezavam entre o acampamento de Papanduva/SC e de Florianópolis/SC e recebiam apoio da sociedade e do poder público, como lembra Ebrahim

Revezava, de vez em quando vinha um pro acampamento e os outros iam pro acampamento pra lá. Inclusive ali nois tivemos o apoio daquelas irmãs dum colégio, não sei, era um colégio ali que tinha, comandado pelas irmãs. A mulher parava lá e tinha a Juliana que tava com uns 6 anos, eles deram até o estudo de graça pra minha filha naquele colégio... esqueci o nome do colégio agora. Então nois ficamos um ano ali, a minha família estudou um ano no colégio enquanto nois tava acampado. As irmãs ajudaram, deram todo o apoio né. Do PMDB, O Edison Andrino. Ele era o prefeito, aí no outro dia já veio comida pra nois lá na barraca. Aí o Edison Andrino pegou e mandou trazer uma lona de caminhão e instalaram uma barraca bem coberta pra nois, fez um troço bem feito lá e nois ficamos ali um ano a prefeitura deu comida pra nois.²⁴³

O narrador seleciona ao lembrar do acampamento a ajuda das irmãs de um colégio que ficava próximo à praça. Elas deram estudo para sua filha Juliana enquanto permaneceram pressionando o INCRA por uma solução. Além disso, cita o papel do prefeito Edison Andrino, do PMDB como essencial para a manutenção do acampamento.

Andrino derrotou o candidato Francisco de Assis Filho, da Aliança Social Trabalhista (AST), que envolvia o Partido Democrático Social (PDS) e o Partido Democrático Trabalhista

²⁴³ Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

(PDT) nas eleições municipais de 1985.²⁴⁴ Portanto, havia acabado de assumir a prefeitura de Florianópolis/SC quando do início do acampamento. Seu apoio pode ser entendido por conta do contexto de redemocratização e de ressurgimento dos movimentos sociais e também por conta da sua carreira política de oposição à ditadura militar.

O acampamento em Florianópolis rendeu frutos. Ele teve como primeiro resultado positivo a formação de uma equipe de trabalho entre o INCRA/SC, INCRA/PR e a 5ª RM para a pesquisa de outra área para efetuação da permuta.

Segundo Schiochet, em maio o Movimento redigiu um termo de compromisso, no qual o Exército assumiria o compromisso formal através da 5ª RM, junto ao INCRA no sentido de achar uma solução. A 5ª RM deveria liberar a área do CIMH para as famílias desapropriadas logo após a formação de uma comissão de trabalho. O INCRA/SC teria o compromisso de apresentar áreas adequadas ao Exército e acompanhar o processo de desapropriação das mesmas. Já os desapropriados se comprometeriam que, após a devolução das terras, não reivindicariam mais nada.²⁴⁵

Havia a expectativa que o documento fosse assinado no dia 09 de maio em reunião entre a 5ª RM e o INCRA em Curitiba/PR. Na reunião, novamente, não foi permitida a participação de representantes do Movimento. Por conta disso, não foi possível a assinatura do documento elaborado pelos acampados. Os militares se mostraram dispostos a devolver as terras, mas estes não se comprometiam formalmente.²⁴⁶

Enquanto não se chegava a uma solução, os desapropriados/herdeiros passaram a intensificar junto aos meios de comunicação, órgãos judiciais e Governo Federal, denúncias contra irregularidades cometidas pelo CIMH. Entre as elas a extração irregular e predatória da erva-mate e madeira das terras. Essas denúncias ajudaram a desmoralizar a instituição militar e conseguir maior apoio da opinião pública.²⁴⁷

Ebrahim afirma que foi o escolhido para falar com a imprensa

Eu me escolheram pra atender a imprensa porque eu tinha toda a documentação né. Então a imprensa vinha, aí eu falava pra imprensa mas tudo por documento né, nunca falei nada na imprensa que eu não pudesse provar né, tudo que eu falei na imprensa eu provava. Tanto que quando eu fui chamado lá no Ministério do Exército em Brasília, o general me cobrou né, ‘olha, nós temos

²⁴⁴ NEVES, Hudson Campos. **Redemocratização, eleições e mídia impressa: a disputa eleitoral de 1985 em Florianópolis**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE,, 2., 2014, Florianópolis - Sc. Anais... . Florianópolis - SC: Seminário Internacional de História do Tempo Presente, 2014. p. 1

²⁴⁵ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 123.

²⁴⁶ Idem.

²⁴⁷ Idem.

todas as declarações que o senhor fez na imprensa, tá tudo aqui com nois, pegamo lá em Florianópolis nas emissora que o senhor deu declaração.²⁴⁸

Por conhecer toda a documentação referente a desapropriação, Ebrahim foi escolhido pelos seus pares para conversar com a imprensa. Utilizava da documentação para legitimar o seu discurso frente aos jornalistas, a mesma estratégia usada pelo narrador frente ao pesquisador nas entrevistas de história oral. Enquanto conversávamos, a mesa ficava cheia de documentos referentes a desapropriação, o que lhe dava autoridade para falar sobre o assunto.

O narrador também fala que chamado para comparecer ao Ministério do Exército. Não ficou muito clara a motivação para ter sido “convidado” a comparecer ao Ministério, mas parece que as suas declarações à imprensa pesaram para isso, como lembra em outro trecho da entrevista

Ó aqui, a erva mate tem até documento do cara que tirava erva mate , eu fui lá, falei com ele, ele me deu, ele recebeu essa permissão aqui do coronel pra i lá verifica o corte de erva né. Ali tava apagado, tava escrito “estão autorizada levantamento de (inaudível) para posterior licitação e exploração”. Então tem documento, eu falei dos corte de erva mate lá no Ministério do Exército, daí eles dissero: “o senhora prova?” “Provo, tá aqui ó a autorização pra assina pro coronel aqui, mandando tira erva mate lá”. Então o general pego lá e falo... Porque eu fui com uma pasta de documento, daí ele falo: “ o senhor só tem essa pasta aí?” Daí eu falei: “eu tenho mais cinco pessoa lá em Santa Catarina que tem essa documentação” Aí ele falo “ah, então o senhor é precavido, que se o exército lhe toma essa documentação o senhor tá preso.”. O próprio general do exército me falo lá em Brasília.²⁴⁹

Ebrahim, denunciava em suas entrevistas a retirada da erva-mate e também denunciou as mesmos atos ilícitos quando compareceu ao Ministério do Exército. Para comprovar o que falava, novamente usou os seus documentos. Afirma que foi ameaçado pelo general em Brasília/DF, pois se o exército lhe tomasse a documentação poderia ser preso. Portanto, os documentos, além de servirem de suporte para o seu discurso, também evitava que sofresse algum tipo de repressão por parte do Estado. Ebrahim sabia disso, tanto que deixou cópias com outras pessoas.

As denúncias feitas pelos desapropriados/herdeiros, tendo como sua principal voz Ebrahim, foram referendadas por autoridades judiciais através do Departamento de Defesa Comercia (DECOM).

²⁴⁸ Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

²⁴⁹ Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

Segundo o DECOM, as decisões sobre as indenizações haviam sido proferidas judicialmente. Dessa maneira, os desapropriados não tinham direito legal de reivindicar acréscimo de valor de indenizatório. Porém, a União também não poderia transferir a área. Portanto, para o DECOM a questão deveria ser resolvida extra judicialmente através de um acordo entre as partes para o pagamento das indenizações ou a permuta da área. O DECOM tomou a posição do Movimento, isto é, a devolução da área aos respectivos proprietários por meio da permuta.²⁵⁰

Os acampados conseguiram apoio da opinião pública e poder público, porém após três meses de acampamento em Florianópolis nenhuma solução definitiva havia sido tomada.

Por conta da pressão constante dos acampados o INCRA/SC elaborou um documento colocando à disposição da 5ª RM oito áreas, sendo Três no Paraná e cinco em Santa Catarina. Porém, a 5ª RM não se esforçou em verificar as áreas escolhidas. Por conta da falta de vontade do Exército e pelo fato do INCRA/SC não ter repassado informações mais precisas sobre o processo de solução e escolha da área a ser permutada, os acampados decidiram propor a data de 15 de julho como limite para uma solução.²⁵¹

Dia 15 de julho chegou e a questão não foi resolvida. O Movimento decidiu ocupar o CIMH junto a entidades de apoio e realizar uma grande concentração popular no interior do CIMH.

Enquanto os desapropriados/herdeiros, CPT e Igreja preparavam a ocupação, o Exército passou a intensificar a vigilância sobre o acampamento em Papanduva/SC. Os militares buscavam dissuadir o Movimento declarando que atirarão para matar caso as terras fossem ocupadas.²⁵²

A ocupação foi marcada para o dia 27 de julho. Durante a madrugada foi realizada uma assembleia em local próximo ao CIMH. Os desapropriados/herdeiros constataram que o Exército havia bloqueado as entradas de acesso e ocupado o Campo com grande contingente de soldados armados. Por conta disso, decidiram não ocupar. Foi então realizada uma celebração religiosa em frente ao portão do CIMH. Dentro da área, segundo Schiochet, se encontravam 200 soldados armados, 12 tanques tipo Urutu e outras viaturas que portavam canhões e jatos de água.²⁵³

²⁵⁰ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 124-125.

²⁵¹ Ibidem, p. 125.

²⁵² Ibidem, p. 125-126.

²⁵³ Ibidem, p. 125.

Mesmo com o fracasso da ocupação, os acampamentos continuavam em Papanduva/SC e Florianópolis/SC.

Em setembro, chegou até os acampados um telegrama enviado pelo Secretário Geral Adjunto do MPAS ao Sr. Alexandre Pugyna declarando que, segundo o Ministro do MIRAD, uma solução estava encaminhada, o que possibilitaria aos antigos proprietários do CIMH a ocupação da área. Para Schiochet, tais declarações tinham cunho eleitoreiro, visto que Alexandre era candidato da região. Mas ela teve capacidade de dissuasão do Movimento²⁵⁴

Com a dificuldade de negociação direta com o Exército e a aparente capacidade dos políticos representarem os interesses dessas pessoas fez com que os acampados identificassem o Movimento como tendo pouco significado prático, de pressão, para obtenção de uma solução. Dessa maneira, acampamento em Papanduva/SC teve um esvaziamento considerável, vindo a acabar no final do mês de setembro de 1986.²⁵⁵

Em outubro de 1986, uma boa notícia para os desapropriados/herdeiros, o MEx, através do aviso nº 159, de 20/10/1986 comunicou ao MIRAD a escolha de uma das áreas apresentadas pelo INCRA/SC. Ela tinha 20.000 ha. e se encontrava na localidade de Campos de Palmas no município de Água Doce/SC. Porém, o Exército não se retirou da área, como desejavam os desapropriados/herdeiros.²⁵⁶

Com a recusa do Exército em se retirar da área, o Movimento passou a discutir novas formas de mobilização no final de 1986. Houve a proposta de articulação do Movimento para uma nova ocupação do CIMH, agora não mais como forma de pressão, mas como ação efetiva de retomada das terras. Isso seria possível, visto que o Exército, segundo o aviso nº 159, de 20/10/1986, havia escolhido outra área. A ação para ocupação ocorreria quando os militares não estivessem no CIMH.²⁵⁷

A ideia de ocupar o CIMH gerou divisões entre os desapropriados/herdeiros. Um grupo, que estava acampado em Florianópolis/SC, afirmava que a ocupação traria consequências negativas para o processo de solução. Eles estavam esperando a chegada em Florianópolis/SC do Diretor de Patrimônio do Exército para a negociação da saída do exército do CIMH. Já para outro grupo era necessário pressionar para que o exército devolvesse o Campo.²⁵⁸

No dia 03 de fevereiro de 1987 um grupo de aproximadamente 80 desapropriados/herdeiros tentaram ocupar o Campo. Os militares, novamente, haviam montado

²⁵⁴ Ibidem, p. 127

²⁵⁵ Idem.

²⁵⁶ Idem.

²⁵⁷ Ibidem, p. 128.

²⁵⁸ Idem.

um forte esquema de segurança nas entradas. Então os desapropriados/herdeiros resolveram acampar fora do Campo.²⁵⁹

No mesmo dia, o grupo que se encontrava em Florianópolis apoiado por representantes da CPT e CUT, enviou telex ao MEx, Ministério da Justiça, MIRAD, Procuradoria Geral da República e Governo do Estado, comunicando a decisão do Movimento e exigindo o não uso da violência, além da formação de uma comissão para a discussão do impasse e solução da questão.²⁶⁰

Novamente o Exército enviou forte aparato bélico para o CIMH. Os acampados foram agredidos e suas barracas destruídas, expulsando os desapropriados/herdeiros através de uma ação rápida. A fita da câmera que filmava a ação foi retirada violentamente e o repórter agredido com coronhadas de fuzil.²⁶¹ Ebrahim, não participou da ocupação, pois estava em Florianópolis/SC, mas confirma a truculência por parte do exército

Quando ele assumiu o governo, o Pedro Ivo Campos, o pessoal tinha feito uma tentativa de invasão e o Exército passou com o tanque em cima da barraca do pessoal. Daí foi reclamado lá pro governador do Estado e daí o governador, era o Pedro Ivo Campos, ele veio aqui na 5ª Região Militar, que eles tiraram a fita da RBS que documenta a tentativa de invasão. E o exército chegou com tanque de guerra, passaram por cima das barracas de um pessoal, houve uma confusão bem grande, que o pessoal foi lá no portão e quiseram invadir a terra, o Exército veio com tanque de guerra, com um monte de soldado lá e não deixou e daí a RBS filmou tudo né, daí eles tiraram, tomaram a fita do repórter, tiraram a fita da máquina e trouxeram aqui pra 5ª região. Daí o Pedro Ivo Campos, que era militar, ele era coronel do Exército, daí ele tinha sido eleito governador, ele veio aqui e ele levou a fita de volta, mas aonde o Exército aparecia na fita passando com o tanque em cima das barracas foi cortado né.²⁶²

A memória que Ebrahim tem sobre o episódio foi formada a partir do relato de outros desapropriados/herdeiros que estavam em Papanduva/SC no dia da ocupação. Mas mesmo sem estar presente, sua narrativa demonstra o autoritarismo do exército ao demolir o acampamento e reprimir a imprensa que filmava a ação. Os militares afirmavam que estavam dispostos a sair da área, mas a defendiam com todas as suas forças.

Após o episódio, os acampados formaram uma comissão para ocupar a Procuradoria Geral da República (PGR), em Florianópolis/SC. No dia 05 de fevereiro, a comissão se juntou aos acampados na capital do estado, porém acabaram decidindo não ocupar a PGR. Mas mantiveram contato, via telefone, com o Procurador Geral da República que estava em Brasília.

²⁵⁹ Idem.

²⁶⁰ Idem.

²⁶¹ Idem.

²⁶² Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

Dele, receberam a notícia que o Exército já havia definido sua posição de permuta como solução para o impasse.²⁶³

Parecia que tudo seria resolvido, já que o Exército havia aceitado a permuta da área para a cidade de Água Doce/SC. Tanto que os desapropriados/herdeiros acabaram com o acampamento em Florianópolis/SC

Olha, nois acabamo com o acampamento lá em Florianópolis porque veio essa autorização pro procurador fazê o acerto com nois, daí a Dra. Ela Volkmer de Castilho chamo nois lá na procuradoria, me chamo na procuradoria e me falo: “seu Ebrahim, acho que vocês podem agora até para co... seis tão ali numa situação de perigo, já houve até esse acidente – ela soube do acidente que esse engenheiro bateu co carro na barraca – vocês tão numa situação de perigo ali, arriscando morre alguém na barraca lá, acho que não há necessidade de vocês continua com o acampamento, porque o Exército autorizo nois fazê o acerto com vocês.” Foi esse acerto que o Dr. Rui mando pro estado maior né. E daí ela “ acho que não há necessidade de vocês fica sofrendo, que nois recebemo autorização pra fazê um acerto com vocês e devolve as terra né”. Daí então nois resolvemo de para.

Na perspectiva de Ebrahim, o acampamento acabou porque o Exército aceitou transferir o Campo de Instrução Marechal Hermes (CIMH) para outra área. O narrador também dá importância aos apelos da Dra. Ela Volkmer de Castilho, pois estavam correndo perigo na praça. Para Ebrahim, o Movimento chegou ao fim por conta da esperança de permuta da área, os desapropriados/herdeiros achavam que o problema seria resolvido em breve.

Contudo, as esperanças foram por água abaixo, em reunião entre a Procuradora Geral da República e o Diretor de Patrimônio, o segundo afirmou que o Exército havia aprovado a área de Água Doce, mas o MEx precisaria que a área estivesse livre. Esse processo não poderia acontecer, pois o Exército não possuía dotação orçamentária para a indenização.²⁶⁴

Já para a historiadora Soeli Regina Lima, o litígio estava em vias de solução. Mas a partir do momento em que o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) passaram a ter atuação mais direta na coordenação do movimento social, incitando os militantes a ocupar as terras da área militar, as negociações seguiram outro rumo. O Exército silenciou as negociações de permuta da área.²⁶⁵

Penso que a afirmação de Lima é equivocada, visto que a pressão para conseguir abrir uma via de negociação com a União e o Exército teve papel essencial da CPT e de outras

²⁶³ SCHIOCHET, Op. Cit, 1993, p. 129.

²⁶⁴ Ibidem, p. 130.

²⁶⁵ LIMA, Op. Cit, 2017, p. 175.

organizações como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), além de militantes do Partido dos Trabalhadores (PT). Tais organizações não foram um empecilho para o Movimento, mas ao contrário, foram essenciais para a sua organização. Dessa maneira, a não solução para a questão se deve muito mais a uma má vontade do Exército, que se mostrou indisposto em receber os desapropriados/herdeiros para discutir uma alternativa. A instituição militar sempre afirmava que estava disposta a devolver as terras, mas nunca se comprometeu formalmente com as famílias. Pelo contrário, defendeu de todas as maneiras as terras do CIMH.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar o processo de desapropriação para instalação do Campo de Instrução Marechal Hermes (CIMH) e seus desdobramentos, tendo como fio condutor as memórias de Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

Ebrahim não esteve presente diretamente em alguns dos momentos aqui analisados, principalmente na organização da Sociedade Núcleo Rural Papuã (SNRP) e na ocupação em 1980, porém assumiu papel importante durante o Movimento na década de 1980, vindo a ser reconhecido pelos seus pares como um grande conhecedor do processo de desapropriação.

A partir das suas memórias conseguimos ter uma ideia de como era o cotidiano na década de 1940 e 1950 na região do Planalto Norte Catarinense; o impacto da expulsão sobre as famílias no ano de 1963; os arrendamentos e irregularidades; a luta na justiça e a posterior organização do Movimento dos Desapropriados de Papanduva no ano de 1985.

Com a expulsão em 1963 muitas famílias, principalmente as mais pobres, tiveram que buscar uma nova vida em cidades próximas, como Três Barras/SC, Papanduva/SC e Canoinhas/SC, ou nos grandes centros urbanos, como Curitiba/PR. Outras passaram a trabalhar para o próprio Exército, na limpeza da área do Campo ou na construção de cercas para o mesmo. Algumas famílias que tinham maiores extensões de terras e não dependiam exclusivamente da área desapropriada continuaram a plantar nas localidades que faziam divisa com o Campo. Além disso, esse grupo de pessoas também passou a arrendar parte da área do CIMH para criar gado, caso do sogro de Ebrahim, José da Silva Lima.

A segunda metade da década de 1960 e a primeira metade da de 1970 foram de espera, pois aguardavam que o processo de revisão dos valores de indenização chegasse ao fim e que um valor justo fosse pago. A decisão final só aconteceu no ano de 1975, quando o Superior Tribunal de Recursos (STR) fixou o valor das indenizações a serem pagas aos desapropriados, valor este muito abaixo do esperado.

Por conta do não recebimento de uma justa indenização, as famílias passaram a se organizar por conta própria, vindo a fazer reuniões para elaboração de abaixo assinados e ofícios que seriam entregues ao poder Legislativo, Executivo e Judiciário. Posteriormente, no ano de 1978, foi formada a Sociedade Núcleo Rural Papuã (SNRP), de caráter jurídico, que tinha como objetivo repassar a partir de procuração todos os processos individuais para a alçada da Sociedade. Agora queriam a permuta do CIMH e não mais o pagamento das indenizações.

Com a não solução pela via judicial, no ano de 1985 é organizado o Movimento dos Desapropriados de Papanduva, que com apoio de organizações ligadas a luta pela terra,

principalmente a Comissão Pastoral da Terra (CPT), buscaram pressionar a União e o Exército para que a área fosse devolvida aos antigos proprietários ou seus herdeiros. Por conta da pressão dos desapropriados/herdeiros várias reuniões foram realizadas com Deputados Estaduais, Governador do estado de Santa Catarina, INCRA-SC e a 5ª Região Militar. Após quase dois anos de pressão e conversas com diversos órgãos, o Ministério do Exército (MEx) informou ao Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD) que havia escolhido umas das áreas propostas pelo INCRA/SC. A nova área tinha 20.000 ha. e se encontrava na localidade de Campos de Palmas no município de Água Doce/SC. Porém, no início de 1987, voltou atrás, não devolvendo as terras para os antigos proprietários, o que levou ao fim do acampamento e consequentemente do Movimento.

A trajetória dos desapropriados/herdeiros, aqui historicizadas a partir das memórias de Ebrahim Gonçalves de Oliveira, nos mostra as injustiças a que os mesmos foram submetidos ao serem retirados das suas terras com a conveniência do Governo do estado de Santa Catarina e do Governo Federal. Injustiça que posteriormente levou essas famílias a lutarem por uma indenização justa ou pela devolução das terras. Não foram felizes em suas reivindicações, visto que a indenização não foi revista e nem a área devolvida. Além disso, as irregularidades denunciadas pelos desapropriados – arrendamento de terras para terceiros, retirada da erva mate e da madeira – continuaram a acontecer, sendo confirmadas pelo Subtenente Heitor Freire de Albuquerque Filho, que ano de 2004 as denunciou ao Ministério Público Federal em Mafra/SC. Heitor revelou nomes e condutas de vários militares de alto e baixo escalão envolvidos em esquemas de comércio de madeira e erva mate. Também denunciou que as licitações para terceiros eram de fachadas, chegando a afirmar que a empresa vencedora de uma das licitações pertencia a esposa do Coronel responsável pelo CIMH.

A União ainda não conseguiu transferir para sua titularidade todas as propriedades que fazem parte do CIMH, tendo em vista as irregularidades ocorridas nas ações de desapropriações, até mesmo pela falta de correta descrição de algumas áreas e na falta de pagamento das devidas e justas indenizações.

Mais recentemente, no dia 14 de outubro de 2014, a Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban, em conjunto com a de Santa Catarina, realizou um evento na cidade de Papanduva/SC, no qual herdeiros e herdeiras tiveram espaço para falar como a desapropriação afetou as suas vidas e denunciar as diversas irregularidades. Além disso, o interesse das Comissões representou para os herdeiros a esperança de uma solução para o caso, que se arrasta a mais de 50 anos.

6. FONTES

Fontes documentais:

Autorização inspetor de quartelão. Arquivo pessoal de Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

BRASIL. Constituição Federal de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm. Acesso em: 15/05/2018.

BRASIL. Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóvel, necessário ao serviço do Exército Nacional. DECRETO nº 40.570, de 18 de dezembro de 1956. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-40570-18-dezembro-1956-330304-norma-pe.html>: Acesso em 15/05/2018.

BRASIL. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3365.htm. Acesso em 15/05/2018.

Contrato de arrendamento. Acervo particular de Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

Documento de Registro da Sociedade Núcleo Rural Papuã. Arquivo particular de Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

Jornal O Barriga Verde, 26/09/1952.

Jornal O Barriga Verde, 08/11/1942.

Jornal O Barriga Verde, 1954.

Processo nº 1.771/71. Acervo particular de Ebrahim Gonçalves de Oliveira.

Relatório discriminativo das ocorrências com a desapropriação de imóveis para o Campo de Instrução Marechal Hermes, localizado nos municípios de Três Barras e Papanduva, estado de Santa Catarina. Acervo particular de Valmor Schiochet.

Lista de Colaboradores:

Ebrahim Gonçalves de Oliveira: Herdeiro e genro dos desapropriados José da Silva Lima e Jaira Alonso de Lima. Serviu o Exército em Curitiba/PR, trabalhou na rede ferroviária durante 20 anos, atuou por mais 5 anos em uma empresa particular e outros 5 na Companhia Paranaense de Energia (COPEL), vindo a aposentar-se no ano de 1984.

Helena Werka: Herdeira e filha dos desapropriados Jacob Schadeck e Maria Schadeck. Antes da desapropriação já havia se mudado para o município de Papanduva/SC para trabalhar no comércio.

Sezinando Jungles: Herdeiro e filho dos desapropriados Joaquim Jungles e Angélica Ramos Ribeiro Jungles. Após a desapropriação se tornou professor e passou a lecionar no município de Papanduva/SC.

Verônica Thiesen Jungles: Herdeira e nora dos desapropriados Joaquim Jungles e Angélica Ramos Ribeiro Jungles. Após a desapropriação se tornou professora e passou a lecionar no município de Papanduva/SC.

Fontes Orais:

OLIVEIRA, Ebrahim Gonçalves. Entrevista realizada em 16 de setembro de 2017. Duração: 23min. 08 seg. Entrevistador: Matheus Giacomo de Luca. Curitiba/PR.

OLIVEIRA, Ebrahim Gonçalves. Entrevista realizada em 20 de janeiro de 2018. Duração: 3hs 44 seg. Entrevistador: Matheus Giacomo de Luca. Curitiba/PR.

JUNGLES, Sezinando. Entrevista realizada em 16 de fevereiro de 2018. Duração: 58 min. 33 seg. Entrevistador: Matheus Giacomo de Luca. Papanduva/SC.

JUNGLES, Sezinando. Entrevista realizada em 26 de julho de 2017. Duração: 31 min. 50 seg. Entrevistador: Matheus Giacomo de Luca. Papanduva/SC.

JUNGLES, Verônica Thiesen. Entrevista realizada em 16 de fevereiro de 2018. Duração: 58 min. 33 seg. Entrevistador: Matheus Giacomo de Luca. Papanduva/SC.

WERKA, Helena. Entrevista realizada em 17 de fevereiro de 2018. Duração: 36 min. 49 seg. Entrevistador: Matheus Giacomo de Luca. Papanduva/SC.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. 1964: **O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FLENIK, Ana Claudia. **Disputas fundiárias no pós-contestado: a luta pelas terras do Campo de Instrução Marechal Hermes e seus reflexos sobre o desenvolvimento regional**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Curso de Direito, Universidade do Contestado, Canoinhas 2017.

GRYNSZPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Cap. 8, p. 209-236.

_____. A questão Agrária no Brasil pós 1964 e o MST. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 315-348. (Volume 4).

INOCENTI, Aline Aparecida Faé. A atuação dos inspetores de quartirão no município de Piratuba durante o período militar. **Revista Semina**, Passo Fundo, v. 12, n. 1, p. 1-13.

LIMA, Soeli Regina. O processo de desapropriação de terra para a instalação de um campo de manobras militares no Planalto Norte Catarinense. In: LIMA, Soeli Regina; TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **Ecos do contestado: Da serraria Lumber ao Campo de Instrução Marechal Hermes - CIMH**. Palmas: Kayguangue, 2017. Cap. 6, p. 145-181.

_____; TOMPOROSKI, Alexandre Assis. O fim de uma Company Town: do processo de estatização às manifestações dos trabalhadores da Southern Brazil Lumber and Colonization Company. In: LIMA, Soeli Regina; TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **Ecos do contestado: Da serraria Lumber ao Campo de Instrução Marechal Hermes - CIMH**. Palmas: Kayguangue, 2017. Cap. 4, p. 89-124.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano III**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. Cap. 8, p. 241-271.

NEVES, Hudson Campos. Redemocratização, eleições e mídia impressa: a disputa eleitoral de 1985 em Florianópolis. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE,, 2., 2014, Florianópolis - Sc. Anais... . Florianópolis - SC: **Seminário Internacional de História do Tempo Presente**, 2014. p. 1-15.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. **Estudos Históricos**, 1989v. 2, n. 3, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. História oral: Uma relação dialógica. In: PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. Cap. 1, p. 9-25.

SCHIOCHET, Valmor. **Esta terra é minha terra: Movimento dos desapropriados de Papanduva**. Blumenau: Editora da Furb, 1993.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. A atuação da Lumber Company no território contestado: algumas considerações. In: LIMA, Soeli Regina; TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **Ecos do**

contestado: Da serraria Lumber ao Campo de Instrução Marechal Hermes - CIMH. Palmas: Kayguangue, 2017. Cap. 3, p. 65-88.

_____. **Cicatrizes do Contestado: a estatização da Southern Brazil Lumber and Colonization Company e o advento do Campo de Instrução Marechal Hermes.** Desenvolvimento Regional em Debate, Canoninhas, v. 6, n. 3, p. 178-192.

_____. **O polvo e seus tentáculos: A Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940.** 2013. 282 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

8. APÊNDICE

APÊNDICE A – ENTREVISTA DE EBRAHIM GONÇALVES DE OLIVEIRA.

Realizada em 20 de janeiro de 2019.

Matheus: Meu nome é Matheus Giacomo de Luca, hoje é dia 20 de janeiro de 2018, estou reunido com o senhor Ebrahim Gonçalves de Oliveira, para realizar uma entrevista de história oral que irá fazer parte da minha pesquisa de tcc, referente ao processo de desapropriação para instalação do Campo de Manobras Marechal Hermes.

M: Então seu Ebrahim, queria sabe qual foi, onde, qual região o senhor nasceu, qual a cidade que o senhor nasceu?

E: Eu nasci, eu nasci, eu na, na, em uma lugar denominado Campina Jungles, que é onde meus avós haviam moravam, os avós materno moravam né, e eu nasci num lugar denominado Campina Jungles no ano de 1931, 16 de junho de 1931.

M: E então o senhor, é, na Campina Jungles, e ela fazia município ali da região de Canoinhas na época?

E: Era distrito de Canoinhas, era Papanduva, distrito de Canoinhas né.

M: Aham, entendi. E a família do senhor, é qual a origem? É origem polonesa? Qual que é?

E: A família do pai é família inglesa, dai português, e da, da parte da minha mãe era alemão e índio né, meu avô era casado com uma índia né.

M: Eu queria sabe assim como que era o cotidiano na época ali antes do processo de desapropriação, como que era o dia a dia, como que era, se o senhor, se vocês caçavam, pescavam, qual era a relação com a erva mate, como que era o trabalho ali na época, antes do processo de desapropriação?

E: Ali era a maneira de, de, de vida do povo no lugar era a agricultura, pecuária né, criação de gado, é, plantio de... não existia o plantio de erva mate ainda no tempo, a erva mate da região é nativa da região né, então no tempo de colheita de erva, o pessoal fazia erva, e dai no tempo de colhe, de roça, o pessoal trabalhava na roça também tudo na base da, da inchada, da, da foice, da... Aquele tempo não tinha maquinário né, não tinha trator, não tinha nada, então era tudo feito serviço braçal, de roçada, carpida, plantio, tudo braçal né.

M: E, então a erva mate vocês tinham a época que vocês tiravam a erva mate na época que tinha a erva mate e dai a erva mate vocês vendiam ou como que era?

E: A erva mate era vendida, o meu pai colhia erva mate pra vende, uma carroça de erva mate tinha que faze 35 km de distância, ele levava o dia inteiro pra leva uma carrada de, uma carroçada de erva mate até a cidade de Canoinhas ou Três Barras era onde podia vende a erva mate, que era despachada. Na época acho que era vendida aqui pro porto de Antonina pra, pro Matarazzo né. Que a erva descia pra Antonina pra ser vendida, ser exportada né.

M: E essa, quando teu pai ele ia vende a erva mate, ela era, vendia com dinheiro ou ele trocava por alguma coisa?

E: Não, era vendido por dinheiro né, nunca o pai vendeu em troco de otra coisa, não, ele vendia e comprava erva mate a dinheiro.

M: A relação era monetária mesmo?

E: É monetária mesmo.

M: Como que era essa criação de animais, ela era comunal ou cada um tinha...

E: Cada um tinha o seu terreno, mas ninguém cercava o terreno, os terreno eram tudo aberto, então o nosso gado podia pasta no terreno do vizinho, o do vizinho pasta no terreno do meu pai também, então era tudo uma colônia, viviam em comum. Criação de porco era solto, criação de gado era solto e as roça eram cercada pra, pra evita a, pra evita a criação comia a plantação né.

M: Então as roças que eram cercadas, os animais eles ficavam mais solto.

E: Os animais ficavam solto.

M: Aham, então dai, assim, a produção da agricultura, o que vocês produziam?

E: A plantação da agricultura meu pai usava pra engorda porco, pra trata os cavalo, pra trata as vaca de leite.

M: Pra subsistência também?

E: Pra subsistência, faze farinha de milho, faze farinha de mandioca, o trigo, o centeio que era plantado era tudo pra despesa da casa né, quase tudo, cada agricultor tinha quase que uma vida exclusiva da, da, da propriedade dele né. Que plantava arroz, plantava feijão, plantava milho, plantava trigo, plantava centeio, feijão, tudo, tudo era, cada, cada, cada dono do terreno vivia exclusivamente do que ele produzia né.

M: E assim, tinha algum excedente dessa agricultura que vocês vendiam ou trocavam?

E: Olha, era difícil sobra assim pra venda, a única coisa que era vendida era o gado, os boi que era criado na região então era vendido pra açogue, mas o porco cada um criava o porco, a galinha, isso tudo era pra despesa familiar né.

M: Aham, então sobrava poca coisa pra pode vende mesmo. E vendia com dinheiro mesmo...

E: Era difícil sobra. Pra alguns agricultor tinham sobra, vendiam muito mel né, que tinha uma grande produção de mel na região. O meu sogro, por exemplo, ele colhia seiscentos quilo de mel por ano, esse era a única coisa que era vendida pra fora que não ficava só pra consumo.

M: O teu sogro então ele tinha já uma produção um pouco maior que ele podia vende?

E: É. Meu sogro tinha, ele vendia anualmente, vendia 30, 40 bois e daí ele também foi o único agricultor na região que é... com possibilidade assim né, de, de, de, na, na agricultura, de mecaniza a agricultura. Do tempo que ele saiu do campo lá, ele já tinha colheitadeira de, de trigo, já tinha trator, já tinha batedeira de feijão, já tinha... Ele era uma dos agricultor bem preparado pra faze o serviço de lavora era um dos mais preparado da região era o meu sogro.

M: Na época do campo ainda, quando ele tava dentro do campo?

E: Antes do Campo atingi a fazenda dele.

M: E então ali seu Ebrahim, o senhor tava falando da tua vida ali na, do teu pai e tal, isso era em que época que, que ano assim, que período mais ou menos, dos anos 30 até 1950 ali, que daí você vai mora no Campo depois né?

E: É, eu casei, eu casei. Minha mulher que morava dentro do Campo com o pai dela né, eu casei lá dentro do Campo em 1959. O decreto de desapropriação foi em 56 que saiu o decreto de desapropriação, em 1959 quando eu casei, eu casei na fazenda do meu sogro ainda, o casamento foi feito na fazenda dele em 1959, portanto então, o pessoal saiu o decreto de desapropriação em 1956 e o pessoal, muita gente ouvia fala que ia ser desapropriado, que a União ia paga e depois só em 1963 é que um juiz deu a posse provisória pra União do decreto de desapropriação aonde o pessoal tiveram que se retira em 48 horas. Quem não tinha condição de se retira imediatamente, o exército passava uma patrulha militar, avisava a família pra apronta a mudança e no outro dia passava uma viatura militar com soldados e carregava a mudança do proprietário e levava pra onde ele ia mora novamente. Muitos foram até despejados. Tem a história de uma senhora que despejaram ela na praça de Canoinhas. Ela ainda contava que despejaram ela na praça da Cuia lá em Canoinhas. Daí o prefeito de Canoinhas que arrumo lá um ranchinho pra ela mora, mas os outros, o meu sogro foi o último a sai do campo, que ele foi lá, converso com o coronel e o coronel alugo a terra pra ele pra ele continua morando mais dois anos lá, daí tornosse, tornosse...

M: Ainda dentro do Campo?

E: É, dentro do Campo ele fico morando pagando aluguel da propriedade dele.

M: Depois de 63?

E: É, de 61, é 1963 né.

M: Aí teve a decisão judicial e ele fico mais dois anos ainda.

E: É, mais dois anos morando, mas pagando aluguel. Daí ele mudo-se, o coronel exigiu que ele saísse, ele saiu mas continuo criando gado dentro da, da propriedade da, da União e pagando arrendamento pela propriedade que era dele.

M: E aquele história que o senhor tava comentando sobre essa criação de gado dentro, que tinha esse açougue?

E: Ah, daí tinha um coronel, conheci quase todos os coronéis que... o primeiro coronel foi Ovídio Souto da, Ovídio Souto da Silva, daí veio o coronel Lindolfo (inaudível), daí veio o coronel Falcão, Ari Falcão de Macedo, esse que começo a aluga as terra pro meu sogro. E tinha, ele tinha uma fazenda que ele fecho uma área dentro do Campo e tinha uma fazenda lá, com capataz, com tudo, cuidando do gado dele. Então daí ele fazia, o contrato que ele tinha com

meu sogro é de, de, de, pro meu sogro utiliza a área, era pro meu sogro roça 10 quilômetros de estrada dentro do Campo, quatro metros de cada lado e a preferência do, do, dos boi criado no Campo ele queria pra ele que tinha um açogue lá dentro do quartel, da sede do exército lá em Três Barras e ele exigia que meu sogro desse a preferência dos bois criados dentro do Campo e ainda descontava um cruzero por cabeça, por arroba do boi porque o boi tava sendo criado dentro da área militar né. E daí então, como ele tinha uma fazendinha dentro do Campo lá, inclusive tinha até capaiz que cuidava, que era o, eles chamavam de, de, ele tinha um apelido de, de Tiófilo do veneno, era que cuidava do gado, coronel lá dentro e o coronel exigia do meu sogro pra todo final de ano ele vinha lá meu sogro reunia o gado, ponha na mangueira e ele escolhia uma novilha do gado, o meu sogro, pra pôr na fazenda dele. Isso eu tinha encontrado, eu perdi esse contrato, mas que do, do exército lá, deve ter até cópia desse contrato. Aí depois que começaram a, começo a, começaram a retirar a erva mate, vende os pinheiro da área...

M: Esse os militares?

E: É, os militar. Começaram a tira erva mate, vende pinheiro, daí começo os aluguel de terra pra particulares que nem tinham terra dentro do Campo, muita gente alugo terra lá pra cria gado, então viro numa verdadeiro negociata de arrendamento. E eu, até teve uma época que eu conheci um coronel aqui em Curitiba e eu falei as coisa pra ele, era o coronel Rutildo Polido, e eu contei a história pra ele do meu sogro que pagava aluguel lá e tudo e ele me fez uma carta me apresentando pro diretor de patrimônio da, do Ministério da 5 região militar, eu fui lá fala, era o coronel Capela. Aí primero eu, eu, propus pra ele de ele arrenda as terra pra nois, deixa o gado lá dentro né, aí ele falo “não, lá não pode arrenda, é área militar, é área militar, não pode ter nada lá dentro”. E eu tava com os dois contrato, esse de, de, que o coronel exigiu o gado, uma novilha de cada ano, uma novilha por ano, pra ele por no gado dele, e tinha o outro contrato que o meu sogro roçasse 10 quilômetros de estrada de cada lado pra paga o arrendamento né.

M: Então ele tinha que... então essa relação que o senhor falo, o teu sogro, o pagamento do arrendamento não era em dinheiro, mas era em serviço?

E: O primeiro contrato ele fez e exigiu dois ano de pagamento adiantado.

M: Você tem esse contrato?

E: Esse contrato eu tenho do original até hoje. Daí ele todo ano que, que vencia, ele fazia contrato por dois ano, vencia ele chamava meu sogro lá, “tá vencendo o teu contrato, vamo renova”. Daí ele recolhia até os contrato antigo e fazia novo contrato. Meu sogro fico desde 1963 até 1970 ano que ele morreu ele pago arrendamento né. Aí depois que ele morreu que nois retiramo o gado de lá que o coronel, nois dexamo de vende o gado, pro, pro exército e o coronel fico brabo e mando nois retirar o gado. Aí de 1970 em diante nois paramo de usa o Campo lá como área de criação.

M: Aham, então ali o senhor falo que teve essa, como que foi essa, esse conflito aí de que vocês pararam de, de cria o gado lá?

E: É, que daí ele, ele pagava, ele pagava pro meu sogro toda semana ele pegava boi lá e pagava por mês né. Daí quando meu sogro faleceu, nois resolvemo de não vende mais o gado pra, pra, pro quartel.

M: O seu sogro faleceu em 70?

E: Meu sogro faleceu em 70. Daí nois resolvemo não vende mais o gado, daí quando o açoguero chego lá nois dissemo que não ia vende mais, daí o açoguero sei lá o que ele falo pro coronel lá, nois fomo no otro dia lá acerta os quatro boi que ele devia pro meu sogro e mais um que ele levo naquele dia que ele veio busca e dai entregamo mais um boi pra ele. E aí no otro dia fomo lá acerta e ele meteu a boca em nois e disse que nois tava, nois tava na, na mão dele, que a responsabilidade pelo gado internado lá era dele e que ele tinha o peito bom que se responsabilizava pelo nosso gado lá dentro da área do Campo né. Daí entramo em conflito lá com o coronel e dexamo de vende e tivemos que retira o gado de lá, em 1970 nois tivemos que retira o nosso gado lá de dentro do Campo.

M: Então assim né, antes vocês criavam os animais numa criação mais comunal, solta e depois ainda, passo, vocês tinham que cria dentro do Campo esses animais né?

E: É, dai quando meu sogro saiu, ele compro uma área, ele vendeu 150 cabeça de gado e compro uma área dividindo com o Campo de Instrução num lugar chamado Poço Grande né.

M: Isso em que ano?

E: Foi em 1970 que ele, ah não, em 1963, um ano depois ele compro, vendeu o gado né e compro essa área. Daí nois ficamo ali. Quase que mensalmente o coronel vinha faze uma visita pra ele lá, come uma carne.

M: Mas ainda tava os animais no Campo?

E: É, nois ainda tinha os animais, a criação de gado era no Campo.

M: Mas daí a área que você, que seu sogro foi mora era fora?

E: Fora. Fora do Campo. E daí quase todo mês esse coronel Falcão vinha lá fazer uma visita pro meu sogro, come uma galinha caipira, que ele gostava, minha sogra fazia e ele com a promessa, falava pro meu sogro “Daqui três meses vai vim o dinheiro de vocês da indenização” e até hoje não vimo o dinheiro que ele prometia de indenização, quer dize, ele não tinha, nem era o exército o encarregado de paga as indenizações né, a União é que deveria paga a indenização e não pago nunca, até hoje. Daí em 1964 houve a audiência de instrução e julgamento do processo do meu sogro e o juiz condeno a União a paga a indenização. Mas dai o procurador da república de Santa Catarina, que defendia a União nos caso de processo entro com, apelo né da decisão do juiz, aí foi pra Brasília, em 1964 subiu pra Brasília o processo pra ser julgado lá. Em 1975 saiu a decisão em Brasília com um corte lá de, de, de juro e de correção monetária e de tudo, e dai a indenização caiu num, numa irrisória tão, tão irrisória que não, não pagava nem a pena da gente i recebe. Eu tenho o documento do juiz que ele diz que as ações sofreram queda, da, da, dos valores e que o pessoal deixo de recebe porque não cobria nem a dispesa, de, de, de, as dispesa de deslocamento pra i recebe. As indenizações só poderiam ser feitas em Brasília né. Esse documento eu tenho assinado pelo juiz.

M: E seu Ebrahim, o senhor comento também, depois o coronel Falcão veio aqui conversar com o senhor né? Como que foi?

E: Ah, esse coronel Falcão ele foi pra reserva né, e passado muito tempo é... ele se deu de amigo do, de um cunhado meu lá e o meu cunhado deu o endereço, deu o meu telefone, um dia eu peguei o telefone era ele telefonando que queria conversa comigo. Dai eu disse “ah, pode vim coronel”. Aí ele veio aqui em casa e conversei tempo com ele, me pediu que eu fornecesse a

documentação que eu tinha. Até falei pra ele “ó a documentação que eu tenho, tenho contrato de arrendamento assinado pelo senhor, que o senhor arrendava as terras pro meu sogro, tenho, eu tenho jornais aí criticando a venda de madeira, a venda de erva mate do campo, os aluguel de terra, que o senhor fazia lá dentro, quer dizer, os documento que eu tenho compromete o senhor mesmo né”. E dai eu cobre dele o dia que nois fomo cobra os boi lá que ele devia pro meu sogro ele toco nois lá de dentro do quartel, mando o tenente paga e nunca mais queria conversa com nois. Depois não sei se ele, depois da, de ele ter ido pra reserva é... ele talvez arrenpendeu-se ou não sei o que que ele veio aqui conversa comigo e disse que ia escreve um livro sobre o campo, que a situação das indenizações no campo era... estava nessa situação por é... autoritarismo dos comandante, dos generais que comandavam o exército né, comandavam a 5 Região Militar, e que não queriam acerta isso. Até eu falei pra ele “o senhor tem coragem de por isso no, é... em livro pra, pra ser publicado?” Aí ele falo pra mim: “eu sei que eu to cutucando o tigre com vara curta, mas eu vo faze isso pra vocês, porque a indenização de vocês não foi paga, eu tenho, eu tenho conhecimento que foi injustiça mesmo cometida contra vocês”. Só que dai ele me dexa, dexa dinheiro aqui pra mim copia os documento que eu tinha e leva na casa dele, levei e não sei porque três meses depois da, depois que eu fiz aquilo ele faleceu, daí não tive mais contato com ele, não, não sei se ele escreveu o livro ou não, mas ele disse que ia escreve um livro sobre a questão das indenizações do campo.

M: Aham, é... e assim seu Ebrahim, ali quando o senhor tava falando né de como era a agricultura, agricultura pra subsistência. Antes da desapropriação ali o seu sogro também, você falo que ele vendia e tal, mas também era, os animais eram criados soltos e ele também produzia pra sobrevivência e ele vendia só o excedente?

E: É, vendia só o excedente, mas o meu sogro era uma pessoa bem, bastante folgada né, ele tinha duzentas cabeça de gado, então ele vendia 30, 40 bois por ano né. Então a fonte de renda dele maior era a criação de gado né.

M: Mas esses gado eram criado...

E: Eram criado no terreno dele próprio, próprio dele.

M: Ah, ele cercava?

E: É, não, era livre, comunal também. Os gado de otros vizinho dele pastavam no campo dele, não tinha o terreno dele fechado, era tudo em comum.

M: E assim, seu Ebrahim, é... o senhor tem lembrança do pixirum, o pixirum era recorrente na época do, do senhor?

E: Quase tudo era agricultor que plantava bastante na região, chegava na época de, de roçada ele fazia o pixirum lá pra roça um alqueire de chão. Chegava no tempo de carpi, de, de limpeza da plantação ele fazia um pixirum, juntava lá 30, 40, 50 pessoa e carpiam toda a roça dele no dia né. Dai depois ele dava um almoço, dava uma janta pro pessoal, alguns davam até um baile que o pessoal se divertia de noite, depois do pixirum que acontecia né.

M: E esse pixirum era o proprietário que bancava o almoço e tal e a festa também?

E: E a festa também.

M: E esse não era mediado por uma relação monetária, era tudo na base da amizade?

E: É, na base da amizade, todo mundo ajudava. Dava um dia lá de, de ajuda pra ele limpa a roça dele né. Muitos faziam, meu pai nunca fez isso e nem meu sogro também nunca, nunca fez, sempre pegavam, pegavam um, é, peão lá pra carpi, pra roça, pra planta, eles nunca, nunca, meu pai nunca lembro que ele tivesse feito pixirum e nem meu sogro.

M: Mas você participo de pixirum?

E: Eu participei.

M: O teu pai participo também?

E: Meu pai participo.

M: O teu sogro?

E: Meu sogro participo.

M: Participavam mas eles não faziam?

E: Participavam mas eles não faziam, é.

M: E assim, por eles não faze o pixirum, os otros vizinhos não, não, não tinham algum, ficavam bravo?

E: Não, não, não. É bem poca os agricultor da região que faziam esse pixirum, parece que já era habitual dele faze uma roça lá e espera o momento de limpa, faze o pixirum pra limpeza da, da roça dele.

M: Aham, não era mais tão comum o pixirum então?

E: Não era muito comum assim.

M: Mas dai então alguns até contratavam pião dai?

E: É, contratavam pião pra carpi, pra roça.

M: Aham, entendi. E como que era assim a festa depois lá do pixirum? Que que tinha, como que era? Ela... o pixirum em si, como que era, senhor Ebrahim? Como que era o trabalho feito? Tinha é... eu vi algumas coisas que tinha, eles levavam bebida alcoólica também...

E: Eles levavam, o cara na hora que o pessoal tava lá ele forne... ele levava, tinha uma pessoa distribuindo um aperitivo pra cada um lá, carpindo lá no meio da roça tomando um aperitivo. Depois tinha o almoço, matava, sempre matava um porco, faziam aquelas, aqueles panelão de de, de quirera cozida com carne de porco, com tudo pra fornece o almoço pro pessoal né. Era tudo, tudo proprietário da, da, da área que era trabalhado e que fazia essa...

M: E no pixirum assim, tinha alguém que comandava o pixirum ou as pessoas iam...

E: Não, vinham, o proprietário mostrava lá a área que era pra carpi e o pessoal não saia de lá enquanto não terminasse aquela área determinada pro pixirum né.

M: Aham. E dai os, nessas festas e até no próprio pixirum assim, existiu, o senhor lembra de alguma vez que houve algum tipo de... Era tudo feito na base da amizade, da solidariedade entre os vizinhos né, mas assim, o senhor lembra de algum conflito?

E: Teve conflito, de sai gente faqueado no, no, no baile né, que dai vinham lá...

M: Era mais no baile?

E: É, mais no baile, daí o pessoal vinha no baile, se divertia, daí o proprietário lá pagava cachaça lá pro pessoal toma e teve até conflito uma vez teve um primo meu que saiu esfaqueado lá do, do, de um baile de um pixirum que teve. O cunhado dele fez um pixirum e deu o baile, dai na, na festa do baile se desintederam lá com um otro agricultor da região.

M: Aham, mas o senhor lembra qual que foi o motivo do desentendimento deles?

E: Bebida né, bêbado.

M: Aham, entendi. Houve uma provocação assim?

E: É, uma provocação, se desentenderam e foram pro tapa e o cara tava armado com uma faca e esfaqueo o meu primo lá.

M: Aham, e o senhor lembra assim se as pessoas, elas nos baile do pixirum, se existia algum tipo assim, porque as vezes as pessoas até poderiam ir armada e eles tiravam as armas antes do baile.

E: Não, não tiravam. O pessoal que ia armado com faca, com revolve, dançava com o revolve na cinta, com a faca na cinta, o proprietário nunca desarmava ninguém. Acho que não tinha também autoridade pra desarma né. É, na região saia muitos baile também com autorização da polícia, daí era autorizado o desarmamento né, então cada um que ia no baile lá, chegava na entrada e entregava espontaneamente, entregava a arma que levava, no otro dia era devolvido pra ele.

M: Aham. E assim seu Ebrahim, as terras que vocês tinham ali, até a terra do teu pai, a terra do teu sogro, como que elas foram adquiridas? Elas foram adquiridas por posse e depois se registro ou...

E: A terra do meu pai a maior parte foi por posse da, da minha mãe né. Ela recebeu de herança do, do, pai dela...

M: Que era posseiro, que tomo posse.

E: Ele requereu uma área do, do, do estado lá e legalizo né e dai quando ele faleceu tinha trezentos alqueire de chão que dividiu por 10 filho dele né. Trezentos e trinta alqueire dividiu por 10 filho, cada um pego 33 alqueire de chão de herança né. E dai o meu pai, ele ainda compro mais umas área dos cunhado dele lá, então a área do meu era oitenta e três alqueire de chão, existe até hoje lá na região a área do meu pai. A área do meu sogro eram duzentos e quarenta alqueire de chão que tudo comprado na base do trabalho, da venda de boi, da venda de erva mate, da venda de mel que ele produzia, de feijão. Meu sogro sempre tinha excedente de produção né, porque era um dos mais preparado na região pra, pra, pra agricultura né.

M: Aham, entendi. Então a tua mãe, a terra do senhor ali antes do, foi por posse que dai foi regularizada e o teu sogro compro a terra ou ele tomo posse e depois regularizo?

E: Aí confundiu, tá trocando os terreno. O meu pai que recebeu a herança do, do sogro dele que era o Francisco Jungles, o lugar era denominado Campina Jungles já por causa do, dos meus

avós paterno, que, que requereram aquela área lá e veio ele, o irmão dele e primo, vieram tudo mora na região né. Então o local lá é Campinha Jungles né.

M: Entendi. E assim seu Ebrahim, o senhor lembra das festas religiosas que tinham ali, se elas eram frequentes?

E: Eram frequentes, festa religiosa tinha dentro do Campo de Instrução tinha o, o, era o Pedro, Pedro Livardo, era o nome dele, ele fazia todo, todo dia de natal ele dava uma festa religiosa pra, e dava almoço pra todos que compareciam na festa, dava almoço de graça. Ele matava boi e mandava moe a carne e cozinhava lá uns panelão de...

M: O general fazia isso?

E: Não, o dono da terra. Esse foi desapropriado também.

M: Esse, esse é ainda antes da desapropriação?

E: Antes da desapropriação, no lugar chamado Campo da Cruz, é, ele morava. E dai todo, todo dia de natal ele dava uma festa lá, matava boi, cozinhava lá naqueles panelão de carne moída com arroz e dava almoço pra tudo que comparecesse na festa. E a despesa da, da festa ele, cada um que ia na festa levava um frango, uma leitoazinha, uma garrafa de vinho, uma garrafa de licor, uma garrafa de pinga, e daí ele fazia um leilão né da, da, daquelas prenda que ele recebia, aquela doação que ele recebia, ele fazia um leilão né, leilão da leitoa, leilão de um bezerrinho, leilão de um frango, leilão de um, de uma... Desde que eu era criança eu já sabia e fico até a época do, do, que foi desapropriado, dai paro as festa dele lá.

M: Então essa era uma festa religiosa que um proprietário fazia?

E: É, ele fazia.

M: E daí ele trazia o padre, como que era?

E: Nem tinha padre, tinha os capelão né, que iam reza. Tinha uma igreja do lado da casa dele e dai tinha uns capelão que iam reza... assistência de padre não tinha, era tudo feito pelos capelão da região.

M: No dia do natal?

E: É, no dia do natal.

M: Aham, e dai reunia todas as pessoas da região. E vinha gente de mais longe?

E: Vinha gente de longe, juntava lá quarenta a cem pessoa na festa e todo mundo comia de graça.

M: E o fandango de São Gonçalo ele tinha lá ou isso já não tinha mais?

E: Isso eu nunca soube... eu ouvia comentário de que tinha uns fandanguero lá, mas eu nunca vi.

M: Nunca participo?

E: Nunca participei, nunca vi, nem comentário de alguém que fizesse na casa um fandango né pra... Mas eu ouvia fala desde criança que existia o fandango lá na região.

M: E assim, as pessoas ali, que viviam na região ali do campo antes da desapropriação, até o senhor, a família do senhor, a família do seu sogro, vocês eram devotos do São João Maria ou não?

E: Minha mãe, minha mãe era muito devota do São João Maria, ela contava as história porque ele... inclusive eu tenho até um, um, um irmão meu que nasceu prematuro e tá sepultado numa cruz do São João Maria né. E São João Maria, ele teve, todo mundo tinha é... respeito pela, pela, pela figura dele né, né. Eu não conheci, minha mãe também não conheceu, mas os antigo contavam pra ela como ele passo ali na região, inclusive dentro do campo de Instrução ele dormiu uma noite e tem essa cruz que é o lugar denominado campo da cruz, onde esse proprietário fazia... Onde ele dormia, posava a noite eles plantavam uma cruz de cedro.

M: E dai no campo da Cruz era onde o proprietário fazia a festa?

E: É, era onde o proprietário fazia a festa.

M: Então essa festa que ele fazia tinha uma relação com o São João Maria?

E: Tinha uma relação com o São João Maria também.

M: Na festa era evocado assim alguma coisa ao São João Maria?

E: Era, era evocado o São João Maria. Aqueles capelão que conheciam da história dele né. Então do lado, eu conheço uma, duas, três, quadro, cinco, seis, conheço seis lugar onde ele, onde ele, tinha cruz de cedro plantada. Que o cedro você planta a cruz dele e ele não morre, ele permanece, ele brota e continua ali, quase todas as cruz dele tem uma cruz de cedro, que não morreu até hoje.

M: E assim, então, o senhor lembra assim na, na, na festa desse, na, na, como que é, no, no, na cruz, como que era?

E: Campo da Cruz.

M: Campo da Cruz. Como que eles se referiam ao São João Maria? O que eles falavam do São João Maria?

E: Esse aí não tenho muita lembrança. É que eu participei de, eu era, foi em 1900 e... eu acho que a última festa que eu fui foi em 1949, que eu fui numa festa de, de, da lá do Pelivardo que era dia de natal né, que ele dava uma festa.

M: Mas isso continuo até a desapropriação, depois...

E: É, daí desapareceu.

M: Acabo né?

E: É.

M: E assim seu Ebrahim dai veio então esse, a desapropriação, veio o decreto né, e como que vocês receberam essa notícia assim da, da, que vocês seriam retirados das suas terras, como que chego essa notícia até vocês? Até o seu sogro né. O senhor já morava ali né?

E: Já. Era só comentário, por exemplo, da, da, da, que ia ser indenizado as terra e ia ser um Campo de Manobra nesse campo, é... oriundo da Lumber né. Que a área de, de, de 2000 hectare

que a Lumber tem dentro do, dentro do Campo de Instrução, aquilo pertencia pra União né, todo mundo respeitava aquela, respeitava ninguém e nunca, nunca foi invadido essa área, mas a área também era aberta e o pessoal criava boi por ali e o gado de, do João Gonçalves, do meu sogro, dos Kluska, do, da família Kopachinski, tudo criava gado e pastava dentro dessa área do campo né, era aberto, mas todo mundo conhecia a divisa, sabia onde que era e todo mundo respeito né, nunca ninguém invadiu ou instalou-se dentro da área da Lumber né.

M: Aham. Então daí veio então, vocês receberam essa notícia fico “ah, vai ser desapropriado, mas...”

E: Começaram a fazer manobra nessa área da Lumber, inclusive até bomba de avião eles soltavam lá nessa área da Lumber, tem...

M: Isso em que ano?

E: 1900...

M: Seria aqui no meio aqui? (mostrando mapa)

E: Aqui. Em 1952, 1953. Não, essa área da Lumber eles, eu...

M: Antes do decreto então eles já faziam treinamento?

E: É, antes do decreto eles já faziam treinamento na área da Lumber. Daí que eles largavam bomba de avião, daí começaram, daí vieram fazer umas manobra de tiro de canhão, inclusive quando eles vinham fazer a manobra eles iam avisar o proprietário que morava na casa pra se retirar da área né pra eles fazer a manobra que, que, é, eles, que ocorria risco de vida né, pro pessoal, até um dia eles vieram na casa do meu sogro, e eu tava lá, eu servi na artilharia, e daí eu até comentei com o tenente que tava comandando a patrulha, que tavam avisando, eu disse “ó tenente, nois moramos a quatro quilometro de distância da, da área de impacto aonde vocês, onde vocês vão atira o alvo” – onde eles iam atira ficava quatro quilometro da casa do meu sogro – “o senhor vão atira lá no alvo, nois moramos a quatro quilometro de distância, que necessidade tem de nois se retirar de casa pra, pra, pra vocês fazer a manobra. Vocês atiram lá, vocês tem a direção, vocês tem o, tudo,” eu conheço a artilharia, fui sargento comandante de peça no, na, na, no tempo que eu servia o exército, então eu conhecia. Não podia vê, assim, um desvio de um, de um tiro a quatro quilometro de distância né da, do alvo que eles queriam atingir né. Que quando você faz, você tem uma turma de topografia que, que analisa o terreno, tem a turma de observação avançada que fica, o canhão atira daqui, lá onde ele cai ele explode, então fica uma turma observando, atira daqui, a turma observa onde é que caiu a granada né, se caiu quinhentos metro, até mil metro distante do alvo, a turma de observação é... entra em contato com a linha de tiro lá pra corrigir, que caiu a direita, caiu a esquerda ou caiu pra frente ou caiu pra trás, daí o pessoal da linha de tiro lá corrige a, a pontaria do canhão pra melhorar o tiro né. Porque a função é atingir um alvo lá né, então eles faziam um alvo lá de tambor, de, cortavam o tambor no meio, pintavam o tambor, faziam um círculo lá no Campo da Cruz e ali era o alvo de tiro, era a área de impacto que eles chamam era, só podia cair naquelas imediações, não podia cair. Então nesse dia que eu reclamei pro tenente que, que nois tava bem fora da área do campo, por que nois ia se retirar? “Não, não, mas tem que se retirar”. Nois já saímos, fomos para uns 12km de distância na, na, numa terra que meu sogro tinha, numa outra área do campo lá tinha um paió da roça e nois dormimos lá. Daí eu falei pro tenente: “amanhã nois tem que vim tratar, trata a criação, trata as vacas de leite, que os terneiros tão separado, trata os porcos, trata os cavalos, trata

os cachorro”, ele disse “não, amanhã até, amanhã nois vamo começa a tira as 7 hora da manhã, então das 6 hora até 7 hora vocês pode vim trata a criação e dai vocês se retiram”. E daí nois tava trabalhando, viemo co meu sogro dessa distância lá, viemo a cavalo nois dois e viemo trata a criação, quando foi 6:30 da manhã, nois escutemo o, o som do tiro que saiu lá, eu falei pro meu sogro: “vamo vê onde é que vai caí”, aí por surpresa nossa a granada passo acho que a 50 metros na nossa frente e explodiu a uns 100 metro na nossa frente, dentro do potrero do meu sogro lá.

M: Me, eles jogavam as bomba lá, de certo pra afugenta.

E: Eu não sei porquê. Daí, e não foi uma só, daí começo vim, vim granada e granada e granada e correm oco meu sogro pelo fundo de um campo lá e eu como tinha servido na artilharia e tinha instrução sobre o que, qual a defesa né, eu pulei de cima do cavalo e deitei num, num, numa valeta, onde o gado passava fazia aquelas valeta, eu deitei dentro daquela valeta né, e dai o meu sogro ia na frente olho pra trás e viu meu cavalo solto no campo, volto correndo, penso que eu tinha sido atingido né.

M: Pelo...

E: Pela, pela, pela...

M: Pela granada.

E: Pela granada. Aí eu gritei: “pule do cavalo e deite na valeta aí”. Caia granada a cem metro, duzentos metro de distância nossa, nois via até o, a terra pula pra cima né do, do, dos tiro né, onde explodia a granada. Daí quando paro de saí os tiro eu fui co meu sogro pra uma área bem conhecida né, ele conhecia toda a área, nois fomo lá na, na, na linha de tiro reclama. Daí eu cheguei e fui conversa co tenente e co comandante ali de tiro, falei pra ele: “onde é que vocês tão atirando?” “Ah, tamo atirando no Campo da Cruz lá no alvo”. Eu disse: “mas as granada tão caindo lá na, na propriedade do meu sogro, como é que vocês tão errando com 4km de distância, que meu sogro mora da linha de tiro, ele mora a 4km de distância, como é que as granada tão caindo lá?” “Não, não pode, não pode”. Eu disse: “pode, nois fugimo de lá agora”. Daí o tenente pego um rádio e converso lá pra frente, daí começaram a atira de novo, daí começaram as granada, as granada começaram lá na, no Campo da Cruz. Então aí meu sogro fico uma semana, que eles ficaram em, em manobra, nois ficamo uma semana vindo trata os porco de manhã e se retirava e dai no, no, último dia eles falaram “ó, termino as manobra”. No último dia da manobra meu sogro veio com a carroça de lá da, da, de onde, do paió da roça de onde ele tava, quando ele vinha chegando em casa, a uns 200 metros da casa dele saiu um tiro lá na linha de tiro. Como meu sogro tinha, já tinha, nois já tinha visto onde estorava lá e tinha que explodi aqui, meu sogro paro a carroça, a granada caiu a cem metro pra baixo da casa do meu sogro, que chego a derruba até pratele... panela da prateleira com o estampido né, com o deslocamento. Meu sogro saiu ca, ca carroça lá pro meio do mato lá fugindo ca carroça, quando ele ia chegando em casa ca família essa granada explodiu do lado da casa dele. Se for necessário mostra, até hoje eu vô lá e mostro onde é que tá o buraco. Que a granada onde ela cai ela fazia um buraco né, faz uma cratera, porque ela cai, ela bate e explode ali e faz uma cratera onde a bomba explode né. Até hoje tem o buraco lá na, a cem, a cem metros de onde meu sogro morava.

M: E assim, então dai vocês tinham que sai das terras por conta do treinamento, saia de manhã e voltava e voltava que horas dai?

E: É, não, voltava no dia que eles avisavam né, “vai te de novo manobra”

M: Ah, vocês tinham que fica uma semana fora de casa?

E: É, termino a manobra hoje, do dia que termino a manobra eles avisavam: “termino”. Daí meu sogro volto e foi onde que ocorreu o incidente da granada, de ele tá chegando em casa e a granada explodi do lado da casa dele.

M: E assim seu Ebrahim dai tipo como que ficava a produção, a agricultura, já que tinham que sair?

E: É, no que, no que eles se retiravam, o pessoal voltava tudo normal pra trabalha de volta na, na, na lavora.

M: Mas aquela uma semana ficava sem...

E: Naquela uma semana tinha que que retira, todo mundo tinha que se retira de casa.

M: E isso dava prejuízo pros...

E: Claro que dava prejuízo, dava prejuízo. Quanta a gente que tinha que saí pra casa de parente não tinha, não tinha outra propriedade... meu sogro tinha um paió de roça a doze quilometro de distância e nois aquela semana nois fomo poza lá né e toda a família. Tinha, eram dez filhos, a maioria tava em casa ainda, dormia tudo num paió de roça lá, tudo (inaudível) e ficamo uma semana morando fora de casa por, por culpa da manobra que fazia.

M: Tendi. E viu seu Ebrahim, então daí vocês receberam essa notícia e tal, e fico meio né, o senhor falo assim...

E: É, ninguém acreditava que, que, que ia se, se...

M: Se desapropriado

E: É, que ia se torna realidade a desapropriação, porque não, não, não, chamaram ninguém pra paga, não chamaram ninguém pra, pra dize olha: “olha, tal dia vem o pagamento, vocês se retiro”. Então aquilo foi uma surpresa quando em 1963 esse juiz dá uma emissão provisória, essa emissão não é definitiva até hoje. É uma, uma, uma, ele deu uma, uma decisão provisória pra, pro exército começa... o exército reclamo que precisava da área pra faze manobra, então tava em litígio né, os processo, então ele deu uma emissão provisória pro exército ocupa a área e essa provisória tornou-se realidade, até hoje... Inclusive o procurador da república de Santa Catarina, disse não “enquanto eles não paga, não acerta, não liquida tudo o processo, ela continua sendo provisória”. O Dr Rui Szulbak, procurador da república do estado de Santa Catarina me falo um dia lá em Canoin...em Florianópolis dizendo que ela era provisória e que nunca se tornaria definitiva sem a liquidação dos processos e até hoje não, não... É... tem uns processo transferido pro patrimônio da União sem pagamento, eu tenho um documento do procurador dizendo que algumas ações tiveram, tiveram maior sorte sendo transcrita a área em nome da União em que pese a falta de pagamento. Esse eu tenho o documento ali né.

Inclusive daí, daí nois resolvemo faze, o pessoal resolveu em 1980, a família Schadeck, que tinha 230 alqueire dentro do campo, resolveram mexe com a situação né. E daí eles combinaro lá e invadiram o campo, foram...

M: Em 1980 isso?

E: Em 1980 houve uma invasão, invasão não, houve uma ocupação lá da, da, de uma área do Schadeck e se reuniram o pessoal ali, aí o exército veio com tudo, veio com tanque de guerra e metralhadora e soldado armado e mais de duzentos soldado armado vieram e retiraram o pessoal imediatamente, mas era bem no tempo da ditadura militar né, em 1980.

M: Então seu Ebrahim, então daí assim como vocês receberam essa notícia, beleza. Daí como, alguma coisa, começo a medição das terras...

E: Já haviam medido.

M: Antes do decreto?

E: Antes do decreto, em 1952, começo as medições né, vinham lá, pediam a escritura, tudo o proprietário, iam no cartório, então daí eles montaram o processo já com as, com as, com mapa de, com mapa da, da, das área onde ia ser desapropriada né.

M: E daí quando teve o decreto em 56 já veio com a indenização, com o valor de indenização ou não?

E: Eles deram o valor da indenização, tanto que a indenização dos 240 alqueire de chão do meu sogro e benfeitoria, tudo, deu um valor seiscentos e sessenta quinhentos e uns quebrado lá. E daí não, não pagaram aquele, quer dizer, se eles tivessem pago na hora, feito o valor e depositado aquele valor no nome do, do proprietário, eu não sei se valeria, ele não poderia entra com um recurso. Má daí como mandaram o pessoal se retira sem pagamento, daí me sogro entro, pego advogado e ele pediu uma reavaliação. Pra você ter uma ideia do valor, a, o exército avalio a terra pelo, pelo, pelas escritura, pelo, quando fizeram o levantamento pra, pra, pra faze o decreto em seiscentos e sessenta mil. Daí a União nomeo um perito, um perito da União e um perito do proprietário né pra have assim uma combinação entre os dois pra União não ser lesada, nem o proprietário ser lesado. Pra você ter uma ideia, foram vê a propriedade do meu sogro tava avaliada em seiscentos e sessenta mil passo pra quinze milhões seiscentos e sessenta e um mil cruzeiros, subiu quinze milhões na avaliação. Daí que o procurador da república ele fala lá no, no, no processo que a União não podia ser onerada daquela forma, que os valores tava muito acima do, do, dos valores previstos no, no estado de Santa Catarina e que a União não podia ser onerada daquela forma, então entro com um pedido de, com o embargo né. Mas houve até julgamento desse, dessa, desse valor e o juiz determino que a União pagasse aquele valor né.

M: E assim seu Ebrahim, daí então, daí teve essas medições, o senhor recebeu a notícia da desapropriação, fico aquela coisa assim se desapropria ou não desapropria né, não, não tinha muita certeza. É, nesse momento assim vocês buscaram ir à justiça, buscaram algum advogado?

E: Não, não, ninguém procuro a justiça, só procuraram a justiça depois do juiz dá aquela emissão provisória, daí, daí que formalizo a desapropriação né, que até então não... Moravam lá na terra, é... o decreto é de 56, só em 1963 que foram obrigado a sai né, então o pessoal continuo trabalhan... tinha notícia que ia ser desapropriado tudo, má o pessoal continuo trabalhando na terra, inclusive comprando, um vendendo pro otro, tem terra do, do, do, do meu sogro...

M: Mesmo após o decreto?

E: Após o decreto meu sogro compro terra dentro do campo. Compro da, da, da propriedade Pedro Apolinário Filho, que, que, que tava no decreto de desapropriação, meu sogro em 1968, o decreto é de 56 e em 1958 saiu escritura tudo, certinho. E tem do, do, as terra do, de, de... as terra de Teófilo Prates, quem compro foi o Rolidan Mendes de Araújo, que é cunhado do Nei Braga de, do governador do estado aqui do Paraná, foi quem compro essas terra do Teófilo Prates lá e esse consta como, não consta como desapropriado, ele compro também depois do decreto né, e escritura, as escritura passaram em cartório tudo.

M: Então assim, após o decreto de desapropriação era comum as pessoas venderem e comprarem terra ali dentro?

E: É, era comum, passava, a escritura passava, passo...

M: Registrava tudo?

E: Registrava, registro de imóveis tudo, tem o registro de imóveis ali das terra que meu sogro compro depois do decreto e o Rolidan Mendes de Araújo, que era cunhado do Nei Braga, tem os, tem as escritura em nome dele, consta o nome dele como desapropriado... depois do decreto. E tem o caso da, da, da minha, do Honorato Branco Pacheco, que ele foi desapropriado, daí ele morreu e a família entro com um pedido de inventário, faz mais de 40 anos que foi feito o inventário, foi inventariado, foi pro registro de imóveis, dividiu, partilho as terra, agora hoje morre, morreu o marido de uma filha do Honorato Pacheco, que ela recebeu a herança do pai né, agora morreu o marido dela, ela entro com o inventário agora, saiu o inventário dela, saiu, pediram aquele georeferenciamento, ela fez, e tá, tá no cartório de registro de imóveis, hoje ainda.

M: E assim seu Ebrahim, depois desse decreto de 56, o seu sogro, vocês e não sei se o senhor sabe de outros proprietários continuaram ainda dentro do campo até 63 é isso? E aí ainda depois de 63...

E: Todos continuaram até 63.

M: E depois uns foram expulso?

E: Tiveram que se retira, era 48 hora o prazo de, de desocupação né, então quem não se retiro o exército foi lá com viatura e tiro, retiraram né, quem... meu sogro até foi, ele, ele, foi ameaçado pelo juiz, e meu sogro foi lá e converso com o juiz “como é que eu vô sai com duzentas cabeça de gado, é roça pra colhe, eu tenho a minha propriedade inteira lá, como é que eu vô saí em 48 hora, vô leva meu gado pra onde, minhas abelha, meus porco, meus, meus” tinha criação de carneiro, de, de, de cavalo, de, de, de porco, galinha, “como é que eu vô saí em 48 horas?” Daí o juiz ameaço ele: “se tá desobedecendo uma ordem judicial, eu mando te pôr na cadeia”.

M: Mas então o teu sogro também teve que saí?

E: Daí, daí ele foi fala com o coronel né, explica a situação pro coronel. “Como é que eu vô saí em 48 horas se eu tenho roça pra colhe, eu tenho o gado lá do, duzentas cabeça de gado dentro do campo, não tenho um palmo de terra lá fora pra mim leva meu gado, o que, que eu vô... vô vende meu gado em 48 hora de que jeito?” Aí que o coronel propôs pra ele: “Não, fica dois ano e me paga arrendamento”. Daí ele fez um contrato pro meu sogro pra paga e cobro dois ano adiantado, quando vendeu, dois ano ele chamo meu sogro pra renova o contrato, mas daí meu sogro já não morava mais dentro da área, meu sogro saiu, havia saído e vindo mora ali no, no

poço grande né. Daí que ele né, continuo ali no poço grande morando até 1970, que ele morreu. De 63 a até 1970 ele pago arrendamento da propriedade.

M: Entendi. Então assim seu Ebrahim, pelo que eu entendi então o teu sogro em 63... Outras pessoas ficaram ali após 63?

E: Não.

M: Só teu sogro?

E: Só o meu sogro. Mas daí os otro começaram a arrenda.

M: Mas o teu sogro morava dentro do campo ainda?

E: Não, ele mudo-se né.

M: Ele mudo já em 63 ou 65?

E: Na hora que ele fez o contrato de arrendamento lá com o coronel, o coronel falo: “não, eu te... você deixa o gado, pode vim colhe a tua roça, tudo, mas tem que se retira”.

M: Mas isso só o teu sogro que, que, que conseguiu isso?

E: Aí depois outras pessoa copiando a situação do meu sogro voltaram lá fala com o coronel e o coronel começo a arrenda pra um, os Gonçalves arrendaram, Vito Gonçalves, Aleixo Gonçalves, o João Gonçalves, o Buba arrendo terra, o Schadeck arrendo terra, o...

M: Esses desapropriados começaram a negocia, mas eles moravam em outros lugares?

E: Moravam em outros lugares e criavam o gado lá dentro.

M: Aham, entendi. É, então assim, daí fazia esses contratos né com o...

E: É, contrato. Daí já começo os contrato pra, pra, pra japoneis planta batata lá. Eu tenho os contrato, tenho um contrato ali, esse contrato é registrado em cartório pelo japoneis, queria garantia da, da, né, do contrato pra ele trabalha tanto tempo lá sem ser incomodado, e tem, eu tenho contrato até registrado em cartório. O coronel alugo as terra pro japoneis planta batata, treze alqueire de chão pra planta batata com o prazo determinado lá e valor determinado né. Isso eu tenho contrato, eu falo porque eu tenho documento né.

M: Entendi, seu Ebrahim, é, assim, quando as pessoas elas... se recusaram a sair, o senhor tem notícia de alguém assim, ou de algumas pessoas que tipo, quando veio essa decisão judicial em 63, de pessoas que resistiram ou não quiseram sair?

E: Não, não, não, ninguém resistiu, o único que resistiu foi meu sogro.

M: E ainda que negocio?

E: Ele negocio.

M: Mas não teve nenhum tipo de resistência assim do exército, tipo...

E: Não. Todo mundo quando passo as patrulha avisa que no otro dia passaria, que era pra se muda. “Mas pra onde é que eu vô, não tenho nenhuma condição, não tenho nada”. “Prepare a mudança que amanhã passa a viatura militar pega né”.

No dia que o meu sogro tava se mudando, o meu cunhado, filho do meu sogro lá, o José da Silva Lima é... tava servindo o exército lá no batalhão dentro de Três Barras, lá na sede do Campo, aí o coronel pego e mando, mando meu cunhado pega o caminhão do exército, uma viatura. “Pegue a viatura e vai lá ajuda o teu pai a fazer a mudança dele né”. Daí o meu cunhado veio lá e “ó, o coronel mando o caminhão aí”. Meu sogro falo: “tira essa coisa daqui que eu ponho fogo nesse caminhão, eu tenho condição de me muda sozinho”. Que ele tinha, ele tinha caminhão também na época né, meu sogro. “Fala lá pro coronel que eu tenho condição de me muda sozinho, eu não quero ajuda dele, já que eu to saindo, eu saio por minha conta.” Mas o coronel chego manda um, uma viatura lá na casa do meu sogro pra, pra ajuda o meu sogro a se muda.

M: É, e seu Ebrahim, é... daí e quando, voltando um pouco atrás que veio uma coisa aqui que eu queria pergunta. Quando vocês saiam lá da... quando tinha os treinamentos antes, quando vocês tinham que saí, teve alguém que não quis saí? Que quis fica?

E: Tem, tem, uma, uma, a dona, a velinha, uma, chamada Ana Boiko, ela não tinha condição, não tinha parente pra i, não tinha, ela fico lá na casa dela... Foi até... tinha sinal de estilhaço de granada, pego na casa dela né, e ela fico dentro da casa rezando, disque ela passo a semana rezando dentro de casa pra não ser atingida. Essa não mudo-se.

M: Seu Ebrahim, o teu sogro fico lá né, na terra, não na terra, mas ele...

E: Criando né.

M: Criando, usando a terra. Você lembra como que era a relação dele com os militares, se era uma relação amigável, como que era?

E: Como eu te falei, o coronel vinha todo mês ali, vinha na casa do meu sogro é... come uma galinha caipira, chegava lá no domingo, almoçava lá no meu sogro, conversava com meu sogro “oia, o processo de vocês lá tá bem adiantado, daqui três meses vem o dinheiro de vocês”. Então vinha sempre dando esperança do meu sogro recebe né. Inclusive a casa do meu sogro num... as outras casa o exército retiro, de imediato foi desmontando todas as casas que tinha nas propriedade, desmontaram e sei lá o que que fizeram das casa. O comentário é que o tenente levava a madeira pra fazer casa na praia, pra não sei o que, não sei o que. E a casa do meu sogro fico, esse coronel Falcão dizia, meu sogro tinha trator e roçadeira, então teve umas casa que pego fogo no campo e queimo a casa né, sujo em volta da casa, ninguém fazia a manutenção, queimaram, pego fogo no campo, queimo casa lá do, do Miguel Dobrochnski queimo a casa dele lá dentro do campo. Era uma casa muito bem construída de tudo, madeira de primeira, queimo a casa dele. Daí meu sogro, o meu, coronel sempre avisava, falava pro meu sogro “Maurício, continue roçando em volta da tua casa lá, limpe, zele pela tua casa, que essa desapropriação não vai acontece, vocês vão, nois vamo devolve isso pra vocês, então continue roçando a tua casa, aí em volta da tua casa pra evita do fogo queima né”. E daí meu sogro sempre ia lá com o trator e roçava em volta da casa dele, uma área bem, a área do, da casa do meu sogro era sempre limpa, até o dia que, aí um dia meu sogro, ele saia ali do, do, do Poço Grande, onde ele veio mora pra i pra Canoinhas o caminho passava na casa dele lá né, o trajeto pra i pra Canoinhas, sempre ele tava indo pra Canoinhas, pra fazer negócio, pra vende ou compra as coisa, ele passava lá na casa vê como é que tava né, e num, num, foi num sábado ele passo lá na casa a casa tava tudo no chão, um monte de soldado do exército demolindo a casa dele e a casa dele foi, foi mudada pro portão de acesso do, do, do campo, da Campininha lá, onde é o

portão de acesso lá, tá a casa dele, tá montada até hoje lá, é a casa do guardião do campo, fica ali um sargento, um cabo ali, pra, pra cuida do portão né. Mas a...durante esse bom período até 1970 quando meu sogro morreu, nois transitava dentro do campo, nois passava por dentro do campo, nois ia lá na casa vê como é que tava a casa, nois ia, tinha acesso livre né.

M: Aham, então assim, depois da desapropriação e tal ainda os outros desapropriados também tinham acesso...

E: Depois passado, quando entro os outros coronel lá, resolveram de tranca a passagem por dentro do campo ali.

M: Em 70 daí? Depois de 1970 vocês não tinham mais acesso?

E: Depois de 1970 não tinha mais acesso. Mas assim mesmo depois de 1970 a estrada do Poço Grande até Três Barras ali, daqui até Três Barras era uma, uma, tinha uma estrada. Meus cunhado passavam aqui (mostrando no mapa), era o caminho deles ir pra Três Barras era por dentro do campo. Até 1975, 73, ainda nois tinha acesso, passava por dentro do Campo, nois ia caça porco lá, porque na hora que o pessoal saiu muita gente não pode pega os porco né e o porco ele se cria sozinho no mato né só que ele fica porco arçado, o caboco chama lá de, o porco se, se, ele sai da propriedade e vai pro mato né, daí as porca davam cria e criosse, daí aumento os porco arçado que tinha dentro do campo. Nois ia caça porco lá da, depois da desapropriação, depois da morte do meu sogro nois ia caça porco lá dentro e tinha uma rapaizinho que trabalhava com meu irmão lá na lavora aqui no poço grande, ele chego a mata seis leitoa, ele matava só leitozinha na época, o cachacinho não, não tem como come né. Então nois ia caça, caça porco lá dentro, tinha liberdade de entra, tinha... Era em 19...

Inclusive eu morava aqui em Curitiba e as vezes eu ia passa as minhas férias na casa do meu sogro lá no Poço Grande, eu já tinha carro né, eu ia de carro lá na, na, na casa velha dele lá dentro do Campo, tinha um ponte bem na, tinha um ponte bem aqui ó, tinha uma ponte, meu sogro morava lá, então eu sempre passava por ali depois que eu era casado ainda eu ia passa as férias na casa do meu sogro aqui eu ia de Kombi até lá na propriedade, a propriedade dele ainda, eu não me lembro, em 1970, dia 21, dia 20 de dezembro, dia 19 de dezembro, era num sábado que ele passo, que ele foi pra Canoinhas, que ele viu a casa demolida, ele veio, ele veio em casa e falo pra minha sogra: “óia, acabo-se as nossas esperança de, de, de volta pra dentro de nossa propriedade, porque eu passei lá e a casa tava demolida, tinha soldado lá demolindo a casa” Daí ele falo, segunda-feira eu vô lá fala com o coronel, eu vô mata aquele coronel.

M: Que ano isso seu Ebrahim?

E: 70, é.

M: Depois da morte do...

E: Não, não, antes da morte, ele falo eu vô lá mata esse coronel porque ele sempre me garantiu que não iam tira a minha casa de lá, eu tava zelando pela casa tudo e agora eu passei lá e a casa demolida, então acabo as nossas esperança de volta na terra. Isso foi numa sexta-feira, daí ele passo, minha sogra passo disque sábado o dia intero nervoso, nervoso, passo domingo nervoso, daí no otro dia cedo ele, segunda-feira cedo ele pego o trator, pego um fordinho que ele tinha e falo: “eu vô lá num...”, um jipe e ele “ eu vo lá no coronel fala com o coronel, eu vô mata esse coronel hoje”, meu sogro falo. Daí a minha sogra “não, não, larga disso, onde é que se viu”. Aí disse que ele pego “eu não aguento o nervosismo que eu tô”, aí ele pego o trator e disse “então

eu vô limpa um pedaço de lavora que tem lá”, pego o trator e foi limpa. Daí ele foi cedo pra lavora e passo, passo meio dia e não vinha pra almoça, não vinha pra almoça, dali a poco passo uma pessoa conhecida e chego na casa da minha sogra e falo: “dona Jaíra, quem que está com o trator do seu Maurício? Daí ela falo: “é ele mesmo”, “o trator tá tombado lá na roça e tem um homem morto em baixo, eu não vi quem é”. Na segunda-feira ele morreu acidentado com o trator.

M: Putz, que coisa né, ele morreu, ele tava, ele fico estressado...

E: Tava estressado de desgosto, de...

M: E assim seu Ebrahim, quando teve o processo de desapropriação, teve algum político, alguns políticos da região ali que tentaram intervir ao lado dos desapropriados?

E: Era só políticos elogiando a desapropriação. Saulo Carvalho disse que a vinda do exército ali era progresso pra região, que não sei o que, que não sei o que. O Saulo Carvalho foi um dos que mais incentivo a, a vinda do exército ali. No entanto daí ele foi, ele foi advogado do Honorato Pacheco, esse Saulo Carvalho foi advogado e daí ele, o Honorato não havia recebido, daí o Honorato morreu e o Saulo Carvalho incentivo a família a faze o inventário, ele que fez o inventário do meu sogro que morreu, do, do, desse meu primo que morreu do, do Honorato Pacheco.

M: E assim seu Ebrahim, então o senhor não lembra assim de ter envolvimento de algum político nesse momento em defesa dos desapropriados?

E: Em defesa do pessoal não, não teve ninguém.

M: E assim, antes da desapropriação, antes de 1963, como que era assim, o senhor lembra como que era a relação das pessoas que viviam ali com os militares?

E: Não tinham relação nenhuma, não tinha assim, não tinha uma aproximação, não tinha aproximação nenhuma. A única relação que eles tinha é a notícia que ia ser indenizado as terra pra Campo de manobra né. Mas não tinha um militar que vinha lá dize “ ói, nois vamo faze isso, nois vamo paga”. Inclusive tem o Ervino, o Ervino de Lima, o pai dele foi o agrimensor que mediu e o coronel que comandava as medições falo pro, pro pai do seu Ervino “**eu tenho pena dessa gente que vai ser desapropriada, que nunca vão recebe**”. O próprio coronel que, que comandava a, a, assim o processo de, de, localização das área tudo falo pro agrimensor “tenho pena dessa gente que nunca vão recebe esse terreno”.

M: E assim então né seu Ebrahim, o senhor já falo um pouco assim, mas se o senhor poder falar um pouco mais, depois da decisão judicial assim, as pessoas elas não conseguiram retirar os pertences a tempo né?

E: Deu pra leva o que tava em casa né. Teve gente que deixo porco na... porco solto principalmente, que as galinha deu pra pega né, que fecho o galinheiro lá a noite, os porco viviam solto né. Então muita gente mudo-se e não, não levo os, nem a criação de porco que tinha, nem a carnero.

M: Seu Ebrahim quer dar uma pausa antes de continua?

M: Mas assim seu Ebrahim, o senhor falo também né, então do chefe de quarteirão né, é chefe de quarteirão que o seu, que o seu, inspetor de quarteirão né, que o teu sogro foi designado né, ele recebeu uma autorização, e qual que era a função dele ali?

E: Como ele fico trabalhando na área, então o coronel havia algum agricultor, algum arrendatário que puseram cavalo, que, que comia pinheirinho né, que cavalo destrói o pinheirinho novo né, então daí ele viu o dano dos pinheiro lá, o cavalo comendo o pinheirinho e tal não sei o que, ele fez uma carta pro meu sogro dizendo que meu sogro como inspetor de quarteirão e que vivia ainda na área, pra cuida da área, pra não deixa tira pinheiro, não tira imbuia, não tira... também retira qualquer bem em espécie da, de imóveis e encarregado da, da retirada de animais cavalar que causassem dano aos pinheiro né. Então ele falo, e daí os antigo diretor, se deram uma autorização pro meu sogro, isso só tinha valor passado né, que só fica o senhor Maurício autorizado a prender e trazer a minha presença toda e qualquer indivíduo que tentar retirar alguns dos bens acima mencionados né, deu essa autorização.

M: E o senhor lembra de algum caso que o teu sogro teve que denuncia, teve que leva alguém preso?

E: Meu sogro nem levo em consideração isso aí, porque ele prejudicado, quer dize ele era um dos piores prejudicados, ele ainda ir trabalhar a favor do, do exército.

M: E ainda tem que entregar os outros né, então nem, fez de conta que nem...

E: Fez de conta que nem recebeu isso aí né.

M: Viu seu Ebrahim, outra coisa que me veio à cabeça também agora, esse inspetor de quarteirão antes da desapropriação já existia essa função?

E: Já existia, ele era o inspetor de quarteirão antes já. Qualquer conflito que houvesse entre, entre os moradores da região, ele era um representante da, da, da justiça né, inspetor de quarteirão naquele tempo era uma pessoa mais qualificada, mais estudada da região, pra, pra interferi nos conflito lá de, de, briga, de o porco entro na lavora do fulano e comeu e o cara queria cobra o dano que o porco fez lá na lavora, então ele era uma autoridade pra, pra atua, pra ser o tipo de um delegado né, pra resolve a situação.

M: Então ali o conflito na, na região ali, antes da desapropriação era comum também? Aconteciam conflito assim mais por, por qual motivo assim?

E: Acontecia conflito porque na época lá era tudo em comum, então tinha gente que criava gado, que criava porco, que criava carnero, criava boi, criava isso, então as lavora era pra ser fechada né, mas tinha gente que fechava com cerca muito mal feita e o, vinha um porco, passava lá, comia a lavora do, do, vizinho, daí ele ia lá e prendia as veiz o porco e daí o cara queria o porco de volta, então cria aquele conflito. Então ele entregava o porco, mas queria um ressarcimento dos dano que porco crio lá na propriedade dele né. Então o meu sogro era uma pessoa pra interferi nesse conflito né, pra faze um acerto. “Não ele te devolve o porco, mas você paga, paga as despesa do que o porco fez lá na lavora e tal”. Então ele era um apaziguador das coisa né.

M: Então daí depois da desapropriação teve essa autorização de ele ser o inspetor de quarteirão, mas aí ele não... por conta de ele ser uma desapropriado também ele nem...

E: Não, não, nunca dedo ninguém, dizendo “ah, fulano tiro um pinhero de lá”. Que, que ninguém pôs a mão, quem pôs a mão foram os militares mesmo né. Que, inclusive, o meu sogro com essa ordem aqui quando começaram a tira pinhero, vieram derruba uns pinhero na frente da casa do meu sogro, meu sogro pego e foi lá no coronel: “coronel, o senhor me dá uma autorização pra mim cuida da área lá, agora vocês tão tirando os pinhero, tirando a erva mate, como é que fica?” Aí o coronel respondeu: “não, faça vista grossa porque eu tenho ordem do general comandante da 5 região pra faze isso”.

M: **E assim seu Ebrahim, também a gente comento sobre esses trabalhos, que eram trabalhos forçado né? Dessas pessoas terem que, depois da desapropriação elas trabalharem para os militares, elas terem que trabalha pra paga uma parte do arrendamento, como que era esse trabalho depois da desapropriação?**

E: Tem um desapropriado lá que é o, é, o, o Lima lá, o Ervino de Lima, o pai dele foi desapropriado e daí ele não tinha onde fazê roça, ele foi lá e falo com o coronel: “ coronel, eu posso usa os terreno do meu pai lá pra, pra continua trabalhando na lavora lá, fazendo lavora lá?” Não, pode usa, mas a gente vai dividi a produção”. Então ele trabalho 10 anos dividindo a produção com o coronel. Ele colhia, por exemplo, plantava milho, colhesse dez saco de milho, nove saco de milho, seis ele teria que entrega pro coronel, três ele entregava pro coronel e seis ele ficava, três ele pagava o arrendamento e seis ele ficava pra ele né. Então trabalho 10 ano dividindo a produção com o coronel. **Esse, esse rapaiz eu levei a, o pessoal da, a, a, o pessoal da Comissão da verdade** foram lá entrevista ele lá, lá no mato e ele confirmo pra comissão da verdade que ele trabalho dez ano, inclusive um otro que é filho do, do, do Manoel Gonçalves, que ele falo pra Comissão da verdade que quando eles saíram de lá tiraram o gado e o gado puseram numa área muito pequeno, começo a morre tudo o gado dele por falta de pasto, daí ele volto a fala com o coronel, o coronel autorizo ele pôr o gado no campo de volta, mas pagando arrendamento também né. E esse rapaiz declaro que eles saíram de lá e passaram até fome, que naquele tempo eles plantavam trigo, plantavam centeio, plantavam isso e viviam da produção exclusiva pra, pra, pra alimentação da família. Daí disse que a mãe deles chego a ponto de, de, de irem no moinho de trigo e compra o farelo de trigo e ela penera o farelo de trigo numa penerinha fina, fazia a broa do farelo de trigo pra eles come, pra não passa fome.

M: **Então veja, eles tinham a terra, eles tinham a subsistência e depois eles tiveram que trabalha pra...**

E: Pagando o arrendamento, dividindo com os coronéis.

M: **Uma parte ficava pro coronel e uma parte pra ele. Tinha que paga para trabalhar na própria terra.**

E: É.

M: **Entendi, e assim seu Ebrahim, depois que o senhor, que o seu sogro foi expulso de lá, o senhor moro lá no campo né?**

E: Não, eu morava... diretamente no Campo não, mas eu me criei na divisa do Campo, então eu conheço todas as propriedades que tem dentro do Campo, eu sei pelo mapa, eu sei dize de quem que é essa propriedade, aquela, aquela, aquela, da, da, da, de todas as pessoa que foram desapropriada pelo decreto de desapropriação. Se me falarem no nome da pessoa eu so capaiz de i lá na propriedade antiga dele e mostra onde é que era a propriedade dele, conheço, conheço

o Campo inteirinho, **eu saí de lá com 19 ano**, quando eu era piá nós ia caça dentro do Campo, tinha amigo que morava lá dentro do Campo, eu me comunicava, tinha... Conheço aquele Campo de ponta a ponta eu sei dize de quem que era a propriedade, onde é que se localizava a propriedade do fulano, fulana, eu sei dize, se me largarem lá, “aqui a propriedade de quem que era?” Eu sei dize de quem que era aquela propriedade.

M: Então o senhor não chego a mora dentro do Campo?

E: Não, não cheguei a mora.

M: Mas e depois que você se casou com a Judith vocês foram mora nas terras do senhor então?

E: É, quando eu casei eu vim direto pra Curitiba já.

M: Vocês vieram pra Curitiba.

E: É, eu vim pra Curitiba, mas continuava lá...

M: Sempre ia lá, o seu sogro continuava morando lá?

E: Minhas férias de trabalho eu ia passa lá os trinta dia de férias, ia ajuda o meu sogro a da sal pros boi lá do Campo, que ele ainda continuava criando boi lá dentro, então tinha toda a liberdade de entra lá. Eu ia lá na casa do meu sogro, entrava com o carro lá dentro do Campo, tudo, tinha, tinha, acesso livre pra dentro do Campo né.

M: Então assim seu Ebrahim, as pessoas depois que elas foram desapropriadas assim, o senhor sabe o que elas foram faze, pra onde elas foram?

E: Ah, a maioria torno-se boia fria, trabalhava pra otros agricultor da região, otros se mudaram pra, pra, pras cidade, aqui em Curitiba, por exemplo, Curitiba tem, tem 30% da, da, da, dos agricultor que foram desapropriado moram aqui em Curitiba. Tem, até posso cita o nome de diversas família que saíram de lá e vieram procura, procura um meio de sobrevivência aqui em Curitiba né, trabalha de guardião, trabalha de, de, na indústria, trabalha no comércio, tem muita gente desapropriado que mora aqui em Curitiba.

M: Entendi seu Ebrahim, então o senhor, quando o senhor saiu de, da, qual foi o motivo do senhor saí da, da região e vim pra Curitiba?

E: É que em 1950, eu vim servi o exército e eles já tavam medindo as terra lá. Inclusive eu comentava com um, um subtenente do quartel aqui, o que que ia acontece né, daí ele sempre me falava “não, vocês não vão ser prejudicados, o exército não faz nada de coisa errada, vocês vão recebe, se, se é desapropriação por utilidade pública a União paga tudo pra vocês, vocês não vão ser prejudicado em nada, vocês vão recebe o justo valor da indenização e isso aí vocês podem fica tranquilo que o exército não faz nada de errado né”, esse subtenente me falava no quartel. Então desde 1950 que eu servi o exército eu já comentava com os militares. Depois quando desapropriaram que meu sogro começo a sofre as consequência, eu, eu falei com, com o diretor de patrimônio, levei, entreguei os coronéis praticamente lá, esse coronel que tinha fazenda dentro do Campo, ele fecho mais ou meno uma área de uns quatrocentos hectare dentro do Campo pra faze a fazenda dele né. Então eu vinha ali com... eu vinha ali no diretor de patrimônio, falei: “olha, esse coronel tem uma fazenda lá dentro do Campo, inclusive exige do meu sogro, meu sogro cria gado lá dentro, eu trouxe os contrato, antes eu tentei vê se ele, vê se

ele dava a terra de graça pra nois deixa o gado”, “não! Lá não pode ter nada”, e daí eu falei pra ele: e se nois paga indeniza... uma mensalidade, o senhor faz uma mensalidade irrisória, nem que seja só pra consta que não tão trabalhando de graça lá dentro, daí ele disse “não, não, nessas condições se for pra aluga as terra lá, nois temo que abri uma concorrência pública e talvez o seu sogro não seria um dos beneficiado porque oferecia um valor menor né, ia ganha a concorrência quem oferecesse... mas isso não pode ser feito que não, a lei não permite que nois abra concorrência pra aluga essas terra”. Daí eu tinha os contrato nos bolso, eu apresentei pra ele, aí ele deu um murro em cima da mesa e queria sabe onde é que foi o dinheiro, “o dinheiro o senhor tem que vê onde é que foi, se o coronel consumiu, se deposito em algum banco pra União ou consumiu com o dinheiro, o dinheiro eu não sei, mas sei que o meu sogro tá pagando arrendamento da propriedade e tem gado lá em cima, tem”. E daí não aconteceu nada né, aí continuo, ele disse que ia toma providência, que ia abri uma sindicância pra pura a responsabilidade, mas nunca abriu nada né. E naquele tempo já cortavam os pinhero, eu denunciei o corte dos pinhero, denunciei a venda da erva mate, denunciei o arrendamento das terra.

M: Aqui em Curitiba? Nos anos 50 já?

E: Aqui em Curitiba. Nos anos 50 já denunciei, quantas vezes o diretor de patrimônio, que era o coronel, na época era o Capela, daí o...

M: Antes do senhor vir morar pra cá?

E: Não, não, eu já morava aqui.

M: Que ano o senhor chego aqui?

E: Eu cheguei aqui em 1953.

M: Então esse período já...

E: Já, já, tinha muita tempo já que...

M: Mas o senhor se caso em?

E: 58, 59.

M: Mas o senhor já conhecia o Campo?

E: É que eu me criei ali né.

M: E assim seu Ebrahim, daí o senhor veio mora pra Curitiba, o senhor veio trabalha no que aqui?

E: Eu vim pra Curitiba primero pra servi o exército né...

M: É, daí depois...

E: Eu entrei no exército em 1950 como soldado e dei baixa em 1951 como terceiro sargento, comandante de peça, que eu era da artilharia. E daí, então daí eu conhecia tudo, todo a função da artilharia né, por isso é que quando, quando os tenente vinham avisa pro pessoal saí eu contrariei o tenente lá que não precisava se retira porque nois tava a quatro quilometro da, de distância do alvo de tiro né, então não tinha perigo de uma granada caí, mas no entanto no outro

dia eu assisti mais de 50 granada caí dentro do potrero da casa do meu sogro lá, isso eu denunciei tudo aqui pro diretor de patrimônio.

M: Entendi, entendi. O senhor mesmo assim, não tendo uma, como denuncia na justiça naquele momento, você veio pessoalmente aqui e denunciou o que tava acontecendo lá no...

E: É, mas pra mim aquilo servia acho que de alerta pro, pros próprio militar, porque nunca paro os arrendamento, nunca paro o corte de madeira, nunca paro a... nunca paro o corte dos pinheiro, continuaram tirando pinheiro, tirando erva mate, arrendando as terra, qué dize, não, não, não, nunca foi aberto uma sindicância, um processo pra apura a responsabilidade do, dos coronéis que comandavam o Campo lá né.

M: E assim seu Ebrahim, depois do exército daí o senhor trabalho no que aqui em Curitiba, daí?

E: Eu trabalhei na rede ferroviária por 20 anos, daí eu pedi demissão da rede e fui trabalha numa firma particular, e depois trabalhei mais 5 ano nessa firma particular e daí fui trabalha na COPEL né, trabalhei mais 5 ano na COPEL e me aposentei, hoje faz 33 anos que eu to aposentado da COPEL né. Então depois que eu me aposentei que eu resolvi de i lá pro mato e, e, tenta, tenta uma solução pro caso, daí eu cheguei lá e fui fala com o... tinha o padre Itamar, que era da Igreja de Papanduva, falei pra ele que nois queria, assim como os sem terra que não tinham direito a nada né, invadi uma propriedade lá, não respeitava o direito de propriedade de otro, invadi uma propriedade e exigiam que o INCRA desapropriasse aquela propriedade pra eles se instala ali o movimento dos sem terra, daí eu falei pro padre porque que nois como, como proprietário da terra desapropriada, sem recebe indenização não temo direito de faze um movimento pra, pra, pra tenta uma solução pro caso né, daí foi quando nois fizemos esse acampamento em 1953 né... não, em 1985, é 1985 nois resolvemo de faze um acampamento, mas daí eu falei pro pessoal: “não vamo, não vamo entra dentro da área do Campo pra faze o movimento, que se nois entra hoje, amanhã nois tamo fora já, então vamo faze numa propriedade particular e um movimento que seja, um movimento pra, pra reivindicar os direitos da desapropriação né”. Daí que eu tenho esse terreno onde meu sogro morava na divisa com o Campo e eu cedi o terreno lá pra, pra faze o acampamento do, do, do pessoal né.

M: Fora do campo?

E: Fora do campo.

M: Mas nas mediações?

E: Na divisa do Campo, só o rio Papanduva dividia a área com a nossa propriedade. Daí então quando começamo o movimento já o exército veio pra cima de nois, vinha lá, pusero jipe, patrulha a noite inteira do outro lado do rio, posava as patrulha a noite intera lá pra, pra evita que nois... A nossa intenção nunca foi invadi o campo, porque nois não tinha, como é que nois vamo ter a, condições de, de, de faze uma briga contra o exército né, de entra lá dentro, entra sei lá, com o poderio que o exército tem, então dia e noite nois era vigiado por patrulha do, do exército do otro lado do rio pra cuida pra nois não por o pé do otro lado né. Daí quando o acampamento, através do acampamento nois tivemo audiência primero com o ministro do exército Leônidas Pires Gonçalves, eu participei dessa audiência que ele...eu fui junto na, na, no dia da audiência lá, eu fui junto com os deputado, foi nove deputado, cinco deputado estadual e quatro deputado federal em audiência, foi um representante do ministério da, da, agricultura,

um representante do, do IBDF né, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento... e foi um representante do, do governo do estado de Santa Catarina e o diretor da, da CUT, lá de Florianópolis, nois tava em 15 pessoa, numa audiência com o ministro Leônidas Pires Gonçalves, mas eles só recolheram, o ministro só autorizo a entrada dos deputado e dos representante do governo e do IBDF e não aceito a minha entrada lá dentro né, participa da audiência. Daí depois termino a audiência, o deputado Francisco Kirst, que era o presidente da comissão, pediu pra que o ministro viesse lá e pra, pra dá uma satisfação pra, pra, pro quem representava os proprietário. Daí o ministro veio lá numa sala de espera lá e pergunto pra mim: “quem que é você?” Daí eu falei, “so um interessado, so genro de um desapropriado”. Ele falo: **“Não quero te ouvi!” Foi a primeira coisa que o ministro me falo, eu não quero te ouvi, você veio aqui pra me dize bobage, se você de disse bobage eu digo cem bobage pra você, se você me aponta um erro do exército, eu aponto cem erro de vocês, porque eu tenho a informação de que vocês já receberam a indenização e tão reclamando uma coisa que vocês não tem direito de reclama”**. Daí eu peguei e respondi pro ministro: “ministro, se o senhor tive um documento assinado por alguém da minha família de recebimento das indenizações, o senhor me dê a punição que quisé! Se o senhor me apresenta um recibo assinado por alguém da minha família que recebeu a indenização, o senhor pode me dá a punição que quisé”. Aí ele me respondeu: “ cale a boca que eu já te falei, não quero te ouvi! Se você me fala mais uma palavra eu, eu do sinal vermelho pros deputado que eu dei sinal verde pra eles i negocia na 5 Região Militar, eu do sinal vermelho pra tudo vocês! ”

M: Ele era ministro do que?

E: Ele era ministro do exército, Leônidas Pires Gonçalves. Daí, aí com essa comissão, era comissão parlamentar externa, aí eles não se contentaram assim, não, não, não tiveram êxito lá qua, quo, qua, vieram aqui na 5 Região Militar, o general comandante da região não aceito negocia nada. Daí eles pediram audiência com o presidente da república, daí eu participei da audiência com o presidente da república, com o presidente Sarney, aonde o presidente ouviu os deputado e também expus a situação pro, pro, pro presidente, aí ele deu um despacho, mas um despacho assim muito mal feito, muito é... **até fiz um comentário na imprensa**, dizendo que eu tive, eu cheguei no sentinela pra fala com o comandante do, do, do, do quartel e o sentinela me levo ao comandante, o comandante me respondeu “não, esse assunto você podia resolve com o sentinela, não precisava vir conversar comigo” foi o que aconteceu com o presidente, nois fomo no presidente que era a pessoa que tinha a possibilidade, que tinha a autoridade pra decidi, ele fez um despacho pro INCRA de Santa Catarina resolve. Quer dize, então eu fui lá no, no... eu como cheguei no, cheguei no comandante que é o presidente da republica e ele mando eu vim resolve com o INCRA de Santa Catarina, aí o INCRA até interessosse pela, pela situação e foi nomeado uma comissão do exército pra localiza uma nova área pra transferência do campo né, daí foi localizado uma área em Água Doce, no estado de Santa Catarina, perto de Joaçaba pra transferência do Campo pra lá, e mediram, localizaram uma área lá de vinte e um mil e seiscentos hectare de terra, uma terra improdutiva, tinha proprietário lá com quatro mil alqueire de chão, não, não, não tinha uma cabeça de gado em cima da propriedade, então localizaram essa área lá pra ser desapropriada pelo INCRA e pro exército transferi o Campo pra lá. Daí, inclusive, nois a, a procuradoria da republica recebeu uma ordem pra faze o acerto com os proprietário, daí o dr Rui Schuback nos chamo lá na, na, na procuradoria da republica em Florianópolis e disse “ olha, eu tenho uma proposta pra vocês, pra faze pra vocês, não cobre todos os direito que vocês tem, mas eu tenho uma proposta pra devolve a terra pra vocês, desde que vocês não reclamem o passado, não reclame os pinhero que foi vendido, não reclame a erva

mate, não reclame as benfeitoria que desapareceram, então eu vo devolve e terra nua, do jeito que vocês vão se instala e começa uma nova vida, não é um acerto - o procurador falo - não é um acerto justo, é um acerto feito – ele uso um termo interessante – um acerto feito a facão, então vocês aceito a volta pra área do jeito que ela se encontra, eu devolvo a terra pra vocês e transferimo o Campo pra essa nova área”. Aí o pessoal, nois levamo, a comissão que foi lá no procurador, viemo inclusive o advogado participo da, da audiência com o procurador, daí ele foi lá e fez uma proposta lá, fizemo uma reunião em Papanduva, que a União ia devolve as terra e todo mundo concordo né, em volta pra terra do jeito que ela se encontrava. Daí o procurador da república do estado de Santa Catarina encaminho essa proposta pro, pro estado maior do exército em Brasília. Passado uns três meses eu voltei lá no procurador pra vê se se existia alguma, alguma resposta da, daí ele me falo, “olha eu tenho a resposta aqui Ebrahim, veja aqui a resposta que eu tenho.” Daí ele tinha uma resposta do, do estado maior do exército dizendo que a proposta da, da procuradoria da república de Santa Catarina de devolução das terras aos proprietários herdero estava oficializando um roubo do exército em cima da área. E daí eles não aceitavam uma proposta dessa, que disse que, pra, pra ser uma proposta justa teria que paga um tempo pro exército uso as benfeitoria, a erva mate que eles tinham retirado, os pinhero que eles vendero, então, qué dize, o procurador tava dispensando tudo isso, então o exército falo que a procuradoria estava oficializando o roubo do exército em cima da área e naquelas condições não iam devolve. Daí volto tudo pra estaca zero, fico tudo... Mas daí nois não paramo ainda, continuamo, mas daí fumo pa, nois fizemo, fizemo audiência com o ministro da justiça, o Jarbas Passarinho, fomo lá em Brasília, foi a comissão, advogado, fomo junto lá, fizemo, viemo na procuradoria da república, o procurador pediu pra, pra que esse, o procurador aqui informasse ele, foi informado, só então, só um uma autoridade passa, passando a responsabilidade pra otro setor e ninguém resolveu nada.

M: Então assim, nos anos 80, o senhor participo de várias audiências, várias assembleias, vários...

E: É, de 85 eu participei de audiência com o ministro do exército Leônidas Pires Gonçalves, participei de audiência com o presidente Sarney, participei de audiência com o Fernando Lira, que era, era, era ministro da justiça do, do governo Sarney, participei de uma audiência com o ministro Jarbas Passarinho já no, no, no governo color né, participei de audiência com ele, participei de audiência com o procurador geral da república, três audiência com o, com o... agora fugiu o nome... o Aristides Junquera né, participei de três audiência com o procurador geral da república Aristides Junquera, e ele sempre, se, se...

M: Isso tudo nos anos 80? Isso veio tudo depois da luta na, na...

E: É, depois da luta no acampamento...

M: Daí eles abriram uma via de conversa?

E: É, é, uma via de conversa. Daí, aí então o nosso advogado como não, não surtiu efeito nenhum, o advogado entro com um processo na justiça de, reclamando perdas e danos e lucro incessante e foi julgado pela 4 região da, da, da, justiça lá em Porto Alegre.

M: Que ano foi que entro?

E: Foi, é, na época do acampamento já ele entro...

M: Era o qual advogado?

E: Era o Dr. Francisco Vital Pereira. Daí eu tive três audiência co, co desembargador lá em Porto Alegre, o doutor Amauri Chaves de Ataíde, e daí ele disse que, que ia examina e daí não sei o que, daí marco o julgamento no dia que nois fomo lá, a primeira coisa que ele falo, que nego a, nego o pedido de, de, perdas e danos, lucro incessante que não resolvia a situação de todos os proprietário que a... inclusive que era um processo do, assim muito, ele falo que era um processo confuso, que tinha, tinha gente incluído no processo que não era, não eram desapropriado. Tinha sim a família dos que de, de, de, desapropriado que morreu e fez inventário, passo pros filho e o filho entro, os filho entraram nessa, nesse processo de pedido de indenização.

M: Mas é justo né?

E: É justo, ele é herdero do, do, do proprietário né.

M: Sim. Mas assim seu Ebrahim, então daí vocês entraram na justiça com um processo, vários dos desapropriados se reuniram e entraram na justiça com um processo?

E? Foi 80, 60% da, do, da área desapropriada, que era... nois entramo, nois entramo, foi a família Schutka, a família Schadeck, a família José da Silva Lima, que era meu sogro, então só as área grande né, as área pequena ninguém entro. Então ele disse que a situação não resolvia o problema, que resolvia o problema dos grande e ficava os pequeno sem, sem solução. Qué dize, se resolvesse dos grande, teria que resolve dos pequeno também né, se fosse devolve, paga pros grande, teria que paga pro pequeno.

M: E esse processo daí o que aconteceu?

E: O juiz nego, arquivo.

M: Que ano isso?

E: Foi, eu tenho o documento aqui de que ano foi, agora de cabeça eu não lembro.

M: E assim seu Ebrahim, tem algum, algum processo ainda na justiça em andamento que o senhor tenha conhecimento?

E: Tem, ainda corre processo na justiça da, de, o advogado aqui de Curitiba tem diversas ações né, na justiça de Florianópolis, correndo ainda processo até hoje.

M: O senhor tem algum ainda?

E: Não, o nosso, o nosso paro porque foi arquivado né, foi, foi transcrito a área pra União sem pagamento, inclusive o juiz nesse documento aqui ói, aqui ói... aqui, o procurador fala assim “o deposito inicial da, da, do valor da indenização foi feita com base nos dados do decreto 1956, sem correção monetária, posto que inexistente a época”. Daí ele fala que foram desapropriada 89 ações, “algumas ações foram julgadas as precatórias pedidas, sem que as partes se interessassem pelo recebimento ante a ínfima quantia depositada que se quer cobria a despesa de deslocamento para esse fim. Em algumas foi expedido o mandato de transcrição que não foi cumprido por força de dúvida suscitada pelo, pelo oficial do registro de imóveis, julgadas precedente, faça a incoincidencia entre a descrição do imóvel e o respectivo registro. Outras – aqui que ele diz assim - outras ações tiveram melhor sorte – não sei como é que uma ação na justiça pode ter sorte né – tiveram melhor sorte, tendo sido transcrita os imóveis em nome da União em que pese a falta de pagamento”, o procurador tá falando aqui né. Daí bem aqui no

final ele diz assim: “isso posto peço (inaudível) para ousar em indicar as duas únicas soluções que no momento me apresentam, a primeira seria uma solução administrativa que poderia ser efetivada de duas formas a saber, devolução do imóvel desapropriado e instalação do Campo em outro imóvel e local mediante a regular processo desapropriatório.” Quer dizer, ele tava, o procurador da república tá dizendo que o processo é irregular né. “A indenização...”, B, a outra solução “indenização mediante acordo a todos os desapropriados herdeiros desses, tendo como parâmetro o valor obtido em levantamento, levantamento pericial a ser procedido né”. Quer dizer, o procurador da república pede um novo levantamento pericial e a segunda seria uma solução, uma medida judicial onde se reunisse no polo ativo todos os expropriado para propiciar um posterior acordo. Qué disse, o procurador propôs soluções para o caso, mas não, não foi atendido.

M: Mas assim seu Ebrahim, então ainda hoje tem processos em andamento, mas o do senhor não tá em andamento?

E: Não.

M: Então assim, na justiça o senhor não tem mais esperança?

E: Não tem mais esperança, porque o nosso processo tá transferido. **Eu tenho aqui a, eu tenho aqui a transferência da, do patrimônio da União.**

M: Mas ainda o senhor assim, agora com a comissão da verdade ter vindo, esse decreto que teria revogado do Collor, o senhor acha que pode conseguir alguma coisa ainda na justiça?

E: Olha, a, a, a advogada da comissão da verdade acha que ainda existe. Tem um advogado que tá tratando do caso do Igaraschi, ele tá pensando em entra com uma... com um processo de, de anulação do decreto, ele disse que o decreto, o processo de anula o processo não prescreve na justiça nunca né, o direito de você reclama prescreve, mas o direito de, de anula o processo não prescreve nunca na justiça.

M: E assim seu Ebrahim...

E: Esse aqui é do DECOM também, então o governador do estado, o Espiridião Amin mando fazer um levantamento da situação dos processo da justiça em Florianópolis, foi feito pelo procurador, o, o, o, esse aqui, o Luiz Adalberto Villa, promotor de justiça do DECOM. Então ele fala aqui: “Em 1961 a União propôs as pertinentes ações de desapropriação por via de petições elaboradas sem a observância das cautelas locais das quais não foram descritas as áreas desapropriadas, nem referido os correspondentes registros imobiliário”. Qué diz, tudo quanto foi, estudo que foi feito por autoridade, é tudo favorável pra, pra, pro desapropriado e não acontece nada.

M: Porque o senhor acha que não acontece assim esse ganho, o senhor acha que é por conta do poder do exército mesmo?

E: Eu acho que a intervenção do exército né. A justiça coloca lá uma, pra... Tem o caso da Glória da, do, do Honorato Pacheco, que nois falamos com o procurador da república da, da, que o seu Honorato Pacheco faleceu e a família fez um inventário, passo pros filho. Daí o filho tiro um material lá do, do, do terreno que por partilha pertenceu pra ele, ele tiro pinheiro da área, autorizada pelo IBDF, porque ele entro com todos os, a documentação exigida pelo IBDF pra

retira os pinheiro. Daí quando ele retiro os pinheiro, o exército, a, a, o comando lá de Três Barras descobriu que foi tirado os pinheiro da área do Campo, abriram um processo contra ele cobrando esses pinheiro, daí sei que a dívida tava em 10.900 reais lá não sei o que, o procurador autori... ele deu a ideia pra nois “entra na justiça com uma defesa, colocando o terreno da onde foi retirado os pinheiro como garantia da, da dívida”. E ele entro e o Porto Alegre despacho o formulário, esses tempo veio autorização pra, pra leilão o terreno dele pra cobra uma dívida da União.

Então é tanta do rolo que, você vê a própria justiça autorizando a i pra leilão um terreno da onde foi retirado os pinheiro, que a União diz que é dela e o proprietário prova que é dele.

M: E assim nos anos 80, voltando lá pro movimento né, social. Como que era, como que foi assim esse movimento social, esse movimento que vocês fizeram né, nos anos 80, como que vocês se organizavam ali no acampamento? Quanto tempo que vocês ficaram acampados, como vocês se organizavam, se existia vigília?

E: Nois ficamo acampado lá na divisa do Campo sobre vigília do exército lá por um ano.

M: Um ano, de 85 a 86.

E: Aí quando houve a, a audiência com o presidente da república, que ele fez o despacho pro INCRA, daí nois resolvemo faze o acampamento em Florianópolis e cobra do INCRA.

M: Esse acampamento em Florianópolis foi em que período?

E: De 86 a 87. Daí nois fomo lá cobra do INCRA, daí entramo lá no, no, no auditório do INCRA de manhã cedo e daí discutimo com o diretor do INCRA o dia intero lá, a noite ele pego e falo “vocês não vão desocupa o auditório, eu vô liga pro ministro da reforma agrária”. Daí eu falei “não, o senhor tem um despacho do presidente da república pro senhor toma uma decisão, então nois desocupamo aqui o auditório desde que o senhor faça uma carta e apresente pra nois devolvendo pro presidente da república que foge da sua competência de resolve o assunto, então o senhor faça uma carta ao presidente, que daí nois vamo cobra do presidente que o INCRA não tem condições de faze.” Daí nois tava, nois tava acampado no, no, no Seisa center lá em Florianópolis, que era, que era a sede do INCRA né. Aí ele, ele, eu não sei se ele fez uma armação, o que que ele fez, ele ligo pro ministro da, da, a reforma agrária e me chamo no telefone, daí eu não sei com quem que eu falei no telefone, qualquer um podia me atende né, de lá me responderam assim “o senhor é o responsável aí pela turma que invadiram o INCRA?” Eu disse “não, eu não so responsável, somos todos nois que estamos aqui dentro somos responsável”. Ele falo assim “ vocês se retirem imediatamente das instalações do INCRA porque não negocio pressionado!”, a pessoa que me ligo pelo telefone.

M: O senhor nem sabe quem que era?

E: Eu não sei com quem que eu falei, ele se intitulo ministro da reforma agrária. Pra nois saí das instalações do INCRA imediatamente. Eu disse “tudo bem ministro, nois moramo a 360 quilometro de Florianópolis, tamo em 17 pessoa, nois vamo desocupa as instalações do INCRA e vamo se instala na rua, na frente do INCRA e vamo dormi no relento aqui do... vamo passa a noite na rua aqui e vamo chama a imprensa e vamo documenta isso que o senhor disse que não negocia pressionado. Ou o senhor autoriza a nois desocupa aqui e entra nas nossa terra que a União ocupa a 30 anos e não pagaram ou nois vamo dormi na rua e vamo documenta tudo que o ministro da defesa, o ministro da, da, da reforma agrária mando nois dormi na rua.” Daí ele

falo “não, não, não, não, eu não quero que chegue a esse extremo! Eu não quero que chegue a esse extremo! Passe o telefone aí pro, pro Simo – que era o diretor do INCRA né – eu vô conversa com ele”. Daí o Simo pego o telefone e converso “Não, tudo bem, tudo bem, tudo bem, olha ele autorizo vocês dormi aí dentro do auditório”. Daí nois já, o pessoal lá em Florianópolis...

M: Vocês tinham dormido na rua antes ou não? Vocês chegaram e foram direto no auditório?

E: Chegamos e fomos direto no auditório.

M: Mas daí vocês saíram?

E: Não, não saímos, daí ele autorizo nois dormi dentro, depois que ele falo que o suposto ministro lá ele autorizo nois dormi lá dentro do, do auditório do INCRA. Daí chego o síndico do, do prédio dizendo que ali era propriedade particular, que o INCRA tinha alugado e que era pra nois se retirar que ele ia por a Polícia Federal em cima de nois. Eu falei digo “então põem, põem a polícia federal em cima de nois, nois não vamos sair daqui, nois temos autorização do, do, do diretor do INCRA pra posar aqui dentro e não vamos sair”. Daí o síndico converso lá com o diretor não sei o que né, “você tem que retirar esse pessoal daqui”. Daí o diretor falo pra nois “porque vocês não invadem o refeitório do INCRA ali do outro lado da rua, ali é propriedade do INCRA.”. Eu falei pra ele “como é que nois vamos invadir a propriedade do INCRA lá se tá fechado, vamos arrebentar a porta lá e daí vocês vão responsabilizar nois por ter arrebentado a propriedade”. “Não, eu abro, eu levo a chave e abro e autorizo vocês” Daí nois entramos dentro do auditório do INCRA dormimos lá dentro, dezessete pessoas, tinha mulher, tinha homem, tinha criança, dormimos na, na, na, dentro do, do, do, era o refeitório do INCRA, onde o pessoal do INCRA tomava café, almoçava. Aí no outro dia o pessoal começa a chegar pra tomar café, nois tudo dormindo dentro do, do salão do pessoal. Aí o pessoal “o que que é isso?” Aí o Simo veio lá, o diretor, ‘não, fui eu que autorizei, tá...’. Mas nois ficamos dezessete dias dentro do auditório do INCRA. Aí um dia o Simo me chamou lá e disse “seu Ebrahim, o ministro tá pedindo que você desocupe as instalações”. Eu disse “eu sei, mas e daí, onde é que nois vamos falar, vamos ficar onde?” Ela foi falar com o prefeito, que era o Edson Andrino, e daí ele autorizo nois acampar na praça em frente ao Ceisa.

M: Qual que era a praça? Qual era o nome da praça? Praça XV?

E: Era na... sabe onde é que fica o Ceisa center lá no INCRA, na, na, é numa ruazinha.

M: É lá na figueira né?

E: É, é na praça da figueira.

M: Daí vocês acamparam na praça?

E: Não era na da figueira, era num triangulzinho bem no início de Florianópolis, ali acampamos (inaudível), não sei o que, tinha uma história da praça lá, era uma pracinha bem pequenininha. Daí nois acampamos ali na praça e o Edson Andrino falo “olha, pela coragem de vocês de se manifestarem contra o exército, vocês podem se instalar ali, eu to assumindo a prefeitura agora, eu do comida pra vocês os quatro anos da minha gestão pra vocês ficarem na praça”.

M: O Edson Andrino era de qual partido na época?

E: Era do PSDB né.

M: Do PSDB.

E: É, do PSDB.

M: Mas o PSDB não existia eu acho...

E: Do PMDB, o Edson Andrino. E ele era o prefeito, aí no outro dia já veio comida pra nois lá na barraca, daí, é..., aí o Edson Andrino pego e mando traze uma lona de, de, caminhão e instalaram uma barraca bem, bem coberta pra nois, fez um troço bem feito lá e nois ficamo ali um ano a prefeitura deu comida pra nois.

M: De que mês até que mês seu Ebrahim que vocês ficaram lá?

E: Foi de... acho que de... de março até março de 85, de 87.

M: E assim seu Ebrahim tipo daí ficava em torno de quantas pessoas lá no acampamento lá em Florianópolis?

E: Nois ficava em dezessete pessoa.

M: E dai vocês revezavam, como que era?

E: Se revezava, ia uma turma daqui do acampamento de, de, de Papanduva ia pra lá e otros saiam.

M: Ao mesmo tempo que vocês estavam acampando lá no campo...

E: O otro acampamento permaneceu...

M: Ah, permaneceu lá...

E: Permaneceu.

M: E daí tinham pessoas aqui em Florianópolis, daí revezavam?

E: Revezava, de vez em quando vinha um de lá e vinha pro acampamento e os otros iam pro acampamento pra lá. Inclusive ali nois tivemo o apoio daquelas irmã dum colégio, não sei, era um colégio ali que tinha, eles, as irmã, comandado pelas irmã, a mulher parava lá e tinha a Juliana que era, tinha, tava com uns 6 ano, eles deram até o estudo de graça pra minha filha naquele colégio... esqueci o nome do colégio agora. Então nois ficamo um ano ali, a minha família estudo um ano no colégio enquanto nois tava acampado. As irmã ajudaram, deram todo o apoio né. E ali nois ficamo, dormia lá na barraca, e inclusive até um dia um carro, deu um acidente lá, um carro bateu na barraca e derrubo.

M: Mas não machuco ninguém?

E: Não machuco ninguém. Daí o cara fugiu e eu peguei e fui de atraiz e peguei o carro lá com os pneu furado porque ele bateu no meio fio, era um engenheiro do DR. Daí fomo pra polícia com ele lá, daí no otro dia vieram lá paga a... vê se tinha feito algum dano, veio paga o dano da barraca, não sei o que. Passamo por cada situação. E lá de vez em quando vinha um telefonema, vinha num posto lá, tinha um posto do lado, “seu Ebrahim, tem um telefone pro senhor”. Aí um dia eu fui lá “aqui é da Polícia Federal”, eu disse, “tudo bem, que que é?” “Vocês, qual é a situação de vocês aí, acampa, não sei o que, não sei o que”, um papo assim, “vamo tira vocês

daí, porque não sei o que”, “não, o senhor qué vim tira, pode vim tira, manda a polícia federal tira nois daqui, nois não tamo... manda, manda a polícia federal tira nois daqui e coloca nois lá na nossa propriedade então”, falei pro cara né. Mas era um telefonema que eu não sei da onde é que vinha né, acho que era tudo armação do pessoal do INCRA né pra amedontra, no fim, depois o INCRA começo a dá apoio pra nois. Quase toda sexta-feira o, o, o subdiretor do INCRA vinha lá trazia três, quatro quilo de carne pra nois na barraca. A Angela Amin todo mês ela mandava um pedido lá de vinte quilo de açúcar, vinte quilo de trigo, vinte quilo de arroz, vinte quilo de bolacha, vinte quilo de, dez lata de azeite, mandava uma bruta de uma cesta básica, todo, todo mês vinha uma sexta básica dada pela esposa do governador né, ajudando a nossa manutenção.

M: Então existia ali nesse momento um apoio de alguns políticos?

E: É, existia, o Amin, ele apoio muito, inclusive fez um, um pedido pro comando da região aqui pra, pra devolve as terra pra, pro pessoal né, **até eu tenho, o documento eu tenho aí, pedido do Amin pra, pra, o comando da região. Ói aqui ó (mostrando o documento), centro de comunicação do exército né.** Aqui do, do, do, do general Leonidas Pires ao ministro da, da, da reforma agrária Dante Martins de Oliveira, que era, que era ministro da reforma agrária, ele fala “que tenho a honra de dirigir-me a vossa excelência para agradecer-lhe o empenho na solução dos problemas referente ao Campo de Instrução Marechal Hermes, conforme expresso em seu aviso 159, assinado Dante de Oliveira, ministro da reforma agrária ao general do exército Leônidas Pires Gonçalves.” Qué diz, as autoridade competente do país, todos tomaram conhecimento e ninguém, ninguém resolve.

M: Entendi. E assim seu Ebrahim, no movimento mesmo assim, como que vocês se organizavam no movimento, se separavam funções? Como que era?

E: Nois formamos uma comissão, então uma comissão era de, de, de atende a imprensa, uma era pra atende a imprensa, outra pra atende o recebimento de doações que o pessoal começo a manda.

M: Isso lá em Floripa? Nas duas?

E: Nas duas. Então um atendia a imprensa, tudo. Eu me escolheram pra atende a imprensa porque eu tinha toda a documentação né. Então a imprensa vinha, aí eu falava pra imprensa mas tudo por documento né, nunca falei nada na imprensa que eu não pudesse prova né, da... tudo que eu falei na imprensa eu provava. Portanto que quando fui chamado lá no ministério do exército em Brasília, o general me cobro né, “olha, nois temo todas as declarações que o senhor fez na imprensa, tá tudo aqui com nois, pegamo lá em Florianópolis nas emissora que o senhor deu declaração”.

M: O senhor deu entrevista pra jornal, pra...

E: Pra jornal, Florianópolis ali tem tudo, as emissora de televisão tem tudo, RBS...

M: Você sabe em que jornal você deu a entrevista? Jornal escrito.

E: Jornal de Santa Catarina, Diário Catarinense, o de notícia de Joinville, eu tenho todas as, as cópia aqui.

M: Depois quero vê as cópia se o senhor pude me... E assim seu Ebrahim, nesses acampamentos as mulheres ficavam encarregadas de fazer comida, os homens...

E: Faziam comida, faziam... As mulher faziam, nois ganhava doações né, vinha trigo, vinha feijão, vinha arroz, então a mulher se encarregava de faze o almoço, cozinha aquela comida e faze o almoço pro pessoal que tava acampado, mas o acampamento assim no meio de semana ficava lá 10, 15 pessoa...

M: Lá em Floripa?

E: Não, aqui, aqui em Papanduva, o pessoal saia, porque moravam ali perto, saiam pra trabalha né.

M: Mas faziam revezamento também?

E: Faziam revezamento. Daí o general até lá em Brasília falo “eu visitei diversas vezes, passei de helicóptero por cima do acampamento de vocês, porque tinha, tinha vinte, trinta pessoa e tinha dia que tinha mil e quinhentas pessoa?”

M: Chego a ter quantas pessoas no acampamento ali?

E: Acampado nunca passo de... acho que nunca passo de 100.

M: Mas tinha desapropriados, tinha herdeiros e tinha outras pessoas...

E: Tinha igreja...

M: Qual que era o papel da igreja ali?

E: Aquele Dom Luiz Colucci, ele fazia caravana de, de, outras cidade e vinha lá visita o acampamento, faziam missa lá no acampamento, teve missa lá que tinha mil pessoa.

M: A é?

E: É.

M: Então a igreja ela teve um papel bem forte, a igreja católica?

E: Apoio muito. Nois conseguimos o apoio.... Eu acho que o acampamento duro tanto tempo devido ao apoio da igreja, se nois não tivesse o apoio da igreja, nois não podia fica, nois não ia nem ter o que come lá dentro.

M: E como que eles apoiavam? Com comida?

E: É, apoiavam com comida, com, com, com dinheiro até, mandavam dinheiro pra prefeitura.

M: E ali os políticos locais da região não apoiaram o acampamento na época?

E: Político de Papanduva?

M: É, de Papanduva, Canoinhas, Três Barras.

E: É, a prefeitura de Papanduva apoio bastante.

M: Quem era o prefeito?

E: O prefeito era o Felix Valgenequi, agora é morto, o apelido dele era o Pé Grande né.

M: Houve um apoio daí nesse momento?

E: Houve um apoio do prefeito de Canoinhas, do prefeito de Papanduva.

M: Quem era o prefeito de Canoinhas?

E: Era o, era o... fugiu o nome dele. E daí nois tivemos o apoio dos político lá de, de... O Amin nomeou uma comissão parlamentar externa, formada pelo deputado Francisco Kirst era o presidente, o Cláudio Ávila, o Jeová Amarante, o Dionísio Mantin, e o, e o, aquela lá de São Bento, que tem uma fábrica de, de loça lá em São Bento e o Altair Becker, era os cinco deputado da comissão, e aí o Amin também deu, aí tinha o Vilson Kleinunbing, que era, era, era secretário da agricultura também deu apoio né. O Vilso Kleinunbing hoje, daí ele foi até governador do estado. E daí nois tivemos, o Amin apoio muito nois, não, nois tivemos muito apoio da igreja evangélica lá de, de, de Florianópolis, aquele o pastor Willian, o pastor Willian.

M: Tanto a igreja católica quanto a evangélica apoiaram?

E: É, tanto a católica quanto a evangélica.

M: E assim seu Ebrahim, nesse momento é que surge o PT né, nos anos 80, qual que foi o papel do PT? Ele, ele ajudou, como que foi?

E: O PT ele, praticamente foi o PT que incentivo nois faze o movimento, mas o interesse do PT era mais pra reforma agrária né, queriam que as áreas, as áreas grande do, do Campo fossem dividida pros Sem Terra né.

M: Depois de...

E: Depois de acerto, que retornasse a terra pros legítimo dono, as terra improdutiva seriam distribuída pros Sem Terra, não pro proprietário. O INCRA indeniza o proprietário e distribui a terra pro Movimento Sem Terra né, planta, Mas nós nem podia, se resolvesse a situação do Campo, podiam devolve a área pros proprietário e assenta o, os Sem Terra na área da Lumber né, que tinha mais de 2500 hectare que pertence pra Lumber, então podia...

M: Então existia um interesse do PT ligado ao MST?

E: É, ligado ao MST.

M: Então já entrando nesse assunto né, o MST ele participo junto com vocês?

E: Participo.

M: E como que era essa relação com o MST, ela era amigável, vocês buscavam um pouco de distância, como que era?

E: Não, era bastante amigável, só que, eu não sei, o MST nunca concordei assim com, com o apoio deles por causa da, da, do direito de propriedade né, qué dize, que eles incentivavam a, a, a, o MST incentivava a ocupação de propriedade particular, qué dize que um direito de propriedade né, eles iam lá a terra não tá atendendo a função social, então tem que ser invadida e dividida pros sem terra pra... Então eu acho que isso era um... eu não acho justo né. No nosso caso a gente tava lutando pelo que era nosso, daí quando nois fosse recebe se nois não fosse produzi na terra que nossa terra ficasse lá sem função nois teria que entrega pro MST pra eles assenta os sem terra né. Nois tava lutando por um direito nosso, a propriedade era nossa, então tinha direito de recebe de volta né, não dividi pra, com o MST.

M: E assim, é, seu Ebrahim, então teve assim deputados, desses deputados que você falou tinha deputados do PT que tavam nessa comissão que o senhor falou alguns nomes...

E: Não, não tinha nenhum do PT.

M: Nenhum do PT?

E: Não, era, era, só tinha o presidente da CUT que dava apoio pra nois, que era petista né e tinha o... não tinha ninguém do PT. Os deputado, daí lá em Brasília, os deputados federais que participaram das audiências lá foi o Dirceu Carnero e aquele que foi governador do estado, o, o Cacildo Mandane né, não sei se conheceu o Cacildo Mandane lá em Florianópolis, ele, ele, foi até governador do estado depois que saiu o, o Pedro Ivo Campos né, Pedro Ivo Campos, ele era militar também. Quando ele assumiu o governo, o Pedro Ivo Campos, o pessoal tinha feito uma tentativa de invasão e o exército passo cos tanque em cima da barraca do pessoal. Daí foi reclamado lá pro governador do estado e daí o governador, era o Pedro Ivo Campos, ele veio aqui na 5 região militar, que eles tiraram a fita da RBS que, que, que participo lá que, que documento a tentativa de invasão, e o exército chego com tanque de guerra, passaram por cima das barraca de um pessoal, houve uma confusão bem grande na, na, que o pessoal foi lá no portão e quiseram invadi a terra, o exército veio com tanque de guerra, com um monte de soldado lá e não deixaro e daí a RBS filmo tudo né, daí eles tiraro, tomaram a fita do, do, do repórter lá, tomaram, tiraram a fita da máquina e trouxeram aqui pra 5 região, daí o Pedro Ivo Campos, que era militar, ele era coronel do exército, daí ele tinha sido eleito governador, ele veio aqui e ele levo a fita de volta, mas aonde, aonde o exército, onde aparecia na fita que o exército passo com o tanque em cima das barracas foi cortado né.

M: Aham. E seu Ebrahim só pra se localiza melhor também no tempo assim, o acampamento ali em Papanduva ele duro...

E: Dois ano.

M: É, e de que mês até que mês assim mais ou menos?

E: Foi do dia, foi de setembro a setembro.

M: De setembro de 85 a setembro de...

E: De setembro de 85 a setembro de 87.

M: E daí como que acabo esses acampamentos, como que chego ao fim isso?

E: Olha, nois acabamo com o acampamento lá em Florianópolis, porque veio essa autorização pro, pro, pro procurador faze o acerto com nois, daí a dr. Ela Volke de Castillo chamo nois lá na procuradoria, me chamo na procuradoria e me falo “seu Ebrahim, acho que vocês podem agora até para co, co, co, seis tão ali numa situação de perigo, já houve até esse acidente – ela soube do acidente que esse engenheiro bateu co carro na barraca – vocês tão numa situação de perigo ali, arriscando morre alguém na barraca lá, acho que não há necessidade de vocês continua com o acampamento, porque o exército autorizo nois faze o acerto com vocês”. Foi esse acerto que o Dr. Rui mando pro estado maior né. E daí ela “acho que não há necessidade de vocês fica sofrendo, que nois recebemo autorização pra faze um acerto com vocês e devolve as terra né”. Daí então nois resolvemo de para. Daí até o Chiquinho, que era do PT, ele que mais incentivava nois, daí ele veio lá e falo “ó, a barra aqui até perdeu a função, já, já, já não incomoda tanto eles, porque não sei, não sei o que”. Daí nois acabamo, paramo com o movimento.

M: E daí paro aqui em Papanduva também?

E: Paro aqui em Papanduva também.

M: Mas...

E: Inclusive no dia que paro veio o Edson Andrino lá na barraca, veio o Jeová Amarante, veio o Dionísio Badin, que era deputado né, viero lá na barraca pra, pra, pra assisti nois desarmando a barraca, vieram tudo eles lá, a imprensa veio lá e documento tudo né, o dia que nois saímos de lá.

M: Mas então assim senhor Ebrahim, pelo que eu percebi assim, nas datas que o senhor me falo, em Papanduva ainda continuo mais um pouco o acampamento?

E: Não, acabo lá em Florianópolis, aqui eles já se retiraram tudo.

M: E assim seu Ebrahim, durante o momento que vocês estavam acampado ali em Papanduva, por parte dos militares havia intimidação...

E: Dia intero, dia e noite.

M: Como que era isso?

E: Ah, eles vinham com, vinham com tanque de guerra do, do, do outro lado do rio e vinha com tropa grande de soldado, paravam e o soldado pulavam das viatura e vinham tudo com metralhadora, se postavam do outro lado do rio e daí atiravam, atiravam pro lado do acampamento né pá, pá, pá, pá, aquela metralhadora atirando, era só grito de criança. Eu nunca me assustei porque eu sabia que era, que atiravam tudo de festim né, mas vinham, fizeram. Inclusive daí um dia eles vieram com uma tropa, uns cinco caminhão do exército desembarcaram lá, acho que uns quarenta soldado tudo armado com metralhadora e correram no barranco do rio e se escondiam e começavam a pipoca aquelas metralhadora né. Eu tinha certeza que... não, não adianta, não corram, não façam nada, isso aí é de festim, não vão, não pode mata ninguém né.

M: E chego a... isso afugento algumas pessoas, algumas pessoas deixaram...

E: Algumas saíram de lá de, de, de medo né.

M: Mas muitos resistiram.

E: É, muitos resistiro. Ó aqui, a erva mate tem, tem até documento do cara que tirava erva mate, eu fui lá, falei com ele, ele me deu, ele recebeu essa permissão aqui do coronel pra, pra, pra i lá verifica o corte de erva né. Ali tava apagado, tava escrito “estão autorizada levantamento de (inadível) para posterior licitação e exploração”. Então tem documento, eu falei dos corte de erva lá no ministério do exército, daí eles dissero “o senhor prova?” “Provo, tá aqui ói a autorização pra assina pro coronel aqui, mandando tira erva mate lá”. Então o general pego lá e falo... Porque eu fui com uma paste de documento, daí ele falo “o senhor só tem essa pasta aí?” Daí eu falei, “eu tenho mais cinco pessoa lá em Santa Catarina que tem essa documentação”. Aí ele falo “ah, então o senhor é precavido, que se o exército lhe toma essa documentação o senhor tá preso”, o próprio general do exército me falo lá em Brasília.

M: E assim eu Ebrahim, o acampamento lá, o nome do acampamento era João Maria?

E: É, São João Maria.

M: Era por conta das pessoas terem essa devoção pelo São João Maria, porque foi a escolha desse nome?

E: Não sei, tinha uma mulher que participo do acampamento lá que ela conhecia bem a história do São Maria, então disse que São João Maria profetizou na, na área do Campo que ele disse assim “cuidado com os gafanhoto preto que vem e leva os grande e come os pequeno”. Então a dedução disso é que a Lumber levou todo o material grosso: pinheiro, imbuia, que era de valor comercial, levaram, e levaram o mato pequeno que o engenheiro lá era, o engenho da Lumber era tocado a vapor, então eles queimaram toda a, eles compravam milhares e milhares de metros cúbicos de lenha, meu sogro vendia lenha pra Lumber lá pra, pra, sustenta o engenho ne, pra faz vapor pra toca o engenho da Lumber lá. Era tudo tocado a vapor, naquele tempo não tinha eletricidade possante. Então ela dizia que São João Maria falava que um dia aquele Campo ia ser ocupado pelos botinha, mas que os botinha vinham e voltavam. Então eles vieram e ocuparam, mas um dia eles vão sair daqui.

M: Então tinha essa relação aí, por conta dessa história né, do São João Maria. Do acampamento, a organização de vocês então dividiam tarefas né? Pelo que o senhor me falou, as mulheres elas só ficavam pra fazer a comida ou elas tinham outras tarefas?

E: Não, era praticamente só fazer comida.

M: Daí os homens dividiam as outras tarefas?

E: É, mas nem tinha tanta tarefa, que era ficar parado o dia inteiro, não tinha o que fazer no acampamento né. O que que eles iam fazer no acampamento? Era ficar ali na barraca aguardando uma solução né.

M: E daí vinha ajuda dos políticos, da igreja?

E: É, vinha.

M: A comunidade ali da região apoiava também?

E: Apoiava. O prefeito de Papanduva deu (inaudível) do estado de Santa Catarina, autorizou uma verba pra prefeitura oferece comida lá pro acampamento né.

M: E dos moradores locais ali também tinha?

E: Tinha, tinha apoio de outros, mandavam leite, mandavam carne de porco, mandavam carne de gado pra, pra, pra alimentação pessoal né.

M: E na época da ditadura seu Ebrahim, na época da ditadura então teve assim um, um período que as reivindicações não...ficaram paradas.

E: Quando em 80, que ainda era ditadura, o pessoal que, que encabeçaram o movimento lá, a invasão, a ocupação lá da terra, formaram uma comissão e vieram aqui no general comandante, que era o general comandante, que era o general Aragão, o Nando, o Nando era vereador lá e veio junto. Daí o general pergunto, “você o que que é?” “Ah, eu sou vereador da região”. “Então você vai lá e me acaba imediatamente com esse movimento porque se não vou te pôr na cadeia.”

M: Mas isso em 85?

E: 85, não, em 80.

M: Mas já tinha um movimento antes então?

E: Do que?

M: O acampamento começa em 85.

E: Não, o Nando não fez parte do acampamento, 80 que o pessoal invadiu lá.

M: Ah, teve uma invasão em 1980, ocupação.

E: Em 1980, uma ocupação que, foi o Schadeck lá que organizo a ocupação e eles acamparam na casa da fazenda do Schadeck lá, a cada tava de pé ainda, então eles invadiram e foram lá na casa do Schadeck. Eu acho que foi uma coisa errada que eles fizeram, cada um devia se instala na propriedade né, mas eles se instalaram tudo na casa do Schadeck. Daí o exército chegou ali, duzentos soldado arrodiam a propriedade, tudo armado de metralhadora e de fuzil e de isso e daquilo e tanque de Guerra.

M: Eles ficaram um dia lá?

E: Eles ficaram uns 4 dia só.

M: Ah, então teve uma ocupação em 1980?

E: Teve.

M: O senhor tava lá?

E: Não, eu não fui, eu trabalhava na, na, na COPEL naquele tempo né.

M: Então teve essa resistência ainda na ditadura? Mas assim, durante a ditadura, na justiça, assembleia, comissão não, não teve?

E: Teve uma comissão lá em Canoinhas, liderada pelo... era o cunhado do Gerso, daquele que morreu, agora pouco tempo, que é meu primo. Ele fez um movimento lá em Canoinhas e reuniu tudo, **eu tinha até um abaixo assinado**, acho que tá por aí o abaixo assinado dele, foi feito o abaixo assinado. Aí teve um a... o... aquele que foi governador do estado? O Luiz Henrique da Silveira, era deputado estadual na época, então presente tava o deputado o... Luiz Henrique, Luiz Henrique foi governador do estado, ele era deputado estadual naquele tempo e ele participo da reunião dos proprietário, naquele tempo ainda tinha muito proprietário vivo né, meu sogro, o Schadeck, tá assinado pelo meu sogro, pelo Schadeck, pelo... por tudo os proprietário antigo. E fizeram abaixo assinado pro presidente da república, pro, que na época eu não sei, mas eu acho que era em 87, acho que era o, em 87 era o... o Geisel.

M: 87? 87 já era democracia, 77 então. 87 já era...

E: 77. Ói aqui, ói aqui, tem documento do procurador da república.

M: Ah, então durante a ditadura tentaram alguma solução pelos, pelas vias institucionais também?

E: Aqui diz assim: “expedidos os precatórios dos anos 70, 71 a 75, apenas 9 compareceram para retirar os valores, os demais estão arquivados por desinteresse dos expropriado em receber os ínfimo valor sem correção ou quando corrigido ainda muito distanciado do valor final. Ao final do ano de 1977 em virtude memorial encaminhado ao excelentíssimo senhor presidente

da república e por determinação deste, tentou se resolver as pendencia, contudo infrutiferamente.” Esse daqui é um documento do procurador da república.

M: Em 77 esse?

E: É, do Rui Schubalk, procurador da república. Ele diz assim: “recentemente os expropriados e seus familiares (inaudível) em desespero e desiludidos acamparam a margem do campo – esse já do nosso acampamento né – tencionando retornar a terra a força segundo noticiaram os jornais locais. Recebido o seu representante, pelo ministro do exército, o qual teria admitido ainda a possibilidade de mudar o campo para outra gleba fornecida pelo estado de Santa Catarina, parece que desistiram de seu intento”.

M: Mas assim seu Ebrahim, esse aqui é de 86 eu acho né? Mas de 64 a 1980 teve alguma conversa com alguma autoridade pra resolve, o senhor tem conhecimento ou não?

E: Quando?

M: De 64 até 1980 teve alguma conversa com alguma autoridade assim pra tenta resolve o problema ou não, que o senhor tenha conhecimento?

E: Não (muito pensativo), a única vez que eu me lembre que fizeram essa reunião em Canoinhas foi aqui nesse ano de 77, que encaminharam pro presidente da república né, encaminharam pra ele pra...

M: É que daí era ditadura também, era mais difícil.

E: É, eu não lembro em 77 que presidente que era. Em era 64 era o...

M: Castelo Branco, daí veio o, o Costa e Silva, Médici, Geisel, Figueiredo. Era oi Geisel aí.

E: O Geisel aqui né. É acho que era o Geisel aqui. Foi mandado um abaixo assinado pro Geisel resolve, e ele determino que fosse pago as pendência né, contudo infrutiferamente. O procurador soube... Nesse aqui que o Luiz Henrique era deputado, o Luiz Henrique veio o deputado Libardoni, não sei o que do Rio Grande do Sul e participo dessa reunião aqui, na mesma semana o exército cassou o mandato dele, que ele era do Rio Grande do Sul e veio se mete em problema em Santa Catarina.

M: Entendi. E assim seu Ebrahim, sobre o arrendamento, aí depois os proprietários não puderam mais arrendar e outras empresas passaram a arrendar as terras lá?

E: Não, o arrendamento era pra quem quisesse né.

M: Pra quem quisesse, mas depois começo quem pagasse mais?

E: O Schadeck, o Schadeck, por exemplo entro numa concorrência pra, pra arrendar, o Schadeck é proprietário de 230 alqueire, e como ele é, era um empresário da região e lidava com bastante criação de gado e lavoura, ele entro na concorrência pra, pra arrendar a terra. Daí primero ele arrendo diretamente com o coronel sem, sem licitação né. Daí depois que o Schadeck arrendo, inclusive cercaram lá uma área dentro do Campo, com autorização do comando e daí, daí que resolveram fazer concorrência pública né. Daí abriram concorrência pública, o Schadeck perdeu, daí os Schadeck tiveram que se retirar de lá, perdeu a... ele o valor que ofereceu os outros ofereceram mais.

M: A partir de um certo momento então começo a ter licitação e quem pagasse mais...

E: É. Faziam, foi feito, foi feito, agora quem planta lá é esse aqui ói (mostrando o documento).

M: Roda viva. Até hoje?

E: É, até hoje.

M: Quando o senhor for pra Papanduva um dia seu Ebrahim, a gente pode i passear lá né, dá uma volta por lá né? Por perto do Campo.

E: Dá, dá. Inclusive dá pra entrar dentro do Campo, aqui a área tá em conflito com o Igaraschi, ali tem estrada que passa, só tem uma placa lá: proibido a entrada, ministério da defesa, risco de vida. Eu levei o pessoal da comissão da verdade lá, daí eu disse, aqui tem essa placa e lá na frente tem outra, vamos vê a outra. Daí “não, não, não vamos entrar pra lá, tá dizendo que corre risco de vida”. Eu digo “não, aqui é estrada, nós podemos ir lá na outra placa”. Eles queriam um negócio que, que comprovasse né a existência.

M: Senhor Ebrahim, o senhor tem conhecimento da Sociedade do Núcleo Rural Papuã?

E: Tem.

M: O senhor participa dela ou não?

E: Ó aqui ó (mostrando o documento).

M: É a sociedade?

E: É, Sociedade Núcleo Rural Papuã.

M: Em que ano era fundada seu Ebrahim?

E: Qué vê, tem outro documento deles, que eles mandaram pro... esse documento tá lá no ministério do exército. O Schadeck foi lá, foi ele, o Nataniel Rezende Ribas, foi, ó aqui ó (mostrando documento).

M: Você participa dessa sociedade ou não?

E: Não, não.

M: E qual era o papel dela? Era pra lutar...

E: Isso aí foi o João Schadeck, que era um proprietário grande de terra lá né, que era o presidente da Sociedade Núcleo Rural Papuã. Essa sociedade ficou tão mal vista no exército, que quando, quando prenderam o meu filho e meu sobrinho, que nós respondemos processo aqui na audiência militar (inaudível), que é da prisão do meu filho, do, do, do Edilson e do meu sobrinho, do filho do Side. O exército nessa audiência aqui, o exército comentavam dessa sociedade Núcleo Rural Papuã, fundada pelo senhor Schadeck, com o interesse de melhorar a sua propriedade, porque não sei o que. Condenaram o Schadeck de forma essa sociedade lá pra tentar uma solução. O Schadeck foi, foi, respondeu processo.

M: Tem alguém ainda vivo que participa dessa sociedade seu Ebrahim será, pra eu poder entrevistar?

E: Agora fora o João Schadeck... o Edilson Schadeck, o filho do João Schadeck que mora lá em Mafra, ele, ele foi um dos que lidero a invasão de 1980 lá né.

M: Mas então seu Ebrahim, acho que de entrevista por hoje era isso né. Quero agradece o senhor pela entrevista e eu queria pergunta se eu posso utiliza essa entrevista no meu TCC?

E: Pode, pode sim, tudo que eu falei aqui, eu tenho, como você mesmo vê, eu tenho documento, não falo nada, nada que não posso prova né. Inclusive quando eu tive lá no ministério do exército, o general me falo que eu cuidasse bem dessa documentação, que com essa documentação eu me defendia em qualquer lugar, qualquer instância da justiça, a documentação que eu tenho me defende né. E agora quando eu fui, quando eu fui, testemunha de defesa do, do, do subtenente Heitor que denuncio as irregularidade que o comando fazem lá, eu fui testemunha de defesa do, do, subtenente, o juiz falo “pelo que eu vi o senhor tá muito bem documentado, mas as pergunta que eu vô lhe faze não se refere a nenhum dos documento que o senhor tem, as pergunta é do juiz lá de Natal, que o processo tá correndo lá em Natal pra, pra, contra o subtenente Heitor né.

APÊNDICE B - ENTREVISTA DE SEZINANDO JUNGLES. REALIZADA EM 26 DE JULHO DE 2017.

Hoje é dia 26 de julho de 2017, estou aqui com o Sizenando Jungles Gonçalves, para realizar uma entrevista de história oral que irá fazer parte da minha pesquisa de TCC, referente ao processo de desapropriação para a instalação do Campo de Manobras Marechal Hermes.

Matheus: Nando, como foi, assim, quando teve o processo de desapropriação , como que você lembra assim, como que vocês saíram de lá, como que foi esse processo na época?

Nando: Bom, na verdade...

M: Pode ficar aí, eu vo mais pertinho...

N: Na verdade quando saiu esse processo de desapropriação, né, eu ainda era bem novo, eu tinha na época uns 6 ou 7 anos, não, é 12 anos. E eu me lembro bem que foi no tempo do governo Juscelino Kubitschek, que foi desapropriada essa área. E essa área foi desapropriada em 1956. E o pessoal então quando veio a notícia da desapropriação achava que se entregasse o terreno recebiam logo o dinheiro e então podiam empata em outra coisa, comprar uma outra terra, ou mesmo comprar imóveis em Curitiba, algum lugar, né. Só que na verdade o processo demorou tempo e o dinheiro não veio, e o pessoal fico aguardando o dinheiro mas fico na propriedade, né, usando a propriedade na época. Só que a partir do dia 5... de cinco anos pra frente que disse que veio algum dinheiro, é... algum banco, mas era uma miséria que já não dava pra comprar mais nada né, não dava pra comprar nem uma parte da terra que foi desapropriada. Então o pessoal resolveu de não desapropriarem, de não pegar o dinheiro. E esse dinheiro diz que ficou no banco, né, mas parece que depois volto, e na época ninguém recebeu nada, ficou todo mundo a ver navios né.

Aí passado mais uns tempo, não sei se mais uns ano, uns dois ano, três ano, aí veio uma ordem judicial pra o pessoal entregar as terra, entregar as terra mesmo sem receber né. E o pessoal não... na verdade não saia, por bem não saia de jeito nenhum, porque não tinha recebido, não tinha pra onde ir né, então o exército mando os caminhão do exército lá e a maioria do povo

boto em cima dos caminhão e levaram até a praça de Canoinhas e Três Barras e descarregaram a mudança do povo lá, aí tomaram posse da terra.

M: Então ali, tipo... é... você em 1956, quando saiu o decreto, saiu esse pagamento que, que saiu um tempo depois que não dava pra nada, as pessoas é... grande maioria continuou nas terras e saiu só em 1963 com...

N: Quase ninguém... ninguém saiu da terra, só saiu depois quando veio a emissão de posse judicial, né. Daí saiu, mas saíram na marra, né. Tiveram que sair na marra. Nós, por exemplo não saímos, nós tinha duas área de terra, uma área de terra que foi desapropriada e uma área que não tinha sido desapropriada. Então, quando veio, eles quiseram pegara outra área também, né, a mesma que não tinha sido desapropriada. Só que na verdade nois não saímos, não saímos e eles não puderam tirar nós. Aí nós ficamo... aí nós ficamo... morando naquela área ali mais ou menos uns 6, 7, 8 anos, morando ali. Aí meu pai vender aquela área, vendeu aquela área e nós viemo embora. Aí os comprado daquela área ficaram trabalhando naquela área mais uns 8, 10 anos, depois eles vieram e tomaram a área dos, dos, daqueles comprador né. E, inclusive com divisa errada e tudo e tiveram que devolve uma certa área de terra lá que tinham comprado... que não tinha pego do Fernandinho Roising, tiveram que devolve essa área de terra e devolver mais um pedaço de terra lá que ficou... Nessa área nossa lá, eles ficaram com uma parte e outra parte os... Compraram e ficaram com aquela área.

M: Quando teve esse processo de desapropriação, é... assim, quando vocês receberam a notícia, assim, como que vocês reagiram? Você lembra como que teu pai reagiu aos... as pessoas que tinham as terras lá?

N: O pessoal reagiu da maneira que só saia se recebesse, né. Ninguém, ninguém, que tava na área lá saia sem recebe, né. Tinha os advogado, né, e os advogado... Muitos falam que algum advogado recebeu, lá, a miséria, um tanto lá e não devolveu pro pessoal, mas isso é mais... a maioria é conversa, né. Então o dinheiro praticamente volto, volto, e depois nunca mais houve pagamento, né, e o pessoal perdeu toda a terra. Perdeu todo o terreno.

M: E assim, na época o exército ele fazia ameaças? Eu ouvi falar, lendo algumas coisas, que eles começaram a fazer treinamento na área pra tipo já afugentar as pessoas que moravam ali pra saírem, não sei.

N: Sim, eles ameaçavam o pessoal, eles iam inclusive nas casa do pessoal, ameaçavam de... deixavam barraca armada perto das casa, com soldado dando tiro de fuzil e assusta o povo né. E ameaçavam tirar mesmo o pessoal, inclusive soltar... Tinha uma área de manobra que era da ex companhia Lumber, a companhia americana que tiro a madeira toda das terra, e dai foi embora, né, volto pra... pra lá e ficou... dai fico pra União essa terra. Mas essa terra era ligada com a terra do povo, né. Aí o exército queria dizer que toda a área tinha... era da companhia, né, e não era, era bem poca parte que era da companhia, dez mil hectares era do povo, né. Então dai eles faziam manobra, né. Eles arrumaram um campo lá e faziam com avião, e soltavam bomba e faziam de tudo quanto era tipo de coisa pra amedrontar o povo, né. O pessoal tem que sair, né. E teve gente que não saia, né, os que não saíram eles tiraram. Carregaram os caminhão com as coisinhas das pessoa e levaram embora, né, levaram e soltaram na praça, que nem mendigo em Canoinhas, deixaram as terra, o pessoal deixo as terra, casa e... até criação que tinha e não puderam vender, tiveram que abandonar tudo.

M: Tiveram que deixar lá as coisas das pessoas que não, que não, que saíram assim, que foram... Quando saiu a decisão judicial e tiveram que sair rápido, deixaram um monte de coisa lá...

N: É, deixaram. Na verdade, veio a... a judicial lá pro pessoal sair, quando veio eles já vieram com o pessoal já pronto pra tira o pessoal já, eles deram acho que prazo de 24 horas ou 48 horas pro pessoal sair e não era possível ninguém sair né. Então foi... na verdade foi um grande sofrimento pro povo, né.

M: Então ali, quando saiu o decreto vocês ficaram mais uns 10 anos ainda?

N: É, nois na, na, na... nossa fico uma propriedade fora, essa propriedade fico com eles né. Eu não lembro mais quanto que era a propriedade, mas era uns 80, 90 alqueire, esse fico pra eles lá, né, eles tavam usando, que era a divisa era o rio Papanduva, né, e essa outra área que nois tinha era pra cá do rio, que o decreto decretava as áreas pra lá do rio né. Então depois que começo a assumir os coronel, a muda de coronel e tal e coisa que eles resolveram... depois de 10 anos que eles resolveram de querer invadir a outra área pra cá. Dai nós já tinha vendido aquela área, o pai já tinha vendido a área, e fico questionado, fica questionando e até hoje não decidiram ainda, mas o pessoal continua, os dono, os dono mesmo continua trabalhando na área.

M: Porque dai o exército queria essa área pra eles.

N: Pra eles, mas dai como não pode tira, deixo pro pessoal, o pessoal fico trabalhando nessa área. E na área que é mesmo desapropriada, eles... lá eles não deixam ninguém entrar né, só eles.

M: E assim, como que era assim, o dia a dia de vocês lá? O que você lembra que o teu pai plantava, se vocês vendiam o que plantavam, como que era?

N: Ah, nós tinha lavora, nois tinha criação de porco, tinha galinha, tinha boi, tinha criação de gado, né, tinha mais ou menos umas trezentas cabeça de gado em uns campo lá e fazia lavora, roça, né, tirava erva, né, usava e vivia daquilo né. Aquilo era a nossa... nosso sustento era aquela área de terra.

M: Agricultura de subsistência?

N: É, exatamente. Dai depois que foi tirado aquele pedaço de terra lá, dai nois ficamo com bem poco... poco lucro mesmo, poco... quase sem lucro, né, quase só vivendo pra tira pra sustento, só não podia vendo, não podia fazer dinheiro, né.

M: Na época então, quando tinha outra área, vocês usavam pra sustento e pra vende e dai depois fico só mais pra sustento?

N: É, depois a última área de terra fico só pra né... só pro sustento. Criava um boizinho, um porco, e plantava alguma coisinha de erva e o nosso sustento era aquele, né.

M: Dai, assim, é, depois que vocês não receberam a indenização, teve essa desapropriação forçada, sem nenhum tipo de... o exército foi lá, tiro vocês. Como que, assim, na justiça vocês conseguiram, depois aí, tentar algum meio pra conseguir reaver esse dinheiro na época, porque dai já veio o golpe, né.

N: Sim, dai, quando foi tirado, claro, todo mundo tinha advogado, né. Foi entrado na justiça pra reaver o dinheiro, né. Só que o dinheiro não saia, né, não saia e entro a política no meio, os político tentando resolver, e querendo resolver, mas querendo resolver a troco de voto, né. E não conseguia, não conseguia nada. Cada que ia, que o pessoal ia pra conversar, eles recebiam, né, ministro...aliás, o comandante da 5 região aí de Curitiba recebeu várias vezes o povo, o pessoal, a comissão lá, só que na verdade nunca ele resolveu nada, ele só dizia que esse problema não era problema do exército, era problema da nação, que era patrimônio da União. Então nós, eles, diziam que não era nada com eles, mas na verdade eles que não deixavam entregar, né, então aí que era o problema.

M: Isso era durante a ditadura?

N: Isso era durante a ditadura. Aí depois que passo um tempão, né, passo um tempo, não me lembro quantos anos passo, aí o pessoal resolveu de invadir, né.

M: Nos anos 80, eu acho.

N: É, mais ou menos aí, resolveram de invadir as área lá, invadiram o que era seu mesmo, as terra... quer dizer, nem foi invasão, entraram, retomaram as terra. E aí na época, inclusive eu era vereador, né. Aí quando o pessoal entro lá, nois fomo pra Florianópolis, o pessoal tava lá dentro, nós fomo pra Florianópolis falar com o governador pra ver o que que resolvia com o povo, que tava lá dentro, né. Que o exército não queria ninguém lá, que já tinha dado ordem pra sair e o pessoal não queria sair, né. Era... Era... cada um tava no seu terreno. Aí o governador não recebeu nós, mando um outro, mando o representante dele pra recebe. Mas conseguiu audiência pra nós pra Curitiba com o comandante da 5 região. Fui eu, foi o ex prefeito Nataniel, e mais o seu João Schadeck, foi uma comissão afinal de contas. Aí chegamo lá, o chefe de relações públicas do exército recebeu nós... recebeu nós e disse: “você aguardem aí que nois estamos preparando uma sala pra vocês”. Mas ele não disse uma sala, ele disse uma cela, né. E nós entendemos que era uma cela, mas ele falo... pra não dizer que era uma sala, era uma cela pra intimidar né. Só que na verdade não foi intimidado, né. Nós fomos e conversamos com o comandante lá. Só que ele recebeu nós grosso, grosseiramente. Recebeu perguntando o que que queriam, né. Aí nós falamo, nós queria que houvesse uma solução para o pessoal que estava lá dentro, porque ninguém tinha pra onde ir, e se o exército quisesse ficar com a área de terra, então que colocasse aquele povo em algum lugar. Aí ele falo o seguinte pra nós, ele pergunto pra um e pra outro, ele pergunto pra mim “o que que você é?” Eu disse, eu so desapropriado e so vereador e presidente da câmara no município. Aí ele disse “então o senhor como autoridade, o senhor volte lá e diga pra aquele povo que se arranque de lá, vou dar 8 horas, 6 horas, que é o tempo de vocês ir lá, e diga pra aquele povo que saia de lá, se não eu mando os caminhão do exército lá, colocar eles dentro, em cima, jogar que nem porco em cima dos caminhão e tirar e jogar fora do campo. Aí nois ficamo sem ação né. Então nois voltamo, que nois chegamo em Papanduva, eles tinham tirado o pessoal.

M: Nos anos 80 isso?

N: É, já tinham vindo lá com soldado, caminhão, armas, fuzil e amedrontando o povo lá e tiraram o povo fora do campo lá, na marra, né. Como diz eles, a ponta pé. E aí fico aquela história, aquela história corre a mais de quarenta anos já, corre isso né. E já foram pra Brasília, já falaram com o presidente da república, falaram, como é que diz... com o ministro do exército, falaram com esse da justiça lá... enfim, falaram com todo mundo, se for pra conta com quem

que falaram vai o dia inteiro, eles falaram com todo mundo e todo mundo dizia a mesma coisa “vamo resolve o problema, vamo resolve o problema, o problema vai ser resolvido”. Inclusive, quando o Lula teve aqui em Papanduva, ele falo que se ele fosse presidente, a primeira coisa que ele ia fazer era resolve o problema, só que entro lá e acabou-se. Porque, quando se fala, quando se fala no exército todo mundo murcha, ninguém mais, ninguém mais... aquela época, por exemplo, hoje já não é tanto né, hoje já o povo não tem tanto medo, né. Mas aquele tempo, falava no exército... quem era a autoridade que dependia de algum dinheiro público, de alguma coisa, não queria nem saber.

M: Era o tempo da ditadura né. Então eles tinham as terra e ainda tavam no poder né.

N: Se facilitasse eles tiravam nós ainda. E hoje continua a mesma coisa, só que hoje...

Donka: Só que hoje o povo não respeita mais o exército.

M: Ali na época da ditadura então, meio que assim, fico tipo, por conta da, da, da, do exército tá no poder e tal com os militares é meio assim, foi deixado de lado assim? Mais por medo.

N: É, foi, foi, na verdade não foi bem deixado de lado, porque foi sempre lutado né. Mas claro, com certo receio né, não podia fala, já mandavam cala a boca, mandavam prende, ameaçavam, ameaçavam. Porque todo mundo tinha documento, né. Inclusive eu fui lá no campo de manobra, no Campo Marechal Hermes, em Três Barras, levei os documento pra mostra pro comandante, pro coronel lá, nem me lembro quem era o coronel na época lá. Mas eu mostrei das escritura que nós tinha, porque eles não pegaram a escritura de ninguém (inaudível) todo mundo tem documento. Mostrei lá, ele disse “isso aí não vale nada, pra nós não vale nada”. Ele disse “os cartório eu chego fogo em tudo, queimo tudo, isso pra mim não vale nada”. Aí viemo embora né, aí fico, aí fico. Dai depois que paro a ditadura, dai melhora um pouco as conversa né, melhora a conversação. Só que só na base da conversa. Teve um senhor aí, um senhor desapropriado bem antigo Ebrahim, ele é um cara super inteligente e era, inclusive, foi militar né, uma época... Ele foi militar, então ele conhecia da manha. Aí ele começo a trabalha, boto-se de corpo e alma em cima disso aí, falo com Deus e todo mundo, olha... até hoje tá na esperança, só prometem, prometem que vão resolver e que vai ser devolvida a terra, e que... ou que vão pagar, o que vão dar um jeito, que um vai falar com o outro, e fico nessa história. E na verdade houve duas... duas... o pessoal entro duas vezes, a outra vez foi, aí o pessoal entro no campo mesmo, quer dizer, entro mais, entro várias vezes, mas que assim, a gente se lembra mais é de duas vezes né.

D: Mais pra fazer um protesto né, pra chamar atenção, nós ficamo acampado lá em Florianópolis um ano...

N: Florianópolis, um ano lá em frente à assembleia.

D: 85 isso.

N: Então ia todo mundo, todos os político ia visitar, ia leva uma coisa, ia visita e tal e promete, tudo, mas durante esse ano não resolveram nada.

M: Assim, então depois que acabo a ditadura, ali no fim da ditadura que teve essas conversas e tal, eu sei que... só porque tinha mais liberdade, mas assim não tinha ação

N: Só tinha liberdade né, liberdade de você conversar, mas não tinha ação nenhuma, essa ação não resolvia nada. Mesmo na justiça, na justiça também, na justiça um juiz julgava a favor do

povo, o outro já julgava a favor do exército e assim ia passando um pro outro e até. **Donka pediu para pausar.**

M: Você falo que lá anos 60, o processo de desapropriação tinha alguns políticos que se envolveram e tal, você lembra o nome de alguns deles?

N: Tinhas, os político que mais assim prejudicaro, mais puxaram o exército aí era os Bornhausen, Jorge Bornhausen, que era governador na época. Então ele puxo bastante pra trazer o exército pra cá né. E quando trouxeram, ele deu apoio total. Nois tivemo vários pedido de audiência com ele, ele não recebeu nois. E o dia que ele recebeu nois, ele não deu satisfação nenhuma pra nois, o dia que ele recebeu em Mafra, que ele fez estada do governo em Mafra.

M: Isso foi nos anos 60?

N: Não me lembro, não me lembro que ano que era.

D: Era mais. Depois que já era o exército.

N: Não, ainda tava o exército, porque ele foi eleito...

D: Quero dizer assim, foi depois de 64.

N: É, foi depois. Eu não lembro a data, só sei que foi... E dai tinha os deputados em Canoinhas mesmo, os Teresbi, (inaudível) Teresbi Carvalho, Aroldo Carvalho, os políticos que eram representantes do povo aqui né. Só que eles não fizeram nada, absolutamente nada.

D: Eles disseram que essa terra era uma terra devoluta.

M: E teve alguns políticos que ficaram ao lado dos desapropriados?

N: Não, tinha sempre... todos eles estavam ao lado, todos eles tavam ao lado dos desapropriados. Inclusive veio o Valdir Colato, veio outro deputado aqui de Florianópolis, vieram aqui, vieram no acampamento, visita né. Mais assim, depois de fazer alguma coisa de objetivo não. Só deram apoio né, deram algum apoio. Fazer uma visita pro pessoal né, mas assim, dizer que eles deram apoio...

D: Ficar contra o exército nenhum fico.

N: Nenhum fico né. Agora eu vou te dize uma coisa, se você falasse com o Ebrahim, O Ebrahim te conta tudo, tudo, tudo do começo ao fim. Ele sabe tudo, ele é um historiador do campo de manobra, se conseguisse fala com ele.

M: Eu vo conversar com ele, eu vo ter que ir atrás dele. E assim, quando você falo que vocês ficaram morando dai pro outro lado do rio né, aí ficaram num espaço menor e tal de terra. Dai vocês saíram de lá assim, resolveram vende porque não tava dando pra viver ali?

N: É, nos resolvemo sai por causa do estudo das criança também né, e dai meu pai também já tava doente e com certa idade né, aí nois resolvemo de vende e vim mora aqui na cidade né. E que não tava dando também, não tava dando pra sobreviver né, então tiveram que procurar outros recursos.

M: E aí o que que vocês vieram faze aqui na cidade?

N: Aqui na cidade, aí depois eu comecei a trabalha com caminhão né, na época, Donka?

D: Não, na época você veio trabalhar com o seu Partala.

N: Ah não, dai eu vim trabalha na prefeitura. Eu vim como secretário de obras do Partala, né. (inaudível) Meu pai era aposentado e a Donka fico em casa, cuidando da família e ela fazia costura, e era costureira né. Sobrevivência também da costura dela, então fazia costura pra fora.

D: Quando o vovô, o Joaquim, que era o pai dele saiu de lá, aquela parte ele não pode vende. Ele dexa lá, pois dai.

N: (inaudível)

D: Pois é, você vendeu, mas dai o exército foi e fecho tudo de novo.

N: Pois é, mas dai já era outro caso.

D: Dai deixamo lá como era, o vovô veio mora aqui pertinho de vocês, ali da casa onde é da Lizete.

N: Mas nois vendemo, ele vendeu pro Tide Prates e eu vendi pro Igaraschi, dai que nois viemo.

D: É, mas dai...

N: Aí eles tomaram deles, dos outros dai. Eles tomaram do Tide Prates que já plantava, eles arrendavam as nossas terra, as terra que nois plantava que nois usava o exército arrendava pra outras pessoa.

M: **Pra outras pessoa, ilegalmente.**

D: Até hoje eles fazem isso.

M: **Sim. Então depois da desapropriação, vocês viam o exército arrendar terra que era de vocês pra outras pessoa.**

N: Pra otras pessoas. Inclusive erva, tiravam a erva e passavam no nosso marador né, e vendiam a erva... **o coronel vendia a erva pra outro ex proprietário lá e dividia o dinheiro.**

M: **O coronel vendia e pegava pra ele o dinheiro.**

N: É, pegava pra ele e pro sociedade pro outro que fazia. E nois não podia usar né, então por isso que nois pegamo e saímo então né. Mas aquela parte lá vendemo né. Tanto é legal, que nois conseguimos vende né, vende e escritura e recebe, o pessoal que compro de nois pago.

D: E dai nois viemo, compramo a casa e viemo mora aqui né. (inaudível)

M: **É, teve muita gente né, que tipo, ainda, parece que vocês tinham um pouco mais de terra né e deu pra fica ali, mas teve gente que teve que sai e fico sem nada.**

N: Teve gente que só tinha aquela terrinha e a casa né. Poca terra e a casa.

D: Tinha propriedades grande lá dentro.

N: E também tinha as propriedade grande lé.

D: Tinha até luz elétrica naquela época.

N: Schadeck, Honorato Pacheco, Maurício, tinham umas propriedades grande mesmo.

M: Pois, e eu ia perguntar mais alguma coisa...

N: E era um terreno que produzia tudo, tudo que plantava produzia. E criação de gado e porco e tudo que tivesse lá. Era um terreno produtivo né, não era um terreno, assim, como muitos falavam que era inútil e improdutivo né. Era um terreno super produtivo. Até hoje tá lá, a prova lá, que tá produzindo soja, Geraldo Schadeck, Geraldo Suchezenki produz lá. Maioria do pessoal que vem do Rio Grande produz junto nas divisa de terra e outros produz até dentro do campo. Onde tem um arrendamento pra Roda Viva de Canoinhas, de mil e pouco alqueire lá, que essa Roda Viva planta lá num terreno do exército.

M: Então eu quero agradecer a entrevista do senhor, eu quero perguntar se eu posso usar ela... usar talvez algum trecho no meu TCC?

N: Pode sim, pode. Também quero agradecer você pela confiança né, e você pode usar o que você acha que deve usar aí, pode usar. O que eu falei é a verdade mais pura que a verdade.

M: Brigado, Nando.

APÊNDICE C - ENTREVISTA DE SEZINANDO JUNGLES E VERÔNICA THIESEN JUNGLES. REALIZADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

M: Nando, é... o senhor nasceu aqui, ali na região, ali onde é o campo hoje, em que ano que o senhor nasceu?

N: Olha, eu nasci ali onde é o campo ali, é próximo até o campo, Campina Jungles, o nome do lugar. Eu nasci em 2 de maio de 1944.

M: É, e assim Nando, como que era o dia a dia ali, antes da desapropriação né, como que era o cotidiano de vocês, o que vocês faziam, como que era o trabalho e tal?

N: Na verdade era uma vida tranquila né, vida de quem mora no interior não é uma vida de luxo né, mas é uma vida tranquila. Uma vida que nois levava... com nossa terra que nois tinha, tinha criação de gado, tinha erva mate e tinha pinheiro também né. **Então a gente vivia fazendo uma lavorinha e vendendo né, porco, tinha gado, vivia tranquilo, até chegar esse ponto de ser desapropriado.**

M: Então vocês produziam... o senhor lembra o que vocês produziam e essa produção era mais pra subsistência ou vocês vendiam parte do excedente, como que era?

N: Não, essa produção era praticamente pra nossa subsistência, pro nosso consumo. Plantava feijão, plantava milho né, plantava batatinha, plantava tudo essas coisa de cereais aí que se planta hoje, nois já plantava na época, em poca quantidade né, porque os recurso eram poco, nois plantava, quase nunca vendia nada né, era só pro gasto.

M: E essas trocas, quando havia, eram feitas por relação monetária ou as vezes vocês trocavam com outros vizinhos ou iam pra cidade e trocavam por outros mantimentos que não tinha lá no campo, como que era? Vocês vendiam ou faziam uma troca?

N: Bom, na verdade, lá na época lá, cada um tinha o seu né, quando não tinha era emprestado, um emprestava do vizinho, outro emprestava do outro e assim ia né. As vezes vendia alguma

coisinha também na cidade pra compra trigo, açúcar, essas coisas que não tinha lá, café. Dai vendia a produção que nois tinha lá pra compra, inclusive ropa né. Era feito isso.

M: Os animais... Então essa produção era feita por vocês mais pra subsistência, mas as terras, tipo, que tinham, cada um tinha, tipo, a sua terra mais ou menos ou produzia meio junto cada um assim, ou cada um sabia onde produzia? E os animais, acho que os animais eles eram soltos né na época, como que era?

N: Na verdade as terras, todo mundo era dividido né. As terra tinham cerca nas terra, cada um cercava o seu, tinha alguns que não cercavam, mas era respeitado os marco que tinha dos antigo né. Os animais eram solto, eram criado tudo coletivo, tanto porco, quanto gado, cavalo, tudo era criado com os vizinho tudo, mas todo mundo sabia qual era o seu né.

M: Era mais uma criação mas comunal, mas cada um sabia...

N: Cada um sabia qual era o seu né. Daí esses animais que tinha... principalmente o gado né que daí era vendido né. Chegava a parte de época de vende, vendia e daí tinha dinheirinho pra compra ropa, era mais coisa assim, de necessidade mesmo né. Porque nois não tinha carro, não tinha automóvel, não tinha televisão, não tinha rádio na época, não tinha nada né. Então era a vida simples, muito simples, mas tava vivendo, todo mundo tava vivendo.

M: Viviam bem?

N: Vivia bem. Todo mundo vivia bem.

M: Aham, tipo, tinha o necessário.

N: Tinha o necessário sim, sobrava ainda muitas vezes. Todos trabalhavam junto com a família né, a família inteira trabalhava né, e os pais trabalhavam junto né. E as vezes pagava alguma pessoa pra trabalhar né.

M: Aham. Eu li alguma coisa sobre o pixirum. O senhor tem lembrança do pixirum, se tinha o pixirum, como que era?

N: O pixirum existia sim. Na época, na minha época, era criança quando se falava em pixirum, mas faziam. Tava as veiz um vizinho lá com uma roça no mato lá sem...quase morrendo no mato e não tinha condições de carpi aquela roça né. Então eles faziam o pixirum né, que era convidado os vizinho tudo pra ir dá um dia de trabalho pra aquela pessoa né. Então, daí, faziam a comida e panelão de comida lá e tal. E o pessoal ia lá e trabalhava até tarde tava feita a limpeza da roça né. Esse aí era o pixirum que tinha. Tinha sempre, várias, várias vezes faziam isso.

Donka: E de noite tinha baile ainda.

N: Ah, e de noite tinha baile, na verdade o bailão que era o mais importante. Mais quem não fosse trabalha no pixirum não entrava no baile (risos).

M: Mas como que era feito esse pixirum assim? Eu li alguma coisa que tinha... que as pessoas levavam bastante bebida na hora de fazer o pixirum. O senhor participo de algum pixirum ou o senhor era criança? Era criança né?

N: Na época não participei né. Mas bebida não levava, no pixirum não podia, era proibido levar bebida. Cada um levava a sua ferramenta: inchada, foice, mas bebida não. E daí sempre reunia né, o pessoal, os vizinho tudo eram solidário um com o outro né. Então... **mas não eram daí**

muito... depois de uns tempo paro os pixirum, porque daí o pessoal começo a planta já com umas maquininha e tal né, começo a aparecer alguma máquina, alguém já compro uma maquinazinha de planta, outras de carpi né, carpideira, então daí paro os pixirum.

M: Então o senhor só tem mais lembrança quando era criança mesmo?

N: Quando eu era criança que eu ouvia fala mesmo.

D: Daí começo o negócio do campo, o Nando era criança.

M: Na época que chego o campo, quantos anos que o senhor tinha?

N: Olha, na época que chego o campo, eu devia de ter uns 10, 11 anos por aí.

M: Então, o pixirum ali, a prática já, já, já tava sendo, já não era mais praticado um pouco antes de chegar os militares ali.

N: É, na verdade já era antes, bem antes né. Depois já... Aí quando chego os militar, daí que começo as... Só porque demoro muito tempo esse negócio. Os militar viero, saiu a notícia que ia sair o campo de manobras, o campo de instrução, não sei o que, o pessoal até não acreditava, quando foi de repente eles vieram medir as terra né. Andavam por lá de jipe medindo terra, soldado bastante. Mas daí pararam de novo, mais um ano, dois ano, fico parado, aí o pessoal penso que nunca mais vinham né. Quando foi de repente eles vieram com força total né.

M: Então ali quando eles vieram, eles vieram a primeira eu acho no início dos anos 50 né? E daí fico um tempo parado se ia te indenização, se ia te o campo mesmo e depois eles vem e desapropriam em 1963 né?

D: Na verdade em 56 foi o decreto de desapropriação.

N:Decreto em 56 né, o decreto de Juscelino Kubitschek que era o presidente. Mas é... tá. Aí depois que eles viero né, eles viero e mediram as terra e fizeram uma avaliação, mandaram faze uma avaliação né. Só que esse valor que eles fizeram, até na época que eles fizeram a avaliação era mais ou menos aquilo né, não era tão injusto né. Só que eles não pagaram né, o governo não pago. Aí fico o povo lá sem recebe, sem pode usa as terra. E daí o povo contesto através do advogado né. E dai fico, mais um tempão né, e não saiu o dinheiro, de jeito nenhum. Aí o povo não saia né, ninguém saiu daí. Mas quando foi... um dia começaram a vim faze manobra e já começaram a mandar todo mundo saí. Nós, meu pai tinha uma criação, teve que vende as pressa né.

E... nois tinha duas área de terra na época. Uma área tinha sido desapropriada e a outra não. A área que nois morava não tinham desapropriado. Essa área fico de fora, era uma área de cinquenta e pouco alqueire. Tinha outra área de quase oitenta alqueire que foi desapropriada que né... Mas aí depois com o tempo, eles vieram e andaram medindo aquela nossa área ali, que não tinha desapropriado. Eles mediro sem decreto, sem nada né. Então tinha decreto de desapropriação da área e eles mediro e fecharam né. Só que nós não saímo, meu pai não saiu.

M: Essa área que não foi desapropriada primeiro...

N: É, não podemos mais usar mais a outra área que tinha sido desapropriada não pudemos usa. E essa área nossa ali daí ficamo morando lá. Eles viero, tiraram todo mundo, soltavam bomba na frente da casa de quem não queria sai. E a nossa... nois não saímo. Lembro até hoje que veio o coronel de Três Barras lá, comandante do campo e aí pergunto pro meu pai “o senhor vai sai

seu Joaquim?” Ele disse: “Daqui só saio com um caixão de dinheiro ou morto, uma das duas coisa”. Aí ele falo pro meu pai: “Não, mas aqui é começo do campo, é entrada, então o senhor pode fica aí, pode fica aí”. Aí ficamo né, um tempão lá, dai... Não sei se você qué pergunta uma coisa pra trás aí.

M: Não, Não, pode seguir.

N: Aí ficamo né um tempo lá e depois eles pegaro e começaro a usa aquela terra nossa ali, que nois não podia usa a terra, nois só podia mora num cantinho lá, mas não podia tira a erva, inclusive a erva eles arrendaram a erva nossa pra outro proprietário lá. Ele fazia a erva no nosso barbaquá, que dizia, que era um malhador de erva né, nosso.

M: Isso era na área que tava dentro?

N: Não, na nossa área aqui fora.

M: Mas que ainda era de vocês?

N: Era nossa.

M: Mas eles não deixavam vocês usar?

N: Não podia usa.

D: Não podia corta erva.

M: Mas mesmo a área não sendo dos militares.

N: Não era, mas eles enquadraram ela como se fosse deles. E dai com aqueles coronel malandro, que dai vieram ali e fizeram esse tipo de coisa foram tudo embora. Daí os que chegaram achavam que era mesmo. Porque a divisa do campo de manobra com Papanduva aí, é o Rio Papanduva. E o nosso terreno que foi mesmo desapropriado era do rio pra lá. E essa outra área era do rio pra cá. Mas eles vieram e tomaram a força ali e queriam fica. Aí de repente, aí já é, já tava, já fazia... já logo em seguida né. Daí eles arrendavam barbaquá e a erva e arrendava os campo pra plantaram soja.

M: Arrendavam pra outras pessoas?

N: Pra outras pessoa, planta soja. E foram usando a nossa terra, foram usando. Daí chego um tempo que... aí já era, aí já era bem passado né, nós já tinha casado, tava morando na Campina lá com a Donka lá. E daí tinha uma área de terra de 22 alqueire que era o mato né, nesse eles não tinham mexido. Nesse aí eu peguei e fui... fiz um requerimento pro INCRA, na época era IRASC né, e requeri a terra, requeri aquela terra.

D: Terra que era dele mesmo (risos)

N: Terra que era minha mesmo, mas eu fiz uma jogada. Aí tá, o governo do estado vendeu a área, eu comprei. Paguei 6 mil cruzeiros.

M: Área que era tua mesmo.

N: Área que era minha. Daí comprei e vim... Porque antes um pouco eu fui lá no comando da 5 região em Três Barras né, e conversei com um coronel lá que era muito boa gente, coronel Nilson Valback. E ele falo, olha Nando, eu respeito a área do rio pra cá, do rio pra lá, eu não...

eu não... eu não considero do campo né. Então daí... peguemos e vendemo né. Meu pai vendeu aquela área que eles tavam arrendando e eu peguei e vendi... Peguei e fui pra lá pra Florianópolis, fiz acho que umas 10 viagens. Consegui o título, daí vim e logo vendi. Vendi área pro seu Igaraschi. Daí viemo mora pra cá. Aí meu pai também veio né. E daí fico aquele pedaço lá, que dai eles pegaram e invadiro de novo. Aí depois, passado dez anos que eu tinha vendido, eles vieram de novo, vieram e fecharo a área, aquela área.

M: A que você vendeu pro Igaraschi?

N: É, fecharam a área. Então é questão, só porque fecharam a minha área e uma área do João Schadeck, que tinha pra cá e uma área do Fernandinho que não era do campo. Só que o Fernandinho Schadeck entraram na justiça e ainda reviro, tiveram que devolve as terras pra eles. O Igaraschi não entro na justiça, Igaraschi dexo. Tá lá até hoje, não é do campo, é do Igaraschi a área. Só que eles fecharo, não deixam ninguém entra.

M: Tendi. Então vocês saíram da terra, ficaram pro outro lado do rio né, onde vocês tinham a casa né.

N: Nós tinha propriedade do outro lado, daí foi desapropriado, lá é que tinha as criação. Daí ficamo pro lado de cá.

M: Onde tinha as criação é onde foi desapropriado.

N: É, onde foi desapropriado e onde nós plantava também.

M: E dai eles quiseram pega a outra parte que tinha casa e pegaram, mas o teu pai ainda conseguiu vende?

N: É, vendeu a parte dele e eu tinha outra parte que era dele, do meu pai, só que tinha um excesso, aquela época tinha um excesso de terra né. Os cara mediam um alqueirão naquele tempo, aí nois medimo, deu aquele excesso de 22 alqueire.

M: Mas na época o teu pai... Como que era o nome do teu pai mesmo?

N: Joaquim Jungles Gonçalves.

M: O que ele é do seu Ebrahim?

N: É cunhado, primo e cunhado.

M: A esposa do Ebrahim...

N: Prima do meu pai.

M: Ah, prima do teu pai.

N: Só prima, não é cunhada.

M: O seu Ebrahim, o que ele é do senho então?

N: Ele deve se tio, aliás, primo meu também.

M: Mas não primo de primeiro grau?

N: Não, de primeiro grau não.

Mandou eu ler um documento referente a venda da sua terra ao Igaraschi.

M: Você vendeu em 76?

N: É, em 76. Daí dali 10 ano, 12 ano, eles entraram lá e fecharam.

M: Só que essa parte das terras ali não fazia parte do decreto de desapropriação, eles tavam indo por conta querendo mais terras.

N: Tavam indo por conta.

M: Entendi, eles tavam querendo toma mais terra.

N: Mais terra. Isso aí é o contrato que eles fizeram. Ele penhorou daí (inaudível).

M: Mas e daí, e o seu... é Nando, é... quando vocês, vocês perderam a terra onde vocês produziam ali né que o senhor falou, o teu pai não conseguiu arrendar terra também ali ou...

N: Eles não arrendavam pros proprietário, eles arrendavam pro pessoal de fora. Proprietário eles não arrendavam, deixavam nem entra nos terreno.

M: Aham, não deixavam. É porque o seu Ebrahim me falou que acho que o sogro dele né, ele conseguia né.

N: Ah, o sogro dele arrendava.

D: O sogro dele, o sogro do seu Ebrahim era medonho. Não, esse aí não grava, não, esse aí não grava

Fui mandado parar a gravação, os entrevistados iriam falar da relação do pai do seu Ebrahim com os militares e os arrendamentos que ele fazia, o que não era permitido aos outros proprietários.

Matheus: Então Nando, eu acho que... e daí vamos continuar então no campo ali, talvez depois a gente volte mais pra trás. É... E daí assim, quando vocês, daí vocês saíram e o senhor e a Donka se casaram mas moraram ali na... onde vocês, onde teu pai mora, depois que foi desapropriado né, ou depois que saiu... continuou morando na, na casa, mas fora do campo né. Daí vocês moraram ali por um tempo ainda?

Nando: Moramo, moramo junto com meu pai. Depois que nós saímos dali (inaudível) fomos pra uma escola que tinha aí, a Donka foi dá aula lá e nós fomos mora na escolinha, nós ficamos quantos anos lá?

Donka: 10 anos.

M: Até?

N: Até eu vende esse aqui que nós viemos pra cá.

M: 76 por aí.

N: Assim que eu peguei o título nós viemos pra Papanduva.

M: E assim, quando vocês moravam ali na divisa então né com o campo, com os militares ali, como que era a relação com eles assim?

N: Não, nós não tinha relação nenhuma com eles. Eles as veiz vinham, almoçavam lá por perto de casa lá, nós não dava de lote e eles também não. Na época, nois ali não fomo incomodado. Nós fizemo o que eles queriam né.

D: Só que não foi feito mais nada, sabe.

N: Não foi feito mais nada, foi caindo tudo.

M: O que tinha lá dentro.

N: Não podia ter mais gado, não podia ter mais nada.

D: A casa não arrumavam.

N: Começamo a ficar na miséria.

M: Então vocês depois que foram desapropriados não puderam arrendar terra, não podiam criar gado lá dentro, vocês ficaram só com uma terrinha ali e dai...

N: Só em volta da casa, não dava pra nada né.

M: Aí vocês começaram a passar um perrengue né?

D: Olha, um perrengue grande.

N: Grande, grande, grande, grande.

M: E como que foi assim depois, porque antes tinha uma vida razoavelmente boa né.

N: Boa, normal. Aí começo a fica né, a vida aborrecida, fica triste né, pai começo a fica doente né. E recurso também não tinha quase lá, tinha só Mafra e Curitiba pra doença esses negócio. E dai passamo uma temporada bem ruim. E daí que a Donka começo a dá aula, e eu também fui dá aula lá no Palmito, Rio da Ponte, fazia 30km de bicicleta por dia, todo dia, se não era em bicicleta, era a cavalo. Aí começo...melhoru um poquinho né.

M: Vocês davam aula do que?

N: Aula de tudo. Primeira série até quarta série. Numa sala tinha 40 aluno com 4 classe, primeiro, segundo, terceiro e quarto. Naquele tempo não tinha aula só pra uma classe né, era primeiro, segundo, terceiro, quarto, até o quarto ano.

D: Tinha uns cinco, seis aluno em cada classe, oito.

N: Viu Nando...mas assim, depois que vocês saíram, vocês ainda tentaram produzir na terra que sobro ali... Ah, que não dava né, mas aí como que vocês sobreviviam assim, tipo, nesse período, já que vocês não podiam produzir nada, que os militares não deixavam nem nada terra que ainda eram de vocês...

D: O vovô tinha uns pedaço de terra onde que eles faziam as lavoura pra fora...

N: Tinha fora aqui...

D: Mas era poquinha terra.

N: Mas dai com o tempo produziu poco lá pra simplesmente só pra comida né.

M: Só pra sobreviver.

N: Só pra sobreviver.

D: Umas vaca de leite tinha, mas era poca coisa.

M: Teve muita gente que não tinha mesmo mais terra.

D: Aham, vovô ainda fico ainda com um pouco assim né. E os outros que tiveram nada, nada, nada, nada.

N: Jogaram lá na praça de Canoinhas lá, os Boiko foram tudo posto no caminhão a força do exército e jogaram lá na praça em Canoinhas, deixaram eles jogado lá. A prefeitura teve que toma conta deles lá.

M: E assim, voltando, agora pra, um poco pra trás de novo, quando o São João Maria ali na região, ele era.

D: Ele não é do nosso tempo.

M: Mas tipo depois ali, não tinha devotos e tal.

N: Até hoje tem. Na verdade, claro, eu não acredito, mas acho que era um cara sabido, mais sabido que os outros né. Devia se um cara estudado, estudo um poco em algum lugar e daí veio pra cá né. O cara sabia... talvez escutava rádio, essas coisa, sabia o noticiário, depois vinha e dizia pro povo né. O pessoal fico com uma crença muito grande, até a água que ele... o pocinho que ele tomava água era remédio. É uma crença né, era um profeta né.

D: Ele era uma pessoa estudada.

M: Mas o teu pai, assim, ele era devoto, sua mãe eram devotos do São João Maria?

N: A minha mãe era, meu pai não (risos). Não era muito.

D: Mas ele também não...não...(inaudível).

N: Homem não acreditava.

M: Quando teve o decreto de 1956 vocês ficaram sabendo já...não sei se o senhor lembra, se o teu pai fico sabendo ou a tua mãe do decreto já em 1956 ou demoro um pouco. Como que chegou essa notícia lá?

N: Bom, isso aí, o decreto foi em 56. Daí já logo saiu né jornal. Já um foi para Canoinhas e trouxe o jornal e daí já saiu, eles mandaram pra tudo o pessoal o jornal com as terra, a quantia de terra que seria desapropriada, a quantia em dinheiro que ia sair e tal né. Mas aí passado esse tempo aí acabo. Depois que eles tomaram posse do terreno lá... Os advogados contestaram aquele primeiro pagamento que o governo levo oito anos e não pago, né Donka.

D: É

N: Nois na época ainda se recebesse aquela terra que desapropriaram lá, o valor justo, nois podia comprar um terreno lá, meu pai já tinha tratado. Um terreno de 50 e poucos alqueire em Santa Cecília, com aquele dinheiro dava pra comprar né. Aí quando veio o dinheiro, que disse que tava no banco o dinheiro, que a maioria não vem, só disseram que veio, não dava para comprar um alqueire de terra mais. Dai ninguém pegou né, ninguém recebeu aquele. Dai nunca mais eles pagaram.

D: E dai aquele dinheiro acho que não foi devolvido. E dai eles acharam que tá pago.

N: Algum advogado pego.

D: Mas uma miséria.

N: Algum advogado esperto foi lá e “já que os proprietários não querem nois pegamo”. Aconteceu isso.

M: **Os advogados ficaram com o dinheiro que era da indenização.**

N: De alguns né, de alguns né.

M: **Mas então ali como o senhor falou né, teve esse decreto tal e veio a notícia mas ficou assim... até vocês acharam que- talvez não seria mais desapropriado.**

N: Achava que nem saia mais.

M: **Você lembra de alguma movimentação assim do teu pai de ir atrás da indenização na época?**

N: Nois tinha advogado. Nois tinha o Saulo Carvalho que era o nosso advogado, então nois procurava ir lá para o advogado. Chegava lá em Canoinhas e o advogado dava as informação. Dai quando chego uma época o advogado falo “não tem jeito, esse dinheiro não dá pra nada”. Mas nois já tava cansado de esperar né.

M: **Que ano mais ou menos isso? Que saiu essa indenização?**

N: Essa indenização, essa primeira indenização foi depois de 10 anos.

M: **Já não valia mais nada?**

N: Não valia mais nada.

D: Foi em sessenta e pouco ali.

N: Acho que já tinha trocado até a moeda. Alguma coisa assim.

M: **E assim, aí teve aquela saída brusca que foi os militares em 63 eu acho né, que eles tiraram as pessoas em cima de caminhão, e levaram as coisas, não deixaram elas sair. E levaram o que deu né? Como que foi, você lembra desse, como que foi essa desapropriação?**

N: Essa retirada das pessoa?

M: **Essa retirada das pessoas...**

N: Eles simplesmente eles chegaram, eles mandaram a guarda do campo lá avisa o pessoal que saísse, fosse embora que eles queriam a casa.

D: 48 horas.

N: 48 horas pra sai. Teve muita gente que saiu. Então teve alguns que saíram, foram para casa de parente né. Muitos que tinham parente foram, outros que não tinham parente, não tinham pra onde ir não saíram. Inclusive eles vieram na casa de uma viúva lá, a viúva Boiko lá. Pegaram as coisa que tinha na casa dela lá e jogaram em cima do caminhão e... foi na casa dos filho e fizeram a mesma coisa e levaram na praça em Canoinhas e descarregaram na praça lá e mandaram um ofício pro prefeito que tomasse conta daquele povo lá que tinham invadido o Campo de Instrução Marechal Hermes. Quando na verdade os invasores eram eles.

M: **Então dai, vocês ali, vocês presenciaram isso, porém vocês tinham a propriedade pro lado de fora né. E tinha muita gente que tinha ali dentro e teve que...**

D: Abandonaram tudo as casa, abandonaram a criação de gado, os gado que tinha um poquinho eles venderam antes. Mas tinha gente que tinha porco, tinha galinha, tinha tudo né. Tiveram que deixa assim, abandonado, sabe. Roça, a roça foi colhe.

M: **E dai Nando, eles saíram... E assim, quando chegou o exército lá para tirar as pessoas, não teve nenhum aviso prévio antes?**

N: Não, eles avisaram 48 horas.

M: **48 horas. E aí as pessoas não conseguiram se organizar, talvez para resistir, alguma coisa assim?**

N: Não, nem tinha como né.

D: Eles tinham medo, eles tinham medo.

N: Naquela época o povo tinha um medo de milico que Deus o livre. Era época da repressão...

M: **Um pouco antes.**

N: Um pouco antes né. Um pouco antes, mas dai já tavam se ensaiando né pra... O pessoal tinha receio né, como tem até hoje, né.

M: **Aham, entendi. E assim, antes de 63, o senhor lembra se teve pessoas que já foram saindo das terras? Ou ficaram até ser expulsos em 63?**

N: Ninguém saiu, todo mundo fico. Aí quando veio a ordem pra sai, todo mundo saiu, os que não saíram foram tirados a força.

M: **Então todos ficaram até 63?**

N: Aham.

M: **E o senhor sabe assim de notícia, o que essa pessoas fizeram, essas que não tinham outras terras, para onde que elas foram? O que elas fizeram?**

N: Isso aí foram... como eu disse pra você, muitos foram pra casa dos parente. E outros que não tinham, a prefeitura ando arrumando lona e foram morar debaixo de lona.

D: A maioria foi pra Curitiba né, Nando.

N: A maioria foi embora, né, pra Curitiba, arrumaram emprego lá em Curitiba. E foram embora trabalhar de operário lá né. E esses que não podiam, já que eram de idade, esse não foram, esses ficaram por ali. Sofrendo ali. (inaudível).

M: E assim, ali na época, Nando, depois dessa desapropriação... é claro, o senhor era criança, né. Em 63, já tinha quantos anos?

D: Não, em 63 já era um moço.

M: Era moço?

D: Casamo em 65.

M: Já era um moço né. O senhor lembra se algum sindicato rural, alguma coisa assim atuou junto aos desapropriados ou até depois?

N: Sindicato não teve nenhum. Político também só faziam onda, mais nada. Afinal de contas o povo ficou abandonado. Não teve associação de sindicato, não teve (inaudível). Não teve o apoio de ninguém. Até que povo uma época...

D: 1980. Setembro de 1980.

N: Aí o povo resolveu de entrar né.

M: Esse daí veio o movimento social daí? Em setembro de 1980... Daí as pessoas, vocês vão se reunir né.

D: Não tinha movimento social nenhum. Era só o povo se reuniu e entro sabe.

N: Isso é depois.

D: Aham, mas ele tá perguntando...

M: Mas não faz mal, ir e voltar.

D: Então continue da onde você tava.

M: Não... então daí então... ali nesse período, ali nos anos 60, nenhum político assim, o senhor tem lembrança de atuar junto aos desapropriados assim.

N: Não, não teve nenhum político, nenhum daqui, nem do estado, nem federal, ninguém se envolveu.

M: Nem depois?

N: Depois sim, depois houve alguns que vieram meio fazê visita pro pessoal, isso bem depois. O pessoal já tinha entrado lá né.

M: Isso nos anos 80 dai?

N: É, aham. Uma época depois, mais tarde, eu já era vereador. Aí nois começamo a trabalha. Prefeito era o Nataniel Ribas, ali. Ele também tinha terra. E dai, não sei se você tem mais alguma coisa pra trás, dai nóis...

M: Não, não, pode ir falando.

N: Dai na época o pessoal se movimento e entraram lá no campo, né.

M: Que ano isso?

N: Em 1980.

M: Era na época que o senhor era vereador?

N: Eu não me lembro o ano...

M: O senhor foi vereador de que ano até que ano?

N: Eu fui duas veiz. Fui de 76 a 82 e dai de 86 a 92. Na primeira vez eu fui 10 ano vereador.

D: 10 anos? Era 6.

N: Ah não, 6 anos. 10 anos com os dois mandato né. Até que chego um dia, daí quando o pessoal entro lá... Nois fomo, fizemo uma comissão de vereador e prefeito e fomo pra Florianópolis, né, falar com o governador. Chegamos lá, o governador tinha marcado audiência pra nois, quando chegamo, o governador tinha viajado, deixo o chefe da Casa Civil pra receber nois lá. Dai nois coversamo com o Chefe da Casa Civil e ele não deu esperança nenhuma pra nois. Única coisa que ele disse: “olha, eu posso marcar uma audiência de vocês na 5 região militar com o coronel, general Jofre Sampaio, que é o chefe da 5 região militar. Vocês vão se entender com ele lá. Ah, tudo bem, então marque pra amanhã já, se puderem. De lá de Florianópolis, nois já seguimo pra Curitiba. Na saída tinha um deputado que...tinha...fazia... voto aqui em Papanduva bastante, nois inclusive tinha trabalhado pra ele. Aí eu perguntei pra ele, disse “ó deputado, chego a veiz do senhor dá uma mão agora pro povo lá né, até agora o senhor só levo voto de lá”. Ele disse “hi, Nando, com essa gente eu não quero conversa”.

M: Qual era o deputado?

N: Moacir Bertoli. “E com essa gente eu não quero conversa, esses tempo um deputado aí falo mal deles aí, eles não... levo meia hora eles cercaram a assembleia aí e tão tudo querendo bota nois na cadeia”. Digo, “ah, então tá bom, pode deixar, nois vamo se vira”. E nois fomo, nois fomo para Curitiba, de lá fui eu, o João Schadeck, o Nataniel e mais uns dois (inaudível). Chegamo lá... dez hora marcada a audiência, dez hora nois tava lá. Aí tava chegando, se apresentando lá, mandaram nois entra. A primeira sala tava um coronel lá, coronel Dirceu Ribas. Aí ele disse “espere, aguarde um momentinho aí”, falando bem maciozinho, “aguarde um momentinho, já tamo preparando a cela”. Eu entendi bem, né. “Já tão preparando a cela pra vocês lá”. Digo “ai, ai, ai”. O Ribas só me olhou, eu também, o João Schadeck não entendeu né. Só que ele disse a sala né. E na verdade era sala né, mas ele já pra bota na nossa cabeça já,

intimida né, falo que era cela né. Entramo lá, veja bem, tava o coronel...general lá sentado na ponta da mesa, tinha mais ou menos uns dez da segurança deles de polícia, praça né em volta da mesa assim, nois sentamos eles arrodiamos tudo nois assim. (inaudível).

M: Isso era em que ano, Nando?

N: Em 80.

M: 80, 1980.

N: É. Aí o Schadeck era falado que Deus o livre começou a falar né, fala, fala, fala... Aí cada um falo um pouco, só que daí quando o Schadeck tava falando meio bastante ele manda o Schadeck para e pergunto pro prefeito daí pergunto pra mim, né, aí eu disse “olha, nois tamo reivindicando uma coisa justa. E os senhores usaram a terra... pegaram a terra e tão usando, né e não pagaram o povo. Aí ele disse “um momento, se tá muito errado aí nessa palavra que você disse aí, o exército não deve nada pra vocês, nois samo apenas guardião daquela terra lá, quem deve é a União”. “Pois é, mas a União, o exército, não pagaram né, tá ilegal”. “Que que o senhor é lá?” “Eu disse, eu só proprietário da terra lá, meu pai é proprietário de terra, meu pai é proprietário de terra e sou vereador e sou presidente da câmara do município lá”. “Ah, o senhor é presidente da câmara, é representante daquele povo que tá lá?” “Na verdade sou”.

M: Isso já tava tendo o movimento ali nos anos 80?

N: Nos anos 80, eles tavam tudo lá dentro. Mulherada, criança, tudo. “Ah, o senhor é representante daquele povo, então o senhor tem força sobre aquele povo lá. Então o senhor volte agora mesmo, chegue lá e diga para aquele povo que saia imediatamente de lá, duas hora após a sua chegada lá que eles saiam, que se não eu vo manda os caminhão i lá e joga nos camburão igual porco”. Dai eu quis abri a boca pra fala e ele disse: “pode fica quieto, não quero escuta mais nada”. Dai o prefeito também quis fala e ele disse: “dispensa ele!”. Aí viemo embora né. Chegamo aqui, quando eu pensei de i lá conversa com o pessoal lá que ia indo já encontrei o... pessoal que já tava vindo tudo embora já. Eles viero lá em Três Barras lá e tocaro todo mundo. Já tinham, já tinham... não deu nem tempo de nois chega lá e dize pra eles sai.

M: Eles chegaram e já tocaram.

N: Chegaram e já tocaram.

M: Quanto tempo que vocês ficaram acampado lá? Era no terreno doseu Ebrahim que vocês ficaram acampado?

D: No terreno do Schadeck.

M: No terreno do Schadeck. Mas teve gente que fico no terreno do seu Ebrahim também ou não?

D: Dai depois né.

M: Ah, esse foi em que ano dai?

D: Foi cinco ano depois.

M: 85 dai?

D: Aham.

M. Ah tá. Então teve esse primeiro em 1980.

D: Nesse primeiro nois fomo, tinha umas 300 pessoa, dai quando fazia uns 3 dia que nois tava lá já tinha quase 1000. Dai...

M: De desapropriado e tinha pessoa...

D: Só desapropriado.

M: Família, criança... E dai vocês ficaram quanto tempo?

D: Dai prenderam o seu Wlfrido. Levaram ele assim de...

M: Walfrido Lima?

D: É. E dai os outros eles foram tocando assim abaixo de metralhadora, de fuzil.

M: Quando tempo que vocês ficaram ali, Donka?

D: Nois ficamo acho que quatro dias.

M: Nesse dos anos 80 foi quatro dia e dai teve essa comissão que foi pra Curitiba. E dai vocês lá nesse acampamento anos 80 o que eles faziam pra afugenta vocês?

D: Chegaram um dia lá e tocaram tudo nois de lá.

M: Mas antes de toca eles já faziam ameaça?

D: Não, eles chegaram... nois tava só esperando que eles viesse.

M: Isso era ali na divisa do campo?

D: É. Não. Bem pra dentro lá.

M: Ah, já era dentro do campo?

D: Dentro do campo. Dai nois tivemo que vim embora. Dai vai faze o que?

M: Aham, então esse acampamento era dentro? E dai depois dai chego o exército...

D: Dai acampamo lá fora. Dai eles não podiam toca nois, dai não era dentro do campo. Mas dai eles vinham e... isso em 85. Eles vinham de lá com aqueles batalhão assim tudo apontando pro lado do acampamento assim que tinha, apontando as arma pro acampamento. Dai quando eles chegaram bem embaixo, que era um morro assim, eles abaixaram assim, dai eles virava os fuzil

deles, as metralhadora assim pra baixo e davam, faziam tiroteio assim, sabe? Mas não atiravam em nois.

N: Passava por cima de nois.

D: Aham, passava por cima de razante assim, sabe.

M: 85?

D: Aham.

M: E dai o acampamento de 85 foi quanto tempo?

D: Fico um ano lá.

M: Um ano?

D: Aham.

M: E dai teve as comissão que iam negociar?

D: Dai teve... dai ficamo um ano lá em... lá em Florianópolis também, na, na... na frente do INCRA lá, uma pracinha que tinha lá.

M: Enquanto tava o acampamento aqui, tinha lá em Floripa?

D: Aí a gente se revezava, uns ficavam lá, outros ficavam aqui assim, sabe.

M: E vocês lembram como que era essa divisão no acampamento, se cada um tinha funções, como que era?

D: Ah, era bem organizado, a Igreja venho... Igreja e o padra Itamar deu muita força (inaudível). Todo mundo tinha uma raiva dele, mas ele foi uma pessoa que ajudou as pessoas assim... a luta e pelos seus direitos, sabe?

M: Tinha raiva por isso de certo.

D: Aham. Eu aprendi muita coisa com o padre Itamar, meu Deus.

M: Ele era daqui de Papanduva?

D: É, ele era o... Dai ele...

N: Ele não era daqui.

D: Não.

N: Tava exercendo aqui.

D: Dai vinha umas irmãs não sei da onde, as freira assim, sabe? Aquelas freira que não usavam (inaudível) vinham de calça cumprida e de camisa assim e de... organizavam as pessoas lá nos acampamento.

M: Tinha quem fazia a comida? Tinha alguém que vigiava?

D: Tinha, tinha tudo bem organizadinho. A gente recebia muita alimentação também de fora. As vezes que não tinha quase nada assim quando via tava chegando um carro lá cheio de comida. Nossa! Mas o pessoal já ficava alegre.

M: A Igreja então ajudado bastante?

D: Ajudo. A gente só recebeu apoio da Igreja. Da Igreja Católica.

M: Da Igreja Católica. Então dai teve... vocês ficaram de 85 até 86?

D: É, aham, mais um pouco eu acho.

M: Dai como que vocês tiveram que sair de lá?

D: Dai...dai eles fizeram uns acordo lá, lá, lá... na... o governador tomo providência e... Dai acabo-se o acampamento dai, sabe. Dai eles fizeram um acordo lá que eles iam... tava quase certo esse acordo...

M: Pra devolve a terra?

D: Aham. E dai morreu aquilo.

N: Já tinha uma terra lá em Calmon que eles iam pega no lugar dessa.

D: Não era em Calmon, Nando, era...lá onde tem um acampamento ali agora de sem terra, faz tempo... e no fim morreu tudo. Até hoje não fizeram mais nada.

M: Mas vocês foram retirado a força também em 86?

N: Força. Eles começam dai a cortar água.

D: Cortaram nossa água, não tinha mais água pra toma, sabe. É, foi tudo um sofrimento que Deus me livre.

N: Passamo o inverno.

D: Passamo o inverno e outro inverno. Dai depois nois fomo mais um vez, dai faz mais um encontro lá na... no portão lá de Três Barras, sabe? Não aqui no município de Papanduva, lá em Três Barras. Fomo... mas lá tinha umas duas mil pessoas.

M: Esse foi depois dai?

D: Foi, dai não posso me lembra que ano foi. Mas não foi muito depois do...

N: Lá que a Helena Werka deu uns empurrão... (risos)

D: É foi. É, lá meu Deus, quando nois pensamo que... nois ia entra lá dentro.

M: Lá no portão do...

D: Lá no portão. Nois ia derruba o portão e nois ia entra. Mas quando também (inaduvível) tinha um morro assim que a gente subia, dai quando a gente chego lá no topo do morro que a gente olho lá pra baixo... Maria santíssima... tava o exército inteiro assim com... com aqueles tanque de guerra assim, sabe? Tudo esperando. (risos). Não deu pra nois entra. (risos). Dai eles falaram... depois eles falaram assim: se as pessoa entrasse eles não iam mata ninguém. Mas quem que ia te coragem de derruba o portão com aquelas armarada lá né.

M: Eles tavam afugentando as pessoa.

D: Aham.

N: Mata eles não iam mata, mas prende eles prendiam.

D: Prendiam. Os primeiro que entrasse eles iam prende.

M: Então ali nos anos 80...

D: Era mais... não sei que ano que era... Até o bispo de Joinville veio pra entra junto lá dentro, sabia? (risos). Não adianto, não teve conversa.

M: Nessas negociações que teve... Então quando vocês tavam acampados naquele um ano, nesse ano tinha negociações constantes, tipo lá em Florianópolis.

D:Aham, lá em Florianópolis. Toda vida tinha.

M: Você chego a participa de alguma Nando, nessa época?

D: Não, o Nando não, pois dai o Nando trabalhava, né.

N: Eu fiquei, eu era secretário de obras da prefeitura, não podia sai né.

D: Eu que ia de vez em quando lá.

M: Mas a Donka participo de algumas reuniões ou não?

D: Não nas reunião mesmo dai tinha comissão que ia lá.

M: Ah, a comissão dai vocês mesmo formavam uma comissão?

D: É. Uma comissão que era feita, mas eu nunca participei dessa comissão.

N: Só que essas comissões eram formada por político.

D: Não, ia o povo também. O Gerson fazia parte, o seu Ebrahim...

N: Não tinha ninguém do exército.

D: Não.

N: O exército não participava dessa reunião.

D: Não, era só o governo.

M: **Era só os civis né?**

N: Os civis, o governo que faziam a reunião com o pessoal e diziam uma coisa que enquanto eles tavam lá em Florianópolis e depois que eles vinham embora se acabava né. Tinha reunião nenhuma com os militar, os militar não ficavam nem sabendo.

M: **Com os militar ali então vocês não tinham nenhuma negociação assim?**

N: Não.

D: Agora a última negociação que foi feita era na comissão da verdade né. Que foi feito agora... foi...

M: **Mas dai como é que foi feita essa negociação com a comissão da verdade?**

D: Não, não teve negociação, só que eles pegaram aquilo lá e acham que aquilo lá é um...

N: Eles acharam que é uma das grandes injustiças.

D: É, porque dai né...

N: Tinha que ser revisto. Tinha que ser... Mas parece que a comissão da verdade também já...

D: E esse lá que ainda tá... esse ainda tá transitando ainda.

M: **E ali nos anos 80 nesse acampamento de 85 a 86 né, o MST tava surgindo, ele teve participação junto.**

D: Teve, teve, teve. Agora até me esqueci do MST. Eles também viero participa junto lá com a gente, que dai eles iam dá aquela área que é da Lumber pros sem terra. Nois não ia dá nossa terra pra eles, era a parte da Lumber que ia fica pra eles.

M: **Eles tavam com vocês, mas...**

D: É, tava tendo essa negociação, sabe?

M: **De dá a terra da Lumber pra eles e devolve a terra de vocês?**

D: Aham.

M: Entendi.

N: Mas isso era o MST que tava fazendo a proposta.

D: É, o MST também dava força pra gente também porque eles são corajoso.

N: O exército tinha ainda mais raiva do MST, ainda era pior.

M: Mas assim, vocês ali do acampamento se davam bem com o pessoal do MST.

D: Dava, ossa meu Deus como eles eram gente boa. Eles já eram acostumado a fica embaixo de lona. A gente não era (risos). Deus o livre que sofrimento que era fica embaixo daquelas lona.

M: E como que era o dia a dia assim do acampamento?

D: Ah, tinha todo dia uma programação assim, eles faziam uma... padre reza a missa, no outro dia tinha uma... assim faziam coisa da Igreja assim, sabe? Daí, mais assim, outros coisa não tinha. Ficava embaixo daquelas lona lá.

M: E era família? Criança, pai, mãe, tudo?

D: Aham. Tudo a família.

M: Entendi. E chego a ter quantas mil pessoas acampada ali?

D: Isso aí eu também não posso te dizer, quantas eram, mas era bastante gente.

M: Mas era bastante?

D: Aham.

M: E nesse período dai tinha políticos dai junto negociando?

D: Sabe quem que foi fazer, que fico um mês com a gente lá no, no... essa Sônia Bridi, essa que é repórter da Globo.

M: Ah, aham.

D: Quando ela se formou jornalista ela ficou não sei quanto tempo lá no acampamento. Ela, tinha mais um também que...

M: O Valmor não ficou também?

D: O Valmor também ficou, esse do livro. Quero ver quem foi que ficou mais também... Esse coisa que era do governo do Lula, o Gilberto lá na... o Gilberto né?

N: É, Gilberto.

M: Mas ali nos anos 80 então teve uma atuação um pouco maior de políticos junto com vocês?

D: Não. De 80 não teve nada, o único político que entro lá dentro sabe quem foi? O pai do seu João... do doutor João Francisco, Nando, o seu Acácio, ele era deputado estadual, o único político que foi lá.

N: Mas lá em Florianópolis vocês tinham... o povo teve o apoio do prefeito...

D: Não, em 85 dai.

M: Dai teve do PT não teve algumas pessoas e tal?

D: Teve bastante coisa dai, tinha bastante negociação.

N: O prefeito que na época era o Edson Andrino vinha quase todo dia na barraca lá.

D: Ah, olha eu queria que tu visse ele...ele... o quanto...

M: Esse Edson Andrino era o que?

D: Ele era prefeito de Florianópolis.

M: De qual partido ele era?

N: PMDB.

M: MDB né.

D: Eu não sei de qual partido ele era.

N: É, é, até hoje ele é.

D: Ele garantiu a comida pos acampado lá o tempo que tivesse lá ele garantia todo dia ele mandava comida lá, pronta.

M: E dai tipo, as pessoas de fora assim elas ajudavam vocês, que não tinham parentes desapropriados, mas ajudavam com comida e tal?

D: Tinha (inaudível), também tinha um colégio lá também que era das freira.

N: Tinha umas pessoas que ajudavam, tinha outras que não, outras que falavam vagabundo, gente daqui mesmo.

D: “Vá trabaia vagabundo”, gritavam. (risos).

N: Até hoje tem ainda os espião aqui da... do exército. Bom, em todo lugar eles tem né. Que se movimentavam pra fazer uma entrada lá, no outro dia o exército tava sabendo.

D: É, essa de lá quando eu disse que nois fomo entra lá no portão lá de Três Barras lá e lá era tudo em segredo.

N: Já tavam esperando.

D: E eles tavam esperando com o exército lá, você veja.

M: **Já tinha pessoas que... Vocês assim ali no acampamento, vocês desconfiavam talvez de alguém assim que poderia...**

D: No acampamento não, era gente daqui que ficava...

N: Um pessoal meio ligado ao exército.

M: **Ah, dos anos 80 então teve participação... tipo 85, 86, teve. Em 1980 vocês tavam sozinho. E 85, 86 já teve participação de político dai.**

D: Aham. De político, do MST, da Igreja, teve bastante participação.

M: **Teve algumas instituições que participaram.**

D: Aham.

N: Teve até a época que o Lula passo em Papanduva e prometeu, mas prometeu firmemente de resolve esse problema aí.

M: **Que ano isso?**

D: 92, acho.

N: Foi, dai ele se elegeu...

D: Naquela caravana do...

N: Dai ele se elegeu, se elegeu aquela época...

D: Não, ele se elegeu em 2002.

N: É complicado, o Ebrahim deve ter dito pra você tudo, tudo, que o Ebrahim tem na cabeça tudo né das viagem dele pra Brasília.

M: **E assim, eu ouvi fala de uma sociedade rural núcleo papuã.**

N: Não tinha nada na época.

D: É, tinha do seu João Schadeck que fez, lembra.

N: Sim, mas não tavam... não era pro campo isso aí, ou era?

D: Era. Mas dai ninguém quis muito participa.

M: **Isso era nos anos 70 ainda, na ditadura né?**

N: Não, é verdade.

M: Esse vocês não participaram?

D: Não.

M: Aham, entendi. Deixa eu ver mais alguma coisa... Não sei se vocês quiserem fala mais alguma coisa.

D: Não, sabe, começa me dá um... eu já tirei, não tenho mais ódio de nada dessas coisa, sabe? Já tirei isso da minha cabeça. Mas quando eu começo a fala me dá um nó na garganta assim.

M: É... e assim Nando, ainda quando vocês viviam lá assim é... a vida era com os outros proprietários ela tinha... era mais harmoniosa assim ou os conflitos aconteciam as vezes, como que era? Por causa de terra alguma coisa?

N: Nunca houve, nunca houve nada que... Tinha as encrenca lá do que tomavam umas cachaça, brigavam nos boteco, mas não tinha nada a ver.

M: E ali nos anos 80, dai quando vocês formaram a... vocês foram lá reivindicar as terras assim, como que vocês formaram esse grupo, como que vocês se comunicaram, como que foi isso?

D: Olha, dai nois ficamos parece uma irmandade assim, sabe? Todo mundo assim a gente ficou tão amigo assim com esses desapropriado assim que parece que era tudo parente da gente. (risos).

M: Mas e como que chegou a junta tanta gente? Como que foi a ideia? Partiu de alguém?

D: Porque dai um ia contando pro outro e ai vindo né? Hoje também, se dá um movimento assim, eles vem tudo de novo.

N: Só que hoje já não tá mais os antigo, já morreram quase tudo.

D: Mas tem o dobro de gente né, Nando.

N: Tem, tem.

M: Mas quem puxou assim, tinha alguém que puxou ou vocês foram se conversando?

D: A gente fez assim uma reunião e combinamos e fomos né, dai foi indo.

M: Dai foi vindo mais gente?

D: Aham.

M: E dai vocês iam se comunicando por...

D: É, naquele tempo não tinha como hoje em dia essa...

N: Comunicação. Era só o recado.

D: Aí demorava as vezes pra chega os recado né.

M: Mandava recado assim por uma pessoa ou mandava carta.

D: Não, mandava recado assim, carta ninguém mandava.

M: Por alguém, dai avisava...

D: É.

M: Tendi.

D: A gente marcava uma reunião assim, tal dia e eles vinham. Dai quando era marcado pra i em tal lugar, aí todo munda sabia porque já deu tempo.

M: Então ali depois da desapropriação parece que tão, teve desapropriado que colaboro também com os militares ou não?

D: Colaboro assim como?

M: É tipo... tinha uma relação mais próxima com os militares.

N: Ah, tinha. Tinha alguns que tinha, mas eram bem poucos.

D: Olha, o Gerson, marido da Glória, o que ele luto, meu Deus do céu.

N: O mais que tinha relação com os militares era esse o Maurício e daí o pessoal que eles puseram civil lá pra cuida das entrada.

M: Nos anos 60?

N: É, mas ninguém gostava do exército, até hoje ninguém...

M: Então ali no movimento dos anos 80 e de 85 e 86 vocês queriam as terras de volta não era nem a indenização?

D: Nois queria acordo, qualquer coisa, queria a terra de volta, pagamento, o que viesse nois aceitava.

M: Até... Não era especificamente quere a terra de volta?

D: Não.

M: E a gente falo do MST, da Igreja e tal. O PT também tava surgindo nesse período assim. Teve algum apoio do PT?

D: Não, assim não. O PT foi feito, o PT foi em 80 né? 80 mais. Então aquela época tinha começado lá em São Paulo, Rio de Janeiro. Pra nois aqui nem fazia muita diferença.

M: E no acampamento, as mulheres tinham certas tarefas, os homens tinham outras, como que era?

D: Era, todo mundo tinha suas tarefas, tudo mundo. As pessoa que organizavam, tudo direitinho, não era nada assim de tudo desorganizado. Sabia quem entrava no acampamento, quem saia.

M: O nome acho do acampamento era acampamento João Maria, né? Por que vocês?

D: Não sabia. Não lembro.

N: Tinha um acampamento que era assim.

D: É, será que era? Acho que era São João Maria mesmo. Eu fiquei conhecendo São João Maria lá nesse acampamento. A vó sempre falava, mas eu nem ligava. Lá nesse acampamento que eles tinham uma fé nesse São João Maria, já tinha morrido uns 100 ano já.

ENTREVISTA DE HELENA WERKA. REALIZADA EM 17 DE FEVEREIRO DE 2018.

M: Meu nome é Matheus Giacomo de Luca, hoje é dia 17 de fevereiro de 2018, estou reunido com a senhora Helena Werka para realizar uma entrevista de história oral, que irá fazer parte da minha pesquisa de TCC, referente ao processo de desapropriação para instalação do Campo de Instrução Marechal Hermes.

Então Dona Helena, a senhora nasceu ali onde é o campo hoje e em que ano que a senhora nasceu?

H: Eu nasci lá.

M: Em que ano que a senhora nasceu?

H: Em 1935.

M: Em 1935. E fico ali até os?

H: 13 anos.

M: 13 anos. Entendi. Mas saiu antes da desapropriação então?

H: Antes, com 13 anos nois começamo aqui na... no mercado em Papanduva. Sempre trabalhando ali na... O pai trabalhando sempre na lavoura lá e com gado e cuidando sempre.

M: O teu pai fico lá?

H: Fico lá. Eu e os irmão que viemo pra cá.

M: Ah tá, e dai... e a senhora lembra assim como que era o dia a dia lá, o que ele plantava, se a plantação...

H: Eles plantavam de tudo. Era arroz, era feijão, era milho, trigo, era tudo de casa né, porque naquele tempo não tinha tudo coisa pra compra né, é tudo colhido de casa.

M: Então ele plantava mais para a subsistência mesmo? Pra consumo próprio?

H: Pra consumo pra criação de gado, pra porco, nois tinha muito porco. E vendia pra pode vive. Daquilo que viviam né, que é o gado e porco que eles faziam pra leva pra Curitiba. Faziam muita erva mate naquele tempo né.

M: Então ele vendia parte da produção?

H: Vendia. A erva mate era só vendido, porque... Só que tinha pra faze aquele... a erva tinha que como é que diz... beneficia, dai é posto num saco e vendido acho que pra Mafra, que eles levavam aquele tempo.

M: Aham, eles vendiam pra Mafra?

H: Aham.

M: Então dai vocês tinham essa produção própria pra consumo e uma parte... a erva mate no caso vocês vendiam.

H: Aham, aham.

M: E os animais, eles eram criados comunal né? Não tinha cerca?

H: Não, tinha umas parte com bastante cerca, um tanto era pra campo grande assim. Era terra grande né, dava uns trezentos e poucos alqueires né. Então não tinha cerca por tudo né.

M: Mas a criação de animais também era junto com outro proprietários ali e cada um sabia o que era o seu?

H: Mas era longe um do outro, cinco, quinze quilômetros um do outro, não tinha vizinho de perto como hoje, tudo longe.

M: E assim, dai quando teve o decreto pra desapropriar, que foi em 56 né, eu acho que saiu o decreto né?

H: É

M: A senhora já tava aqui em Papanduva né?

H: Em 56 eu já morando ali no salto Canoinhas?

M: No salto Canoinhas. E como que foi quando teu pai recebeu a notícia que ia ser desapropriado, ele tento... ele já saiu ou ele espero?

H: Não, eles ficaram. Eles ficaram ali pra ver se recebiam isso né. Pra trabalha, pra ir pra outro lugar né. E não pagavam e não pagavam e fico, fico e depois quando quiseram paga não valia mais nada esse dinheiro. Dai por isso eles vieram junto com os filho trabalha aqui no comércio aqui.

M: Então dai o teu pai quando ele saiu de lá ele veio pra cidade?

H: Veio pra cá. E dai continuando ali numa terra mais pra cá (inaudível), mais era o comércio aqui.

M: E ele saiu porque ele perdeu todas as terras, porque ali no caso, quando eu entrevistei o Nando, o Nando eles tinha uma terra ainda pro outro lado do rio né?

H: Tinha, assim era o nosso.

M: O teu também?

H: Também.

M: Então ele foi desapropriado uma parte e depois... mas ele ficou ainda com um pedaço de terra ali?

H: Sim, o Nando ficou da firma já com um terreno maior pro lado de cá do rio. O nosso é sempre da água pra lá.

M: O de vocês então foi tudo desapropriado?

H: Tudo, tudo. Aquele terreno de trezentos e poucos alqueires era... tudo. Sem nada, sem nada.

M: Teve aquela... aquela... tiveram que sair em 48 horas em 63 né? Teu pai saiu nessa...

H: Saiu, aham.

M: E daí a senhora lembra como que foi esse processo para retirar as coisas, como que...

H: Eu não tava lá nisso já. Eu já era casada. Mas o pessoal tudo que foram... os meus irmãos foram busca ele, porque ele não queria sair também. Daí quando os filhos foram busca ele “não, não, vai ter que sair, não adianta ficar aí”. Aí tinham que sair.

M: Os filhos foram lá busca ele?

H: Busca ele.

M: Mas ele não tava querendo...

H: Não queria sair, ele queria ficar lá.

M: Voltando um pouco antes assim. A senhora lembra quando era criança do pixirum, se tinha o pixirum lá que era o... quando os fazendeiros, os proprietários... se ajudavam na colheita?

H: Não, não era plantação grande né, porque não consumo, não tinha consumo ainda. Não é como hoje que tudo que faz vende, né. Naquele tempo não tinha.

M: Então a senhora não tem lembrança do pixirum assim?

H: Não, do pixirum não.

M: Então ali na época teve o decreto e teu pai continuou lá. Mas tinha os treinamentos militares né, já? Jogavam bomba e tal. A senhora lembra? Não sei se a senhora tava lá essa época.

H: Eu não tava mais ali. Mas as bombas vinham, mas eram pouca bomba. Era mais pelo chão, não era igual hoje que eles lutam por cima né. Naquele tempo era mais difícil. Mas os policiais vinham ali bastante ali, o exército.

M: Eles faziam treinamento lá?

H: Faziam treinamento.

M: Mesmo com teu pai morando lá ainda?

H: É, tavam começando com o treinamento lá.

M: E depois que o teu pai saiu de lá, dai no que ele trabalho?

H: Ele vivia do comércio aqui. Só cuidava do comércio aqui dai.

M: Veio trabalha junto com os filho dai?

H: Junto com os filho. E sempre lutando de recebe esse pagamento né. Até hoje, morreram e tudo e ninguém recebeu. (8:15).

M: Ele continuo lutando pra tenta.

H: Até hoje nois tamo lutando ainda, não vem mais. Não é fácil.

M: Ele entro na justiça e tudo?

H: Tudo, foram pra... Aqui foi feito muitas vezes reunião pra vê se aparecia... mas ia até uma altura e parava tudo. Até agora o meu filho mais novo tá tentando de novo pra vê se consegue, mas acho que é difícil mais.

M: Qual é o teu filho mais novo?

H: O Hélio.

M: E dai depois né, teve ali nos anos 80, teve todo um movimento né?

H: Teve, aham. Nois fizemo quandos movimento. Nois ficamo pro lado de cá do rio. Primeiro nois levantamo e fomo onde era a casa do meu pai. Fizemo bastante gente lá, e dai fomo expulsado.

M: Isso em 1980?

H: É, aham.

M: Que dai acho que vocês ficaram alguns dias né?

H: É, ficamo lá, não sei se uma semana.

M: Vocês entraram lá e...

H: Aí a polícia que veio, exército que veio... um bando de exército, os soldado e tinha que mandar embora todo mundo. Liger, liger. (aqui a narradora demonstrou emoção e dificuldade para falar).

M: Era onde era a casa do teu pai?

H: A casa do meu pai.

M: Vocês foram acampa lá?

H: Acampamo lá.

M: Dai chego o exército e expulso?

H: Aham. Acho que tinha umas duzentas pessoa lá. Tinha bastante gente.

M: E dai depois teve mais um movimento né, de 85 a 86, que dai acho que ficaram um ano lá né, a senhora participou?

H: Também, pro lado de cá do rio agora, Poço Grande. Dai nois ia daqui junto ajuda na... Mas era bastante gente. Fizeram umas barraca, outros uma casa que tinha ali também, e dai não deu pra fica lá também. Pra ver se conseguia.

M: Pra ver se conseguia a indenização, as terras.

H: É, isso aí.

M: O que vocês reivindicavam ali era uma solução né?

H: Uma solução para se acerta.

M: Não era especificamente para conseguir as terras de novo, se viesse indenização poderia ser também né?

H: Podia.

M: Podia chegar num acordo né?

H: Aham. Na maior parte queria recebe né, porque tudo já tava em outros lugares né. Então queria recebe, mas não deu.

M: E assim dona Helena, eu acho que teve caso de arrendamento lá também né. A senhora...

H: Sim, sim, os coronel da... de Três Barras tiraram tudo as madeira e vendiam pra erva, essas coisa, levavam tudo próprio do exército que levavam. Até a casa que era do meu pai lá eles receberam também, desmancharam depois que nois fomo lá, que ficamo lá na, acampado lá, eles desmancharam a casa. Um coronel que trabalhava em Três Barras pego e desmancho aquela casa e fez pra outros lá na cidade. Casa e paiol, tudo que tinha da propriedade do meu pai... era uma casa muito... bem arrumando tudo né e fico tudo lá. Dai desmancharam tudo e levaram pra nois não ir mais lá.

M: Não ir mais lá?

H: Não.

M: porque dai vocês iam meio que tipo... meio que simbolizava pra vocês ali a casa né, era um lugar onde vocês iam reivindica as terras.

H: Aham. Desmancharam tudo nois não ir lá, por isso que eles fizeram o acampamento pro lado de cá do rio, porque lá dai tinha uma casa onde paravam.

M: Não dava mais né. Dai nesse segundo acampamento era o terreno so seu Ebrahim ali, não? De quem era o terreno?

H: Era vizinho do meu pai. Como que era, a mulher dele, a Edite.

M: Judite?

H: Judite.

M: Era no terreno dela?

H: Era, porque do Ebrahim era pro lado de cá do rio. E o do rio pra lá era da Judite.

M: **Então vocês ficaram acampado ali dai?**

H: Aham.

M: **E a senhora fico esse um ano lá também? Dai vocês revezavam? Também teve um acampamento em Florianópolis na época né?**

H: Eu fui até Florianópolis. Mas chegamo lá aquele tempo fala com o governador, dai ele nem atendeu nois, mando um do exército lá conversar, perdimo tempo. Foi nois, eu, meu marido, o Ebrahim, não lembro mais quem era os outros... acho que o marido da Glória e a Glória eu acho que foi, nem lembro mais quantos anos foi. Nois fizemo o dia lá e não deu certo, perdimo a viagem, não podemo faze nada.

M: **E ali nos anos 80... na época da ditadura ali, no período militar né, que dai teve, vocês foram expulsos né, teu pai foi expulso da terra em 63, aí já veio a ditadura em 64 até 85 né. E como que foi ali de 64 a 85? Vocês conseguiam reivindicar alguma coisa?**

H: Não, daí paro. Depois o João, que era o meu irmão, ele foi pra Curitiba lida lá com isso, dai quase foi pra cadeia. Tem um do Ribas que foi também lá.

M: **Isso nos anos 70?**

H: É, foi pra cadeia por causa do campo.

M: **Que eles iam reivindicar?**

H: Aham.

M: **O João Schadeck é teu irmão?**

H: Irmão.

M: **Ele eu acho que forma até uma sociedade né, rural?**

H: Toda vida errado aquela luta, fosse no dia de hoje nois ia faze diferente, mas naquele tudo difícil né. Não deu certo.

M: **A sociedade ali não durou muito tempo?**

H: Não, todo mundo desarcosquando né, deixa assim.

M: **Quando eles foram lá para Curitiba, que a senhora falo, eles já tinham criado a sociedade?**

H: Já, aham.

M: **E dai eles foram para Curitiba?**

H: Foram pra Curitiba, o João que era o líder de tudo isso aí, ele e o Ebrahim que lidavam com isso.

M: **Pois é. Então nesse período era mais difícil né. E assim, a senhora falo que foi errado assim, o que a senhora acha que foi errado assim?**

H: Porque nois não devia de i com o exército, nois tinha que i com a União.

M: Com a União.

H: Porque quem desaproprio foi a União, não foi o exército. Mas quem expulso nois de lá foi o exército.

M: Foi o exército.

H: Foi o exército. Eu achava que eles queriam paga, e não, quem tinha que paga era a União.

M: A União né. Aham. Dai depois eu acho que fico mais assim... Dai vocês... a luta da justiça né, a senhora acredita ainda que pode recebe algum valor ou a senhora já não acredita mais?

H: Eu não acredito. Porque agora esses tempo veio duas advogada de Curitiba e fez uma reunião aqui com bastante gente.

M: Com a doutora Ivete uma né?

H: Aham.

M: Conheci ela.

H: E dai que agora vamo dá certo, vamo recebe. De repente ficaram quieta de novo, não vieram mais. E dai o Hélio de vez em quando liga pra ela lá. Mas tá parando, tá, tá, “vai sai, vai sai” até hoje...

M: É que agora teve a comissão da verdade também, começou a mexer nisso né?

H: É, aham.

M: E dai então assim, teve toda essa luta ali nos anos oitenta e tal, que vocês foram no campo, acamparam e...

H: Depois nois fomo mais uma vez na Campininha, por lá. Mas o que que, que ano eu não eu não foi. Depois dessa que nois fomo no poço grande ali, que fico um mês ali, eu fui mais de novo numa outra acampamento lá.

M: Aham.

H: Eu fui em outro acampamento lá.

M: Depois de 86?

H: Aham, depois, eu já morava aqui dai. Não lembro (inaudível).

M: Aham. Teve uma vez também, não sei se senhora tava, que, acho que foi o Nando ou a Donka que comento que vocês foram lá no portão.

H: É, é isso aí, Campininha, Campininha lá o nome daquele lugar.

M: Ah, e dai vocês tentaram...

H: Nois quisemo... ficamo de um lado da cerca e acampamo lá pra nois entra pelos fundo do terreno. E quando nois chegamo de, de, no outro dia, já o exército tava do otro lado do rio, do, da cerca. Dai eu, a Rosa, e a Donka pegamo aquele coronel (Risos), até hoje eu lembro e do risada do jeito dele, pegamo uma pelo... outra pelo braço dele e soco nele pra cá.

M: Pegaram o coronel na entrada?

H: Sim. Tem cada coisa que meu Deus do céu (risos). Não deu daí, largamo. Dai atropelaram tudo nois. O filho da Rosa, o Ciupka, eles carcavam com aquelas coronha de... pra atropela... como é que diz? Coronha de, de espingarda pra atropela ele, ele não queria sai né e teve que sai, correram tudo de lá.

M: Tinha quantas pessoa mais ou menos?

H: Naquela vez devia te uns cem pessoa.

M: Tudo os herdeiro?

H: Tudo os herdeiro. Dos, os ultimo mesmo, os herdeiro mesmo que era antes, os dono das terra mesmo não tem mais ninguém, já morreram tudo. Dai agora tem alguns que... da minha família tem só duas, eu e a Lucinha, minha irmã. O resto já morreram tudo. Agora tão os neto querendo, vamo vê se alguém vai recebe.

M: É, que tem a esperança né. Que teve a aquele decreto do Collor também que eu acho que a comissão descobriu né? Que o Collor teria revogado as terras e tal. Aí talvez... não sei né. Dai então agora tá lutando os netos agora, na justiça?

H: Os neto.

M: E dai depois desse movimento que teve nos anos 80, de vocês ir lá, tentar algo mais direto com o exército, dai vocês entraram na justiça, fizeram um processo conjunto, como que foi dai?

H: Foi feito só, mais assim quem tá tocando é o Ebrahim né, que mais fala sempre do coisa. E o pessoal assim tá mais queto agora, depois que eles, aquelas de lá, aquelas tão tocando, pegaram os rumo de tudo, mas não tocaram mais nada, fico queto. Já disseram que não adianta, teimando. Dai quem tinha terra pequena né, tinha bastante herdeiros, então nem ligam mais. Dai os mais velho, que tinham mais terreno, dai tem os herdeiro mais grande né, tão teimando ainda.

M: E na época, quando o teu pai teve que sai, ele não conseguiu arrenda terra lá pra trabalha?

H: Não, não. Não tinha mais nada lá. Não tinha, não podia nem entra lá né, mais nada.

M: É que teve, o exército ele arrendava terra né, mas não pros desapropriados né.

H: Sim, verdade, com otras firma né, com otras cobrava. Levavam gado, tudo, mais outra gente. Não era dos.

M: Mas não teve assim caso de desapropriado arrenda ou poder cria gado ou alguma coisa ali dentro?

H: Não. Dos velho não. Porque arrumava pra otras pessoa, mas o parque era do exército mesmo que tocava.

M: E a senhora lembra assim o teu pai, tudo mãe alguma vez contando né, quando eles tiveram que sair em 48 horas assim. Como que foi o exército, como que ele tiro as pessoas de lá?

H: Não, o meu pai foi os filho que foram lá. Já tinha um caminhãozinho né, mudaram pra cá.

M: Pegaram o que deu?

H: Mas teve gente que fico, o exército mesmo levo a mudança e jogo na rua lá em Três Barras. Não tinha onde i, ficaram na estrada, sem nada.

M: A senhora sabe de alguns assim, o que eles fizeram dai depois? Pra onde que eles foram, o que eles foram faze depois que eles foram expulso.

H: Pois eu não sei onde eles foram, porque dai foram tudo pra lá né.

M: Mas foram trabalha, de certo, de operário, essas coisas.

H: Ficaram ali por Três Barras, ali. Os vizinho de perto ali tudo foram... ficaram na rua né, sem nada, não era fácil.

M: Mas na época lá, quando vocês tinham as terras assim, vocês viviam bem assim?

H: Deus o livre, loco de bem. Meu pai era muito bem de vida, os terreno grande né, bastante gado e muito caprichoso em tudo né. A casa dele é muito bom lá. A vida era boa, muito boa.

M: E depois dai teve tudo um... essa decadência dai.

H: É, aham.

M: Porque dai ele não recebeu nada né?

H: Não recebeu nada. A vida dele era aquele lugar lá né, era o gado, era a erva mate, a vida dele. Ele tinha o fio que já era casado, tinha a irmã que era casada, trabalhavam tudo junto ali naquela terreno.

M: Alguns filhos ficaram com ele lá até ele sai?

H: Os mais novo.

M: Os mais novo. Os mais velho vieram pra cidade?

H: Vieram pra cá, tocaram... Porque já tava falando de que iam (dificuldade para falar desapropriação).

M: Desapropria, tinha que tira. Então alguns vieram pra cidade porque tinha essa notícia que ia desapropria?

H: Isso, por causa disso. Já tavam falando né.

M: Ali nos anos 50 ali?

H: É, mais ou menos.

M: A senhora saiu em que ano de lá?

H: (Fez algumas contas). Em 48.

M: Em 48. Mas ainda quando a senhora saiu ainda não tinha a notícia?

H: Já tinha a notícia que o exército que eles iam...

M: Desapropria?

H: Aham.

M: E dai depois os outros filhos foram saindo.

H: Foram pro comércio, porque nois tinha que vende aquele terreno lá pro exército, mas dai como eles não pagaram isso né...

M: Mas os mais novos ficaram até, até ser retirados?

H: Até 1960. Quando o pai saiu dali né.

M: E dai esses mais novos que ficaram com o teu pai, eles vieram e começaram a trabalhar com vocês aqui junto?

H: Aham, na cidade de Papanduva.

M: E dai no que que era? Qual era o comércio de vocês?

H: Era mercado e o moinho de trigo. E dai eles compraram uns terreno pra cá, perto do Ebrahim ali e ali eles tem uma lavora muito grande ali.

M: Ah, eles compraram dai um terreno pra fora do campo dai?

H: Fora do campo dai. Foram trabalhando, dai pegaram mais dinheiro ali, deu pra mais terra né, deu pra vive ali.

M: E na época ali do, do movimento dos anos 80, quem ajudava vocês assim, as pessoas de fora ajudavam? Como que era os mantimentos? A Igreja, eu acho, ajudo muito né?

H: A igreja e o povo mesmo né? Cada um ajudava (inaudível), levava junto as comida, coisarada, ficava. Um ajudava o otro lá... Pessoal da cidade né, ajudavam também, ajudavam bastante lá, levavam pão feito, carne, e as coisarada, ajudavam.

M: Até as pessoas que não eram...

H: Que não tinham nada disso e ajudavam.

M: E a igreja também ajudava?

H: Ajudava também. O padre sempre ia lá ajuda. Tava tudo bem arrumado.

M: E como que... Nessa época ali no segundo acampamento eu acho que o MST também tava, acampo com vocês ou não?

H: Não, foi depois, foi na última acampamento que teve, mais pra cá. Que dai o Hélio trabalhava na polícia que teve que tira o pessoal de lá, esse dai eu não participei mais já. Esse dai eu já tava bem doente e também não fui mais.

M: Ah, esse era mais novo. Mas na época quando vocês tavam em 1985, o MST não tava junto então?

H: Não, foi depois.

M: E também nesse período, o PT tava surgindo né, houve algum apoio de algum político pra vocês nos anos 80?

H: Que eu soubesse não.

M: Não?

H: Não.

M: Não teve também. E como que era lá no acampamento, vocês revezavam, uns ficavam em Floripa, outros ficavam aqui, como que era as tarefas assim, tinha pessoas que vigiavam, pessoas que faziam comida?

H: É, entre nois mesmo né, se ajudava. Quem falava por fora não sei, não, hoje em dia não, naquele tempo era tudo difícil né. Hoje em dia você passa o celular e conversa com tudo mundo né. Naquele tempo não tinha disso ainda.

M: Vocês mandavam recado por alguém?

H: Aham, mandava o recado.

M: E dai, assim que vocês foram juntando as pessoas?

H: Ajuntamo dai.

M: Foi a partir do recado assim?

H: Aham, é, verdade.

M: O nome do acampamento ali era João Maria né, quem que.. se lembra...

H: Era João Maria.

M: É, se lembra porque deram esse nome? Quem...

H: Por causo que ali tinha, logo em frente da minha casa, ali do meu pai, tinha uma cruz do santa, do São João Maria, então fico o nome do acampamento. Dai por causa da cruz.

M: E assim, a senhora é devota do São João Maria, as pessoas que tavam ali eram devotas do São João Maria?

H: Eram devotos, tudo eles. Devotos do São João Maria. Eles dizem que ele passo por aqueles lugar lá, que usava lá, dai fico aquelas cruz, acho que um dia antes aparecia uma cruz a uns 20km um do otro, outra vez plantavam aquela cruz de novo.

M: Então vocês tinham essa imagem do... deram o acampamento porque também era alguém que sempre fico ao lado do, de quem precisava né.

H: É, bem por isso, porque (inauvídel). Ajuda pra recebe aquilo né, mas não deu.

M: E como que acabo o acampamento ali, o acampamento que duro um ano? A senhora lembra por que chego ao fim?

H: Eu não lembro. De certo foram saindo aos pouco né. Porque...

M: Foram cansando?

H: Foram cansando de fica lá.

M: E assim, não teve alguma proposta na época que vocês aceitaram e não deu?

H: Saiu o pagamento dessas terra e o meu pai foi até Florianópolis, ele e o genro dele, o (inaudível). Dai eles chegaram lá pra pega esse dinheiro, não tinha valor de uma bicicleta. Dai o pai pego e veio embora. Disse “não, não, esse dinheiro eu não vo pega, nem é dinheiro.” Dai viero embora. Não recebero, não pegaram nada.

M: Que ano isso?

H: Deve ser uns 70 e pouco. Não sei mais.

M: Mas e depois, ali na luta da justiça, vocês entraram contra a União pedindo essa indenização?

H: Sim. (inaudível). O errado né, tinha que i com a União, não com o exército. Dai agora eles tão lutando com a União.

M: Então tem um processo de vocês em andamento ainda pra recebe?

H: Tem, tem, aham.

M: Mas a senhora não acredita muito?

H: Não, não acredito muito, A gente táno fim também da vida da gente.

M: Já tem uma descrença na justiça.

H: É.

M: Porque a senhora acha que não sai esse dinheiro assim, se foi injusto?

H: Pois a gente não sabe diz qual é o erro disso né, tantos anos, vai faze quase cinquenta, sessenta anos e nunca né, não deu pra faze mais, como é que, onde é que fico isso? Ninguém não recebeu, alguém tinha que ter consumido com esse...

M: E os político da região aqui, teve alguém que apoio vocês?

H: O único que passo por aqui, o Lula, que disse que nois ia recebe, nunca mais. Passo uma vez ainda, no asfalto ali né, nunca mais, primeira vez que ele foi candidato.

M: 92 né?

H: É, aham.

M: Ele prometeu, teve uma esperança no Lula?

H: Deixo nois com fé que ia recebe, que ia certa, nem sonho mais.

M: A senhora também já não tem mais esperança nos políticos assim?

H: Não, político é pior. Se não resolve por advogado e juiz, não adianta, não vem mais.

M: Mas daqui da região assim, prefeito de Canoinhas, Papanduva ou Três Barras, eles intervirem alguém assim?

H: Já tiveram, pois tinha o prefeito do Ribas, foi prefeito duas vezes e ele tinha terreno lá e também não mexeu com nada também.

M: O Nataniel?

H: Aham.

M: Mas eu acho que era isso dona Helena, era pra pergunta um poco sobre o campo e tal, sobre as coisas e eu quero agradecer a entrevista da senhora e eu quero pergunta se a gente pode usar, se eu posso usar ela na minha pesquisa, alguns trechos da entrevista da senhora, se a senhora autoriza?

H: Pode faze. Não tem nada de, de errado né. Acho que falei certo mais ou menos as coisa né?

M: Sim, então tá, então brigado pela entrevista.

H: Por nada.

